



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde

João Paulo Carvalho e Branco Madeira

Orientador: Prof. Doutor Pedro João Borges Graça

Co-orientador: Prof. Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega

Tese de Doutoramento em Ciências Sociais
na especialidade de História dos Factos Sociais

Lisboa
2015

VALORIZAMOS PESSOAS



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde

João Paulo Carvalho e Branco Madeira

Orientador: Prof. Doutor Pedro João Borges Graça

Co-orientador: Prof. Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega

Tese de doutoramento em Ciências Sociais apresentada à Universidade de Lisboa para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, na área de especialidade em História dos Factos Sociais, sob a orientação do Professor Doutor Pedro João Borges Graça e co-orientação do Professor Doutor Álvaro Nóbrega.

Lisboa
2015

APOIOS

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



RESUMO

A construção da *nação* cabo-verdiana decorreu de processos históricos, de movimentos culturais e da formação de uma *consciência nacional*, resultado de uma particularidade histórica, social, cultural e política que se iniciou com o desencadear do povoamento. Apesar da base da formação da identidade cabo-verdiana estar intrinsecamente ligada ao passado da formação social engendrada nas ilhas, esta tem vindo a afirmar-se com as suas singularidades, permitindo o reconhecimento da cultura, dos padrões e normas orientadoras de um conjunto de manifestações socioculturais. Pretende-se aqui analisar e explicar a formação da identidade e construção da *nação*, tendo-se optado em termos metodológicos por uma abordagem interdisciplinar que se inscreve na análise e interpretação da história dos factos sociais. Recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à utilização de entrevistas com membros das elites cabo-verdianas que directa ou indirectamente estiveram implicadas neste processo. A formação da identidade sucedeu de uma forma particular, e esta tem sido alvo de debates pelas elites culturais que procuram explicar este fenómeno. Se por um lado, após o povoamento das ilhas do arquipélago, já se architectava uma identidade ainda que de forma incipiente, por outro, esta mesma permitiu, ao longo do tempo, a construção do Estado-Nação decorrente de um percurso sócio-histórico singular de entre as demais *nações* africanas.

Palavras-chave: Cabo Verde; Nação; Identidade; Singularidade.

ABSTRACT

The building of the Cape Verdean *nation* arose from historical processes, cultural movements and the formation of a national awareness, as the result of a historical, social, cultural and political particularity that began with the start of the settlement process. Although the basis of the formation of Cape Verdean identity is intrinsically linked to the past of the social formation engendered on the islands, it has been asserting itself with its singularities, allowing the acknowledgement of the culture, the standards and the guidelines of a set of socio-cultural manifestations. We intend to analyse and explain here the formation of identity and the building of the nation, having chosen, in methodological terms, an interdisciplinary approach within the framework of the analysis and interpretation of the history of social facts. We have resorted to bibliographical research and to the use of interviews to members of the Cape Verdean elites who were directly or indirectly involved in this process. The formation of identity proceeded in a particular way, and it has been the subject of debate among the cultural elites who seek to explain this phenomenon. If on the one hand, after the settlement of the archipelago islands, an identity was already being planned though in an incipient way, on the other hand, this allowed, over time, the building of the Nation-State arising from a singular socio-historical course among the other African nations.

Keywords: Cape Verde; Nation; Identity; Singularity.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	i
ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS	v
LISTA DE SIGLAS	vi
AGRADECIMENTOS	vii
INTRODUÇÃO	1
1. Objecto de estudo: Identidade, Nação e Singularidade.....	1
2. Metodologia	20
2.1. Pesquisa bibliográfica	24
2.2. Trabalho de campo	27

PARTE I

FUNDAMENTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE CABO VERDE

CAPÍTULO 1 – A GÉNESE DE CABO VERDE	34
1.1. Contextualização geográfica e ambiental.....	34
1.2. O processo de povoamento	37
1.3. Estrutura socioeconómica e administrativa	44
CAPÍTULO 2 – UNIDADE E DIVERSIDADE INSULAR	50
2.1. Homogeneidade e heterogeneidade entre ilhas	50
2.2. Cruzamento e heranças euro-africanas	56
2.3. Morabeza e boa convivência.....	61
CAPÍTULO 3 – DINÂMICA DE MISCIGENAÇÃO CULTURAL	66
3.1. Raça e criouliização	66
3.2. A abordagem sócio-antropológica	75
3.3. Emergência da Nação cabo-verdiana	80

PARTE II

NAÇÃO E IDENTIDADE: A SINGULARIDADE DE CABO VERDE

CAPÍTULO 4 – ELEMENTOS CULTURAIS DE CABO VERDE	86
4.1. Manifestações culturais de identidade	86

4.2. A língua como processo de identificação e representação social	91
4.3. A música na sua dimensão identitária	102
4.4. A gastronomia como expressão de cultura popular	111
4.5. O casamento na dimensão tradicional	113
4.6. A religiosidade: crenças e valores	115
4.7. Os rituais de nascimento e de morte	118
4.8. Sementeira e rituais sincréticos	123
CAPÍTULO 5 – A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL PELA ÉLITE CULTURAL	127
5.1. A formação da <i>elite cultural</i> como factor de identidade	127
5.2. A Geração Nativista	137
5.3. A Geração Claridosa	144
5.3.1. A dissonância gilbertiana	148
5.4. A Geração Nacionalista	155
5.4.1. A Casa dos Estudantes do Império e a emergência da consciência nacionalista.....	157
5.4.2. O exemplo de Amílcar Cabral	158
5.5. A <i>elite cultural</i> e a simbologia do Estado nacional	162
CAPÍTULO 6 – A QUESTÃO CRUCIAL: ÁFRICA OU EUROPA?	178
6.1. A tradição do debate sobre a integração regional	178
6.2. A questão da CEDEAO	182
6.3. A Parceria Especial com a União Europeia	187
6.4. A <i>elite cultural</i> entre África e a Europa	191
CONCLUSÃO	198
BIBLIOGRAFIA	203
ANEXOS	225
Anexo 1: Relação das Entrevistas	226

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica das ilhas de Cabo Verde	35
Figura 2: Evolução demográfica em Cabo Verde do século XVIII ao XIX	47
Figura 3: Formação da identidade e construção do Estado-Nação em Cabo Verde	82
Figura 4: Vista do Salão Josina Machel do Liceu Domingos Ramos	163
Figura 5: História e desenvolvimento de Cabo Verde	163
Figura 6: Da antiga à actual bandeira de Cabo Verde.....	169
Figura 7: Brasões de Armas depois da independência.....	172

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Evolução e afirmação da língua cabo-verdiana	94
Quadro 2: Resumo das principais gerações de intelectuais cabo-verdianos.....	137
Quadro 3: Marcos cronológicos relevantes na construção do Estado em Cabo Verde.....	173

LISTA DE SIGLAS

- AHN – Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
- ALUPEC – Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano
- BAN – Biblioteca da Assembleia Nacional
- BN – Biblioteca Nacional de Cabo Verde
- BO – Boletim Oficial de Cabo Verde
- CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- CEI – Casa dos Estudantes do Império
- CRCV – Constituição da República de Cabo Verde
- DCSH – Departamento de Ciências Sociais e Humanas
- FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
- HGCV – História Geral de Cabo Verde
- IICT – Instituto de Investigação Científico Tropical
- IPATIMUP – Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto
- ISCSJ – Instituto Superior de Ciências Sociais e Jurídicas
- MPD – Movimento para a Democracia
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OUA – Organização da Unidade Africana
- PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde
- PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
- RUP – Regiões Ultraperiféricas
- UE – União Europeia
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- Uni-CV – Universidade de Cabo Verde

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial às pessoas que, directa e indirectamente, apoiaram este projecto:

Ao meu orientador Professor Doutor Pedro Borges Graça, pela amizade e disponibilidade manifestadas desde que fui seu aluno do primeiro ano da licenciatura em 1995 e depois no mestrado em 2007 e 2008, assim como ao co-orientador, meu antigo professor de mestrado, Professor Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega, pela amizade e apoio que sempre me manifestou;

Ao Dr. Amaro Alexandre da Luz, pela amizade, hospitalidade, conselhos e ensinamentos para melhor compreensão da sociedade e cultura cabo-verdiana;

Ao Professor Doutor Luís Fontoura, pela amizade e por todo o apoio que prestou na minha integração em Cabo Verde, especialmente o contacto com o Professor Doutor André Corsino Tolentino;

Ao Professor Doutor André Corsino Tolentino, pela fraternidade e todos os ensinamentos que constantemente me tem transmitido desde que cheguei a Cabo Verde;

Ao Professor Doutor João Lopes Filho, meu amigo de todos-os-dias, pelas conversas e ensinamentos sobre a identidade e cultura cabo-verdiana;

Aos Professores Doutores Adilson Semedo, Bruno Carriço Reis, Cláudia Sofia Beato, Leopoldo Amado, Lourenço Conceição Gomes pelo companheirismo e excepcional apoio;

Ao Cmdt. Mesquita Onofre, na altura oficial de ligação da cooperação técnico-militar portuguesa em Cabo Verde, por toda a amizade e apoio na minha integração social na cidade da Praia;

À colega professora Maria dos Reis Monteiro Gomes pelo extraordinário incentivo e ajuda na apresentação à maior parte dos entrevistados;

A todos os entrevistados, pela enorme paciência em me terem recebido nas suas casas e disponibilizado o seu tempo;

À Dra. Maria Leonarda Branco e à arquitecta Ana Mafalda Cristo pela revisão da tese;

Aos funcionários técnico-administrativos das bibliotecas e centros de documentação em Cabo Verde, em especial à responsável pela biblioteca da Uni-CV, Dra. Irinita Cruz;

À Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pela bolsa concedida;

A todos os elementos da família Carvalho e Branco, pelo apoio e constante incentivo;

Ao Albertino Lopes Mendes, Ana Margarida Raposo, Nataniel Monteiro e Samira Moniz, pelos múltiplos apoios, hospitalidade e espírito de amizade construído ao longo destes anos.

INTRODUÇÃO

1. Objecto de Estudo: Identidade, Nação e Singularidade

Reflectir sobre as questões ligadas à identidade e construção da *nação* em Cabo Verde exige uma pesquisa que evidencie estarmos perante uma realidade que se constituiu na esfera de um regime escravocrata implementado pelos primeiros povoadores. A investigação revela-nos que se trata de uma sociedade que perdurou desde os primórdios da ocupação das ilhas em 1460-1462 até ao início do último quartel do século XIX. Ao analisarmos esse percurso histórico, apercebemo-nos que essa sociedade teve como condicionantes essenciais da sua formação, a função de entreposto comercial no Atlântico Médio desempenhado pelo Arquipélago de Cabo Verde, com realce para o moderno comércio de escravos, bem como o seu povoamento e a emergência de uma cultura específica, graças ao processo de miscigenação, o que acabou por configurar aquilo que João Lopes Filho, antropólogo cabo-verdiano, enunciou como um importante “laboratório” de língua e de aculturação.¹ Estes factores condicionaram o povoamento e a vida económica, social e cultural desse povo.

A escolha deste tema assenta em duas ordens de motivações: uma intelectual e outra de cariz prático. A primeira decorre do facto de se ter sentido a necessidade de uma reflexão sobre as observações no terreno durante cinco anos, fruto de um contacto contínuo com a realidade social deste povo singular na sua maneira de ser, agir e pensar. A ordem prática das motivações resultou de uma certa familiaridade com o papel que inúmeros académicos e agentes cívicos, públicos e privados atribuem à história de Cabo Verde no que concerne à génese e formação da *nação*, considerando-a no contexto histórico como uma experiência histórica peculiar que influenciou, decisivamente o processo de construção da identidade individual e colectiva e a estruturação do campo de interacção do povo cabo-verdiano num contexto intercultural permanente com outros povos.

Cabo Verde é um Estado-Nação em oposição à situação predominante da heterogeneidade da maioria dos países africanos, onde a sociedade compreende a existência de inúmeros grupos étnicos ou diferentes religiões e culturas.² O estudo sobre a formação da identidade e da construção do Estado em Cabo Verde levanta questões importantes quando analisadas à luz da existência de um Estado e de uma *nação*, sendo aquele uma criação recente.

¹ Cfr. JOÃO LOPES FILHO, *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*, Praia, Instituto Superior de Educação de Cabo Verde, 2003, p. 81.

² Cfr. PEDRO BORGES GRAÇA, *A Construção da Nação em África*, Coimbra, Almedina, 2005, p. 23.

A temática da singularidade identitária persiste na discussão entre os investigadores em torno da demonstração das diferentes possibilidades de compreensão do assunto aplicado ao caso de Cabo Verde, cujos parâmetros de investigação partem da análise das especificidades do arquipélago que estão na génese da formação da *nação*. Para Carlos Diogo Moreira, a construção da identidade nacional “*é precisamente um processo que se leva a cabo em contraste dialógico com os demais, uma operação baseada no jogo de semelhanças e diferenças.*”³

É em torno dos conceitos de identidade, *nação* e singularidade que a presente investigação se centra, nomeadamente no reconhecimento do que o conceito de identidade incorpora, relativamente às representações de Cabo Verde e dos cabo-verdianos sobre si próprios e sobre os outros e, neste sentido, é construída uma dinâmica de interculturalidade. Estes conceitos poderão apresentar vários significados, visto serem polissémicos, e daí a necessidade de categorizá-los. Para Adriano Moreira, os conceitos podem dividir-se em nominais ou operacionais. “*Os conceitos nominais ou descritivos, organizando grupos de características directamente observáveis, na maior parte correspondem à experiência comum dos homens, e por isso são um fácil instrumento de comunicação geral.*”⁴ E “*o conceito operacional organiza, por abstracção da realidade, vários conceitos nominais de observáveis, e justifica-os pela utilidade para as operações de classificar, comparar e quantificar.*”⁵ Neste sentido, podemos classificar os conceitos de identidade, *nação* e singularidade como operacionais porque constituem ferramentas que permitem organizar a “realidade observável” adaptando-se às necessidades do objecto de estudo. As suas noções e conteúdo estão de forma directa ligados à análise que pretendemos realizar, podendo através desta caracterizar-se cientificamente, no sentido de alcançar melhores resultados, concretamente no campo analítico.

No que se refere ao conceito de identidade, a etimologia mostra-nos que vem de “*identitate*”, cujo étimo é “*idem*” que significa “*o mesmo.*”⁶ Trata-se de um conceito que se caracteriza pelo seu carácter fluido, que deve ser trabalhado de maneira interdisciplinar, na qual a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia Social, a Ciência Política e as Relações Internacionais apresentam as suas contribuições, de onde é possível constatar uma verdadeira

³ CARLOS DIOGO MOREIRA, *Identidade e pluralismo*, in MARIA DE FÁTIMA AMANTE (COORD.), *Identidade Nacional: Entre o discurso e a prática*, (1ª ed.), Porto, Fronteira do Caos & CEPES, 2011, p. 40.

⁴ ADRIANO MOREIRA, *Ciência Política*, (4ª ed.), Coimbra, Almedina, 2009, p. 129.

⁵ *Idem*, p. 130.

⁶ JOÃO PEDRO MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, (2ª ed.), Lisboa, Editorial Confluência, 1976, p. 1251.

detonação discursiva. Trata-se de uma noção que se situa numa encruzilhada, pois interessa praticamente a todas as disciplinas e a todas as sociedades estudadas.⁷ Na opinião de Carlos Diogo Moreira, a identidade “*pelo menos na tradição ocidental e para além inclusive da sua notável polissemia, contém uma espécie de “contradição lógica”, uma contradição constitutiva que explica boa parte dos paradoxos evidenciados pelo tratamento da questão da identidade nas ciências sociais.*”⁸ Pode aqui questionar-se: Quem é o cabo-verdiano? O que os une? O que cria neles um sentimento de pertença? O que faz o cabo-verdiano sentir-se parte de uma *nação*? O que o leva a defender a pátria? Estas são algumas das interrogações que poderão ajudar-nos a esclarecer o conceito de identidade.

No âmbito da Psicologia Social, a identidade constrói-se na relação entre o “eu” e o “outro” como pertencentes a diferentes grupos. Henri Tajfel e John Turner, ambos da Universidade de Bristol, apresentam o conceito de identidade no campo da psicologia social. Henri Tajfel enfatiza a relação entre identidade e categoria, reconhecendo que é a partir das relações grupais que a identidade social se forma num processo de reconhecimento de pertença a certos grupos, acompanhada por significações emotivas e avaliativas.⁹ John Turner admite o conceito apresentado por Tajfel, mas prefere centrar-se na teoria da “autoprototipicidade”, defendendo que se deve usar o termo “protótipo” em detrimento do termo “categoria”, onde em termos de expectativas, se concebe uma actuação exemplar expressa pelos membros do grupo. Isto significa que o “protótipo” funciona como um instrumento para que o indivíduo seja reconhecido como membro do grupo, construindo a sua identidade numa relação intergrupala (*ingroup versus outgroup*).¹⁰ Neste sentido, a identidade social constitui, na opinião do professor e investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Jorge Vala, uma forma de organização, onde o sujeito é um actor inserido num contexto social específico, no qual tem a possibilidade de agir e reagir perante os factos decorrentes das suas relações, assim como definir os modos de comprometimento perante uma determinada dinâmica social.¹¹

Na Sociologia, a identidade centra-se na interacção do indivíduo com a sociedade. Existem várias concepções sobre este conceito e estas referem-se geralmente a aspectos

⁷ Cfr. CLAUDE LEVI-STRAUSS, *L'identité*, Paris, Crasset, 1977, p. 9.

⁸ CARLOS DIOGO MOREIRA, *Identidade e Pluralismo*, op. cit., pp. 39-40.

⁹ HENRI TAJFEL, *Human groups and social categories*, New York, Cambridge University Press, 1981, p. 31.

¹⁰ JOHN TURNER, *Social categorization and self-concept: A social cognitive theory of group behavior*, in E. J. Lawler (Org.), *Advances in group process*, Greenwich, JAI, 1985, pp. 77-122.

¹¹ JORGE VALA, *Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento Quotidiano*, in JORGE VALA & MARIA BENEDICTA MONTEIRO (Coord.), *Psicologia Social*, (7ª Ed.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, pp. 457-502.

sociais que se relacionam com o indivíduo enquanto sujeito. Para os sociólogos austro-americanos Peter Berger da New School for Social Research e Thomas Luckmann da Universidade de Konstanz, a identidade constitui-se como “*um fenómeno que deriva da dialéctica entre um indivíduo e a sociedade*”¹², o que requer salientar que esta é reproduzida pelo indivíduo através da sua interacção e consciencialização inserido numa determinada estrutura social.¹³ Já o sociólogo britânico Anthony Giddens, considera que a modernidade rompe com a ordem tradicional, permitindo desse modo, a consciência individual com vista à construção de uma identidade própria, libertando-se assim das correntes da tradição, nomeadamente das práticas locais e de parentesco. O autor centra-se na questão do “eu” ou da consciência de uma *auto-identidade* que se constrói num contexto de múltiplas escolhas e capacidades reflexivas, mas tem em consideração aquilo que a modernidade pode efectivamente oferecer dentro de determinadas circunstâncias, optando, dessa forma, por determinados estilos de vida.¹⁴

Na opinião do sociólogo polaco e professor titular da Universidade de Leeds, Zygmunt Bauman, a identidade é um conceito bastante discutido, e está geralmente associado aos conflitos de identidade que “*não podem realizar a sua tarefa de identificação sem dividir tanto quanto unir as suas intenções includentes que se misturam com as suas intenções de segregar e excluir.*”¹⁵ Para o escritor libanês e membro da prestigiada Académie Française, Amin Maalouf, o indivíduo detém uma identidade única, composta de muitas afiliações ou pertenças, embora reconheça o seu parentesco como a maioria dos seus semelhantes.¹⁶ Na sua obra *Identities Assassinas*¹⁷, Malouuf refere que encontramos na identidade contradições que competem no mesmo espaço. O autor questiona-se acerca da sua própria identidade, se esta é mais francesa ou libanesa, referindo que se sente, ao mesmo tempo, libanês e francês, árabe e cristão. As diferentes formas de pertença moldam a identidade de cada indivíduo, sendo que as dificuldades surgem quando se pretende fazer com que alguém tenha uma pertença mais “intensa”, o que acaba por reduzir cada um a essa “essência”, estabelecida, sobretudo, a partir do nascimento e que nunca mais se alterará. Este *sentimento de pertença* a um determinado grupo é, na opinião do sociólogo britânico Jeffrey Weeks, aquilo que define

¹² PETER BERGER & THOMAS LUCKMANN, *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*, Petrópolis, Vozes, 1985, p. 230.

¹³ NUNO CANAS MENDES, *A Multidimensionalidade da Construção Identitária em Timor-Leste*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005, p. 48.

¹⁴ GIDDENS, ANTHONY, *Modernidade e Identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002, p.13.

¹⁵ ZYGMUNT BAUMAN, *Identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005, p.85.

¹⁶ AMIN MAALOUF, *In the Name of Identity*, Londres, Penguin Books, 2003, pp. 19-20

¹⁷ AMIN MAALOUF, *Identities Assassinas*, Lisboa, Difel, 2009, p. 49.

o que temos em comum com o nosso semelhante e, ao mesmo tempo, aquilo que nos torna diferentes do outro.¹⁸ Este é entendido como aquele que não pertence ao grupo e que não partilha as mesmas características. De igual modo, Richard Jenkins, professor da Universidade de Sheffield, considera que é preciso articular a identidade social com a identidade pessoal, visto que a primeira deve ser construída com base numa teorização apropriada que possa permitir a inserção de identidades individuais e colectivas dentro de um quadro analítico.¹⁹ Stuart Hall, professor na Open University e antigo presidente da Associação Britânica de Sociologia, defende que “*em vez de pensarmos a identidade como um facto consumado (...) devemos pensar (...) que a identidade é uma “produção”, que nunca está concluída, sempre em construção, e sempre constituída dentro, e não fora, da representação.*”²⁰ Para o autor, a identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo pessoal e o mundo público.

A Antropologia Social, por seu lado, procura explicar o conceito de identidade levando em consideração factores culturais, étnicos, locais e nacionais. Para o cientista social Manuel Castells da Open University of Catalonia, a identidade caracteriza-se por uma “*construção cultural do significado por um actor social individual ou colectivo ou, numa perspectiva mais integradora, a fonte de significado e experiência de um povo.*”²¹ Uma outra visão é apontada pelo antropólogo social norueguês Fredrik Barth da Universidade de Boston, referindo-se ao facto de que quando se aborda a questão da identidade, há que primeiramente resolver o conflito entre este conceito e o de cultura, pelo facto de que quando a análise trata de uma determinada cultura particular, isto não significa que a identidade também o seja. Nesta lógica, o autor contrapõe a “teoria primordialista” com especial referência para o factor cultural, alegando que este e o factor língua, assim como os aspectos físicos podem igualmente sofrer alterações. Há que considerar as fronteiras terrestres entre países e territórios, no sentido de se compreender melhor as dinâmicas do grupo e da identidade étnica.²² Na mesma linha de reflexão de Barth, o antropólogo social Anthony Cohen, da Universidade de Edimburgo, considera que a cultura não impõe os significados aos indivíduos, mas sim que estes estabelecem relações com a comunidade, considerando-a uma

¹⁸ JEFFREY WEEKS, *The value of difference*, in JONATHAN RUTHERFORD, (ED.). *Identity: community, culture, difference*, London, Lawrence & Wishart, 1990, p. 88.

¹⁹ RICHARD JENKINS, *Rethinking ethnicity: identity, categorization and power*, in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 17, nº 2, 1994, p. 218.

²⁰ STUART HALL, *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, (7ª ed.), Rio de Janeiro, DP&A, 2002, p. 222.

²¹ MANUEL CASTELLS, *O poder da Identidade*, (2ª ed.), São Paulo, Paz e Terra, 2000, p. 77.

²² FREDRIK BARTH, *Grupos étnicos e suas fronteiras*, in PHILIPPE POUTIGNAT & JOCELYNE STREIFF-FENART, *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, São Paulo, Fundação da Unesp, 1998, p. 194.

entidade simbólica que procura, através de um conjunto de valores e de normas, proporcionar aos seus membros um sentido de identidade num processo de construção de significados.²³ Também Anthony Smith, etnógrafo britânico e professor Emérito da London School of Economics, considera que a identidade, neste caso a *identidade nacional*, se constitui como uma reprodução contínua da reinterpretação do padrão de valores, símbolos, memórias, mitos e tradições que compõem a herança das *nações* e, ao mesmo tempo, um mecanismo de identificação dos indivíduos para com esse padrão e o respectivo património.²⁴

A Ciência Política e Relações Internacionais procuram conceptualizar a identidade na perspectiva institucionalista, tentando explicá-la a partir de uma visão política. Na linha do *construtivismo social*, Alexander Wendt, cientista político alemão, é da opinião que a identidade é construída pelas ideias compartilhadas e não apenas por forças materiais. A identidade pode ser caracterizada, por um lado, como um elemento de ligação entre os elementos de uma comunidade e, por outro, como uma relação institucional entre uma comunidade e um determinado Estado.²⁵ Peter Katzenstein, professor de Estudos Internacionais da Universidade de Cornell, é da opinião de que a identidade emerge das interações entre os diferentes ambientes sociais, endógenos ou exógenos, e que o Estado é absorvido por regras e convenções que fazem parte da sua identidade, cujos interesses motivam os demais actores sociais.²⁶ Para o professor Nuno Canas Mendes, a identidade refere-se a “*um dado permanente na explicação dos comportamentos e acções individuais e colectivos que se caracteriza pela evolução no tempo, num processo construtivo que passa pela percepção da semelhança e da diferença, mas também pela sua mutação, por força de agentes externos ou por vontade própria, em momentos de transição ou de ruptura.*”²⁷

No debate que se situa no campo da interdisciplinaridade é de referir que as abordagens teóricas da identidade, com especial relevância para a identidade nacional, se relacionam, na perspectiva da antropóloga Maria de Fátima Amante, pela “*imposição de um discurso inevitavelmente polarizado em torno de concepções subjectivas, cívicas e políticas de construção nacional, por oposição às propostas objectivas, étnicas e culturais.*”²⁸ Nas

²³ ANTHONY COHEN, *The Symbolic Construction of Community*, Londres e Nova York, Routledge, 1985, p.12.

²⁴ ANTHONY SMITH, *The cultural foundations of nations: Hierarchy, Covenant and Republic*, Oxford, Blackwell Publishing, 2008, p. 19.

²⁵ ALEXANDER WENDT, *Collective identity formation and the international state*, in *The American Political Science Review*, vol. 88, nº 2, 1994, p. 385.

²⁶ PETER KATZENSTEIN, *The Culture of National Security: Norms And Identity in World Politics*, New York, Columbia University Press, 1996, p. 23.

²⁷ NUNO CANAS MENDES, *A Multidimensionalidade da Construção Identitária em Timor-Leste*, op. cit., p. 48.

²⁸ MARIA DE FÁTIMA AMANTE, *Introdução*, in MARIA DE FÁTIMA AMANTE (Coord.), *Identidade Nacional: Entre o discurso e a prática*, (1ª ed.), Porto, Fronteira da Caos Editores & CEPSE, 2011, p. 12.

últimas décadas a questão da identidade tornou-se cada vez mais central no debate entre académicos, sobretudo na análise das relações subjectivistas, contrapondo e/ou complementando as ideias objectivistas. A pertença objectiva a um grupo ou cultura determina e mede aspectos considerados importantes para um indivíduo em sociedade. Esta concepção é cada vez mais posta em causa, na medida em que a adopção de concepções subjectivistas se torna importante para a análise dos acontecimentos sociais contemporâneos.

O debate em torno destes conceitos apresenta perspectivas que orientam a presente investigação, nomeadamente no que se refere à relação entre o conceito de identidade e de *nação*, com especial destaque para o conceito de *identidade nacional* que tem sido objecto de estudo. Diversos autores, como Benedict Anderson, Anthony Smith, Ernest Gellner e Eric Hobsbawm, consideram que só será possível conceptualizar a *identidade nacional* a partir da análise da *nação* como artefacto cultural, procurando assim explicar a relevância da identidade nacional nas sociedades contemporâneas. O conceito de *nação* assume diversas formas, abrindo espaço para o debate do ponto de vista da política interna e das relações internacionais. É fundamental aqui compreender que este conceito possui diferentes significados, desde a sua origem *etimológica* às diferentes abordagens, nomeadamente *geo-histórica, político-jurídica, subjectiva e objectiva*²⁹ quando se “*procura fundamentar uma expressão cultural nacional baseada na génese da convivência dos agrupamentos humanos, na sua etnia, no seu espírito, no seu carácter, no seu idioma, nas suas crenças, na sua história, nas suas tradições, nas suas manifestações artísticas, no seu folclore, etc.*”³⁰

Etimologicamente, a palavra *nação* deve a sua origem ao vocábulo latino *natione* e exprime conceitos como nascimento, raça, espécie, tipo e tribo, entre outros.³¹ Este conceito é geralmente apresentado de forma objectiva e/ou subjectiva. Considera-se que há quem faça depender o conceito de *nação* de factores objectivos, como a língua, a raça ou a geografia, enquanto que outros consideram que a *nação* é, sobretudo, uma criação espiritual e que depende de factores subjectivos.³²

Na forma objectiva, António Sousa Lara considera que a *nação* se define por um “*conjunto de características objectivas, exteriores e hereditárias, que se impõem aos indivíduos. Em primeiro lugar, a raça ou etnia, a língua, depois o território, os costumes e a*

²⁹ Cfr. PEDRO BORGES GRAÇA, *A Construção da Nação em África*, op. cit., pp. 20-22.

³⁰ ANTÓNIO PEDRO RIBEIRO DOS SANTOS, *As Metamorfoses do Estado: Rumo à Mega-Confederação Europeia?* Coimbra, Almedina, 2005, p. 283.

³¹ Cfr. JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, op. cit., p. 1639.

³² Cfr. JOSÉ ADELINO MALTEZ, *Ensaio sobre o Problema do Estado*. Tomo I – A Procura da República Maior, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1991, p. 283.

religião.”³³ Esta concepção é tributária de autores entre os quais se destacam o escritor e filósofo francês Arthur de Gobineau, o antropólogo alemão Otto Ammon da Universidade de Freiburg, o antropólogo francês Georges Vacher de Lapouge, o historiador francês Augustin Thierry, o escritor britânico Houston Stewart Chamberlain, e em especial o filósofo Johann Gottlieb Fichte, cuja obra *Discurso à Nação Alemã* apresentada em 1808, se centra na ideia de que a *nação* pressupõe a ligação de uma comunidade de laços, que falam a mesma língua e que se compreendem entre si, ou que tendencialmente, através da língua, poderão compreender de forma mais clara. Nas suas palavras, a multidão é “*naturalmente homogénea,*”³⁴ pois a pertença ou não a uma dada “*Nação, pode assim verificar-se, mas não se pode discutir.*”³⁵

Uma outra contribuição deve-se ao filósofo Johann Gottfried von Herder, que é da opinião de que, para se compreender a *nação* é preciso também compreender a particularidade que cada cultura manifesta numa determinada época. Cada contexto social deve ser compreendido através dos seus valores que são considerados únicos. Na sua óptica, os seres humanos dependem da interacção dos vários contextos sociais, culturais e históricos, sendo neste processo que o indivíduo forma a sua identidade, envolvido num espaço cultural que só será compreendido em termos dos seus costumes e tradições.³⁶

Na forma subjectiva, destaca-se Ernest Renan, filósofo e historiador francês, que na comunicação *Qu'est-ce qu'une nation?*, apresentada em Paris no ano de 1882, considera que a *nação* é uma alma, um princípio espiritual, ou seja, duas coisas, que na verdade são apenas uma. Dizem respeito ao passado e ao presente. A alma manifesta-se com a posse em comum de um legado histórico e o princípio espiritual caracteriza-se pelo consentimento actual e pela vontade de perpetuar o valor da herança que tenha recebido.³⁷ António Sousa Lara argumenta que, de forma subjectiva, a *nação* é entendida como uma atitude contratual de aceitação ou recusa da pertença do indivíduo a determinadas experiências históricas, tendo em consideração todas as consequências que tal atitude possa acarretar para o presente e o futuro

³³ ANTÓNIO SOUSA LARA, *Ciência Política: Estudo de Ordem e de Subversão*, (6ª ed.), Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2011, p. 244.

³⁴ Cfr. Idem, p. 244.

³⁵ Idem, p. 244.

³⁶ JOHANN GOTTFRIED VON HERDER, *On cognition and sensation of the human soul*, in MICHAEL FOSTER (Org.), *Herder: Philosophical Writings*, New York, Cambridge University Press, 2002, p. 181.

³⁷ Cfr. ÉMILE BURE, *Ernest Renan et l'Allemagne. Textes recueillis et commentés*, New York, Brentano's, 1945, p. 195.

dos indivíduos. Na sua perspectiva a “*charneira da definição está, assim, situada ao nível da vontade e dos sentimentos íntimos dos indivíduos.*”³⁸

Outros autores contribuíram para o aprofundamento desta concepção entre os quais se destacam: o escritor francês André Malraux e o filósofo francês Jacques Maritain, o filósofo espanhol José Ortega y Gasset, o político e revolucionário italiano Giuseppe Mazzini, bem como o sociólogo e economista político alemão Max Weber. Este último define a *nação* como uma comunidade de sentimentos que geralmente tende a produzir um Estado, ou seja, uma *nação* organizada e estruturada que reproduz este tipo específico de organização e que se baseia numa realidade emocional e sentimental que não tem somente origem do ponto de vista económico.³⁹ É importante aqui realçar que o conceito de *nação*, quer se trate de forma objectiva ou subjectiva, não se deve sobrepor uma à outra, numa relação hierárquica, mas sim, situar-se num contexto específico do ponto de vista histórico e sociológico. O peso das concepções objectivista e subjectivista varia de caso para caso. Por exemplo, na Suíça e no Brasil predominam o vector subjectivista, enquanto que “*para as grandes tribos negro-africanas e para a Nação judaica e para a árabe, por exemplo, tenha sido predominante o vector objectivista.*”⁴⁰

As *nações* formam-se de um modo particular, cada uma apresentando as suas narrativas históricas, consideradas únicas e irrepetíveis, e que convergem em termos objectivos e subjectivos. Para Pedro Borges Graça, a *nação* caracteriza-se como “*o tipo ideal de um sistema de relações sociais caracterizado pela convergência de factores objectivos e subjectivos que estruturam e dinamizam uma situação de homogeneidade, ainda que parcial, assente na identidade cultural e na consciência nacional.*”⁴¹ Contudo, existem objecções a este ponto de vista, sobretudo de autores que defendem a existência de *nações* em sociedades pré-capitalistas, alegando que estas só passaram a existir com a adopção de um Estado num dado território e que surgiram com o aparecimento dos nacionalismos a partir dos finais do século XVIII, ou seja, a partir da revolução industrial e do surgimento do capitalismo.

Nesta linha, destacam-se personalidades como o filósofo e antropólogo social judeu britânico-checo, Ernest Gellner⁴², o historiador marxista britânico, Eric Hobsbawm⁴³, o

³⁸ ANTÓNIO SOUSA LARA, *Ciência Política: Estudo de Ordem e de Subversão*, op. cit., p. 247.

³⁹ MAX WEBER, *The nation*, in HEDWIG IDE GERTH & FREYA MIIIS (Eds.), *From Max Weber, Essay in sociology*, New York, Oxford University Press, 1946, pp. 171-179.

⁴⁰ ANTÓNIO SOUSA LARA, *Ciência Política: Estudo de Ordem e de Subversão*, op. cit., p. 248

⁴¹ PEDRO BORGES GRAÇA, *A Construção da Nação em África*, op. cit., p. 23.

⁴² Cfr. ERNEST GELLNER, *Nations and Nationalism*, Oxford: Blackwell Publishers, 1983.

⁴³ Cfr. ERIC HOBSBAWM, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

cientista político norte-americano, Benedict Anderson⁴⁴, o historiador e teórico político checo, Miroslav Hrosh⁴⁵ e o etnógrafo britânico, Anthony Smith⁴⁶, que partilham a opinião de que a existência de uma *nação* pressupõe não apenas uma história e um destino comum, mas igualmente a adopção de um Estado num dado território, que possibilita a formação de um Estado-Nação, tendo este processo sido iniciado a partir da Revolução Francesa de 1789. Este acontecimento, de facto, uniu a *história do Estado* à *história do nacionalismo*, tendo este último passado a ser considerado um instrumento capaz de garantir um Estado relativamente estável.⁴⁷ Já Ernest Gellner defende que as *nações* são produtos do *nacionalismo* e não o contrário. Neste sentido, o *nacionalismo* deve ser visto fundamentalmente como um fenómeno resultante da História Moderna, traduzindo-se num processo mais ou menos consciente, que tem as suas origens e se desenvolve na Europa Pós-Renascimento.⁴⁸

Este autor partilha ainda a ideia de que as *nações* não estão inscritas na natureza das coisas, não constituem uma versão política da doutrina dos tipos naturais e nem são os Estados nacionais o tal destino manifesto descrito por determinados grupos étnicos ou culturais. Na sua perspectiva, o que existe, de facto, são culturas, muitas vezes subtilmente agrupadas e que se interpenetram. O que existe, mas nem sempre, são as tais unidades políticas sob todas as formas e dimensões.⁴⁹

Eric Hobsbawm subscreve a visão de Gellner, considerando que a *nação* não constitui uma comunidade originária e imutável, mas que pertence exclusivamente a um período histórico recente. A *nação* é uma “*entidade social*” e encontra-se relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, isto é, a um Estado-Nação. Desta forma, para Hobsbawm, “*o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto.*”⁵⁰

Por outro lado, Benedict Anderson considera a *nação* como uma comunidade política imaginada e o que é algo de moderno, tendo surgido a partir da revolução norte-americana de 1775 a 1783. Ela é *imaginada* no sentido em que “*nem mesmo os membros das menores*

⁴⁴ Cfr. BENEDICT ANDERSON, *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*, Londres, Verso, 1983.

⁴⁵ Cfr. MIROSLAV HROSH, *Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional da Europa*, in GOPAL BALAKRISHNAN (Org.), *Um Mapa da Questão Nacional*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, pp. 85-107.

⁴⁶ Cfr. ANTHONY SMITH, *Nationalism and Modernism*, London, Routledge, 2003.

⁴⁷ Cfr. ASHIS NANDY, *Estado*, in SACHS, WOLFGANG (ED.) *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder*, Petrópolis, Vozes, 2000, pp. 84-85.

⁴⁸ ERNEST GELLNER, *Nationalism*, Londres, Phoenix, 1997.

⁴⁹ Cfr. ERNEST GELLNER, *Nations and Nationalism*, op. cit., pp. 48-49.

⁵⁰ ERIC HOBSBAWM, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, op. cit., p.19

nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão."⁵¹

Apesar de o autor reconhecer que a *nação* constitui uma realidade recente, ela é também herdeira de um passado. A análise ao *nacionalismo* é consumada não como uma ideologia política, mas como um grande sistema que precedeu e, posteriormente, originou uma comunidade.⁵²

O historiador Miroslav Hroch refuta a ideia de *nação* na antiguidade e na idade média, visto considerar que esta não era objecto de uma investigação aprofundada. Na sua opinião, a ideia de *nação* surgiu apenas a partir do século XVIII, sobretudo nos debates sobre a *nação* e o Estado.⁵³ Anthony Smith compartilha esta ideia, considerando que a maioria das *nações* surge a partir da Independência dos Estados Unidos da América de 1783 e da Revolução Francesa de 1789.⁵⁴ Contudo, Smith não rejeita a possibilidade de terem existido *nações* antes desse período, considerando que, efectivamente, o que se verificava eram comunidades étnicas. O conceito de *nação* apresentado pelo autor, parte de um modelo ideal que considera que uma determinada população que habita um território partilha um conjunto de elementos comuns como *mitos, memórias, uma cultura pública e de massas*, assim como, direitos e deveres legais.⁵⁵ As abordagens em torno dos diferentes conceitos de *nação*, que se verifica desde os autores pré-modernistas aos pós-modernistas, reacendem o debate sobre se historicamente é o Estado que dá corpo à *nação*, ou se se trata de um processo inverso⁵⁶, visto que a *nação* e o Estado só foram proclamadas como realidade coincidente em 1918.⁵⁷

No caso africano, a discussão sobre a *nação* assume outras perspectivas, dada a complexidade dos fenómenos culturais e sociais que se verificam neste continente. A *nação* no contexto africano resultou da interacção entre a organização do sistema político colonial e pós-colonial e da respectiva proveniência por parte das elites africanas.⁵⁸ Estas revêm-se perante uma situação de fragilidade quanto à organização e estruturação das suas *nações* que

⁵¹ BENEDICT ANDERSON, *Nação e Consciência Nacional*, São Paulo, Ática, 1989, p. 14.

⁵² BENEDICT ANDERSON, *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*, op. cit., pp. 17-28.

⁵³ MIROSLAV HROCH, *Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional da Europa*, op. cit., p.

⁵⁴ ANTHONY SMITH, *Myths and Memories of the Nation*, Oxford, Oxford University Press, 1999, p. 11.

⁵⁵ ANTHONY SMITH, *National Identity*, Londres, Penguin, 1997, p. 43.

⁵⁶ PEDRO BORGES GRAÇA, *A Construção da Nação em África*, op. cit., p. 22.

⁵⁷ Cfr. ADRIANO MOREIRA, *Memórias do Outono Ocidental: Um Século sem Bússola*, Coimbra, Almedina, 2013, p. 133.

⁵⁸ Cfr. MICHEL CAHEN, *Luta de Emancipação Anti-colonial ou Movimento de Libertação Nacional? Processo Histórico e Discurso Ideológico: O caso das Colónias Portuguesas e de Moçambique em particular*, in *Africa Studia*, nº 8, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 40. pp. 39-67.

apresentam ligações históricas, étnico-culturais, religiosas e territoriais díspares, estabelecidas sobretudo a partir do processo de colonização europeia. O *choque* entre a tradição e o processo de colonização levanta questões importantes quanto à *construção da nação*, visto que no continente africano é, por vezes, possível deparar-se com dificuldades referentes à *unidade* entre os diferentes povos e culturas e na adaptação ao modelo de Estado-Nação ocidental. O colonialismo modificou, de forma acelerada, as fronteiras políticas e territoriais em África, tendo resultado, em muitos casos, numa difícil interacção entre os diferentes grupos étnicos dentro de um mesmo território.

A presença do poder colonial neste continente permitiu reestabelecer antes das independências formais, sobretudo a partir da década de sessenta do século passado, um modelo de organização administrativa que contou, por um lado, com o legado colonial e, por outro, com a herança africana. Pedro Borges Graça salienta que, por um lado, o legado colonial é constituído por diversos elementos fundamentais, entre os quais, a *configuração geo-histórica* que decorreu directamente da partilha da África pelos Estados europeus; o Estado moderno que é considerado como um elemento extra-africano transplantado para o continente pela colonização europeia e a *plurinacionalização* da língua portuguesa, que se traduz na modelação da língua enquanto veículo de comunicação e de unidade no conjunto das culturas plurais. Por outro lado, a herança africana é constituída por três elementos, a saber: a complexidade sociocultural, na qual se verifica a situação de multiculturalismo e da sua interacção, tendo em vista a convergência para uma cultura nacional; a atitude anticolonial que se encontra na origem do movimento de consciência nacionalista e, por último, a “africanidade” como um conceito da identidade cultural exclusivamente africana.⁵⁹ No contexto da configuração dos Estados pós-coloniais “*não há um corte absoluto com o passado, uma vez que a continuidade, muitas vezes jurídica e institucional, tem um suporte pessoal, já que os agentes que outrora serviram o poder colonial continuam a constituir as novas elites políticas saídas do processo de independência nacional.*”⁶⁰

A maioria dos Estados africanos formou-se num contexto de fragilidade ao longo da sua história, resultante da coabitação entre as elites políticas e culturais “*ocidentalizadas*” e as elites tradicionais.⁶¹ Neste contexto coloca-se a questão de definir se é o Estado que antecede a *nação* ou se se trata do contrário. O jurista francês Georges Burdeau considera que nos

⁵⁹ Cfr. PEDRO BORGES GRAÇA, *Fundamentos Culturais dos Países Africanos Lusófonos: O Legado Colonial*, In *Africana*, N.º 18, Centro De Estudos Africanos da Universidade Portucalense, 1997, pp. 60-61.

⁶⁰ ANTÓNIO DE SOUSA LARA, *Imperialismos Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002, p. 37.

⁶¹ JOSÉ CARLOS VENÂNCIO, *A Dominação Colonial: Protagonismos e Heranças*, Lisboa, Estampa, 2005, p. 152.

países mais antigos “foi a nação que fez o Estado; ele formou-se lentamente nos espíritos e nas instituições unificadas pelo sentimento nacional. No Estado novo, tal como ele aparece no continente africano, é o Estado que deve fazer a nação.”⁶² Esta perspectiva é corroborada por autores que se centram na investigação acerca da construção do Estado e da *nação* em África. Para o escritor e político senegalês Léopold Senghor, o que aconteceu em África é diferente daquilo que se verificou nos países europeus, isto é, o Estado precede a *nação*.⁶³ Contudo, é possível observar que é o Estado que tem vindo a promover a formação da *nação* e a estruturação de uma “*cultura nacional*.”⁶⁴

Perante estes factos, poderemos questionar-nos acerca da realidade cabo-verdiana. É possível constatar a existência de uma *nação* nos períodos anteriores à existência do Estado? Ou seria a *nação* cabo-verdiana um fenómeno decorrente das acções por parte da *elite cultural* e política da década de cinquenta do século passado? Vários pensadores cabo-verdianos e estrangeiros têm-se debruçado sobre esta temática. A maioria é da opinião de que é, em finais do século do século XIX, sobretudo a partir da *geração dos nativistas*, que se verificam diferentes posicionamentos por parte das *elites culturais*. A discussão acerca da génese da *nação* e da identidade cabo-verdiana surge a partir de um determinado contexto social e político em que os seus autores viveram, e procuraram identificar os antecedentes históricos e culturais que justificassem a existência de uma *nação*. A sua análise surge a partir do período de descoberta e subsequente povoamento, na tentativa de definir a identidade num processo que foi caracterizado por uma miscigenação biológica e cultural. O povo caboverdiano é o resultado da convergência entre os diferentes contingentes populacionais, nomeadamente europeus e africanos, que participaram no processo de povoamento deste arquipélago e que possibilitaram o surgimento de uma cultura, de uma língua e, igualmente, de um conjunto de manifestações culturais que, ao longo desta investigação, são fundamentadas. A *consciência nacional*, ainda que de forma incipiente, surge a partir de um processo resultante de uma experiência histórica que se iniciou com o povoamento do arquipélago, graças à *Carta de Limitação de Privilégios* em finais do século XV, sendo possível já em pleno século XIX, discutir-se acerca de uma identidade que se caracteriza sob a forma *objectivista* de *nação*.

⁶² GEORGES BURDEAU, *O Estado*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1970, p. 42.

⁶³ MICHEL CAHEN, *Luta de Emancipação Anti-colonial ou Movimento de Libertação Nacional? Processo Histórico e Discurso Ideológico: O caso das Colónias Portuguesas e de Moçambique em particular*, op. cit., p. 41.

⁶⁴ Cfr. PEDRO BORGES GRAÇA, *A Construção da Nação em África*, op. cit., p. 22.

A formação da identidade cabo-verdiana e a construção da *nação* decorrem de factos históricos e de movimentos culturais, bem como da construção de *consciência nacional* e da ideia de ser-se “cabo-verdiano”, expressa particularmente através da literatura, que desempenhou um importante papel de resistência ao regime colonial. Por exemplo, o jornal *Voz de Cabo Verde* destacou-se neste contexto pelas manifestações de uma elite cultural, reconhecida como *geração dos nativistas*. Estes reconhecem e definem a identidade como meio de construção da unidade do grupo, mas também de distinção pela qual o grupo procura assentar a sua coesão e marcar a sua posição em relação a outros. Tal veio despertar o ideal de construção da *nação* e a identificação do *mestiço*, através de poesias, mensagens, crónicas, contos, frases e pensamentos expressos no respectivo jornal. Procurou-se, por um lado, incutir no *mestiço* a consciencialização da sua identidade nacional, assumindo-a como um conjunto de características que o identifica como elemento pertencente a uma *nação* e a uma sociedade. Por outro, procurou identificar-se a cultura como apropriação de um grupo criado e recriado pela acção e interacção social, transmitida como parte do património comum.

O jornal, desde a década de trinta do século passado, permitiu que se criasse uma consciência na identificação e reconhecimento do *mestiço* perante a sociedade e nele foram definidos os passos para a sua coesão em relação a outros grupos. Procurou-se ainda reconhecer a imposição da identidade *mestiça* no rol dos “povos colonizados” pelo antigo império português.

A questão a respeito da identidade assenta na apresentação de narrativas elaboradas igualmente pela *elite claridosa*, sendo caracterizada por um conjunto de aspectos inerentes, onde se destacam os factores culturais da antiga metrópole portuguesa. O argumento era o de que o *mestiço* cabo-verdiano constituía um caso à parte entre os demais povos africanos, visto ter conseguido assimilar os hábitos, costumes e valores culturais dos habitantes da metrópole. A este respeito, Adriano Moreira identifica os cabo-verdianos como sendo a expressão perfeita do luso-tropicalismo no mundo.⁶⁵

A descrição dos *claridosos* acerca do *mestiço* marcou uma ruptura com aquilo que a sociedade cabo-verdiana representava em termos de identidade. Por um lado, isso requereu, por parte da *elite claridosa*, o reconhecimento dos fundamentos da política colonial portuguesa, basicamente naquilo que se prendia com a própria assimilação cultural por parte da metrópole e, por outro, na definição que se fez acerca do *mestiço*, enquanto sujeito e objecto distinto dos demais povos, que superou e resistiu às influências culturais africanas e

⁶⁵ ADRIANO MOREIRA, *Partido Português*, Lisboa, Bertrand, 1962, p. 140.

que, em alguns casos, se demarcou em relação à assimilação perpetrada pela cultura do seu colonizador. A estratégia traçada pelos intelectuais da *geração dos claridosos* visou o reconhecimento do *mestiço* cabo-verdiano, apresentando-o como aquele que melhor definia os interesses da antiga metrópole, e que se demarcou do “universo” que o colonizador criou. Isso traduz-se na adaptação aos princípios que o colonizador definiu em relação ao *mestiço*, sendo visível que, de facto, as suas tradições, usos e costumes eram diferentes daqueles que se verificavam nas outras colónias portuguesas em África.

Por conseguinte, a identificação de factores singulares é considerada essencial na abordagem acerca da configuração da identidade, através de uma análise histórica e sociológica acerca da formação da identidade e da construção da *nação* cabo-verdiana e das respectivas posições dentro do campo literário e académico. Relativamente às posições políticas, considera-se que se verificou a criação de uma consciência política, sobre a qual o pensamento e as ideologias predominaram mesmo antes do período de independência.

Cabo Verde, ainda no período colonial, demarcou-se do sistema político ancorado nas ideias políticas da antiga metrópole que, posteriormente, foi determinante na estruturação do Estado-Nação. Neste contexto, o cabo-verdiano distingue-se pelo forte *sentimento colectivo*, e por ser portador de valores culturais que emergem desde a sua origem e que conduziram o processo de autonomização enquanto Estado. Adriano Moreira reconhece que “*o processo português teve consagração na emergência da nação antes de qualquer outro Estado europeu o ter conseguido, teve consagração em emergência como as de Cabo Verde e do Brasil.*”⁶⁶ Neste contexto, sobressai a ideia de *singularidade* de Cabo Verde no contexto africano pela conjugação de vários factores. Trata-se de um vocábulo cuja origem etimológica vem do latim *singularitate* que designa “*o facto de ser único*”.⁶⁷ Adriano Moreira considera as ilhas de Cabo Verde como “*desertas, verdadeiramente achadas pelos portugueses, tudo aqui foi criação subordinada ao princípio da síntese de culturas, porque longe estavam dos seus meios originárias os homens de todas as etnias que vieram fundir no cabo-verdiano português.*”⁶⁸ Esta perspectiva permite salientar que apesar do contacto e da base da formação da cultura cabo-verdiana estar intrinsecamente ligada ao passado da sua formação, esta afirmou-se com as suas singularidades, permitindo o reconhecimento da cultura e dos padrões e normas orientadoras na afirmação da identidade. É possível aqui destacar um conjunto de

⁶⁶ ADRIANO MOREIRA, *A Cidadania entre o cosmopolitismo e o multiculturalismo*, in MARIA DE FÁTIMA AMANTE (COORD.), *Identidade Nacional: Entre o discurso e a prática*, (1ª ed.), Porto, Fronteira do Caos & CEPESE, 2011, p. 34.

⁶⁷ JOÃO PEDRO MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, op. cit., p. 207.

⁶⁸ ADRIANO MOREIRA, *Partido Português*, Lisboa, Bertrand, 1962, p. 140.

manifestações culturais e identitárias como a língua, a música, a gastronomia, o casamento, os rituais de nascimento e de morte, a sementeira e os rituais sincréticos.

Do ponto de vista da formação da identidade e construção da *nação*, Cabo Verde constitui no contexto africano um caso singular pelo facto de ter sido o *mestiço*, e não o branco, a se estabelecer como principal *sujeito da história* do arquipélago ainda no período colonial. Esta singularidade é resultado de uma miscigenação étnica e cultural, que permitiu aos cabo-verdianos “*tornarem-se praticamente os únicos agentes das transformações culturais em curso, a partir do século XVII.*”⁶⁹ O processo de mestiçagem em São Tomé e Príncipe, inicialmente semelhante ao de Cabo Verde, sofreu alterações, sobretudo a partir da segunda década do século XIX, quando os europeus substituíram a elite *crioula* na exploração das culturas do cacau e do café.

Um aspecto importante a considerar na análise diz respeito ao facto de Cabo Verde ter sido descoberto em 1460, trinta e dois anos antes de Cristóvão Colombo ter chegado às Antilhas e quarenta anos antes de Pedro Álvares Cabral ter desembarcado no Brasil. Contudo, o povoamento do Brasil foi anunciado em 1531 por D. João III por meio da criação de capitânias. Em relação às Antilhas, só aproximadamente um século depois é que inicia o processo de povoamento, em 1612 (Bermudas), 1623 (St. Kitts e Barbados), 1635 (Guadalupe e Martinica), 1655 (Jamaica), 1640 a 1680 (Caribe), 1697 (Haiti) e 1672 (Ilhas Virgens). Ademais, tendo as explorações francesas somente início a partir 1640 e as holandesas após 1642.

Cabo Verde foi encontrado desabitado. Através das diversas fontes documentais, deduz-se que o arquipélago foi possivelmente, o primeiro “centro de origem” do *crioulo* como povo e língua. Do ponto de vista etimológico, *crioulo* deriva de *criar*⁷⁰ que significa “*fazer crescer*”, um diminutivo de “*cria*” que era utilizado para designar um afilhado, uma cria ou uma criança. A primeira referência ao *crioulo* foi feita pelo Padre Baltazar Barreira, em 1606, quando referiu que a “*principal sementeira que fazem é o milho zaburro deste comem ordinariamente os crioulos e pretos [...] dá-se bem o trigo se o semearem, mas há poucos que o façam por vir muita farinha de fora de que se amassa cada dia o pão que comem os portugueses.*”⁷¹ Igualmente o jesuíta espanhol Alonso de Sandoval refere na sua obra

⁶⁹ DULCE ALMADA DUARTE, *Literatura e Identidade: Uma abordagem sociocultural*, in *Revista Cultura*, Ano 2, Nº 2, Praia, Ministério da Cultura de Cabo Verde, Julho de 1998, p. 8.

⁷⁰ JOÃO PEDRO MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, op. cit., p. 253

⁷¹ Cfr. ANTÓNIO CARREIRA E TEIXEIRA DA MOTA, *O milho zaburro e o milho maçaroca da Guiné e nas ilhas de Cabo Verde*, in *Revista de História Económica e Social*, Nº 17, 1986, p. 17-18.

Naturaleza Política, Sagrada y Profana, Costumbres y Ritos publicada em 1627, que entre 1600 e 1613 entraram em Cartagena das Índias, na Colômbia, três tipos de negros vindos de Cabo Verde, “*uns boçales, al modo de los que traem de Cacheo; otros ladinos, que hablan lengua portuguesa y llaman Criollos no porque ayan nacido en Cabo Verde sino se criaron desde pequeños allí, aviendo llegado boçales [...] otros llaman naturales y son nascidos y criados en la misma isla de Cabo Verde y Baptisados ninos.*”⁷² Em 1617, na carta do Padre Sebastião Gomes dirigida ao Padre Geral da Companhia acerca da fundação do Colégio da Ordem na Ribeira grande refere que “*há aqui quatro sortes de gente, scilicet crioulos, que são os naturais da terra, cristãos-novos, clérigos da terra e de Portugal, e alguns cristãos velhos de Portugal, mas muito poucos.*”⁷³ Para o linguista alemão Jürgen Lang, do Departamento de Estudos Românicos da Universidade de Erlangen-Nürnberg, parece fazer sentido que o *crioulo* tenha nascido em Cabo Verde, considerando que a “*crioulização do português deve, portanto, ter começado nas primeiras décadas após a descoberta. Por conseguinte, o crioulo desta ilha é um dos mais antigos crioulos de base europeia ainda vivo ou talvez até o mais antigo.*”⁷⁴

Também sobre este aspecto, há que referir que a Cidade da Ribeira Grande de Santiago, actual Cidade Velha, foi a primeira cidade portuguesa na África Subsaariana, que depois da descoberta do arquipélago, funcionou como escala obrigatória nas viagens transatlânticas. Trata-se de uma cidade que, pela importância do seu porto, representava o comércio de escravos, inicialmente efectuado entre os rios da Guiné e os *reinos ibéricos* e, mais tarde, com o continente americano. A cidade de Ribeira Grande tornou-se num ponto de escala obrigatória, o que representou uma oportunidade para o enriquecimento dos seus *moradores*. Em 1495, foi construída nesta cidade a primeira igreja de culto cristão em África, denominada de *Nossa Senhora do Rosário* e, em 1533, fundou-se a Diocese de Santiago. O cabo-verdiano foi sempre maioritariamente cristão, o que teve implicações na forma de se ver a si próprio e ao mundo que o rodeia.

A ideia de *nação* em Cabo Verde surge, ao contrário da maioria das *nações* africanas, séculos antes do Estado independente. Trata-se de um processo em que diversos foram os factores que contribuíram para a formação de uma *consciência nacional*. A título de exemplo

⁷² ALONSO DE SANDOVAL, *Naturaleza Política, Sagrada y Profana, Costumbres y Ritos*, Sevilha, Francisco Lira, [1627] 1927.

⁷³ apud CHRISTIANO JOSÉ SENNA BARCELOS, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Lisboa, Tipografia da Academia Real de Sciencias, 1899, p. 210.

⁷⁴ JÜRGEN LANG, *Breve esboço da gramática do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde)*, in *Santa Barbara Portuguese, Studies*, Nº 5, 2001, p. 228-229.

temos o fenómeno da fuga de escravos para o interior da ilha de Santiago, o surgimento de revoltas populares como as que ocorreram na ilha de Santiago (Engenhos (1822), Achada Falcão (1841), Ribeirão Manuel (1910) e Achada Portal (1920) e aquelas que tiveram lugar nas ilhas do Barlavento (Paúl, Santo Antão (1894) e de São Vicente (1929 e 1934) e, de entre outros factores, como o interesse manifestado desde há séculos pela valorização da língua materna, assim como o forte sentimento de ligação à terra.

A administração portuguesa utilizou os naturais das ilhas na gestão da administração colonial, tratando-se de “*um fenómeno que remonta à institucionalização das primeiras organizações político-administrativas instituídas desde finais do século XVI. Essa pertença acentua-se à medida que, nas ilhas, escasseavam homens do reino, afugentados pelo esgotamento dos mecanismos de reprodução da sociedade escravista.*”⁷⁵ Porém, a génese da elite moderna desponta a partir da segunda metade do século XIX em que os *naturais* passaram a ocupar cargos na administração, visto possuírem maiores níveis de instrução em relação a outros países africanos de expressão portuguesa. No arquipélago, graças à contribuição da igreja católica e da presença do Estado colonial, foi possível instituir num primeiro momento o ensino primário que ocorreu em 1817 com a criação da primeira Escola Primária na Vila da Praia e, mais tarde, com o surgimento das primeiras “aulas” na Escola Principal em 1848 na ilha da Brava. Porém, a criação do primeiro Liceu Nacional ocorreu em 1860, na cidade da Praia, e trouxe uma importância significativa na escolarização da elite intelectual, que serviu de mediadora junto da metrópole.

Um outro aspecto importante deve-se ao facto de Cabo Verde nunca ter sido sujeito ao *estatuto de indigenato*, o que aconteceu em outros países africanos de expressão portuguesa. O diploma legislativo n.º 956, de 4 de Novembro de 1947, declara, no seu preâmbulo, a não aplicabilidade do Estatuto do Indigenato aos naturais de Cabo Verde, considerando que as populações de Cabo Verde não estão sujeitas nem à classificação de *indígena* nem ao *regime de indigenato*.⁷⁶ Adriano Moreira refere que “*o Estado da Índia, Macau e Cabo Verde constituíram sempre excepção à regra*”.⁷⁷ Cabo Verde foi considerado diferente em relação às outras colónias que tiveram o *estatuto do indigenato* pelo facto de se encontrar “mais perto” da metrópole e, desde logo dos arquipélagos dos Açores e Madeira, designados de

⁷⁵ CRISANTO BARROS, *Notas sobre o Recrutamento da Elite Político-Administrativa Cabo-verdiana Pós-Independência*, in CRISTINA SARMENTO & SUZANO COSTA (COORDS.), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*, Coimbra, Almedina, 2013, p. 390.

⁷⁶ Cfr. ANTÓNIO CARREIRA, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 202.

⁷⁷ ADRIANO MOREIRA, *Batalha da Esperança*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1964, p. 194.

“ilhas adjacentes”. Cabo Verde usufruía igualmente desse estatuto, embora de um modo informal, particularmente no que se refere às elites cabo-verdianas. Indubitavelmente, a população cabo-verdiana é das mais “miscigenadas” de entre os países africanos fruto de um povoamento entre dois elementos humanos diferentes, o europeu e o africano, que teve lugar há mais de cinco séculos e meio.

Uma outra singularidade diz respeito ao modo como Cabo Verde chegou à independência pois, o processo de libertação contra a opressão colonial e a injustiça social, desenvolveu-se sob a égide de um projecto de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Acrescenta-se ainda o facto de Cabo Verde ser o único país independente que integra o grupo dos países que fazem parte da Macaronésia e, de entre os PALOP, o único cuja *língua materna* é o *crioulo* e a mais falada.

Revela-se, portanto, fundamental reconstruir o caminho sócio-histórico e de afirmação da ideia de *nação*, de forma a focar-se na seguinte questão central: Mesmo com o peso dos factores heterogéneos que contribuíram para a formação da identidade e da sociedade cabo-verdiana, poder-se-á considerar Cabo Verde como uma *nação* singular, que antecede a construção do Estado independente e se demarca no contexto africano?

Neste sentido, considera-se o conjunto dos elementos socioculturais, geográficos e territoriais que permitirão caracterizar e descrever os factores relativos à construção da identidade e, posteriormente, do Estado-Nação nesse arquipélago. Ao referenciar a formação da identidade, com destaque para a identidade colectiva, devemos considerar duas grandes vias: a singularidade e a autenticidade.⁷⁸ Contudo, mesmo nas sociedades consideradas mais homogéneas do ponto de vista identitário nunca se observa uma uniformidade absoluta.⁷⁹

Os objectivos da presente investigação visam contribuir para o aprofundamento de um estudo sistematizado sobre a formação da identidade cabo-verdiana, e verificar como, efectivamente, se processou a construção da *nação*. Trata-se de um caminho sócio-histórico singular, na medida em que este arquipélago se encontrava despovoado aquando da chegada dos portugueses, e por ter recebido a partir do século XV os primeiros contingentes populacionais. Este espaço moldou-se de um modo diferente daquilo que se verificou na maioria das *nações* da antiga “África Portuguesa”. Pretende-se, assim, com isto analisar as particularidades a respeito da formação da identidade à luz dos paradigmas históricos e sociológicos e descrever os processos de estruturação social e económica nos séculos XVI e

⁷⁸ Cfr. CARLOS DIOGO MOREIRA, *Identidade e pluralismo*, op. cit., p. 40.

⁷⁹ Cfr. JORGE DIAS, *Introdução ao estudo das Ciências Sociais*, in *Colóquios Sobre Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudo Políticos e Sociais, 1958, p. 21.

XVII. Esta análise permitirá salientar o papel da cultura cabo-verdiana oriunda de contributos de populações africanas e europeias, onde a população branca, negra ou *mestiça* acabou por assimilar os valores transmitidos pelos seus precursores, tendo isto permitido uma maior “coesão nacional”. Trata-se aqui de um processo resultante de uma dinâmica de convivência social entre elementos culturais europeus e africanos, em oposição à dinâmica de coexistência social, visível sobretudo em países anglófonos.⁸⁰ Posteriormente, pretende-se compreender o debate contemporâneo que existe em Cabo Verde sobre o dilema identitário que, para uns resulta de ajustamentos geográficos e históricos e, para outros, do *sentimento de pertença* de Cabo Verde à Europa ou África. Esta ambivalência acentua-se na discussão por parte de uns, que defendem uma maior aproximação ao espaço europeu, e outros que são da opinião de que deveria existir uma maior integração de Cabo Verde no contexto africano.

Os quadros conceptuais e metodológicos de análise acerca das questões identitárias permitem a adopção de uma linha de análise tripartida - histórica, sociológica e política - que conduzirá à compreensão da génese da identidade cabo-verdiana, e examinar como se processou o processo de construção do Estado-Nação em Cabo Verde, tendo em conta a necessidade da sua demonstração empírica. Este estudo privilegia uma incidência predominantemente histórica e sociológica, com um olhar simultaneamente holístico, característico dos Estudos Africanos, realçando sobretudo a questão da identidade, enquadrando-se, por isso, no âmbito dos estudos dos factos sociais. O conhecimento histórico é compreendido como um processo de pesquisa sobre relações sociais, sendo que, por vezes, nos deparamos com a inexistência de análises de conjunto sobre a configuração identitária cabo-verdiana.

2. Metodologia

A investigação segue uma linha metodológica, que auxilia na compreensão da problemática em relevo, assentando na pesquisa documental, principalmente de fontes escritas e de memórias literárias, e na recolha de informações através de entrevistas a cinquenta e nove personalidades, perfazendo aproximadamente sessenta e cinco horas de entrevistas, que decorreram do trabalho de campo efectuado em Cabo Verde durante quatro anos e meio, procurando assim elucidar as questões inerentes à construção da identidade e da *nação*.

Numa primeira análise, é possível identificar na *elite cultural* cabo-verdiana, aqueles cujo pensamento tende a identificar-se mais com a raiz africana (*nativistas e nacionalistas*) ou com

⁸⁰ Cfr. PEDRO BORGES GRAÇA, *A Construção da Nação em África*, op. cit., p. 203.

a matriz europeia (*claridosos*). Neste sentido, procura-se descrever a dimensão histórica e sociológica, com o objectivo de analisar os factores que estão presentes na definição da configuração identitária e do processo de construção da *nação*, que se caracteriza como singular de entre os países da África Lusófona. O programa identitário sobre a construção da *nação* levado a cabo por esta elite centra-se, essencialmente na emergência do processo de “mestiçagem”, o qual exige um quadro conceptual próprio e que é, ainda hoje, discutido no meio académico e literário no sentido de se tentar compreender se Cabo Verde se aproxima, do ponto de vista identitário, mais do continente africano ou do europeu.

Através de uma investigação pormenorizada, é possível desconstruir discursos sobretudo do ponto de vista literário, que ao longo de décadas serviram como elementos para a problematização de várias temáticas desenvolvidas no seio da academia. A formação destes processos em Cabo Verde não só se inscreve num momento preciso e actual, como permite recuar décadas para a compreensão da história neste arquipélago. Na óptica do historiador António Pedro Ribeiro dos Santos “*a história de um povo, tem todavia um maior significado nacional, uma vez que transporta as gerações presentes para o passado, por vezes aformoseado pelo ‘cronistas mores’, com o objectivo de extrair dos acontecimentos históricos os aspectos mais relevantes que sirvam para promover condutas dedicadas à causa pública.*”⁸¹ Porém, a história necessita de um certo distanciamento crítico quanto ao seu objecto, sendo, para isso, necessário investigar e interpretar, com uma certa “criticidade”, os acontecimentos, resgatando a memória e ampliando assim a compreensão do actual processo de configuração identitária cabo-verdiana.

A construção, ou mesmo a formação destes processos sociais, constituem elementos que fundamentam os fenómenos observados, que se encontram em suporte bibliográfico, sobretudo no recurso a memórias literárias, no sentido de identificar lugares, personagens, costumes, impressões e experiências relatadas pelos seus actores, que fundamentam os factos sociais que decorreram desta realidade caracterizada como singular.

O conceito de *facto social* é aquilo que Émile Durkheim, sociólogo e filósofo francês, na obra *As Regras do Método Sociológico*, descreve como “*exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem*” e “*inalienáveis aos fenómenos orgânicos ou psíquicos*”⁸² Os mesmos devem ser analisados de forma aprofundada e consistente, possibilitando a construção de um objecto de conhecimento, sendo que este

⁸¹ ANTÓNIO PEDRO RIBEIRO DOS SANTOS, *As Metamorfoses do Estado: Rumo à Mega-Confederação Europeia?* op. cit., p. 285.

⁸² EMILE DURKHEIM, *As Regras do Método Sociológico*, (11ª ed.), São Paulo, Editora Nacional, 1985, p. 3.

conhecimento, como salienta o sociólogo belga e professor da Universidade de Saint-Louis (Bruxelas) e da Universidade Católica de Louvain, Luc Van Campenhoudt “*nunca está dado por antecipação, não se impõe nunca de uma maneira unívoca: ele é sempre construído.*”⁸³ Segundo Óscar Soares Barata “*muitas das opiniões, atitudes, comportamentos, realizações e outros factos que podem ser tema de estudo são objecto de sentimentos poderosos que podem levar a opor vivas reacções à curiosidade exterior.*”⁸⁴ É nesta perspectiva que os factos sociais não devem ser confundidos com os fenómenos orgânicos ou psíquicos, que constituem um grupo distinto de factos observados por outras ciências. Émile Durkheim observa que “*o todo não é idêntico à soma das partes, constitui algo diferente e cujas propriedades divergem daquelas que apresentam as partes de que é composto. (...) A sociedade não é uma simples soma de indivíduos, e sim um sistema formado pela sua associação, que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios.*”⁸⁵ Essa realidade engloba características sociais, históricas e políticas relevantes na estruturação e construção do objecto de conhecimento. Como observa Pedro Borges Graça, tendo em vista a “*utopia da verdade*”, os cientistas sociais precisam de “*problematizar e questionar a sua própria equação pessoal. Isto significa que têm de exercitar previamente o conhecimento de si próprios, dos seus valores e crenças e pré-conceitos relativamente ao objecto de estudo de modo a maximizarem a objectividade em detrimento da subjectividade.*”⁸⁶

Os factos históricos e políticos aqui mencionados dizem respeito, não somente a acontecimentos que pertencem a um passado mais próximo ou distante, podendo assumir-se de carácter material ou mental, nos quais se apercebem as mudanças ou permanências ocorridas na vida colectiva de uma determinada sociedade, mas também podem constituir-se em acções realizadas pelos indivíduos e pelas suas associações, que envolvem diferentes níveis da vida em sociedade. Para o historiador e professor da antiga Escola Superior Colonial, António da Silva Rego “*um facto denomina-se histórico quando pertence ao passado e deixou vestígios de si mesmo em documentos. Os factos passados, mas de que se não guarda memória alguma, são, na prática, factos inexistentes. Não interessam mais à humanidade. Podem porém, construir objecto de investigação e de hipóteses.*”⁸⁷ Já António

⁸³ LUC VAN CAMPENHOUDT, *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*, (1ª ed.), Lisboa, Gradiva, 2003, p. 65.

⁸⁴ Cfr. ÓSCAR SOARES BARATA, *Introdução às Ciências Sociais*, (Vol. 1, 7ª ed.), Amadora, Bertrand, 1974, pp. 147-148.

⁸⁵ EMILE DURKHEIM, *As Regras do Método Sociológico*, op. cit., pp. 89-90.

⁸⁶ PEDRO BORGES GRAÇA, *Utopia da Verdade: Quatro Elementos Fundamentais da Metodologia das Ciências Sociais*, in *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Nº Edição Especial / Atas I EIRI, Dezembro 2013, p. 28.

⁸⁷ ANTÓNIO DA SILVA REGO, *Noções de Metodologia e Crítica Históricas*, Lisboa, Gabinete de Estudos Ultramarinos – Centro Universitário de Lisboa, 1951, pp. 9-10.

de Sousa Lara é da opinião de que a história política tem como objecto de estudo os fenómenos do passado “*designadamente sobre aqueles definidos como políticos.*”⁸⁸ Pedro Borges Graça refere que, tal como as pessoas, uma “*Nação é aquilo que é no presente em função do que foi no passado e do que está a projectar ser no futuro.*”⁸⁹ O autor é igualmente da opinião de que a História “*enquanto vivência real do passado é um facto que sofre desvios de análise no processo de conhecimento científico. Mas a Ciência Histórica existe, mesmo imperfeita, e o seu propósito é precisamente compreender na medida do possível a realidade após um tratamento rigoroso dos acontecimentos e fenómenos investigados.*”⁹⁰ Esta análise pode inscrever-se naquilo que seria o *tempo trípico*, ou seja a conjugação do passado, presente e futuro que “*é parte integrante de qualquer indivíduo, grupo, instituição, Estado ou Nação, tanto do ponto de vista sincrónico como diacrónico. A História pode aliás ser vista como uma sucessão de tempos tríplices em quaisquer culturas e civilizações.*”⁹¹

A História não se reconstrói apenas com documentos escritos, mas também com a tradição oral cientificamente recolhida e analisada. No caso africano, esta (re)construção confronta-se com a escassez de estudos documentados. Jan Vansina, historiador e antropólogo belga, nos anos 50, recorreu ao método científico de recolha de análise da tradição oral que “*apetrechou a nova História da África com uma das suas principais bases metodológicas.*”⁹²

No contexto cabo-verdiano, procura-se, em muitos casos, recuperar os aspectos da vida quotidiana considerados como bens culturais, como lugares de memória e como património imaterial, numa perspectiva do homem como um ser social e dinâmico.

De uma forma sintética, é possível constatar que os investigadores cabo-verdianos procuram explicar as influências que estiveram na base da sua cultura, a partir de duas realidades: a primeira, através da cultura local e regional, e a segunda, através da cultura oriunda do exterior. Tais contactos e simbioses revelam relações e trocas complexas de diferenças, afirmadas na assimilação, que redundam numa certa “mestiçagem” de influências europeias e africanas. A formulação do problema consiste em mencionar de forma explícita e operacional o que se pretende identificar e ultrapassar nas dificuldades com que os

⁸⁸ ANTÓNIO DE SOUSA LARA, *Ciências Políticas: Metodologia, Doutrina e Ideologia*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1998, p. 16.

⁸⁹ Cfr. PEDRO BORGES GRAÇA, *A Identidade Nacional Portuguesa*, in *Elvas Caia: Revista Internacional de Cultura e Ciência*, Nº 3, Colibri/Câmara Municipal de Elvas, 2005, p. 82.

⁹⁰ PEDRO BORGES GRAÇA, *O Problema do Consenso Histórico na Área Lusófona*, in *Portuguese Literary & Cultural Studies*, Nº 19/20, University of Massachusetts Dartmouth, 2011, p. 446.

⁹¹ PEDRO BORGES GRAÇA, *Utopia da Verdade: Quatro elementos fundamentais da Metodologia das Ciências Sociais*, op. cit., p. 28-29.

⁹² PEDRO BORGES GRAÇA, *A Construção da Nação em África*, op. cit., p. 32.

investigadores se defrontam, delimitadas a um campo de pesquisa.⁹³ O caminho de uma “viagem pela memória” procura explicar o significado da identidade cabo-verdiana, sendo ela complexa, dinâmica e marcada, nos dias de hoje, pela adoção de padrões de consumo, que têm como ponto de chegada a expressão dos marcos da diversidade dos hábitos sociais e culturais típicos de Cabo Verde.

2.1. Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica possibilita, através dos documentos escritos, analisar e aprofundar a problemática da formação da identidade e construção da *nação* em Cabo Verde, bem como descrever, a partir dos documentos que narram a história neste arquipélago, constituindo, dessa forma, uma fonte para a investigação nas Ciências Sociais.⁹⁴ Considera-se necessário fazer referência a um passado relativamente próximo e distante da história das “gentes das ilhas” nas suas diferentes épocas. Além disso, muito frequentemente permanece como um testemunho das actividades particulares que ocorreram num passado recente.⁹⁵ Para Carlos Diogo Moreira, a pesquisa bibliográfica encontra-se muitas vezes associada à história, e esta não existe sem a documentação, assim como “*os investigadores sociais se interessam geralmente pelas fontes documentais e pelos dados que podem obter a partir delas.*”⁹⁶

A construção do Estado-Nação em Cabo Verde constitui um objecto de estudo denotado como um *facto social histórico* porque é possível, por um lado, estudá-lo sob o prisma de um *facto social* e, por outro, recorrer ao estudo dos *factos históricos*, no sentido de identificar e utilizar com sentido crítico, fontes de informação (bibliografia, documentos, testemunhos orais, iconográficos e outros) e de se poder descrever, detalhadamente, os recentes acontecimentos históricos acerca do processo de construção da *nação*. É necessário para isso a aplicação de critérios rigorosamente científicos, que sirvam a análise aos fenómenos que dizem respeito à realidade social e política.

A pesquisa bibliográfica constitui “*uma técnica de aprofundamento teórico em busca de soluções de problemas previamente definidos.*”⁹⁷ Carlos Diogo Moreira afirma que a pesquisa

⁹³ Cfr. EDUARDO CARVALHO, *Metodologia do Trabalho Científico: “Saber-fazer” da Investigação para Dissertações e Teses*, Lisboa, Escolar, 2002, p. 109.

⁹⁴ Cfr. ANDRÈ CELLARD, *A Análise Documental*, in POUPART JEAN, ET ALII, *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, Petrópolis, Vozes, 2008, p. 295.

⁹⁵ Cfr. ANDRÈ CELLARD, *A Análise Documental*, op. cit., p. 295.

⁹⁶ CARLOS DIOGO MOREIRA, *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994, pp. 28-29.

⁹⁷ ANA CRISTINA FARIA, *Manual Prático para Elaboração de Monografias: Trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses*, São Paulo, Vozes, 2007, p. 34.

bibliográfica “destina-se a familiarizar o investigador com o volume de informações disponível e a evitar o perigo de pesquisar assuntos já trabalhados.”⁹⁸ Os periódicos, livros, guias e manuais serviram de base para se discutir acerca do processo de configuração identitária e construção da *nação* em Cabo Verde.

A investigação encontra-se centrada sobretudo no cruzamento interdisciplinar, no sentido de melhor se poder compreender o processo de construção da *nação* em Cabo Verde. Esta engloba diversas fontes entre as quais se seleccionaram revistas, jornais, periódicos, livros impressos e pinturas. Nas revistas, jornais e periódicos privilegia-se o pensamento e interpretação da *geração dos pré-claridosos* e dos *claridosos* acerca da formação da identidade e da construção da *nação* em Cabo Verde.

A imprensa local foi preponderante para a preservação do *registo de memórias* acerca da história e dos acontecimentos que ocorreram neste arquipélago, o que nos permite, nos dias de hoje, “recuar no tempo”, e interpretar o pensamento de uma *geração* através da análise documental, sem se opor a outros elementos complementares.

A análise da informação através da imprensa escrita apresenta, até certo ponto, um instrumento na “busca do passado” de um determinado povo. É possível, graças às *fontes literárias* “viajar no passado” em busca de explicações. Através da memória escrita, elaborada por um conjunto de intelectuais com conhecimentos literários evidenciados e das suas interpretações e respectivas “visões do mundo” sobre diversas realidades e circunstâncias, tornou-se possível a aquisição de uma importante herança para a história deste arquipélago. É possível, através do recurso à pesquisa bibliográfica, compreender hábitos e costumes, anseios e lutas travadas que, actualmente, se afiguram como imprescindíveis na compreensão do pensamento demonstrado pelas diferentes *gerações*.

Nas obras impressas, analisa-se a contribuição dos diferentes autores cabo-verdianos e de outros que se dedicaram a estudar a construção da *nação* neste país. A partir dos diferentes estudos sobre a questão da formação da identidade, procura-se construir novos paradigmas que sustentem as explicações em torno destas concepções presentes no actual processo de configuração identitária.

O debate existente no seio das elites, relativamente ao posicionamento de Cabo Verde em relação a África e à Europa, apresenta, ainda hoje, diferentes pontos de vista no seio da academia, evidenciado sobretudo pela discussão entre os intelectuais, observáveis nas várias

⁹⁸ CARLOS DIOGO MOREIRA, *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, op. cit., p. 37.

leituras. O trabalho apresentado pelos diferentes autores revela-se de extrema importância para a presente investigação.

As fontes escritas foram recolhidas essencialmente em Cabo Verde e Portugal. Em Cabo Verde, recorreu-se aos documentos disponíveis na Biblioteca Nacional, no Arquivo Histórico Nacional, na Biblioteca da Assembleia Nacional, na Biblioteca da Universidade de Cabo Verde, na Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, bem como na Biblioteca da Universidade Jean Piaget. Em Portugal, a pesquisa centrou-se essencialmente na Biblioteca Nacional, na Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e no Arquivo Histórico Ultramarino do Instituto de Investigação Científico Tropical.

Os diversos documentos – periódicos, anais, revistas e jornais – que marcam a história de Cabo Verde encontram-se disponíveis nas respectivas salas de consulta e, em alguns casos, no Portal da biblioteca *online* de Cabo Verde, no portal da Biblioteca Universitária do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde e no Portal do Conhecimento do Ministério do Ensino Superior de Cabo Verde, onde se encontram várias publicações de teses de mestrado e de doutoramento, bem como artigos publicados em revistas científicas produzidos por autores nacionais e estrangeiros, com especial destaque para o contexto cabo-verdiano. Nesta pesquisa foi necessário aceder a um conjunto de documentos que são tidos como fontes essenciais das diferentes manifestações literárias de uma elite que marcou a história de Cabo Verde e que, através dela, transmitiu os seus pensamentos e sentimentos, relativamente à formação da identidade e da *nação*.

A *nação* em Cabo Verde surgiu há alguns séculos, sendo necessário para o seu estudo descrever, analisar e compreender as etapas da sua formação, nomeadamente as narrativas, os discursos e as “memórias” das diferentes personalidades que participaram directa ou indirectamente neste processo. Consultou-se, essencialmente, documentos existentes no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, onde foi possível identificar a maior parte das fontes documentais publicadas na imprensa local, regional e nacional e em revistas da especialidade, incluindo textos de seminários, congressos, encontros, colóquios, mesas-redondas e conferências. Os discursos e narrativas proferidas pela *elite cultural* cabo-verdiana encontram-se mencionados nos diversos jornais e revistas, como no jornal *Voz de Cabo Verde*, *Revista Claridade*, e entre outros periódicos, como *O Manduco* de Pedro Cardoso.

2.2. Trabalho de Campo

O trabalho de campo constitui uma etapa fundamental na investigação científica, pela possibilidade de fornecer vínculos pertinentes com os factos estudados, permitindo testá-los de forma empírica e, desse modo, objectivar as observações efectuadas ao longo de quatro anos e meio no terreno. O trabalho de campo “*assenta tanto nos seus pressupostos científicos como nos seus valores e qualidades pessoais.*”¹⁰¹ Com recurso às técnicas e instrumentos de recolha de dados, foi possível interagir com o objecto de estudo. Esta etapa teve início em Outubro de 2010, aquando da chegada à cidade da Praia, Ilha de Santiago. A principal preocupação enquanto investigador foi a de conhecer as características dos habitantes do arquipélago, as suas crenças, costumes e valores, a sua língua, maneira de ser, a música e a gastronomia, entre outros.

A universidade como espaço de reconhecimento público e prática social privilegiada para a construção do saber e promoção da cultura, foi palco de importantes encontros académicos, com especial destaque para debates, discussões, palestras e encontros temáticos sobre a identidade cabo-verdiana. A integração em Outubro de 2011 como docente e investigador na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e, simultaneamente, como orientador de seminários e supervisor de estágios e trabalhos de fins de curso, permitiu reforçar o trabalho de campo, assim como, participar em diversos encontros científicos, com especial destaque para o Ciclo de Conferências “Descobrir, Conhecer e Debater Cabo Verde” e os Encontros Internacionais de Reflexão e Investigação.

Ao longo dos quatro anos e meio, recorreu-se à técnica da observação participante e não participante. Participante, porque se interagiu com os habitantes, partilhando vivências em comum, habitando em casas de famílias cabo-verdianas durante dois anos e meio, o que permitiu compreender a dinâmica da interacção familiar, as suas perspectivas, anseios e hábitos deste povo. A integração foi feita paulatinamente, numa relação de proximidade, vivendo as suas dificuldades diárias e dando o máximo de apoio de uma forma envolvida e compreensiva. Mesmo sabendo que a presença do observador poderia, de certo modo, alterar o ambiente, nunca se perdeu a objectividade na observação dos dados registados de acordo com o objectivo da pesquisa.

Paula do Espírito Santo chama a atenção para o facto de que a observação participante deverá implicar para o investigador, além de observar o grupo, participar também “*nas suas actividades, que conviva e consiga integrar-se na comunidade ou grupo de análise. Aquela*

¹⁰¹ CARLOS DIOGO MOREIRA, *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, op. cit., pp. 107-109.

técnica implica que o investigador procure e consiga estabelecer relações ou laços com os indivíduos da comunidade, fazendo-o da forma mais natural possível, procurando também que tal não afecte o curso normal de vivência desta comunidade.”¹⁰²

Em outros momentos, a postura enquanto investigador foi de não interacção, mas unicamente de mero espectador, observando do “exterior”, sem interferir na acção que se desenrolava ao redor, sobretudo no meio académico, espaços públicos ou outros ambientes informais. Este método foi particularmente adequado para análise do “não-verbal”, abrangendo os códigos de comportamento, atitudes, observação de traços culturais, diálogos, reacções espontâneas e confrontos de vária ordem.

O método de observação não participante apresenta, na óptica de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, *“perfis muito diferentes, sendo o seu único ponto comum o facto de o investigador não participar na vida do grupo, que, portanto, observa ‘do exterior’. A observação tanto pode ser de longa como de curta duração, feita à revelia ou com o acordo das pessoas em questão, ou ainda realizada com ou sem a ajuda de grelhas de observação pormenorizadas.*”¹⁰³

A partir da observação participante, foi possível constatar que, em Cabo Verde, existe uma organização política, social e cultural diferente da maioria dos países africanos. A criação de instituições de base, desde a família até às manifestações culturais, constitui o alicerce de valores cívicos, éticos e sociais que, apesar de algumas diversidades entre as ilhas, conserva traços identitários comuns. É possível constatar que o *“santantonense”* o *“santiaguense”*, o *“sanicolaense”*, o *“foguense”* e o *“bravense”*, apesar de apresentarem diversidades entre si, acabam por se aproximar através da língua e da religião, dado partilharem de um tronco cultural comum.¹⁰⁴

Em dois períodos anteriores de trabalho de campo na Guiné-Bissau, tinha sido possível observar que a sociedade guineense, de uma forma geral, é constituída por uma heterogeneidade de culturas, grupos étnicos e religiosos, cada qual com as suas características e especificidades. No que diz respeito à religião, verificou-se a predominância de três grupos

¹⁰² PAULA DO ESPÍRITO SANTO, *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Génese, Fundamentos e Problemas*, (1ª ed.), Lisboa, Sílabo, 2010, p. 29.

¹⁰³ RAYMOND QUIVY & LUC VAN CAMPENHOUDT, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, (5ª ed.), Lisboa, Gradiva, 2008, p. 198.

¹⁰⁴ Cfr. JOÃO LOPES FILHO, *Contribuição para o Estudo da Cultura Cabo-verdiana*, (1ª ed.), Lisboa, Ulmeiro, 1983, pp. 28-32.

religiosos: os animistas, os cristãos e os islamizados, e às etnias mais de vinte e cinco grupos e mais de vinte línguas.¹⁰⁵

Durante o trabalho de campo, procedeu-se à realização de entrevistas num total de cerca de sessenta e cinco horas, a cinquenta e nove individualidades, com o objectivo de abrir pistas para a reflexão e aprofundamento a respeito da identidade e cultura cabo-verdiana. É aqui de sublinhar que foi necessário seguir um conjunto de regras para que o trabalho de campo fosse efectivamente o mais objectivo possível, o que representou uma certa dificuldade, uma vez que me deparei com um contexto sociocultural diferente daquele a que pertença. A este respeito, Pedro Borges Graça alude ao facto de que “*cada investigador, por mais que prepare a sua permanência no terreno com modelos de observação muito bem definidos, não deixa de deparar com um universo sociocultural diferente do seu com o qual tem de criar e manter uma relação de convivência onde interfere um conjunto de factores imprevisíveis.*”¹⁰⁷ Na observação feita pelo investigador, interferem, de igual modo, um conjunto de factores psicossociais. A imagem que projectamos de um facto observado encontra-se intrinsecamente ligada à nossa formação sociocultural, que abrange as nossas expectativas e os nossos conhecimentos.¹⁰⁸

No trabalho de campo é importante ressaltar a interacção entre o observador, imbuído da sua subjectividade e o elemento observado. O investigador deve ter em mente que o objecto de estudo é intrinsecamente singular e, neste sentido, há a necessidade de o reconhecer como um corpo integrante e interactivo, numa investigação em que se pretenda atingir a objectividade. A observação participante, segundo António Carlos Gil “*consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo.*”¹⁰⁹

Neste tipo de observação, vantajosa nos casos em que os objectivos de pesquisa permitem a recolha de dados a partir do ponto de vista do pesquisador, tendo como base a sua experiência pessoal¹¹⁰, procurou-se fazer uma aproximação aos grupos culturais e às

¹⁰⁵ Cfr. WILSON TRAJANO FILHO, *Polymorphic Creoledom: The "Creole" Society of Guinea-Bissau*, Pennsylvania, University of Pennsylvania, 1998, pp. 5-6.

¹⁰⁷ PEDRO BORGES GRAÇA, *A Construção da Nação em África*, op. cit., p. 52.

¹⁰⁸ Cfr. DAVID JOHN CHALMERS, *The Conscious Mind: In Search of a Fundamental Theory*, New York, Oxford University Press, 1996, p. 52.

¹⁰⁹ ANTÓNIO CARLOS GIL, *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, (5ª ed.), São Paulo, Atlas, 1999, p. 113.

¹¹⁰ Cfr. DÁLIA COSTA, *A recolha de dados: Técnicas Utilizadas*, in HUGO CONSCIÊNCIA SILVESTRE & JOAQUIM FILIPE ARAÚJO (COORDS.), *Metodologia para a Investigação Social*, Lisboa, Escolar, 2012, p. 148.

instituições cabo-verdianas, através do Departamento de Ciências Sociais e Humanas (DCSH) da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV).

Em Maio de 2011 foi criado o Observatório de Imprensa da Uni-CV, que possibilitou o desenvolvimento da investigação científica e a promoção de debates sobre temas relacionados com os *media* e o jornalismo em Cabo Verde. Facultou, deste modo, o acesso a um acervo bibliográfico importante acerca da formação da identidade e do processo de independência do Estado-Nação em Cabo Verde.

De Junho de 2011 a Novembro de 2014, procedeu-se a visitas às diferentes ilhas do arquipélago: Fogo em Junho de 2011; São Vicente em Julho de 2011 e Novembro de 2014; Santo Antão em Julho de 2011 e Boavista em Agosto de 2011, que permitiram conhecer de perto os seus habitantes, as suas diferentes manifestações culturais como a língua, a música, a gastronomia, as crenças e valores, etc., para além de ter sido possível a realização de algumas das entrevistas.

Um dos objectivos que norteou as deslocações no arquipélago foi o de proceder a realização de entrevistas que permitiriam alcançar uma melhor compreensão do processo de formação da identidade e da construção da *nação* em Cabo Verde, tendo-se revelado imprescindível o acesso aos depoimentos de especialistas que, directa ou indirectamente estiveram envolvidos no estudo da temática e no próprio processo de construção da *nação*. Na óptica de Raymond Quivy e Luc Van Campenhout, uma entrevista consistente deverá ser direccionada a peritos, docentes, investigadores especializados no domínio da investigação em causa que, desta forma, auxiliam na melhoria do conhecimento do terreno.¹¹¹

Teresa Haguette define a entrevista como *um “processo de interacção social entre duas pessoas, no qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.”*¹¹² A entrevista como recolha de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada na investigação social. Ressalta-se aqui a opinião de António Marques Bessa de que *“o conhecimento tem que ser colocado em primeiro lugar, isentamente, com fontes acessíveis e verificáveis, susceptíveis de documentar essas escolhas decisivas.”*¹¹³

Neste sentido, para a recolha de dados recorreu-se à entrevista, através da qual se procurou obter informação que de outra forma não seria possível. Na opinião de José da Silva

¹¹¹ RAYMOND QUIVY & LUC VAN CAMPENHOUDT, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, op. cit., p. 71.

¹¹² TERESA MARIA HAGUETTE, *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. (5ª ed.), Petrópolis, Vozes, 1997.

¹¹³ ANTÓNIO MARQUES BESSA, *O olhar de Leviathan: Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001, p. 27.

Ribeiro as “entrevistas revelam-se particularmente profícuas, na medida em que permite que o investigador apreenda o sentido que os actores sociais atribuem às suas práticas e se familiarize com universos sociais e culturais diversos do seu, nomeadamente durante a fase exploratória de pesquisa.”¹¹⁴ Privilegiou-se a entrevista não-estruturada com personalidades que contribuíram para pensar e debater a história de Cabo Verde e que, de uma forma geral, têm um conhecimento muito aprofundado sobre a identidade e a construção do Estado-Nação neste país. Para o efeito, colocou-se a seguinte questão: Quais os factores que influenciaram a construção da identidade nacional? Não houve muito diálogo, apenas à medida que o entrevistado desenvolvia a sua resposta, foram colocadas algumas questões com a finalidade de não perder o foco. Não foi utilizado qualquer guião, pois pretendia-se apenas compreender e respeitar a experiência dos entrevistados sobre a questão colocada. O objectivo centrava-se, acima de tudo, em ouvir, sem interferências, os pontos de vista de cada um.

Carlos Diogo Moreira considera que as entrevistas não-estruturadas são muito úteis como “estratégias de descoberta (...) especialmente válidas (...) quando se dispõe à partida de informação bastante sobre o tema de pesquisa e quando, por consequência, não há perigo de perda de dados ou alteração de significado dos mesmos pelo facto de se impor na entrevista um formato rígido.”¹¹⁵

As entrevistas constituíram uma técnica particularmente vantajosa, sobretudo no que se refere ao acesso à informação através da reconstrução dos pontos de vista, crenças e tipos de raciocínio, a partir de premissas e ideias pré-concebidas a respeito da configuração identitária e da construção do Estado-Nação neste país. Procurou-se, acima de tudo, obter diversas opiniões que se devem reflectir na entrevista e entendê-la como “entre-vista”, ou, de forma mais abrangente, como “entre-vistas”, que, numa visão mais alargada, pode significar diferentes formas de observar e encarar uma determinada realidade.¹¹⁶ Foram entrevistadas cinquenta e nove personalidades - autoridades públicas na esfera da cultura, docentes das unidades curriculares da cultura cabo-verdiana, editores de programas culturais, investigadores na esfera da cultura e outros com especialização em história de Cabo Verde, escritores e outras personalidades que, de alguma forma, possuem conhecimentos acerca da cultura, identidade e construção do Estado-Nação. Nestas entrevistas (que perfizeram um total de cerca de 65 horas) foram registadas as informações em dispositivo áudio e posteriormente

¹¹⁴ JOSÉ DA SILVA RIBEIRO, *Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003, p. 261.

¹¹⁵ CARLOS DIOGO MOREIRA, *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, op. cit., p. 134.

¹¹⁶ Cfr. KVALE STEINER. *InterViews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing*, Thousand Oaks, London and New Delhi, Sage Publications, 1996, p. 11.

transcritas, catalogadas, indexadas, classificadas e tratadas, tendo a relação dos entrevistados sido remetida para anexo.

Os depoimentos dos entrevistados permitiram abrir novos horizontes, relacionando-os com outras pesquisas realizadas anteriormente por outros autores. Nas entrevistas não estruturadas, os itens exploratórios podem, segundo Carlos Diogo Moreira, “*ser concebidos em termos informais e redigidos com flexibilidade por forma a que as palavras a utilizar para com o entrevistado possam ser cuidadosamente ajustados com vista a obter a melhor compreensão e facilidade de resposta.*”¹¹⁷ A selecção dos entrevistados foi baseada em critérios de idade, cargo, função ou posição política que estes actores desempenharam durante a fase de formação de uma *consciência colectiva* que impulsionou a construção do Estado-Nação neste país.

Pretendeu-se com estas entrevistas escutar as opiniões, ideias e conceitos de proeminentes figuras da política e da sociedade cabo-verdiana, que imbuídos de um espírito colectivo se tomaram parte activa no processo de formação e construção do Estado-Nação em Cabo Verde, sobretudo num período recente da sua história. Para a preparação das entrevistas, levou-se em consideração as informações iniciais sobre cada uma das personalidades, permitindo situar os seus pontos de vista, formas de pensar, de sentir e de agir, no tempo e no espaço.

Tendo em conta o ambiente social cabo-verdiano, a marcação e realização de entrevistas constituiu um processo, que esteve sujeito a vários imprevistos. Com efeito, dada a natureza dos entrevistados, pelas suas funções e até devido à sua idade avançada, a aplicação das entrevistas teve de contar com diversos factores que se prendiam com a natureza desta tese e do plano de entrevistas previsto. Atendendo a que antigos membros fundadores do PAIGC/CV, ex-combatentes e figuras importantes da política, relutantes em se exporem publicamente, deram a sua anuência ao pedido de entrevista, recorreu-se a uma abordagem que se pode designar como *bola-de-neve*, no sentido em que possibilitou que se chegasse a informantes-chaves que, de alguma forma, contribuíram para identificar outras personalidades a serem entrevistadas, que de modo directo ou indirecto, estiveram igualmente implicados neste processo. Na perspectiva de Carlos Diogo Moreira a *bola-de-neve* parte “*de um pequeno número de indivíduos que apresentam os requisitos exigidos que são então utilizados como informantes para identificar outros indivíduos que tenham características*

¹¹⁷ CARLOS DIOGO MOREIRA, *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007, p. 205.

semelhantes.”¹¹⁸ Igualmente Clara Pereira Coutinho, docente no Instituto de Educação da Universidade do Minho, considera que esta técnica consiste no reconhecimento de um membro da população alvo a que se pede “*que identifique outros membros dessa mesma população, e assim por diante (...) Trata-se e uma técnica útil em populações difíceis de identificar e de alcançar.*”¹¹⁹

Muitas destas personalidades tendem a ocultar a identidade de forma a não serem expostas no contexto académico e social. E neste sentido criam redes de relações sociais nos quais comunicam e partilham valores, motivações, interesses e objectivos comuns. Discutem no dia-a-dia acontecimentos e situações sobre as mais diversas temáticas. Para chegar a esta rede é necessário, segundo Carlos Diogo Moreira, “*que seja feito um contacto com um elemento da população alvo a quem é perguntado se se conhece mais alguém com as características pretendidas.*”¹²⁰ E nesta circunstância “*tais indivíduos são entrevistados, sendo-lhes feita a mesma pergunta, e este processo desenvolve-se até não se encontrarem mais membros.*”¹²¹

¹¹⁸ CARLOS DIOGO MOREIRA, *Teorias e Práticas de Investigação*, op. cit., p. 129.

¹¹⁹ CLARA PEREIRA COUTINHO, *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, (2ª ed.), Coimbra, Almedina, 2013, p. 97.

¹²⁰ CARLOS DIOGO MOREIRA, *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, op. cit., p. 81.

¹²¹ IDEM, p. 81.

Parte I – Fundamentos Históricos-Sociais de Cabo Verde

Capítulo 1 – A Génese de Cabo Verde

1.1. Contextualização geográfica e ambiental

O Arquipélago de Cabo Verde inserido no Oceano Atlântico, perto da costa ocidental africana, está localizado entre as latitudes de 17° 12` N (Ponta do Sol, ilha de Santo Antão) e 14° 48` N (Ponta de Nhô Martinho, na ilha Brava) e as longitudes de 22° 40` (Boavista) e 25° 22` W (Ponta Magrade, ilha de Santo Antão). Com uma superfície total de terra emersa de 4033 km² encontra-se-se, aproximadamente, a 2783 km de Lisboa, 300 milhas do litoral do Senegal e 1500 milhas da Costa Nordeste do Brasil.¹²²

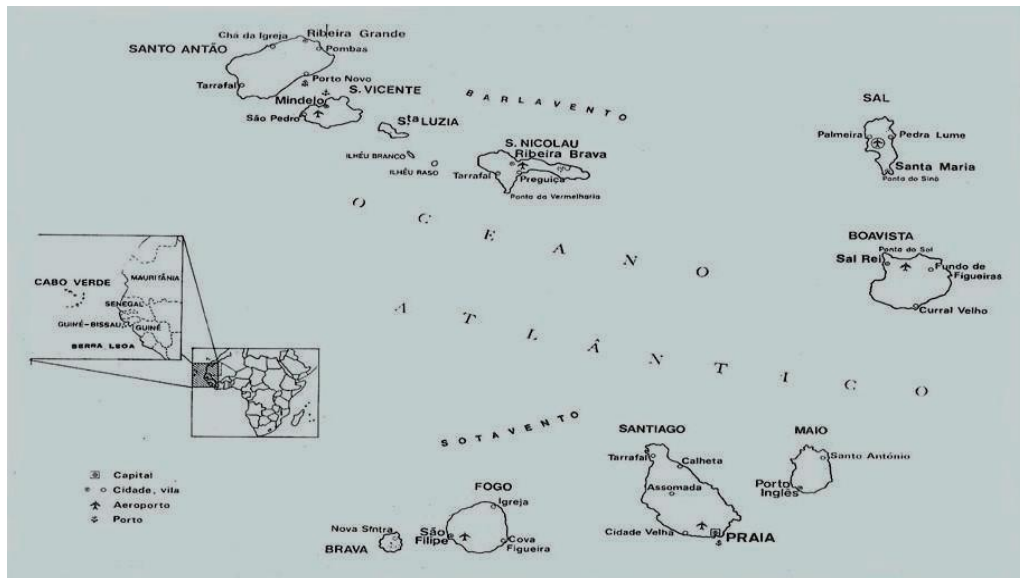
Cabo Verde ocupa uma posição central no Atlântico e constitui um marco fronteiriço entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, numa encruzilhada entre o continente africano, europeu e americano.

O Arquipélago é constituído por dez ilhas e vários ilhéus (**Fig.1**). Em função do seu posicionamento em relação aos ventos, encontra-se disposto em dois grupos: o grupo de Sotavento e o de Barlavento. Fazem parte do grupo de Sotavento as ilhas: Brava, a mais pequena, com apenas 64 km²; Fogo com 476 km²; Santiago, a maior, com 991 km² e, por último, Maio com 269 km². Em relação aos ilhéus destacam-se os seguintes: Cima de 1,15 km²; Grandes de 2 km² e Luís Carneiro de 0,22 km².

No grupo de Barlavento temos as seguintes ilhas: Santo Antão, a segunda maior ilha de Cabo Verde, com 779 km²; São Vicente com 227 km²; Santa Luzia a mais pequena de Cabo Verde com apenas 35 km², sendo a única ilha inabitada de Cabo Verde; São Nicolau com 343 km²; Sal com 216 km² e Boavista com 620 km². Ainda neste grupo destacam-se os ilhéus: Brancos (3 km²) e Raso (7 km²).

¹²² Cfr. ANTÓNIO NEVES BERBÉM, *O Atlântico (a) Sul como questão estratégica mundializada: A Vertente Sul-Americana Africana*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1991, p. 88.

Figura 1 – Localização geográfica das ilhas de Cabo Verde



Fonte: Maria Emília Madeira Santos (Coord.), *História Concisa de Cabo Verde*, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2007.

A maioria das ilhas é de origem vulcânica, excepto as ilhas de Sal, Boavista e Maio, em que predominam as áreas planas, com topografias muito mais suaves e circundadas por extensas praias, próximas do continente africano. Devido à forte influência do deserto do Saara, estas ilhas apresentam muitas colinas arenosas. Todas as outras ilhas são acidentadas com montanhas abruptas e vales profundos, na maioria montanhosas e rochosas, que ultrapassam os 1.000 metros de altitude.

Nas palavras de António Carreira, as ilhas do arquipélago “*são áridas, as terras aráveis são escassas, desprovidas de vegetação de tipo arbóreo. Umhas possuem um sistema orográfico de acentuado relevo, com vales profundos, onde se situam as ribeiras e terras húmidas (Santiago, Santo Antão, São Nicolau e um pouco do Fogo). Outras são planas, formadas por autênticos areais, particularmente improdutivos (Maio, Sal e Boavista).*”¹²³

Entre as ilhas de origem vulcânica, a ilha do Fogo possui o pico mais alto com 2.829 metros, tendo a última erupção ocorrido em Novembro de 2014. O Topo de Coroa em Santo Antão é o segundo com 1.979 metros e, por último, o Monte Pico d’Antónia da ilha de Santiago com 1.392 metros.

Cabo Verde situa-se na extremidade ocidental da faixa do Sahel. O clima é tropical, seco e apresenta duas estações: seca e húmida, caracterizadas por aridez e semi-aridez, com muito pouca chuva. A temperatura média anual varia entre 22°C e 26°C. O clima e a sua localização

¹²³ ANTÓNIO CARREIRA, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, op. cit., p. 36.

perto da faixa de Sahel proporcionaram a entrada da República de Cabo Verde no programa contra a desertificação, como assinala Tomé Varela da Silva: “*devido aos efeitos causados pelas secas prolongadas, Cabo Verde foi incluído nos Países do Sahel 2, região africana ameaçada da desertificação que recebe apoio de programas de ajuda internacional para combater essa calamidade.*”¹²⁴

As chuvas são irregulares e escassas em Cabo Verde, o que condiciona a agricultura e o próprio equilíbrio ecológico. Estas irregularidades prendem-se principalmente com o facto de o arquipélago se situar próximo do deserto de Saara, o que causa a passagem do vento quente e seco, aumentando a aridez e prolongadas secas, sobretudo nas regiões mais expostas, a leste e nas ilhas orientais. Entretanto, apesar do clima de Cabo Verde ter afinidade com o clima desértico quente, graças ao oceano e aos ventos alíseos, a temperatura mostra-se moderada em relação ao deserto, com precipitações de chuvas periódicas.¹²⁵

A época das chuvas verifica-se entre Agosto e Outubro, dependendo muito da frente intertropical, quente e húmida, o que representa um período muito curto de pluviosidade. Em muitos casos, dependendo desta frente, há fortes precipitações de curta duração, que podem causar grandes inundações, principalmente nas ilhas mais rasas. A oscilação da precipitação anual situa-se entre 250 e 500 milímetros, sendo geralmente fraca em todo o país, mesmo nas zonas mais montanhosas.

As ilhas do Barlavento, em relação às do Sotavento, pela sua posição geográfica, são mais beneficiadas pelas chuvas. Marcadas por solos pobres em matérias orgânicas, fazem com que os recursos naturais se tornem cada vez mais raros e escassos, e os recursos minerais se limitem à areia, cascalho e rochas de construção. Tudo isso se deve em parte às condições climáticas, concretamente no relevo e na erosão. Para António Carreira, nas ilhas de Cabo Verde a pluviosidade é irregular e, em consequência disso “*as estiagens são frequentes e prolongadas, a bem dizer cíclicas (de cinco em cinco anos, de sete em sete anos e mais); ou as precipitações irregulares, extemporâneas, anulam a germinação e o desenvolvimento das plantas e a produção de géneros de sustentação decaem e, desse modo, as carências alimentares tornam-se graves.*”¹²⁶

¹²⁴ TOMÉ VARELA DA SILVA, *Crenças e Religiões*, in JOSÉ MARIA ALMEIDA (DIR.), *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1998, p. 159.

¹²⁵ Cfr. ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA TEIXEIRA & LUÍS AUGUSTO GRANDVAUX BARBOSA, *A Agricultura do Arquipélago de Cabo Verde: Cartas Agrícolas, Problemas Agrários*, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1958, p. 23.

¹²⁶ ANTÓNIO CARREIRA, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, op. cit., p. 36.

Dos 403.300 hectares que constituem o território de Cabo Verde, cerca de 54% é constituído por terras incultas e improdutivas. Um percentual muito reduzido das terras é potencialmente lavrável, uma vez que a cobertura vegetal é pobre devido aos efeitos conjugados do fraco nível de humidade, da erosão torrencial e também da acção do homem.

1.2. O processo de povoamento

Contextualizar Cabo Verde na história exige que se caracterizem os aspectos mais importantes desde a sua génese, de modo a perceber-se como foi processado o seu descobrimento e povoamento até à formação e configuração identitária cabo-verdiana. Desde o seu descobrimento, conheceu uma realidade diferente daquelas que se verificavam nas outras ex-colónias portuguesas em África, nomeadamente na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Cabo Verde, em relação aos demais países africanos, é uma questão *sui-generis*, na medida em que, quando foi descoberto não era povoado, tendo-se a potência colonial aventurado a fixar-se no arquipélago, a povoá-lo e a criar estruturas de permanência.¹²⁷

Em 1462 António da Noli e Diogo Afonso, ambos navegadores ao serviço da Coroa Portuguesa, instalaram-se na ilha de Santiago, por determinação do Infante D. Fernando. Os dois formaram as primeiras capitânias, uma localizada na actual Cidade Velha, e outra na cidade da Praia. Luís de Cadamosto, mercador e navegador veneziano, refere que as ilhas do arquipélago foram descobertas nas seguintes circunstâncias:

“Na noite seguinte assaltou-nos um temporal de sudoeste com vento forte; (...) Ao terceiro dia tivemos vista de terra, gritando todos terra, terra, e muito nos admirámos porque não sabíamos de naquelas paragens haver terra. Mandámos subir ao mastro dois homens, que descobriram duas grandes ilhas; o que, sabido de nós, demos graças a nosso Senhor Deus, que nos levava a ver coisas novas, pois bem sabíamos que destas ilhas não havia notícia alguma em Portugal (...) Foram e buscaram muito, mas não encontraram nem estradas nem vestígios pelos quais se pudesse entender que fôsse habitada.”¹²⁸

Para a geógrafa Raquel Soeiro de Brito, *“foram os Portugueses que trouxeram estas ilhas para o conhecimento do mundo: provavelmente em 1460, as ‘ilhas orientais e meridionais’; em 1462, as restantes.”¹²⁹* Porém, existem algumas objecções à volta desta tese. Alguns historiadores defendem que algumas ilhas, em particular as mais orientais, como a do Sal e a

¹²⁷ Entrevista a Eduardo Barbosa (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹²⁸ LUÍS DE CADAMOSTO, *Navegações de Luís de Cadamosto*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944, pp. 127-130.

¹²⁹ RAQUEL SOEIRO DE BRITO, *Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Alguns aspectos da terra e dos homens*, in *Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe*, Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965-1966, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, p. 28.

da Boavista, foram frequentadas pelos povos africanos, gregos e árabes, precisamente antes da chegada dos portugueses. É esta a opinião do historiador Jaime Cortesão, que afirma existirem informações comprovativas de geógrafos e cartógrafos, que atestam a presença desses povos em algumas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, como se refere a seguir:

*“Nos mapas que acompanharam a obra de Idrisi, figuravam algumas das ilhas, uma das quais tinha o nome de Aulil: alguns séculos mais tarde, o mapa-mundo de Macias de Vila destes de 1413, que se encontra na Biblioteca Nacional de Paris, apresenta em frente do Rio do Ouro, claramente identificado como sendo o Nilo do Ghana, isto é, o Senegal, duas ilhas de tamanho e forma iguais, com o nome de Ilhas de Gaderi no mapa mundo de Andrea di Bianco de 1448. Estas mesmas ilhas aparecem de novo frente à costa entre o Senegal e Cabo Verde, com o nome de Dos Hermanos.”*¹³⁰

Também o mineralogista João da Silva Feijó, em 1797, comprova que *“na descoberta das ilhas de Cabo Verde havendo-se unicamente encontrado povoada a de S. Thiago de negros Jalofos, que ali tradicionalmente consta terem passado àquela ilha por acaso, perseguidos pelos Falupos seus vizinhos, e lançados pelas brisas, e correntes ao oeste.”*¹³¹

Na mesma perspectiva defende António Pusich, governador das ilhas de Cabo Verde entre 1818 a 1822, que *“Quando, no XV século, se descobriam estas ilhas se achou unicamente povoada a de Santiago, e segundo tradição antiga estes habitantes foram propagados pelos negros Jalofos, que da vizinha costa de Guiné, ou fugindo em canoas, de seus inimigos, ou lançados ao mar com fortes correntes de água a oeste, se refugiaram naquela ilha.”*¹³²

António Carreira salienta que não se devem descartar estas hipóteses, ou seja, a de que a ilha de Santiago poderia, antes do descobrimento oficial, ter efectivamente *“abrigado um pequeno grupo de náufragos Jalofos ou outros habitantes (Sereres, Felupes, Lêbus, etc.) de Cabo Verde (Senegal).”*¹³³

António Correia e Silva, sociólogo e historiador cabo-verdiano, faz referência a um escritor anónimo do século XVII, que sustenta que a ilha de Santiago se encontrava já habitada antes da chegada dos portugueses por *“muitos pretos, que por tradição, se dizia terem procedido de um rei Jalofu, que, por causa de uma sublevação, tinha fugido do seu*

¹³⁰ JAIME CORTESÃO, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Arcádia, 1962, p. 47.

¹³¹ JOÃO DA SILVA FEIJÓ, *Ensaio Político sobre as Ilhas de Cabo Verde para servir de Plano à História Filosófica das mesmas*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1986, pp. 1-2.

¹³² ANTÓNIO PUSICH, *Memória ou descrição físico-política das ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Anais do Conselho Ultramarino, 1810, p. 611.

¹³³ ANTÓNIO CARREIRA, *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, (2ª ed.), Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1983, p. 301.

país com toda a sua família a buscar refúgio, em canoa, na costa do continente do mesmo Cabo Verde.”¹³⁴

Para o historiador cabo-verdiano Ilídio Cabral Baleno, é pouco provável que estas hipóteses se confirmem, pelo facto de considerar que a “*travessia em canoas por mares tão revoltosos e por uma distância de aproximadamente 500 km (da costa do Senegal até às ilhas de Cabo Verde), não será, em absoluto, um acontecimento inverosímil (milagres ocorrem sempre), mas, até prova em contrário, temos de admitir que o arquipélago de Cabo Verde permaneceu despovoado até à chegada dos Portugueses.*”¹³⁵

A generalidade dos académicos situa o descobrimento de Cabo Verde entre os anos 1460 e 1462. Vários documentos comprovam este facto, entre os quais se destaca a *Carta Régia de 3 de Dezembro de 1460*, que aponta António da Noli e Diogo Gomes como descobridores oficiais das primeiras ilhas de Cabo Verde, atribuindo-lhes o estatuto especial de descobridores.

Refutando a hipótese das ilhas do arquipélago de Cabo Verde terem sido ocupadas antes da chegada dos navegadores ao serviço da Coroa portuguesa, Valentim Fernandes, cronista, salienta que os primeiros navios portugueses, ao aproximarem-se da terra, maravilharam-se ao encontrá-la inabitada. Constataram o facto ao ordenar que os tripulantes procurassem, de forma sequencial, povoações nestas ilhas, não tendo estes encontrado quaisquer vestígios, mas sim uma grande multidão de aves e de grandes pescarias.¹³⁶

O argumento de que as ilhas se encontravam inabitadas antes da chegada dos portugueses deve-se ao facto de não se ter encontrado no arquipélago vestígios, inscrições ou utensílios rupestres que, de alguma forma, comprovassem a presença de africanos e/ou outros povos antes da chegada dos portugueses.¹³⁷

Se admitirmos a hipótese de não haver população enraizada nas ilhas que pudesse ter determinado o tipo de povoamento, o certo é que ele foi posteriormente adoptado pela Coroa portuguesa, que pretendia que os seus donatários seguissem o mesmo modelo de ocupação que se verificava nas ilhas dos Açores e da Madeira. Entretanto como observa Óscar Soares

¹³⁴ ANTÓNIO CORREIA E SILVA, *Discurso da ‘descoberta’: os mitos da fundação*, in CABRAL, IVA & FURTADO, CLÁUDIO (ORGS.), *Os estado-nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: O caso de Cabo Verde*, Praia, Edição dos Autores, 2008, p. 74.

¹³⁵ ILÍDIO CABRAL BALENO, *Povoamento e formação da sociedade*, in LUÍS DE ALBUQUERQUE & MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS (COORDS.), *História Geral de Cabo Verde*, (Vol. 1), Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, p. 127.

¹³⁶ VALENTIM FERNANDES, *Description de la côte occidentale d’Afrique (Senegal au Cap de Monte, archipels): 1506-1510*, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1951, p. 100.

¹³⁷ Cfr. ALMERINDO LESSA & JACQUES RUFFIÉ, *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: Mesa-redonda sobre o homem cabo-verdiano*, (2ª ed.), Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960, p. 14.

Barata, “as circunstâncias vieram depois a impor os caminhos que tornaram as ilhas o principal entre os primeiros exemplos de povoamento multirracial.”¹³⁸

Na perspectiva de Ilídio Cabral Baleno, o povoamento do arquipélago de Cabo Verde não foi avante com o modelo preconizado pela Coroa Portuguesa, pois estiveram na base alguns factores como: os problemas financeiros que na época a metrópole atravessava; a distância entre o arquipélago e a Coroa e o clima seco e árido do arquipélago. Para o autor, estes “*assoberbavam-se face à exiguidade dos recursos naturais, ganhando uma relevância que não pode ser ignorada. Este último factor, sim, pode ser visto como o principal responsável pela relutância verificada.*”¹³⁹

Independentemente desses factores, foi possível o povoamento. Aconteceu precisamente no momento em que as ilhas foram doadas a D. Fernando, com a responsabilidade e o dever de as povoar. António da Noli, no ano de 1462, foi um dos primeiros ao serviço da Coroa, acompanhado de alguns membros da família e de congéneres portugueses, principalmente do Algarve e do Alentejo, a instalar-se na ilha de Santiago, particularmente na localidade de Ribeira Grande que, paulatinamente, foi ganhando destaque como o primeiro núcleo populacional em Cabo Verde e a primeira cidade fundada pelos portugueses nos trópicos.¹⁴⁰

A ilha de Santiago, como a primeira a ser povoada, recebeu a primeira divisão político-administrativa do arquipélago. A ilha foi demarcada em duas capitânias: a primeira atribuída a António da Noli, que se situa a sul, com sede na Ribeira Grande, e a segunda, atribuída a Diogo Afonso, localizada a norte com sede na actual Cidade da Praia.

Como forma de reconhecer a proeza dos navegadores António da Noli e Diogo Afonso na descoberta do arquipélago de Cabo Verde, D. Fernando concedeu-lhes o título de capitães-donatários, um cargo que, em termos administrativos, lhes conferia um grande privilégio económico e, em termos jurídicos, o direito de repartir as terras, estabelecendo impostos por intermédio de jurisdições, sem falar do direito de julgar, nos tribunais, as infracções aos códigos civil e criminal.

O processo da repartição das terras caracterizava-se por regime de sesmaria, que acabava por criar dificuldades entre as partes contratantes, neste caso entre o capitão-donatário e aquele a quem a terra fora atribuída, porque, por um lado, os capitães-donatários concediam

¹³⁸ ÓSCAR SOARES BARATA, *O povoamento de Cabo Verde, Guiné e São Tomé*, in *Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe*, Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965-1966, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, p. 925.

¹³⁹ ILÍDIO CABRAL BALENO, *Povoamento e formação da sociedade*, op. cit., p. 128.

¹⁴⁰ Cfr. ANTÓNIO BRÁSIO. *Descobrimto, Povoamento, Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde*, in *Revista Studia*, Nº 10, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Julho 1962, p. 77.

terras a quem lhes convinha e, por outro, estabeleciam os impostos de modo a terem as maiores vantagens possíveis.¹⁴¹

As ilhas de Santiago e do Fogo foram as primeiras a serem povoadas. Como explica Silva Rego “o Infante D. Fernandes, sucessor do Infante D. Henrique na obra dos descobridores, tratou de povoar as ilhas. Começou-se em 1461 pela de Santiago e pela do Fogo.”¹⁴² Depois inicia-se o povoamento do Maio (1490) e da Brava (1545) e, posteriormente de Santo Antão (1548). No século XVII foram povoadas as ilhas da Boa Vista (1620) e de São Nicolau (1623) e, por último, as ilhas de São Vicente (1795) e do Sal (1893).

Os capitães-donatários viram-se privados de exigir a prática do mesmo tipo de culturas como as que eram praticadas no arquipélago dos Açores e da Madeira. Os povoadores desconheciam o rigor do clima tropical e os longos períodos de seca.

Também no que concerne ao povoamento das ilhas, é necessário ter em consideração a fraca densidade demográfica que se verificava na metrópole, cuja população ainda não tinha recuperado das baixas provocadas pela “peste negra” que assolou a Europa no século XIV. Esta circunstância constituiu uma das causas que impediu efectivamente a fixação de um maior número de pessoas em Cabo Verde.

O povoamento, principalmente da ilha de Santiago, o qual incitou outros povoamentos, desencadeou-se, na opinião de António Carreira, graças à *Carta Régia de 12 de Junho de 1466*, na qual D. Afonso V fez saber que “o infante D. Fernando meu mui prezado e amado irmão nos enviou dizer como haverá quatro anos que ele começara povoar a sua ilha de Santiago que é através de Cabo Verde e que por ser tão alongada de nossos reinos a gente não quer a ela ir viver senão com mui grandes liberdades e franquezas.”¹⁴³

A *Carta* foi sugerida por D. Fernando que reconhecia a impossibilidade de povoar o arquipélago de Cabo Verde, particularmente a ilha de Santiago, sem incentivos ou estímulos necessários¹⁴⁴. Atendendo ao apelo do seu irmão, D. Afonso V decreta a *Carta Régia de 1466*, que concedia ao Infante D. Fernando plenos poderes de jurisdição em matéria civil e criminal, em relação aos *moradores* do arquipélago. Na perspectiva de Silva Rego “D. Afonso V, em 1466, reconheceu que a gente não queria ir, senão apoiada ‘com mui grandes liberdades e franquezas’. É fenómeno puramente humano e bem compreensível. Em vista desta

¹⁴¹ Cfr. DANIEL ANTÓNIO PEREIRA, *Estudos da História de Cabo Verde*, Lisboa, Alfa Comunicações, 2005, p. 52.

¹⁴² ANTÓNIO DA SILVA REGO, *Curso de Missionologia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956, p. 243.

¹⁴³ ANTÓNIO CARREIRA, *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., p. 29.

¹⁴⁴ Cfr. CHRISTIANO JOSÉ SENNA BARCELOS, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, op. cit., p. 21.

representação, D. Afonso V concedeu aos habitantes de Santiago em 12 de Junho de 1466 várias regalias.”¹⁴⁵ Segundo o historiador Luís de Albuquerque, através da Carta, o Infante D. Fernando passou a ter, entre outros poderes, o de “*julgar nos seus tribunais matérias relacionadas com infracções aos códigos civil e criminal, bem como de aplicar as leis convenientes e as penas pecuniárias ou corporais, em proporção.*”¹⁴⁶ A Carta Régia, de igual modo, concedia aos *moradores* de Santiago o direito de fazer o comércio e o tráfico de escravos em todas as regiões da Costa da Guiné, desde o rio Senegal até à Serra Leoa, com a excepção da feitoria de Arguim. Com o objectivo de superar a insuficiência de habitantes na ilha de Santiago, a Carta Régia acabou por conferir privilégios aos *moradores* desta ilha, sobretudo aos colonos para nela se fixarem. A Carta concedia um conjunto de benefícios, entre os quais se destaca o monopólio comercial em toda a costa africana. António Correia e Silva salienta que, paralelamente a esses privilégios, se destacam outros que, em conjunto, foram determinantes no processo inicial do povoamento. O autor faz saber que a Carta:

“*Concede aos moradores da ilha a isenção e liberdade de não pagarem dízimos no reino e senhorios, de todas as mercadorias que d’ella trouxerem, assim das que houver de suas liberdades e colheças, como das que comprarem ou houverem por escabro ou por outra qualquer maneira; e também sejam izentos do pagamentos de dízimos, de todas as mercadorias que comprarem e houverem por escambo de outras cousas, de Canárias, Porto Santo, Açores e outras ilhas do mar oceano, que ao reino trouxerem, e isto sendo certificado pelos officiaes, em que as referidas pessoas, são moradores na ilha por conta dos capitães d’ella.*”¹⁴⁷

O importante conjunto de regalias decretadas pela Carta acabou por traduzir-se numa afluência considerável de colonos para esta ilha, com o intento de nela se fixarem. Contudo, por decisão da Coroa, estes privilégios foram limitados na *Carta de Limitação dos Privilégios de 1472*. Assim, o Rei faz saber nesta Carta que os comerciantes não podiam ultrapassar a região da Serra Leoa; não podiam comercializar mercadorias a não ser aquelas que efectivamente eram produzidas nas ditas ilhas, e os navios que asseguravam o transporte dessas mercadorias tinham que pertencer aos *moradores* do arquipélago de Cabo Verde, ou, caso não pertencessem, teriam de ser comandados e armados por estes e registados oficialmente; limitou igualmente a aquisição de escravos a não ser em quantidade necessária para os trabalhos ou as necessidades internas.

¹⁴⁵ ANTÓNIO DA SILVA REGO, *Reflexões sobre o primeiro século da história cabo-verdiana*, in *Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe*, Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965-1966, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, p. 76.

¹⁴⁶ LUÍS DE ALBUQUERQUE, ET AL., *História Geral de Cabo Verde*, (Vol. 1), Lisboa/Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, p. 43.

¹⁴⁷ ANTÓNIO CORREIA E SILVA, *História de um Sahel insular*, Praia, Spleen, 1995, p. 22.

Estas limitações fizeram com que, por um lado, os *moradores* do arquipélago passassem a produzir nas suas próprias ilhas os bens utilizados nas transacções comerciais, mas, por outro, na produção necessitava-se, em quantidade proporcional, de mão-de-obra escrava, o que veio a contribuir de modo significativo para o povoamento do arquipélago de Cabo Verde, restringido inicialmente à ilha de Santiago. Os escravos passaram de forma directa a serem os povoadores das ilhas do arquipélago. A *Carta de Limitação de Privilégios de 1472* incentivava o povoamento de Cabo Verde numa terra considerada “bem situada” entre África e a Europa. Uma parte dos escravos teria que ficar em Cabo Verde para que a mão-de-obra passasse a ser produzida localmente.¹⁴⁸ A historiadora Iva Cabral observa que a economia da ilha de Santiago deixa de se basear “no comércio e na produção de mercadorias para o trato com a costa da Guiné virou-se, inteiramente, para a agricultura de subsistência e para o abastecimento de géneros aos vários navios que atracavam nos seus portos para fazer aguada.”¹⁴⁹

No que diz respeito à abordagem do povoamento, considera-se que este não se procedeu de forma unilateral, ou seja, exclusivamente com os escravos provenientes da costa africana, mas com homens livres, nomeadamente cassangas e brâmanes, que acompanhavam livremente os comerciantes, mercenários e capitães de navios. Muitos deles falavam fluentemente a língua portuguesa e alguns deslocavam-se a Santiago para serem cristianizados. Ernesto de Vasconcelos, engenheiro hidrográfico e geógrafo, refere que a colonização das ilhas de Cabo Verde principiou:

*“Por ocasião de alguns familiares e criados do Infante D. Fernando, que recebera a doação d’ellas, serem por elle mandados para alli com obrigação de as povoarem, para o que elles levaram alguns casais do Algarve e do Alentejo, e, como já ao tempo se traficasse na Guiné, juntaram-lhe casais das tribos balantas, papeis, bijagoz, alguns felupes e jalofos, os quais foram uns e outros os progenitores dos actuais cabo-verdianos, devendo intercalar-se-lhes o ramo judaico, de que ainda há numerosos representantes em todo o arquipélago.”*¹⁵⁰

Segundo António Carreira, de entre os elementos humanos que estiveram na génese do povoamento das ilhas de Cabo Verde, com particular relevância para a ilha de Santiago, destacam-se: “alguns genoveses, espanhóis e portugueses do Alentejo e do Algarve, todos em

¹⁴⁸ Entrevista a Manuel Veiga (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹⁴⁹ IVA MARIA CABRAL, *António de Barros Bezerra de Oliveira, o “Régulo da Ilha” de Santiago: Estudo prosopográfico de uma família oligárquica*, in JOSÉ LUÍS HOPFFER ALMADA, (COORD.) *O Ano Mágico de 2006: Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-verdiana*, Praia, Instituto de Biblioteca Nacional e do Livro, 2008, p. 149.

¹⁵⁰ ERNESTO DE VASCONCELOS, *As Colónias Portuguesas: Geographia Phisica, Política e Económica*, (2ª ed.), Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, p. 33.

número reduzido, e com negros mandados resgatar nas partes dos rios da Guiné.”¹⁵¹ Para Orlando Ribeiro “parece lícito ver a influência de uma vaga de colonização algarvia nos primeiros tempos da expansão portuguesa.”¹⁵² António de Almeida salienta que a ocupação humana das ilhas de Cabo Verde operou-se com “*européus oriundos da Metrópole (Algarvios, minhotos, judeus, etc.) e, mais tarde, da ilha da Madeira, e com naturais da costa ocidental da África fronteira, idos especialmente dos territórios que formam a Guiné Portuguesa actual.*”¹⁵³ Ainda a este respeito, Simão de Barros realça a inigualável contribuição de outros povos europeus na formação dos primeiros *mestiços* cabo-verdianos, nomeadamente “*os espanhóis, os franceses (normandos e bretões), os ingleses, os holandeses e, em menor escala, os judeus que, desde Filipe II de Portugal (século XVI), se mantiveram em Cabo Verde.*”¹⁵⁴

A contribuição de povos europeus e africanos foi determinante para o povoamento, organização social, económica e administrativa do arquipélago e para a edificação de uma estrutura própria, adaptada à realidade destas ilhas.

1.3. Estrutura socioeconómica e administrativa

A estrutura socioeconómica e administrativa cabo-verdiana conheceu, nos primórdios do século do XVII e meados do século XVIII, diferentes momentos, marcados particularmente pela formação das suas elites económicas e administrativas, sendo, pois, possível identificá-las quer no tempo, quer no espaço. A primeira, a “elite colonial”, constituiu-se entre o início do processo de povoamento e a primeira década do século XVII. A segunda refere-se às *elites locais* ou *filhos da terra* que se afirmaram a partir da segunda década do século XVII.

As elites do século XVII e XVIII adoptaram um modelo de organização socioeconómica e administrativa peculiar na conjuntura dos países colonizados pelo antigo Império Português em África. O comércio destaca-se nesse modelo como um dos elementos estruturantes da economia cabo-verdiana, desde os primórdios do seu povoamento, tendo sido valorizado graças à *Carta Régia de 1466*. Como observa o geólogo José Bacellar Bebiano, “*a economia*

¹⁵¹ ANTÓNIO CARREIRA, *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., p. 23.

¹⁵² ORLANDO RIBEIRO, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1962, p. 136.

¹⁵³ ANTÓNIO DE ALMEIDA, *Das etnonímias da Guiné Portuguesa, do arquipélago de Cabo Verde e das ilhas de São Tomé e Príncipe*, in *Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe*, Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965-1966, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966, p. 141.

¹⁵⁴ SIMÃO DE BARROS, *Origem das Colónias de Cabo Verde*, in *Cadernos Coloniais*, Nº 56, Lisboa, Cosmos, 1939, p. 39.

cabo-verdiana no aspecto interno, desde recuadas épocas, teve como base a produção agrícola ou agrícola-pecuária, esta, por vezes, àsperamente perturbada pela falta demorada de chuvas.”¹⁵⁵ António Correia e Silva sublinha que na ilha de Santiago “vão fixar-se homens cujo modo de vida consistia no comércio marítimo e internacional” pois “a ilha não é mais que uma colónia de mercadores europeus colocados estrategicamente numa ilha periférica do mundo europeu e próxima dos mercados africanos.”¹⁵⁶ Na verdade, o arquipélago de Cabo Verde, astuciosamente, transformou-se num mercado eficiente e vantajoso, isso porque o espaço geográfico permitia, com rapidez, o comércio transatlântico.¹⁵⁷

Afirma Nuno Canas Mendes que uma das características mais marcantes da colonização portuguesa no mundo é o facto de ter sido “*talassocrática*”, “isto é, baseada no estabelecimento de relações comerciais pela via marítima, instalando-se nas zonas costeiras, construindo fortes e feitorias aqui e ali.”¹⁵⁸ A Carta de Limitações de 1472 obrigou os proprietários a produzir, no próprio arquipélago, mercadorias que seriam posteriormente utilizadas nas transacções comerciais.

Os proprietários tiveram de recrutar escravos, que anteriormente se encontravam destinados ao comércio transatlântico. Muitos destes passaram a ser utilizados sobretudo nas actividades da agro-pecuária, e no próprio povoamento do arquipélago. Salaria António Correia e Silva que “a posição geográfica de Santiago e o seu sistema ecológico obstavam à possibilidade de uma ocupação camponesa e senhorial, assente na agro-pecuária alimentar.”¹⁵⁹ António de Sousa Lara considera que, em Cabo Verde no século XV, “foi introduzida a pecuária e com ela veio a necessidade de trabalho braçal que se foi buscar à escravatura da costa africana.”¹⁶⁰

A fixação dos colonos e dos africanos, estes últimos tanto escravos como homens livres, no arquipélago de Cabo Verde, permitiu que a estruturação social, económica e administrativa cabo-verdiana se tornasse efectivamente uma realidade. O tráfico de escravos foi um dos pilares essenciais nesta estruturação, permitindo, por um lado, uma progressiva afirmação económica, comercial e administrativa do arquipélago e, por outro, uma gradual autonomia

¹⁵⁵ JOSÉ BACELLAR BEBIANO, *Considerações sobre alguns problemas fundamentais de Cabo Verde*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, p. 149.

¹⁵⁶ ANTÓNIO LEÃO CORREIA E SILVA, *História de um Sahel insular*, op. cit., p. 24.

¹⁵⁷ Cfr. GRAÇA MARIA CORREIA DE CASTRO, *O percurso geográfico e missionário de Baltasar Barreira em Cabo Verde, Guiné, Serra Leoa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2001, p. 40.

¹⁵⁸ NUNO CANAS MENDES, *História e Geopolítica na Formação das Fronteiras de Moçambique*. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 116.º, N.º 1-12, Janeiro-Dezembro de 1998, p. 157.

¹⁵⁹ ANTÓNIO CORREIA E SILVA, *História de um Sahel insular*, op. cit., p. 19.

¹⁶⁰ ANTÓNIO DE SOUSA LARA, *Colonização Moderna, Descolonização e Dependência*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2014, p. 106.

dos colonos em relação à Coroa Portuguesa. Posteriormente, a *elite local* constituída pelos ditos *filhos da terra*, afirmava-se progressivamente na administração das localidades de todo o território. Foi importante na estruturação socioeconómica cabo-verdiana, o que determinou, em certa medida, a hegemonia económica do grupo minoritário branco.¹⁶¹

No século XVII, Cabo Verde depara-se com um número elevado de habitantes negros e *mulatos*, estes últimos provenientes de um processo de cruzamento entre africanos e europeus, como refere José Joaquim Lopes de Lima: “*descendência cruzada dos brancos da Europa e negras de Guiné.*”¹⁶² Atento a este aspecto, António Carreira afirma que a ilha de Santiago, em particular, encontrava-se na altura estruturada “*em três classes: brancos, de descendência pura de gente europeia; pretos, de descendência pura das alianças dos escravos da Guiné e mulatos, de descendência cruzada dos brancos da Europa com negros da Guiné.*”¹⁶³

Nos finais do Século XVIII e início do século XIX, os dados sobre o recenseamento apontam para a existência no arquipélago de Cabo Verde, de 58.401 habitantes de ambos os sexos e cores. De forma proporcional, encontravam-se divididos em quatro grupos: 1.752 *brancos*; 25.250 *mulatos*; 5.109 *pretos escravos* e 27.290 *pretos forros*.¹⁶⁴ Considera-se, neste sentido, que o arquipélago era constituído acentuadamente por habitantes *negros* (escravos e forros) e *mulatos*, sendo o número de *brancos* bastante insignificante. Na figura que se segue ilustra-se bem esta realidade, observando-se no gráfico um número exíguo de habitantes brancos nos finais do Século XVIII e início do século XIX:

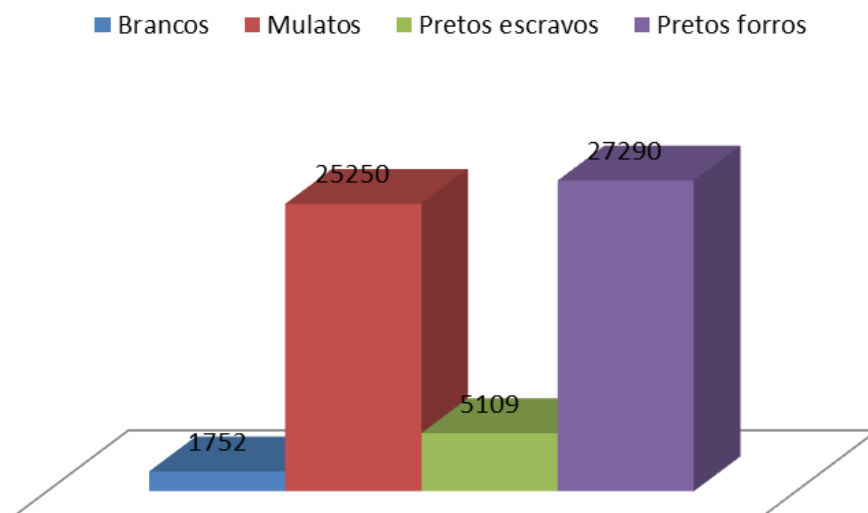
¹⁶¹ Cfr. BASIL DAVIDSON, *As Ilhas Afortunadas: Um estudo sobre a África em transformação*, Porto, Caminho, 1988, p. 26.

¹⁶² JOSÉ JOAQUIM LOPES DE LIMA, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde no Mar Atlantico e suas dependencias na Guiné Portuguesa ao norte do Equador*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, p. 104.

¹⁶³ ANTÓNIO CARREIRA, *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, op. cit., p. 296.

¹⁶⁴ Cfr. JOSÉ CONRADO DE CHELMICKI & FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN, *Geografia Cabo-verdiana ou descrição geográfica-histórica da província das ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Typographia de Luiz Correa da Cunha, 1841, pp. 320-321.

Figura 2 – Evolução demográfica em Cabo Verde do século XVIII ao XIX



Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação de José Conrado de Chelmicki & Francisco Adolfo de Varnhagen, *Geografia Cabo-verdiana ou descrição geográfica-histórica da província das ilhas de Cabo Verde*, 1841, pp. 320-321.

O número exíguo de *brancos* justifica-se pela sua acentuada diminuição na passagem para o século XVIII, isto porque, por um lado, as relações com a Coroa Portuguesa se crisparam entretanto e, por outro, pela concorrência entre *moradores* do arquipélago e comerciantes de outros países, principalmente Portugal, ao violarem sistematicamente as regras das actividades comerciais na costa africana, sem que se registasse qualquer punição. António Carreira assevera que no “*século XVII – e grande parte do XVIII – houve um verdadeiro êxodo de ‘homens brancos’ (...) para os rios da Guiné, fugindo ao cerco económico imposto pela série de leis restritivas das actividades mercantis, chegando a população de Santiago a ficar reduzida a ‘pouco mais de 20 homens brancos.’*”¹⁶⁵

A estrutura social emergente apresentou sinais de rupturas externas e internas. Externas, na relação entre os colonos e a Coroa Portuguesa, e internas entre os *moradores*, maioritariamente negros e *mulatos*, e os colonos. Criticava-se principalmente o carácter exclusivo do grupo minoritário branco quanto à organização económica, política e administrativa nesta sociedade.

Em meados do ano de 1500, verifica-se uma elevada presença de negros na sociedade cabo-verdiana, que se relacionavam pacificamente com os *filhos da terra*, isto é, os *mestiços*. Já nos primórdios do século XVII, os *filhos da terra* começaram por ocupar importantes

¹⁶⁵ ANTÓNIO CARREIRA, *Alguns aspectos da administração Pública em Cabo Verde no século XVIII*, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Ano XXVII, Nº 105, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972, p. 203.

cargos sociais, anteriormente desempenhados maioritariamente pelos colonos, visto muitos destes terem abandonado este arquipélago, por já não encontrarem neles atractivos suficientes que justificassem a sua fixação. Para a historiadora Iva Cabral, é justamente essa elite local, os *filhos da terra* que, na hierarquia social cabo-verdiana, constituía a “camada livre”, que viria a substituir os colonos, assumindo e desempenhando o papel de oficiais régios dos vários escalões da administração local cabo-verdiana da época.¹⁶⁶ A elite local assume o comando das instituições administrativas, nomeadamente a Câmara, a Milícia e a Misericórdia, possibilitando assim a reconfiguração económica e administrativa do arquipélago, o que permitiu a ascensão e projecção dos *mestiços*, que passaram gradativamente o controlo das instituições do poder local da ilha de Santiago. O *mestiço* tornou-se o elemento predominante na sociedade e na administração cabo-verdiana, fruto da fusão entre brancos e negros.¹⁶⁷ O cruzamento entre o “homem branco” e a “mulher negra”, que teria como resultado o “filho bastardo”, contribuiu para a formatação da sociedade cabo-verdiana. O “filho bastardo” pretendia apropriar-se dos elementos materiais e simbólicos/espirituais do pai, nomeadamente o gozo de honras, riquezas e liberdades.¹⁶⁸

O *mestiço* passou a desempenhar funções administrativas relevantes nas Câmaras, uma instituição importante na sociedade cabo-verdiana, tendo tido como consequência uma maior aproximação entre os *moradores* e a administração central. Cabia-lhes a administração da justiça, reivindicando, em momentos oportunos, amplos poderes como representantes legítimos dos *moradores* do arquipélago.

A criação das Câmaras foi estrategicamente projectada pela metrópole, como forma de controlar os capitães-donatários e aqueles que não cumpriam as obrigações impostas pela Coroa, nomeadamente o pagamento dos impostos sobre a produção feita nas ilhas e do respectivo comércio transatlântico. Segundo a historiadora Ângela Domingues, o primeiro documento sobre a edificação da Câmara em Cabo Verde é de 1497. A Câmara passou a partilhar poderes de jurisdição com os capitães-donatários, o que, de certa forma, limitou as suas acções. Para a autora, os municípios passaram a ter um espaço abrangente na jurisdição da capitania “*funcionando no lugar-sede da mesma.*”¹⁶⁹ Onésimo Silveira, escritor e

¹⁶⁶ IVA MARIA CABRAL, *Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação*, in MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS, (COORDS.), (Vol. II), *História Geral de Cabo Verde*, Lisboa/Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 1995, p. 225

¹⁶⁷ Cfr. NUNO DA SILVA GONÇALVES, *Os Jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, Brotéria, 1996, p. 25.

¹⁶⁸ Entrevista a Gabriel Fernandes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹⁶⁹ ÂNGELA DOMINGUES, *Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento*, in MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS & LUÍS DE ALBUQUERQUE (COORDS.), *História Geral de Cabo Verde*, (Vol. I),

diplomata cabo-verdiano, refere que o município que foi “*instituído na Ribeira Grande desde 1475, ganha foros de poder local e organiza-se no âmbito da área geográfica do concelho, adquirindo um protagonismo paralelo ao poder régio e senhorial.*”¹⁷⁰

A nova elite formada principalmente pelos *mestiços*, os ditos *filhos da terra*, conseguiu, assim, instaurar, a partir do século XVII uma “*sociedade escravocrata, implantada talvez com um carácter rígido, amoleceu e perdeu, em pouco mais de dois séculos e meio, os seus contornos, evoluindo para uma ampla abertura, em que o mestiço e o forro passam a representar o papel que a evolução da comunidade exigira.*”¹⁷¹

Onésimo Silveira, é da opinião que “*num primeiro momento apenas o colono branco tivesse a prerrogativa de acesso à Câmara, a evolução das circunstâncias alargam o conceito de morador e de vizinho, titulares desse privilegio e, assim, a situação jurídica é alterada a partir de 1546, com a autorização régia para que os baços e negros participassem na constituição da Câmara.*”¹⁷² A partir de um momento crucial na história do arquipélago de Cabo Verde, encontra-se uma administração local, constituída maioritariamente por *mestiços* responsáveis com novos contornos sociais, culturais e identitários.

Lisboa/Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, pp. 62-64.

¹⁷⁰ ONÉSIMO SILVEIRA, *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Colibri, 2005, p. 103.

¹⁷¹ ANTÓNIO CARREIRA, *A Capitania das Ilhas de Cabo Verde (Organização civil, eclesiástica e militar, séculos XVI-XIX – Subsídios)*, in *Revista de História Económica e Social*, (Vol. 19), Nº19, Janeiro-Abril 1987, pp. 74-76.

¹⁷² ONÉSIMO SILVEIRA, *A Democracia em Cabo Verde*, op. cit., pp.103-104.

Capítulo 2 – Unidade e Diversidade Insular

2.1. Homogeneidade e heterogeneidade entre ilhas

Os diversos elementos humanos que chegaram a Cabo Verde foram paulatinamente entrando num processo de integração. A diversidade constitui uma característica comum a todas as ilhas. Quando se refere à diversidade cultural, verifica-se a tendência de o cabo-verdiano se referir como *santiaguense*, *mindelense*, *foguense* ou outro. Subsiste aqui a propensão de se identificar e distinguir aquilo que é “comum” daquilo que é “diferenciado”. O que é diferente resulta dessa base que é comum (divergente/convergente), e que irá dar origem à comunidade específica que se verifica em cada uma das ilhas. Cada ilha é parte da realidade diversa em que se destacam os demais elementos culturais. Verifica-se uma incorporação desse ambiente comum com o ambiente local, que resulta nas mais diversas condições, que são sobretudo particulares.¹⁷³

Portador de uma identidade sociocultural peculiar, o cabo-verdiano partilha de especificidades regionais, provenientes da própria descoberta e do processo de povoamento das ilhas. No que se refere às características socioculturais entre as ilhas, as opiniões entre os entrevistados divergem, sendo que alguns defendem que, por causa das características sociais, geográficas e históricas, as ilhas do arquipélago são essencialmente homogêneas¹⁷⁴, e outros acreditam que as ilhas são na sua essência heterogêneas, por cada umas delas se ter adaptado a diferentes realidades decorrentes dos processos inerentemente sociais e geográficos.¹⁷⁵ Para a maioria dos entrevistados, as ilhas perfilham-se num tronco comum parcialmente homogêneo, proveniente sobretudo da miscigenação, da língua, apesar das suas variantes dialectais entre regiões e do próprio processo de colonização.

Para João Lopes Filho, as circunstâncias provenientes das relações entre as civilizações presentes no arquipélago “*proporcionaram características peculiares a cada ilha, mas constituindo, fundamentalmente, um povo com comportamentos generalizáveis a todo o arquipélago e afinidades que são as raízes da cultura cabo-verdiana – língua, miscigenação, interpenetração sócio-cultural, sincretismo religioso.*”¹⁷⁶

¹⁷³ Entrevista a André Corsino Tolentino (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹⁷⁴ Entrevista a Amílcar Spencer Lopes, André Corsino Tolentino, David Hopffer Almada, Eutrópio Lima da Cruz, Ondina Ferreira, Pedro Verona Pires, Vera Duarte, Carlos Veiga, Fátima Bettencourt, Luís de Matos Monteiro da Fonseca, Germano da Cruz Almeida, Maria das Dores Silveira, Olívio Mlício Pires, Osvaldo Aranda de Azevedo e Georgina Maria Augusta Benrós de Mello (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹⁷⁵ Entrevista a Mário Lúcio Sousa, Gabriel Fernandes, Manuel Faustino, Crispina Gomes, Osvaldo Osório, Pedro Gregório, Eduardo Augusto Cardoso, António Germano Lima, Jacinto Abreu dos Santos, Manuel Veiga, Marina Gomes de Sousa Ramos e Onésimo Silveira (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹⁷⁶ JOÃO LOPES FILHO, *Introdução à Cultura Cabo-Verdiana*, op. cit., p. 227.

Gabriel Mariano, poeta, contista e ensaísta cabo-verdiano, considera que “*a evolução da sociedade caboverdiana, de um aglomerado heterogêneo e variegado para o tipo da sociedade unitária e homogênea que ela é hoje, se deve a um contínuo alargamento da área ou do campo de propagação do mestiço.*”¹⁷⁷ Igualmente Pires Laranjeira é da opinião que a maioria da população cabo-verdiana, pelo menos os residentes no arquipélago possui uma “*identidade cultural bastante homogênea e de notável coesão, em que a aprendizagem da língua cabo-verdiana matricial e das primeiras letras em português (ou noutra língua no caso da emigração) estabelecem uma matriz cultural genérica sobre a qual assentam diversificações regionais, locais ou diaspóricas*”¹⁷⁸ Onésimo Silveira acrescenta ainda que se “*a extensão da administração colonial a todo o território, bem como a língua em uso, fosse o crioulo, fosse o português, eram verdadeiros factores de unificação, não menos certo que o pulsar da vida dos povos traduzia em formas próprias, de ilha para ilha, e por vezes, em grupos de várias ilhas, sofrendo umas maior ou menor influência das outras.*”¹⁷⁹

O povo cabo-verdiano é essencialmente *mestiço* e apresenta características mais ou menos marcantes, dependendo da sua proveniência, isto é, se é oriundo de uma “ilha mais agrícola” como Santiago ou de uma “ilha mais industrial” como São Vicente.¹⁸⁰ Já o sociólogo cabo-verdiano César Monteiro, considera que a mestiçagem biológica e cultural não se processou de forma uniforme por todo o arquipélago, havendo diferenças acentuadas de ilha para ilha. Por exemplo, em São Nicolau, a população é constituída por, aproximadamente, 90% de *mestiços*, diferentemente da ilha de Santiago onde a mestiçagem ocorreu com menor intensidade.¹⁸¹ Como observa o antropólogo cabo-verdiano Artur Monteiro Bento no contexto de povoamento “*os povoadores esqueceram as diferenças etno-culturais, mesclando-se as diversas contribuições, tanto africanas quanto europeias. Disso resulta um povo que, apesar de parecer homogêneo, é bastante heterogêneo.*”¹⁸²

O povoamento das ilhas do arquipélago ocorreu de forma diferenciada. No caso das duas primeiras ilhas - Santiago e Fogo – que, nos meados do século XV foram povoadas com

¹⁷⁷ GABRIEL MARIANO, *Cultura caboverdiana: Ensaios*, Lisboa, Vega e Autor, 1991, pp. 67-68.

¹⁷⁸ JOSÉ LUÍS PIRES LARANJEIRA, *A identidade “crioula” e negro-africana e uma nova representação da mulher, com exemplos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, in MARGARIDA GALAFATE RIBEIRO & SILVIO RENATO JORGE (ORGS.), *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, Porto, Afrontamento, 2011, p. 18.

¹⁷⁹ ONÉSIMO SILVEIRA, *A Democracia em Cabo Verde*, op. cit., p. 112.

¹⁸⁰ Entrevista a Vera Duarte (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹⁸¹ CÉSAR MONTEIRO, *Sociedade Cabo-verdiana: Aculturação ou transculturação musical (1)*, in *Voz di Povo*, Ano XII, Nº 710, 1988, p. 5.

¹⁸² ARTUR MONTEIRO BENTO, *Memória Híbrida, Identidade e Diferença: Uma visão múltipla da comunidade caboverdiana no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, UNIRO, 2005, p. 31.

brancos colonos e escravos provenientes da costa africana. Desde o século XVI, os *mestiços* aí nascidos no arquipélago igualmente no povoamento das restantes ilhas. João Lopes Filho considera que, efectivamente, “*nas ilhas de povoamento mais antigo tomaram parte brancos europeus e escravos negros da ‘Costa da Guiné’ mas nas restantes ilhas foram também utilizados mestiços já nascidos no arquipélago e libertos das outras ilhas.*”¹⁸³ Numa perspectiva comparada com outras sociedades africanas como é o caso da Guiné-Bissau, como observa Maria Celeste Quintino, uma população cuja heterogeneidade cultural, religiosa, social e política é anterior à chegada dos portugueses neste território¹⁸⁴, o que não aconteceu em Cabo Verde, onde não existia qualquer tipo de sociedade, aquando da chegada dos portugueses a esse arquipélago.

André Corsino Tolentino, analista político e investigador cabo-verdiano, ao estabelecer uma comparação entre as ilhas de povoamento mais tardio e a ilha de Santiago, no que se refere particularmente à organização social e cultural, considera que “*povoadas mais tarde, em épocas diferentes, as restantes ilhas, não obstante as características comuns, complementares ou de reciprocidade que delas fazem um todo articulado, apresentam formas de ocupação da terra, relações de trabalho, actividades económicas e composição social diferenciadas entre si e em relação a Santiago.*”¹⁸⁵ Embora cada ilha possua as suas singularidades culturais, fruto de variados condicionalismos sociais, existem, todavia, determinados comportamentos afins que as une, como é o caso da língua e da miscigenação. Segundo a historiadora Maria de Lurdes Caldas, “*em Cabo Verde, a exiguidade territorial e o suposto isolamento do arquipélago prenunciariam um elevado grau de homogeneidade cultural e um relativo consenso sobre os principais marcadores da identidade nacional.*”¹⁸⁶

A sociedade cabo-verdiana é uma sociedade essencialmente homogénea, pois não se verificam conflitos típicos visíveis nas sociedades heterogéneas, como sejam os conflitos étnicos. É uma sociedade que tende cada vez mais a tornar-se homogénea.¹⁸⁷ João Lopes Filho salienta que:

“Apesar de se terem seguido métodos diferentes para ocupação das terras nos grupos de Sotavento e Barlavento, em todo o desenvolvimento e organização da sociedade cabo-verdiana, devido à

¹⁸³ JOÃO LOPES FILHO, *Contribuição para o estudo da cultura cabo-verdiana*, op. cit., p. 18.

¹⁸⁴ Cfr. MARIA CELESTE QUINTINO, *Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta*, in *Revista Migrações*, n.º 6, Abril 2010, p. 82.

¹⁸⁵ ANDRÉ CORSINO TOLENTINO, *Universidade e transformação social nos pequenos Estados em desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*, (2ª ed.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 200.

¹⁸⁶ MARIA DE LURDES MARTINS CALDAS, *A Construção da diferença num Arquipélago Mestiço: Brancos e Não-Brancos na São Filipe da primeira metade de novecentos* (Tese de Doutoramento), Lisboa, Universidade de Técnica de Lisboa- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2011, p. 171.

¹⁸⁷ Entrevista a Pedro Pires (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

necessidade de comunicação entre o senhor e o escravo, processaram-se sucessivas tentativas de aproximação, das quais resultaram adaptações do português arcaico e línguas africanas, que conduziram à formação do crioulo, que, além de elemento de união das classes sociais, passou a ser a língua mais falada no arquipélago e hoje a sua língua nacional.”¹⁸⁸

Pela sua posição geográfica, o arquipélago de Cabo Verde divide-se em duas regiões, a de Sotavento e a de Barlavento. Devido a um antepassado de colonização e de tráfico de escravos, os *moradores*, principalmente os da ilha de Santiago, passaram a ser apelidados de *badius*, e os do Barlavento, sobretudo os da ilha de São Vicente, de *sampadjudos*. Entretanto, tais diferenças esbatem-se quando se considera os cabo-verdianos como iguais entre si, que comunicam e se entendem como tal, mesmo apresentando variações históricas e regionais, embora estas não prejudiquem a inteligibilidade entre os vários dialectos. Verifica-se, cada vez mais, uma maior escolarização e circulação de pessoas, crescentes fontes de conhecimento e difusão dos meios de comunicação social, o que tem contribuído para atenuar as diferenças e uniformizar os diferentes dialectos.¹⁸⁹

Badius e *sampadjudos* correspondem a categorias no sentido de identificar regionalmente os próprios cabo-verdianos. *Badius*, para os habitantes de Sotavento, com excepção dos da ilha do Fogo e da Brava, que, apesar de pertencerem a essa região, são também apelidados de *Sampadjudos* e, nesta categoria, estão igualmente os habitantes da região de Sotavento. Segundo Luís Batalha, a palavra *badiu* deriva do português vadio, que, na história da colonização e do povoamento do arquipélago, se aplicava aos escravos que fugiam dos seus proprietários e se instalavam nas comunidades remotas no interior de Santiago. Essas categorias (*badius* vs *sampadjudos*), mais do que categorias regionais, “*ganham dimensões raciais, e isso porque os Badius costumam ser associados a pessoas mais escuras e Sampadjudos a pessoas mais claras ou até de cor branca.*”¹⁹⁰

A ilha de Santiago, pelo facto de ter sido maioritariamente povoada por escravos, que eram trazidos da costa africana, acabou por assimilar em grande parte as manifestações culturais africanas, diferenciando-se das outras ilhas do arquipélago, nomeadamente as de povoamento mais tardio como é o caso de São Vicente. Tornou-se, portanto, portadora de um maior legado étnico e cultural africano que, ainda nos dias de hoje, é orgulhosamente assumido pelos *badius*.

¹⁸⁸ JOÃO LOPES FILHO, *Contribuição para o estudo da cultura cabo-verdiana*, op. cit., p. 20.

¹⁸⁹ Entrevista a David Hopffer Almada (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹⁹⁰ LUÍS BATALHA, *The Cape Verdean “Community” in Portugal: Anthropological Constructions from Within and Without*, Tese de Doutoramento, Oxford, Institute of Social and Cultural Anthropology, University of Oxford, 2002, p. 74.

Por seu lado, São Vicente foi uma das últimas ilhas a ser povoada, acabando por receber um grande número de *mestiços*, brancos e negros de outras ilhas que foram trabalhar no Porto Grande do Mindelo. Nele se verificou uma forte presença de ingleses e de *mestiços* que trabalhavam sobretudo no transporte de carvão.¹⁹¹ Em dado momento, este porto serviu como ponto de chegada e saída de embarcações, oriundas de vários países, o que, de forma directa ou indirecta, acabou por influenciar o modo de vida e a cultura local dos seus habitantes.

Devido às diferentes características de cada uma das ilhas, é natural que, por vezes, se verifique um certo antagonismo entre os seus habitantes, mas efectivamente o que se procura é o desenvolvimento harmonioso e equilibrado entre elas, sem esquecer Cabo Verde enquanto uma *nação*.¹⁹²

Onésimo Silveira, ao referenciar o conjunto das ilhas de São Nicolau, Santo Antão e São Vicente, e dos seus povoamentos com negros forros, *mestiços* e posteriormente com brancos estrangeiros, faz saber que “*aí se revelam as suas populações, primeiro em S. Nicolau e Santo Antão, como sociedades culturalmente mais evoluídas e desenvolvidas, por contraponto às regiões das ilhas do Sul, e depois S. Vicente, para onde aquelas convergiram, juntando-se a outros recém-chegados, que estiveram na génese da cidade do Mindelo e da importância económica do Porto Grande.*”¹⁹³ Para Elsa Almeida Fontes, é a partir de 1894 que os habitantes da ilha do Fogo começaram a povoar a ilha de São Vicente. A população nesta última desenvolveu-se mais rapidamente com habitantes oriundos de outras ilhas, nomeadamente de Santo Antão, São Nicolau, e Boavista. Estes caracterizam-se por serem sobretudo “*homens livres ou alforriados que para ali se dirigem, o que desencadeia, em parte, um sentimento de superioridade da sua população, que aliás ainda sobrevive e os distingue, por exemplo, dos santiagueses. Este sentimento é reforçado pelo contacto com o exterior, facilitado pelo Porto, que é assim, a porta de entrada de uma maior europeização, sobretudo de mentalidades.*”¹⁹⁴

Com efeito, a realidade cultural vivenciada em cada uma destas ilhas é fruto do contexto histórico em que decorreu o processo de povoamento e dos contactos estabelecidos com outros povos e culturas. Os cabo-verdianos são uma “síntese”, pois são oriundos de vários contingentes populacionais. Devido à dispersão territorial do arquipélago, o cabo-verdiano possui características peculiares, que se repercutem nos modos de sentir, pensar e agir e na

¹⁹¹ Entrevista a Osvaldo Aranda de Azevedo (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹⁹² Entrevista a Filomena Delgado (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹⁹³ ONÉSIMO SILVEIRA, *A Democracia em Cabo Verde*, op. cit., p. 113.

¹⁹⁴ ELSA MARIA LOPES ALMEIDA FONTES, *O Bairrismo em Cabo Verde: Santiago e S. Vicente*, Praia, Tipografia Santos, 2007, pp. 52-53.

vivência dos seus membros. As diferenças reflectem-se nos mais variados comportamentos e diferentes manifestações culturais de cada ilha, visíveis na dança, na música, nas festas populares, no folclore, na arte e na literatura. Porém, simultaneamente o cabo-verdiano sente que é detentor de uma *identidade crioula* própria ou singular.¹⁹⁵ A sociedade cabo-verdiana caracteriza-se como uma *nação* naquilo que é essencial, que a caracteriza e identifica.¹⁹⁶

Apesar de cada ilha ter sido alvo de diferentes experiências, existe em todas elas, a consciência de uma origem comum. Para José Luís Hopffer Almada, jurista, poeta e ensaísta cabo-verdiano, “*pode-se afirmar que os cabo-verdianos são portadores de uma comum identidade cultural, nacional na sua essência, e homogénea nos seus traços essenciais.*”¹⁹⁷ Do ponto de vista cultural, a sociedade cabo-verdiana é relativamente homogénea, sobretudo por partilhar valores que são efectivamente seus como a língua, a cultura, a música, os seus “sonhos e anseios” de ver Cabo Verde a se desenvolver.¹⁹⁸ Embora se reconheçam diferenças entre ilhas, o tronco comum é idêntico, de tal forma que os locais comunicam, com sotaques diferentes, acabam todos por se entender.¹⁹⁹

Actualmente, isto tem repercussões no processo da regionalização que tem sido discutido em Cabo Verde, onde faz sentido a constituição de regiões administrativas na actual configuração político-administrativa. Nuno Miranda considera que “*o caboverdiano, hoje, é senhor da expressividade de uma fisionomia cultural regionalista que, muito embora se identifique profundamente com as heranças que a enformaram, logrou ganhar suas raízes através de um sentimento dialectal acessível.*”²⁰⁰

A regionalização e a posição em torno deste fenómeno advêm do século XIX, onde ainda se fazia o discurso em torno das divisões entre as regiões do Sotavento e do Barlavento. Cada ilha deve assumir as suas responsabilidades a partir das suas especificidades. Todos os países arquipelágicos como Madagáscar, ilhas Maurícias, Comores, Seicheles são regionalizados. Cada ilha deveria ter o seu próprio desenvolvimento centrado nas suas especificidades sociais e culturais, as ilhas sempre foram regionalizadas, o que se pretende é que tenham um quadro jurídico regional.²⁰¹

¹⁹⁵ Entrevista a Mário Lúcio Sousa (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹⁹⁶ Entrevista a Amílcar Spencer Lopes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹⁹⁷ JOSÉ LUÍS HOPFFER ALMADA, *Homogeneidade e heterogeneidade da caboverdianidade*, in *Fragmentos: Revista de Letras, Artes e Cultura*, N^{os} 11/15, Dezembro 1997, p. 28.

¹⁹⁸ Entrevista a Luís de Matos Monteiro da Fonseca (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

¹⁹⁹ Entrevista a Pedro Gregório (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

²⁰⁰ NUNO DE MIRANDA, *O cabo-verdiano, um portador de cultura: Sugestões de correcção de educação e ensino em Cabo Verde*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, N^o 22, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, p. 88.

²⁰¹ Entrevista a Onésimo Silveira (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

2.2. Cruzamento e heranças euro-africanas

A génese da cultura e da identidade cabo-verdiana resulta de um processo multidimensional que envolve vários factores que incluem as características climáticas e geográficas, a escravatura, a emigração, o conhecimento social gerado a partir de novos agrupamentos culturais, que fazem parte de todo o processo, sobretudo na relação com outros povos.²⁰² Verifica-se aqui um sistema dinâmico que define um conjunto de características do ser cabo-verdiano.²⁰³ É possível aqui reconhecer uma complexidade de causas e de factores. O encontro de diferentes povos resultou na interpenetração de outras culturas das mais diversas origens, sendo que tudo isso se encontra, ainda hoje, presente na configuração cultural em Cabo Verde.

Com efeito, a predominância de ilhas vulcânicas, a aridez climática e a quase inexistente pluviosidade, não permitia o cultivo da maioria das terras do arquipélago. Esta circunstância tinha como consequência uma grande escassez de recursos naturais, que punha em causa a sobrevivência, quer do colono, quer do nativo. O colono via-se confrontado com os problemas de alimentação, o que, em certa medida, não lhe permitia a fixação efectiva e em maior número neste arquipélago, como preconizava inicialmente a Coroa Portuguesa.

A falta de recursos naturais, principalmente a escassez dos alimentos cerealíferos que faziam parte da dieta dos povos da região do mediterrâneo, juntamente com outros factores, como a distância entre o arquipélago de Cabo Verde e a Coroa, impossibilitaram o povoamento por parte dos brancos, fazendo, pois, das ilhas espaços pouco atractivos e sem incentivos para a sua fixação.²⁰⁴

Com vista a ultrapassarem esta situação, estes dois grupos - europeus e africanos, aproximam-se e resolvem partilhar os seus recursos e os valores culturais, dando, deste modo, origem ao nascimento de uma cultura singular de cruzamento e síntese. Luís Manuel de Sousa Peixeira, historiador e filósofo, menciona que *“nenhum dos grupos intervenientes na formação do povo caboverdiano, tanto o europeu como o africano, podia apresentar uma cultura enraizada no terreno. De igual modo, nenhum dos dois grupos, em razão das*

²⁰² Entrevista a António Correia e Silva, Amílcar Spencer Lopes, Bartolomeu Varela, David Hoppfer Almada e André Corsino Tolentino (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

²⁰³ Entrevista a Bartolomeu Varela (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

²⁰⁴ Cfr. MARIA MANUEL TORRÃO, *A Colonização das Ilhas de Cabo Verde: medidas e objectivos*, in LUÍS DE ALBUQUERQUE, (DIR.), *Portugal no Mundo*, (Vol. II), Lisboa, Alfa, 1989, pp. 150-152.

condições adversas sócio-económico-alimentares, podia sobreviver independentemente do outro.”²⁰⁵

Segundo João Lopes Filho, é importante que se tenha em conta, quando se analisa a génese da cultura cabo-verdiana, que “*o encontro em Cabo Verde de duas culturas diferentes significou a separação de cada uma delas do seu tronco original, numa dada época histórica da sua própria evolução. Isto também ocasionou a transplantação e o contacto mútuo, pois ambas se viram separadas da sua própria raiz e do percurso evolutivo das suas culturas de origem.*”²⁰⁶ Criam-se aqui os fundamentos da identidade cabo-verdiana, tendo os diversos elementos geográficos modelado todo este percurso. Trata-se de uma sociedade que se refez a partir de uma nova identidade, considerada única e da qual se conseguem refazer as heranças sociais. Neste processo verificou-se, de facto, uma perda de referências étnicas, raciais e de ascendência. Vive-se apenas daquilo que se refez a partir dessas heranças, que se personalizam e ganham consciência de si próprios no imaginário do antigo império português.²⁰⁷ Para a partilha dos valores culturais destas civilizações, contribuiu muito o contexto social, geográfico e político de uma organização social específica, imbuída de valores identitários próprios. Parafraseando Manuel Castells:

*“A construção de identidades vale-se da matéria-prima formada pela história, geografia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória colectiva e por fantasias pessoais, pelo aparato de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projectos culturais enraizadas em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.”*²⁰⁸

Ao longo de cinco séculos, germina-se em Cabo Verde uma cultura caracteristicamente singular, proveniente da uma mistura heterogénea de costumes e hábitos europeus e africanos. A cultura cabo-verdiana forma-se no decorrer de vários séculos através da fusão de diversos elementos ráticos e culturais, apresentando-se rica em termos de manifestações e elementos estruturantes.²⁰⁹ Na opinião do historiador Basil Davidson “*em Cabo Verde não havia uma população verdadeiramente nativa e os brancos e quase brancos nunca conseguiram impor a cultura portuguesa, a não ser no plano formal e oficial. Saindo da escravidão, os negros*

²⁰⁵ LUÍS MANUEL DE SOUSA PEIXEIRA, *Da mestiçagem à Caboverdianidade: Registos de uma sociocultura*, Lisboa, Colibri, 2003, p. 61.

²⁰⁶ JOÃO LOPES FILHO, *Introdução à Cultura Cabo-Verdiana*, op. cit., p. 227.

²⁰⁷ Entrevista a António Correia e Silva (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

²⁰⁸ MANUEL CASTELLS, *O poder da Identidade*, op. cit., p. 23.

²⁰⁹ Cfr. FREDERICO CERRONE, *Cabo Verde: Cruzamento do Atlântico Sul*, Mindelo, Rádio Nova, 1996, p. 63.

tinham perdido a sua cultura original e tinham adquirido outra e foi essa cultura cabo-verdiana que sobreviveu.”²¹⁰

A fusão de diversos povos, com as suas línguas e culturas, deu origem ao que se passou a designar por identidade cabo-verdiana. Na visão de Luís Manuel de Sousa Peixeira, “ *dessa convivência nasceria um sentido de lealdade para com a terra – as montanhas e desfiladeiros, a Ilha e o Arquipélago. Desse sentimento de lealdade, aliado a uma cultura partilhada, eclodiria uma nova identidade – a caboverdianidade.*”²¹¹ Onésimo Silveira partilha da mesma ideia, realçando que:

“A jusante do processo da evolução histórica de Cabo Verde, há que ser assinalada a heterogeneidade social e cultural proveniente das mais variadas latitudes, étnicas e geográficas, que cunhava os seus primeiros habitantes: cristãos-novos portugueses, donatários e degredados, judeus escorraçados pela Inquisição, escravos africanos de grupos étnicos diversos e diversificados. A cada grupo correspondiam modos de vida próprios, uma assinatura da identidade exógena, que o tempo, aos poucos, mas segura e irreversivelmente, acabou por fundir numa realidade de cunho endógeno, cabo-verdiano.”²¹²

Da mesma forma, como resultado desta miscigenação, emerge uma sociedade mestiça, com identidade própria e características de tal modo singulares, que tem suscitado, ao longo dos tempos, diversos debates e constituído objecto de análise. Humberto Cardoso, engenheiro químico de formação e escritor cabo-verdiano, faz saber que “*a miscigenação que acompanhou, a par e passo, tais experimentações provocou um salto qualitativo na consciência de si próprio do cabo-verdiano: não se reconhecia em qualquer das raças estabelecidas e não se sentia compelido a pertencer ou a aproximar-se delas.*”²¹³

É através do cruzamento entre elementos de todas as classes sociais, que se origina o povo cabo-verdiano que, aliás, se tornou num grande núcleo populacional.²¹⁴ Deram, de igual modo, origem à cultura cabo-verdiana, imbuída de significados simbólicos, instituidora de uma identidade peculiar que tem origem na adaptação e assimilação de elementos europeus e africanos. O facto de o cabo-verdiano não “ser europeu, nem africano”, constitui a base da

²¹⁰ BASIL DAVIDSON, *As Ilhas Afortunadas: Um estudo sobre a África em transformação*, op. cit., pp.45-46.

²¹¹ LUÍS MANUEL DE SOUSA PEIXEIRA, *Da Mestiçagem à Caboverdianidade: Registos de uma sociocultura*, op. cit., p. 61.

²¹² ONÉSIMO SILVEIRA, *A Democracia em Cabo Verde*, op. cit., pp. 47-48.

²¹³ HUMBERTO CARDOSO, *O erro de António Carreira*, in *Cultura: Revista semestral*, Ano 2, Nº 2, Cabo Verde, Ministério da Cultura, Julho 1998, p. 41.

²¹⁴ Cfr. ANTÓNIO CARREIRA, *Cabo Verde: Aspectos Sociais. Secas e fomes do século XX*, (2ª ed.), Lisboa, Ulmeiro, 1984, p. 296.

identidade cabo-verdiana que recebeu os elementos, mas não os copiou. Isto aconteceu devido à insularidade que foi trazida do continente para as ilhas.²¹⁵

A identidade cultural do povo cabo-verdiano funde-se no cruzamento das características próprias de duas civilizações - a europeia e a africana - e é conservada como uma realidade sempre presente, passando de geração em geração. Esse processo iniciou-se ainda em meados do século XV, em que europeus e africanos começaram a chegar às ilhas do arquipélago, com o intuito de as povoar e de nelas produzir meios de sobrevivência e de comércio transatlântico. Onésimo Silveira afirma que:

*“É a história que escreve pela mão de portugueses e africanos, o auto chamado “Cabo Verde”, que é fatalismo e determinismo feito drama. Nas ilhas, onde ninguém espreitava “detrás da vegetação”, tornou-se inevitável o encontro dos homens e das mulheres que nelas desembarcaram. Nem a escravatura, com o seu cortejo de horrores e violações, foi capaz de empalidecer esse primeiro abraço nos Trópicos de homens e mulheres que chegavam de terras longínquas, carregando cada um pouco mais que o fardo da sua cultura.”*²¹⁶

Uma das importantes causas da miscigenação biológica deve-se à escassez de mulheres brancas, o que permitiu e impulsionou as relações entre homem branco e mulher negra/escrava.²¹⁷ Assiste-se, então, a um processo de cruzamento e interpenetração de vários hábitos, comportamentos, valores éticos e morais, modos de sentir, de estar e de comunicar, como uma dinâmica social muito peculiar, fruto de duas civilizações - africana e europeia. Neste sentido, Simão de Barros refere que *“durante séculos, os dois grupos em presença (africanos e europeus) enfrentando um novo meio, em contacto permanente e directo, sofreram um e outro, mudanças nos seus modelos culturais e, com o tempo, forjaram uma cultura própria, resultado da multiplicidade de micro processos de invenção, de imitação, de aprendizagem e de adaptação.”*²¹⁸ Os modelos culturais, trazidos dos vários locais de origem foram-se adaptando, com o decorrer do tempo, a uma nova sociedade, num processo de aculturação, dada a necessidade de recriarem uma identidade própria, que diferia da das suas origens, mas contendo características de uma ou de outra cultura, que se destacam nas formas de valores, atitudes e comportamentos, que se aproximam mais de uma ou de outra cultura. Deste processo gradual, surge um povo maioritariamente mestiço e uma cultura própria - cabo-verdiana. O autor refere ainda que o *“todo cultural que daí resultou, possui identidade própria, “identidade” no sentido da especificidade colectiva de um grupo humano em*

²¹⁵ Entrevista a João Lopes Filho (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

²¹⁶ ONÉSIMO SILVEIRA, *A Democracia em Cabo Verde*, op. cit., p. 26.

²¹⁷ Cfr. WILSON TRAJANO FILHO, *Uma Experiência Singular de Crioulização*, Brasília, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília 2003, p. 35.

²¹⁸ SIMÃO DE BARROS, *Origem das Colónias de Cabo Verde*, op. cit., p. 40.

*relação a outro e “cultural” como tudo o que pressupõe conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer “outras tendências e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.”*²¹⁹

As contribuições africanas e europeias na formação da identidade cabo-verdiana divergem, e ao mesmo tempo convergem, dando origem a uma identidade caracteristicamente singular, dada a necessidade de adaptação, quer ao meio geográfico, quer ao social e político. O geógrafo Ilídio do Amaral salienta que “*Cabo Verde, com uma posição de encruzilhada entre três continentes, nó de comunicação em que as influências recebidas e assimiladas, oferece aspectos ricos e diversos, impostos pela história, geografia e economia.*”²²⁰

No conjunto dos elementos culturais europeus e africanos, destacam-se alguns que, de algum modo, formaram a identidade cultural cabo-verdiana. O geógrafo José Maria Semedo e a antropóloga italiana Maria R. Turano afirmam que Cabo Verde herdou da cultura portuguesa, a religião, nomeadamente a Cristã, professada por intermédio da Igreja Católica, e também o vestuário e elementos linguísticos.²²¹

Dos elementos africanos, a cultura cabo-verdiana herdou o uso do pilão, a dança, a música, com especial destaque para a *tabanca* e o *batuque*, bem como alguns traços linguísticos e de culinária. Orlando Ribeiro, geógrafo e historiador, destaca o pilão de madeira, trazido pelos escravos africanos, que servia para triturar o milho e descascar o café, bem como alguns elementos culturais importantes como a maneira de colocar as crianças nas costas (*bambu*); o lenço amarrado à cabeça; o carregar de objectos à cabeça; os jogos de pedra nos *bancos de ouril ou ourim*; alguns rituais religiosos como por exemplo a *cerimónia do guarda-cabeça*; o *tambor*, instrumento geralmente utilizado na dança do *batuque*, entre outros.²²²

A cultura cabo-verdiana assenta na combinação de elementos socioculturais, cobrindo tanto os aspectos caracteristicamente africanos da costa ocidental face a Cabo Verde, como também traços genuinamente europeus, sobretudo portugueses, que estiveram na base da origem da identidade cabo-verdiana. Gabriel Mariano vislumbra o carácter singular que a cultura cabo-verdiana conquistou ao longo do tempo, salientando que é precisamente nas

²¹⁹ Idem, p. 40.

²²⁰ ILÍDIO DO AMARAL, *Ler Cabo Verde: Notas de reflexões*, in *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. XXXIX, Nº 782004, p. 92.

²²¹ JOSÉ MARIA SEMEDO & MARIA TURANO, *Cabo Verde: O ciclo ritual das festividades da Tabanca*, Praia, Spleen, 1997, p. 40.

²²² ORLANDO RIBEIRO, *A Ilha do Fogo e as suas erupções*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 146-157.

circunstâncias do “contínuo aumento da mestiçagem, a ascensão económica, a aristocratização intelectual, o prestígio social”²²³ que se torna possível a difusão em todo o arquipélago “de expressões de cultura mestiça formadas possivelmente no funco; assim o folclore poético, musical e novelístico; assim a culinária, assim os motivos de recreio; o folclore de adivinhas, dos provérbios, assim os festejos populares; as superstições, os hábitos, os esquemas de comportamento.”²²⁴

2.3. Morabeza e boa convivência

A história sociocultural do arquipélago de Cabo Verde evidencia traços culturais diferenciados relativamente aos países da África Lusófona. As características geográficas determinaram, logo após o início do povoamento do arquipélago, um modelo de organização social que resultou da diversidade cultural, biológica, étnica, linguística e religiosa dos seus habitantes, que acabaram por moldar, através de um processo de miscigenação, “o homem cabo-verdiano”. Este modelo deu origem a um traço cultural de “cordialidade” e, ao mesmo tempo de resistência, que se encontra ainda presente nestas ilhas. Cabo Verde é tido como um caso particular devido às dificuldades relacionadas com a referida falta de recursos, fraca pluviosidade e aridez do solo, entre outros factores, o que acabou por obrigar à solidariedade entre os habitantes na tentativa de sobreviverem. Desse modo, nasce aqui a consciência de um povo, composto de pessoas que estão condenadas a viver de uma determinada maneira.²²⁵ Francisco Lopes realça que “as próprias condições da economia de Cabo Verde favorecem e originam uma consciência colectiva tendente a procurar na intelectualidade, na supremacia do espírito, o único meio de superar as condições deficitárias de vida.”²²⁶

Pela sua particularidade histórica, os cabo-verdianos distinguem-se pela harmonia, hospitalidade, boa convivência e cordialidade que expressam no seu comportamento. A *morabeza* é o termo conhecido no vocabulário *crioulo* para descrever a capacidade que o cabo-verdiano possui em acolher com cordialidade, o que é culturalmente singular. João Lopes Filho considera que a cultura cabo-verdiana é *sui-generis*, ou seja, possui um conjunto de valores que a singulariza.²²⁷

²²³ GABRIEL MARIANO, *Do funco ao sobrado ou o “mundo” que o mulato criou*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, p. 40.

²²⁴ Idem, p. 40.

²²⁵ Entrevista a Amílcar Spencer Lopes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

²²⁶ FRANCISCO LOPES, *A importância dos calores espirituais no panorama cabo-verdiano*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, p. 137.

²²⁷ JOÃO LOPES FILHO, *Cabo Verde: Retalhos do quotidiano*, Lisboa, Caminho, 1995.

Benjamin Nunêz considera a *morabeza* como sendo uma característica da cultura afro-portuguesa de Cabo Verde.²²⁸ A *morabeza*, tipicamente cabo-verdiana, demarca-se essencialmente pela espiritualidade cordial dos seus habitantes e pela forma *sui generis* de confraternização social. A “morabeza”, que nos é peculiar, reflecte-se no modo de ser e de estar do cabo-verdiano em qualquer parte do mundo. O que o engrandece é: [1] o trabalho, [2] a honestidade e [3] o amor à terra. Isto constitui, nas palavras do artista plástico Lú de Pala “*apenas o preâmbulo do cabo-verdiano em si.*”²²⁹

Numa sociedade, é tarefa árdua combater as diferenças e os conflitos, mas é precisamente por os antagonismos não se combaterem, que é com profunda harmonia que todos os cabo-verdianos “*confraternizam e se submetem aos mecanismos de dar-e-tomar.*”²³⁰ Para o antropólogo cabo-verdiano José Gomes dos Anjos, o que caracteriza particularmente o processo de miscigenação em Cabo Verde é a cordialidade, que se traduz na *morabeza* dos homens das ilhas, sendo esta “*entendida como predisposição para a familiarização das relações sociais, portanto em contraposição a exteriorização dos conflitos.*”²³¹ Por outro lado, Leão Jesus de Pina, sociólogo cabo-verdiano, considera que a “*mestiçagem, numa sociedade moldada pelo mulato, seria, deste modo, ao invés da plasticidade lusa, o principal factor explicativo da cordialidade crioula. Parece ter havido um encadeamento causal entre a mestiçagem biológica e cultural e o carácter cordial ilhéu.*”²³²

A forma como se relaciona com os seus semelhantes, acaba por distinguir o cabo-verdiano entre os demais povos africanos. Muito se deve às raízes históricas e culturais do seu povoamento. Gabriel Mariano entende a *morabeza* cabo-verdiana como sendo: “*a capacidade de adesão sentimental a problemas e situações alheias e de sintonização afectiva com o seu semelhante (...) ‘algo que’ leva a um convívio familiar com as pessoas e até com as coisas: que lhe solicita uma ânsia irreprimível de diálogo.*”²³³

Para Lívio Sansone, antropólogo italiano e professor na Universidade Federal da Bahia, a mestiçagem “*além de fenómeno biológico, pode também ser considerada um estilo de vida e*

²²⁸ Cfr. BENJAMIN NUNÊZ, *Dictionary of Portuguese-African Civilization*, (Vol. 1), London, Hans Zell Publishers, 1995, Verbete Morabeza.

²²⁹ Entrevista a Rodrigo Correia Fernandes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

²³⁰ BALTAZAR LOPES DA SILVA, *Uma Experiência Românica nos Trópicos (I)*, in *Clareza: Revista de Arte e Letras*, Nº 4, São Vicente, Janeiro 1947, pp. 9-10.

²³¹ JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS, *Cabo Verde e a importação do ideograma brasileiro*, in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 6, Nº 14, Novembro 2000, p. 201.

²³² LEÃO JESUS DE PINA, *Morabeza e Cultura Política de Matriz Ibérica: Entre Críticas e Apologias*, in *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Nº1, Praia, Uni-CV, Dezembro 2007, p. 46.

²³³ GABRIEL MARIANO, *Cultura Caboverdiana: Ensaios*, op. cit., pp. 77-79.

uma maneira de pensar o mundo, envolvendo cordialidade.”²³⁴ Nesta perspectiva, o homem cabo-verdiano adquiriu ao longo do tempo, uma atitude de afeição, aceitação, admiração, em suma, de hospitalidade e familiaridade para com o próximo, o que possibilitou um maior vínculo à terra das suas origens, sentindo saudades dela quando emigra, principalmente do convívio e do calor humano dos seus familiares e amigos.

Carmem Secco, brasileira, especialista em literaturas africanas, considera que a morabeza, amorabilidade ou amorosidade atribuída aos caboverdianos é, *”atualmente, entendida como fator de resistência do ilhéu que imprimiu seu ritmo dolente ao idioma do colonizador, inoculando-o com traços da sua musicalidade mestiça, resultado do entrecruzamento das culturas que permearam a formação do povo de Cabo Verde.*”²³⁵ Efectivamente, perante a realidade geográfica, o homem cabo-verdiano soube, por intermédio de estratégias bem definidas, sobreviver perante algumas dificuldades presenciadas no arquipélago, como é o caso das fomes e das secas, e uma das armas fundamentais para as ultrapassar foi a *morabeza* dos seus conterrâneos. Esta é algo muito peculiar considerada como uma das características inerentes ao povo de todas as ilhas e que se observa sobretudo em tempos da chuva. Quando esta ocorre, os homens de todas as ilhas são geralmente mais generosos e acolhedores.²³⁶

O homem cabo-verdiano procurou, no período da sua formação, ser hospitaleiro. Estas características foram conservadas, cultivadas e arreigadas passando de geração em geração. O carácter singular e cordial dos “homens das ilhas” fez com que o filólogo, poeta e ficcionista cabo-verdiano Baltazar Lopes considerasse que no arquipélago as classes sociais não constituíssem *“categorias fechadas e estanques e o mesmo indivíduo pode conhecer durante a sua vida diversos escalões de consideração social, independentemente das circunstâncias do seu nascimento ou da cor da sua pele, tudo consoante o seu comportamento perante as perspectivas de acesso social.*”²³⁷ A perspectiva de autor refere-se ao carácter solidário dos cabo-verdianos, da sua responsabilidade social, sobretudo no que se refere à relação entre os indivíduos das diferentes camadas sociais.

No romance *Hora di Bai*, o escritor Manuel Ferreira debruça-se sobre aquilo que reflecte bem o espírito cordial do cabo-verdiano e a saudade profunda que sente ao deixar a sua terra,

²³⁴ LÍVIO SANSONE, *As relações raciais em Casa-Grande e Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização*, in MARCOS CHOR MAIO & RICARDO VENTURA SANTOS (ORGS.), *Raça, Ciência e Sociedade*, Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, 1996, p. 214.

²³⁵ CARMEM LUCIA TINDÓ RIBEIRO SECCO, (COORD.), *Antologia do mar na poesia africana de língua portuguesa do século XX: Cabo Verde*, Rio de Janeiro, Faculdade das Letras, 1999, p. 11.

²³⁶ Entrevista a Osvaldo Osório (ver *Relação das Entrevistas* em anexo)

²³⁷ BALTAZAR LOPES DA SILVA, *Uma Experiência Românica nos Trópicos (I)*, op. cit., pp. 9-10.

emigrando à procura de uma vida melhor. Esse homem carrega no peito a saudade da sua terra natal e dos convívios sociais. Relata o autor, citando a personagem *Nha Venância*, uma mulher viajada, que já esteve em Portugal, na cidade de Lisboa, e que, não obstante reconheça as oportunidades ímpares que aí se encontram, não a trocaria com o Mindelo, porque para *Nha Venância*, Mindelo é a cidade onde “o encanto dos dias estava em conversar com pessoas amigas; porque a vida sem amizades, sem convivência, para que prestava? Só o convívio, as reuniões, as conversinhas demoradas ajudavam a encher os dias longos.”²³⁸ Assim sendo, para Manuel Ferreira, *Nha Venância* “sempre foi mulher de relações, de visitas, de encontros à tardinha nos bancos da praça nova. Esse estilo de vida, com tal *Morabeza*, só na sua própria terra seria possível.”²³⁹

A nação cabo-verdiana, apesar das dificuldades da vida, soube cultivar a cordialidade, a compreensão e o respeito. A *morabeza*, de certa forma, é um traço do cabo-verdiano, que vem sendo, por vezes, utilizado no sentido de divulgar Cabo Verde, constituindo igualmente um atractivo para aqueles que queiram visitar ou residir no arquipélago. Além disso, é hoje uma marca essencial a que se assiste nas diversas campanhas publicitárias e esforços promocionais de turismo em Cabo Verde.

A *morabeza* é actualmente representada e interpretada através das músicas danças e poesias, principalmente a morna, que, na sua génese, destacou um conjunto de características singulares dos homens das ilhas, como o sonho de uma vida melhor, a coragem para enfrentar as rudes situações da vida e, acima de tudo, a vitória sobre algumas adversidades no arquipélago.²⁴⁰ Ovídio Martins, escritor e jornalista cabo-verdiano, de forma poética, refere-se à grandiosidade dos cabo-verdianos, num arquipélago árido e insular, onde a força de vontade, assente na *morabeza*, lhes possibilitou vencer e enfrentar as dificuldades, e sonhar com uma vida melhor nas ilhas. Assim para o autor, na obra *Gritarei Berrarei Matarei Não Vou Para Pasárgada* “chamamos uma vez a Cabo Verde, estrela salgada de dez braços, e em cada braço uma esperança. Se pusermos hoje em cada esperança mil certezas, ficaremos com uma ideia clara do espírito com que se enfrentam as dificuldades nesta pátria do meio do mar. Devagar, a reconstrução nacional avança. Dor a dor. Amor a amor.”²⁴¹

Os momentos interpretados pelas mornas representam o auge da solidariedade e interdependência entre os cabo-verdianos, e culminem com o reforço do laço de

²³⁸ MANUEL FERREIRA, *Hora di Bai*, Lisboa, Plátano, 1972, pp. 57-58.

²³⁹ Idem, p. 58.

²⁴⁰ Cfr. BENILDE JUSTO CANIATO, *Percursos pela África e por Macau*, Cotia, Ateliê, 2005, pp. 71-76.

²⁴¹ OVÍDIO MARTINS, *Gritarei Berrarei Matarei Não Vou Para Pasárgada*, (2ª Ed.), Mindelo, Instituto de Promoção Cultural, 1998, p. 21.

relacionamento, tendo como base a ideia da *morabeza*. Neste sentido, para Gabriel Mariano a “*familiaridade que se depreende do comportamento social do cabo-verdiano; a sua Morabeza; o seu feitio hospitaleiro, de uma hospitalidade amorosa, integral, sem reservas; a sua franqueza, a sua liberalidade ingénua, a sua fraca noção de centavo.*”²⁴²

Manuel Ferreira, no romance *Hora de Bai* faz referência à história de uma possível traição entre um forasteiro (tropa), de nome Alferes, e Beatriz, mulher de Juca Florêncio. O cerne desta história combina um romance secreto (entre Alferes e Beatriz) e a dúvida do Juca Florêncio, sobre a possível traição da esposa, pelo facto de ela receber com frequência o forasteiro em sua casa. Entretanto, Juca Florêncio, se bem que ainda com algumas dúvidas, considera serem normais as visitas do forasteiro à sua esposa, pelo facto de os cabo-verdianos com tanta naturalidade, serem hospitaleiros e de muita *morabeza*. Juca Florêncio entende estas visitas como “*a coisa mais natural deste mundo, valha-nos Deus. Cabo-Verdiano gosta de receber e está sempre de mãos abertas para acolher os seus amigos. A coisa mais natural a visita da tropa, lá isso era.*”²⁴³

Leão Jesus de Pina considera que a *morabeza* é “*uma espécie de cordialidade crioula, que pressupõe, socioculturalmente falando, uma marcante disposição psicológica democrática na cultura nacional.*”²⁴⁴ A *morabeza* do povo cabo-verdiano permitiu-lhes que, perante diferenças e similaridades entre as ilhas, cultivassem um espírito cordial e de amabilidade para com o outro. Esta característica é apontada como um dos factores de estabilidade e de consolidação da democracia neste país e, conseqüentemente, uma das marcas mais expressivas da cultura cabo-verdiana.

²⁴² GABRIEL MARIANO, *Cultura caboverdiana: Ensaio*, op. cit., pp. 76-77.

²⁴³ MANUEL FERREIRA, *Hora di Bai*, op. cit., pp. 109-116.

²⁴⁴ LEÃO JESUS DE PINA, *Cabo Verde: expressões ibéricas de cultura política, morabeza e cordialidade*, in *Confluenze: Revista de Studi Iberoamericani*, (Vol. 3), Nº 2, Università di Bologna, Dipartimento di Lingue e Letterature Straniere Moderne, 2011, pp. 238-239.

Capítulo 3 – Dinâmica de Miscigenação Cultural

3.1. Raça e criouliização

Os conceitos de raça e, posteriormente, de *criouliização*, constituem objecto de interesse por parte de investigadores nacionais e estrangeiros. Para se contextualizar e operacionalizar o conceito de raça nas diversas abordagens teóricas, exige-se que se identifique este conceito à luz da matriz europeia e africana, no sentido de se compreender o processo de dominação colonial e das dinâmicas de diferenciação e hierarquização racial no contexto africano.

A adopção desta abordagem constitui uma tarefa necessária, no sentido de identificar os factores homogéneos e heterogéneos, a respeito da formação da identidade em Cabo Verde. Eric Voegelin, historiador e cientista político alemão, sustenta que a análise da teoria e da ideia de raça é fundamental para se poder compreender as ideias políticas do mundo moderno, incluindo aspectos como a formação de comunidades políticas e do Estado.²⁴⁵ Por outro lado, Kabengele Munanga, antropólogo congolês, salienta que se deve prestar o máximo cuidado na análise destes conceitos, pois os mesmos constituem, em muitos casos, objecto de manipulação política e ideológica.²⁴⁶

Stuart Hall admite que os conceitos devem ser entendidos num contexto histórico específico, o que possibilita compreender como são construídos internamente na prática discursiva e como envolvem relações assimétricas de poder.²⁴⁷ O conceito de raça surge neste contexto, sobretudo nas relações entre dominado e dominador, colonizado e colonizador.

As concepções de raça em relação ao processo da diferenciação e hierarquização, devem ser analisadas à luz do paradigma existente nos séculos XVIII e XIX. Segundo o historiador britânico Robert Young, as ideias de igualdade, universalismo e relativismo eurocêntrico surgem na época do Iluminismo e da Revolução Francesa, assistindo-se à divisão da humanidade em tipos diferentes, ou seja, a raça tornou-se um instrumento apropriado ao discurso e prática da colonização.²⁴⁸

O conceito de raça era inicialmente utilizado pela zoologia e botânica para descrever e classificar a espécie vegetal e animal. Para a classificação da espécie humana, Kabengele Munanga refere que este conceito foi mencionado, pela primeira vez, pelo antropólogo e

²⁴⁵ ERIC VOEGELIN, *Race and State*, Collected Works, (Vol. 2), Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1997, pp. 8-16.

²⁴⁶ KABENGELE MUNANGA, *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*, in ANDRÉ AUGUSTO BRANDÃO (ORG.), *Cadernos PENESB*, N° 5. Niterói, EDUFF, 2004, pp. 25-34.

²⁴⁷ STUART HALL, *Quem precisa da identidade?*, in TOMAZ TADEU SILVA (ORG.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais*, Petrópolis-RJ, Vozes, 2000, pp. 103-107.

²⁴⁸ ROBERT YOUNG, *Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race*, (1ª ed.), Londres, Routledge, 1995, p. 92.

médico francês François Bernier em 1684, que defendia a diversidade de grupos humanos, na lógica de existirem características físicas distintas. Posteriormente, o conceito de raça passou a referir-se às classes sociais em França, para autenticar as relações de dominação entre a nobreza e a plebe. No século XVIII, a cor da pele assinala-se como critério fundamental para a divisão das raças humanas. No século XIX acrescenta-se ao critério da cor da pele, outras características morfológicas, como a forma do nariz, do crânio, dos lábios, entre outros aspectos para diferenciar as raças humanas.²⁴⁹

Michel Banton, cientista social britânico, acredita que “a raça tornou-se um meio de classificar as pessoas por estas características (...) as categorizações raciais podiam então ser aplicadas sem adesão a qualquer teoria sobre as origens de tais distinções.”²⁵⁰ Contudo, já no século XX, com o progresso da medicina, a distinção das raças humanas baseou-se na genética, biologia molecular e na bioquímica.

Apesar do conceito de raça e da sua empregabilidade ter sofrido mudanças significativas, a classificação da população, a partir desta ideia diz respeito a uma construção mental que expressa a experiência básica da moderna dominação colonial, onde os povos colonizados são desprezados, alegando que o ideal seria a passagem destes pelo processo de civilização, o que atesta o sentimento da superioridade racial do colonizador.²⁵¹ Nesta óptica, é possível verificar que a ideia de raça legitimou as relações de dominação europeia, passando a pensar-se nas relações de superioridade e de inferioridade entre os grupos humanos e a própria classificação e divisão da humanidade, marcando a era moderna.

Zygmunt Bauman realça que o processo de caracterização e da efectiva divisão da humanidade em raças é o marco da modernidade, considerando que a categorização, o inventário e a própria estatística constituem estratégias da prática moderna: “A mestria moderna é o poder de dividir, classificar e localizar – no pensamento, na prática, na prática do pensamento e no pensamento da prática.”²⁵² Além de uma relação desigual entre o colonizador e o colonizado, no interior da Europa, Robert Miles, sociólogo britânico, considera que se assiste também a uma hierarquização racial, processo este denominado de “racialização do interior da Europa.”²⁵³

²⁴⁹ KABENGELE MUNANGA, *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*, op. cit., pp. 19-21.

²⁵⁰ MICHEL BANTON, *A ideia de “raça”*, Lisboa, Edições 70, 1979, p. 39.

²⁵¹ Cfr. ANÍBAL QUIJANO, *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*, in EDGARDO LANDER, (comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000, p. 1.

²⁵² ZYGMUNT BAUMAN, *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro, Zahar, 1999, p. 23.

²⁵³ ROBERT MILES, *Racism after “race relations”*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 1993.

Estas perspectivas realçam não apenas a visão eurocêntrica do conhecimento, mas também a própria supremacia racial, a partir do modelo que se julgava hegemónico, menosprezando a diversidade entre grupos humanos existentes. O cuidado deve ser redobrado quando se examinam os conceitos de raça e de *crioulização* sendo, para isso, necessário contextualizá-los em determinado momento da história da humanidade. Isto, porque diversos autores apresentam os seus pontos de vista, no sentido de contribuir para o pensamento heurístico, embora sabendo da existência de escolas de pensamento com incidências e abordagens teóricas díspares. António Guimarães alerta para o facto de que “*não existem conceitos que valham sempre em todo o lado, fora do tempo, do espaço e das teorias.*”²⁵⁴

Nesta sequência, destacam-se as diversas abordagens teóricas e escolas de pensamento, na tentativa de explicar as diferenças entre as raças humanas existentes, que marcaram a segunda metade do século XIX, em torno de duas concepções importantes: a primeira, dos evolucionistas sociais, abrigadores do monogenismo, e a segunda dos darwinistas sociais, defensores do poligenismo. Estas concepções, segundo o historiador norte-americano Thomas Skidmore, obtiveram plena aceitação nos Estados Unidos e na Europa.²⁵⁵ A primeira entendia e defendia que as desigualdades raciais existentes entre os vários grupos humanos estariam relacionadas com os diferentes estágios de desenvolvimento, ou seja, que existem vários núcleos de criação da humanidade e, conseqüentemente, dos diversos grupos humanos. A segunda concepção admitia que a humanidade era una, centrando-se na ideia de que os homens são naturalmente diferentes, e que haveria apenas uma única raça humana.

Lilia Moritz Schwarcz, antropóloga brasileira, refere que, para os evolucionistas sociais, era temporária e reversível a desigualdade entre as raças humanas. Contudo, para os darwinistas sociais, era incedível a hierarquia entre grupos humanos.²⁵⁶ Thomas Skidmore refere que existem três principais escolas de teorias raciais. A primeira é designada por teoria etno-biológica. Sob a influência do poligenismo, onde a base dos seus argumentos se centrava essencialmente na inferioridade das raças indígena e negra, acreditava-se que estas se diferenciavam da dos brancos pelas características físicas inerentes, e que tais diferenças eram particularmente o resultado directo da sua criação como espécies distintas.²⁵⁷ Esta ideia foi, mais tarde, complementada por influência da teoria da evolução de Charles Darwin, que Lilia

²⁵⁴ ANTÓNIO SÉRGIO ALFREDO GUIMARÃES, *Como trabalhar com “Raça” em Sociologia*, in *Educação e Pesquisa*, (Vol. 29), Nº 1, Brasil, Universidade de São Paulo, 2003, p. 95.

²⁵⁵ THOMAS SKIDMORE, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, (1ª ed.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 66.

²⁵⁶ LILIA MORITZ SCHWARCZ, *O espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 62.

²⁵⁷ THOMAS SKIDMORE, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, op. cit., p. 66.

Moritz Schwarcz denomina de “*darwinismo social*.”²⁵⁸ É aqui que se efectiva a segunda concepção em destaque inicialmente.

A segunda escola diz respeito ao determinismo da história que surgiu nos Estados Unidos e na Europa. Partia-se do pressuposto de que a raça branca era indiscutivelmente superior às demais, alegando que as raças poderiam ser diferenciadas umas das outras, em diversas circunstâncias e características. Gobineau e Seyferth eram representantes dessas ideias, e ambos contribuíram para a divulgação do pensamento determinista. Afirmaram que a raça constituía o factor determinante da história da humanidade. No pensamento de Gobineau, a raça suprema é a raça ariana, no sentido de que esta era produtora exclusiva de civilização, supondo que a mistura de raças desiguais conduz à degeneração de um povo.²⁵⁹

A terceira escola diz respeito ao Determinismo Biológico, protagonizada no caso brasileiro pelo antropólogo Roberto Da Matta, para quem as diferenciações biológicas são vistas como tipos acabados, já que são os elementos herdados por cada indivíduo que determinam, desde o seu nascimento, o que ele será futuramente. A lógica e a perspectiva assentam na ideia de que cada tipo está determinado no seu comportamento e mentalidade pelos factores intrínsecos ao seu componente biológico, ou seja, ele é imutável pela acção social, não integrando a influência da sociedade.²⁶⁰

Em torno destas concepções e escolas de pensamento, existem diversas opiniões divergentes que, até certo ponto, reforçam a lógica de algumas interpretações. Munanga Kabengele e Nilma Gomes, alegam que as escolas de pensamento apontam para algumas concepções teóricas. Assim “*lançam mão do conceito. Dando-lhe um outro significado, relacionado ao reconhecimento da diferença entre grupos humano, sem atribuir qualidades positivas ou negativas, ao reconhecimento da condição das origens ancestrais e identidades próprias de cada um deles.*”²⁶¹ António Sérgio Guimarães considera que o uso do conceito de raça nas ciências sociais é necessário para melhor se compreender o pensamento moderno, ou seja, reconhece que “*a ideia da raça, tal como a temos hoje, pressupõe uma noção chave para a ciência moderna – a de natureza imanente – segundo a qual da natureza emana um determinado carácter, uma determinada psicologia, uma determinada capacidade*

²⁵⁸ LILIA MORITZ SCHWARCZ, *O espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1930*, op. cit., p. 80.

²⁵⁹ GIRALDA SEYFERTH, *Racismo e o ideário da formação do povo no pensamento brasileiro*, in IOLANDA OLIVEIRA (ORG.), *Relações raciais e educação: temas contemporâneos*, Cadernos PENESB, Nº 4, Niterói, UFF, 2002, p. 19.

²⁶⁰ ROBERTO DA MATTA, *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 71.

²⁶¹ MUNANGA KABENGELE & NILMA GOMES, *O negro no Brasil de hoje*, São Paulo, Global, 2006, p. 175.

intelectual.”²⁶² Óscar Soares Barata elucida que “*a diversidade somática dos grandes grupos humanos é um facto incontornável, mas a experiência tem mostrado que é extremamente resistente à classificação e interpretação científica.*”²⁶³

Stuart Hall considera que a raça corresponde, portanto, a marcas simbólicas, que diferenciam um grupo de outro, no sentido de que este conceito é uma categoria organizadora das formas de falar, dos sistemas de representação e práticas sociais.²⁶⁴ Norman Fairclough defende que o conceito da raça se adequa à relação de poder que se presencia na relação entre comunidades ou grupos sociais, e que o mesmo mantém e transforma as relações de poder entre as entidades colectivas (classes, blocos, comunidades, grupos) e entre as quais existem relações de poder.²⁶⁵ Esta perspectiva reforça inicialmente a perspectiva de Stuart Hall, sobre a relação de poder que o conceito de raça acarreta, ou seja, a relação assimétrica do poder.

É neste sentido que a “*raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais.*”²⁶⁶ O antropólogo inglês Paul Gilroy, sublinha que a forma como hoje o conceito de raça se designa, deve desaparecer do nosso vocabulário, no sentido de não se aplicar aos seres humanos, considerando que “*isto é uma crise porque a ideia de raça tem perdido muito de sua credibilidade no senso-comum, porque o trabalho cultural e ideológico que está sendo produzido e reproduzido é mais visível do que foi antes, porque tem sido despida de sua integridade moral e intelectual, e porque há a chance de impedir sua reabilitação.*”²⁶⁷

Igualmente, o filósofo anglo-ganês Kwame Anthony Appiah é contra a tendência de usar o conceito de “raça”, defendendo que falar deste conceito, ou mesmo da raça em si, é particularmente consternador para os que peculiarmente valorizam a cultura. “*É que, onde a raça actua – em lugares onde as diferenças macroscópicas da morfologia são correlacionadas com diferenças subtis de temperamento, crença e intenção –, ela actua como uma espécie de metáfora da cultura; e só o faz ao preço de biologizar aquilo que é cultura, a ideologia.*”²⁶⁸ O antropólogo Kabengele Munanga acredita que “*a raça não é uma realidade*

²⁶² Op. Cit. ANTÓNIO S. A. GUIMARÃES. 2003, p. 99.

²⁶³ ÓSCAR SOARES BARATA, *Introdução às Ciências Sociais*, op. cit., pp. 81-82.

²⁶⁴ STUART HALL, *A Identidade Cultural na pós-modernidade*, op. cit., p. 63.

²⁶⁵ NORMAN FAIRCLOUGH, *Discurso e Mudança Social*, Brasília, UNB, 2001, p. 94.

²⁶⁶ ANTÓNIO SÉRGIO GUIMARÃES, *Racismo e anti-racismo no Brasil*, (34ª ed.), São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999, p. 11.

²⁶⁷ PAUL GILROY, *Against Race: Imagining political culture beyond the color line*, Massachusetts, Belknap/Harvard, 2000, p. 28.

²⁶⁸ APPIAH, KWAME ANTHONY, *Na Casa de Meu Pai: A África na filosofia da cultura*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1997, p. 75.

biológica, mas sim apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem.”²⁶⁹

Raimundo Nina Rodrigues, médico e antropólogo brasileiro, considera que se deve agir com o maior rigor ao diferenciar raças puras e raças cruzadas, destacando a existência de três raças puras primitivas: a *branca*, a *negra* e a *vermelha*. Acrescentou ainda que nenhuma raça *mestiça* poderia figurar ao lado delas, pois encontravam-se em transição.²⁷⁰

O historiador francês, Léon Poliakov, em concordância com o pensamento do naturalista francês Buffon, argumenta que este observou a existência de quatro ou cinco raças de homens, constituídas por: europeus, a que se juntavam os egípcios e os hindus morenos, cuja cor é apenas accidental, causada pelo facto de se exporem ao sol; os africanos, cuja negrura é essencial; os chineses e os japoneses, com ombros largos, rosto chato, nariz achatado, e “*pequenos olhos de porcos*”; e os lapões, “*animais infames*”. Já os indígenas, eram considerados por François Bernier como próximos dos europeus.²⁷¹ Para Demétrio Magnoli, sociólogo e geógrafo brasileiro, a raça “*Europeanus*” era constituída por indivíduos inteligentes, inventivos e gentis, enquanto os índios americanos seriam teimosos e irritadiços, os asiáticos sofreriam com inatas dificuldades de concentração e os africanos não conseguiriam evadir-se à lassidão e à preguiça.²⁷²

Estes debates procuram pôr em evidência as diferentes abordagens sobre o conceito de raça, sendo visível a relação de poder que se estabelece no universo da colonização. Este facto conduziu, segundo algumas abordagens já referidas, a um processo de estigmatização racial do colonizador sobre os colonizados. Estes conceitos são determinantes na compreensão do caso africano e particularmente cabo-verdiano.

A partir do início da década de cinquenta, assiste-se a uma grande viragem na conceptualização e categorização da raça humana, e isso porque a UNESCO, em colaboração com publicações de investigações científicas, reconhece o valor humano e social dos *mestiços* que, na definição de antropólogos e etnólogos, constituem uma raça impura em relação aos europeus, que eram categoricamente a raça pura.

²⁶⁹ MUNANGA KABENGELE, *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*, op. cit, p. 19.

²⁷⁰ RAIMUNDO NINA RODRIGUES, *Os mestiços brasileiros*. *Gazeta Medica da Bahia*, 21 (9): 401-407; (11): 497-503, 1980, p. 402.

²⁷¹ LÉON POLIAKOV, *O Mito Ariano: Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*, São Paulo, Perspectiva-Universidade de São Paulo, 1974, p. 118

²⁷² DEMÉTRIO MAGNOLI, *Uma gota de Sangue: História do Pensamento Racial*, São Paulo, Contexto, 2009, p. 24.

O sociólogo cabo-verdiano Cláudio Furtado refere que a maior parte dos estudos realizados no contexto pós-colonial, aplicados ao caso de Cabo Verde, “*tende a concentrar-se na questão identitária e na construção da nação. Nesse contexto a problemática da estruturação social e da pertença étnica ou racial inclina-se a estar omissa ou sublimada, para se privilegiarem as bases culturais e diferenciadoras da nação e do homem cabo-verdiano, bem como de seus ethos específico.*”²⁷³

Em Cabo Verde, remontando aos primórdios da colonização, com realce para o povoamento, encontravam-se em contacto permanente, quer física, quer culturalmente, dois grupos humanos por natureza já misturados, onde a pureza racial já não existia porque os escravos e negros africanos de diversas etnias, e europeus, sobretudo portugueses da região da Madeira, Algarve e Alentejo, se misturaram, dando origem ao *mestiço* cabo-verdiano. Almerindo Lessa, médico e antigo professor de Antropologia Tropical e Jacques Ruffié, geneticista e antropólogo francês, no estudo sobre a *seroantropologia* do arquipélago de Cabo Verde, consideram que, pelo sistema sanguíneo ABO, a população cabo-verdiana difere muito significativamente das populações do Sul de Portugal, sendo que a população cabo-verdiana é serologicamente homogénea. Os tipos *sero-antropológicos ABO* dos cabo-verdianos diferem significativamente de certas tribos que habitam o interior de África que não apresentam diferenças significativas em relação às tribos do litoral. As conclusões apontam, pois, para a homogeneidade da população que “*de maneira significativa pela frequência dos grupos sanguíneos de base das populações originárias portuguesas e africanas*”, sendo “*o stock cromossomático apresentado pela actual população cabo-verdiana tem 35% de origem europeia (portuguesa) e 65% de origem oeste-africana.*”²⁷⁴

Estes estudos permitem reflectir a construção da identidade cabo-verdiana, através da discussão e pormenorização em torno das dimensões do *projecto cabo-verdiano*. A perspectiva arquitecta-se em torno do *mestiço*, no sentido de se compreender o modo como se processou o fenómeno da *crioulização*. Também como forma de desmistificar algumas dúvidas inerentes a este processo, com destaque para a formação de uma língua (*crioulo*), e de uma raça (a *mestiça*), constitui uma necessidade apresentar, descrever e analisar as concepções e formulações teóricas dos autores que, de certo modo, podem ajudar a compreender os fundamentos do projecto nacional cabo-verdiano.

²⁷³ CLÁUDIO FURTADO, *Raça, Classe e Etnia nos Estudos sobre e em Cabo Verde: As Marcas do Silêncio*, in *Afro-Ásia*, Nº 45, 2012, p. 146.

²⁷⁴ ALMERINDO LESSA & JACQUES RUFFIÉ, *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: Mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano*, op. cit., pp. 61-64.

O filólogo brasileiro Luis Nicolau Parés, alerta para o facto de os estudos sobre a *crioulização* ganharem, no contexto principalmente africano, uma relevância durante as últimas décadas, considerando que “nas últimas décadas, na área dos estudos afro-americanos, vem ganhando centralidade o debate sobre o chamado processo de *crioulização*. Diversas teorias foram elaboradas para interpretar os fenômenos de *hibridação étnica e cultural* que resultaram do encontro de variados grupos africanos e europeus.”²⁷⁵ Édouard Glissant, escritor e crítico literário francês, considera que a *crioulização* seria o contacto ou encontro de elementos culturais diferentes, equivalentes em valor, ou seja, sem qualquer tipo de predominância de um sobre o outro.²⁷⁶ Esta perspectiva valoriza o facto de o conceito de *crioulização* ser aplicado a todos os lugares. Na óptica do autor toda a sociedade estaria num processo de *crioulização*, principalmente nas grandes metrópoles para onde se dirige a população dos diferentes continentes. A *crioulização* na concepção de Édouard Glissant, é do tipo transcultural, que, na percepção de Stuart Hall, os “*grupos subordinados ou marginais* selecionam e inventam, a partir dos materiais a eles transmitidos pela cultura metropolitana dominante”, isto é, “a lógica colonial em funcionamento aqui é, evidentemente, uma ‘*crioulização*’ do tipo ‘*transcultural*’.”²⁷⁷

É importante salientar que o conceito de *crioulização* foi definido pela primeira vez por Edward Kamau Brathwaite, professor de Literatura Comparada da Universidade de Nova Iorque, que o considera como acção cultural, material, psicológica e espiritual, com base no estímulo ou resposta dos indivíduos dentro da sociedade ao seu ambiente, e como o branco, preto e grupos culturalmente distintos se relacionam uns com os outros.²⁷⁸ A *crioulização* diz respeito à maneira de ver a sociedade, não em termos de branco e preto, senhor e escravo como unidades nucleares separadas, mas como partes contributivas de um todo social.²⁷⁹ O antropólogo sueco Ulf Hannerz considera a *crioulização* como sinónimo de transculturação, miscigenação, hibridez, mestiçagem e sincretismo.²⁸⁰ Para o autor, as culturas *crioulas* são culturas mistas ou híbridas.²⁸¹

²⁷⁵ LUIS NICOLAU PARÉS, *O processo de crioulização no recôncavo baiano (1750-1800)*, in *Revista Afro-Asia*, Nº 33, 2005, p. 87.

²⁷⁶ ÉDOUARD GLISSANT, *Introduction à une poétique du divers*, Paris, Gallimard, 1996, pp. 17-18.

²⁷⁷ STUART HALL, *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, Belo Horizonte, UFMG, 2003, p. 31.

²⁷⁸ EDWARD KAMAU BRATHWAITE, *The Development of Creole Society in Jamaica, 1770-1820*, Oxford, Larendon, 1971, p. 296.

²⁷⁹ Idem, p. 307.

²⁸⁰ ULF HANNERZ, *Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional*, in *Mana*, (Vol.3), Nº1, 1997, p. 26.

²⁸¹ ULF HANNERZ, *The world in creolisation*, in *Africa*, 57 (4), 1987, p. 557.

Neste contexto, e focando o caso cabo-verdiano, o antropólogo José Carlos dos Anjos, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realça que na multiplicidade das etnias presentes no povoamento do arquipélago de Cabo Verde, a sua consequente diluição teria dado origem a uma nova sociedade e a uma nova cultura. Afirma, pois, que “*a violência física e simbólica, que destruiu grande parte da memória étnica dos escravizados, tem sido lida pelos intelectuais cabo-verdianos como “fusão cultural de europeus e africanos.”*”²⁸² Adriano Moreira considera que Cabo Verde é o mais “*perfeito exemplo de sociedade étnica e culturalmente integrado em todo o espaço onde se exerceu a soberania portuguesa, mas que por isso mesmo soma, no seu património cultural específico, legados e criatividade que não coincidem integralmente com outras áreas de expressão oficial portuguesa.*”²⁸³

Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro, ao analisar a realidade do Brasil a partir de uma teoria interdisciplinar, constatou que se tratava de uma “democracia racial”, baseada num processo de cruzamento entre índios, africanos e brancos, o que impediu divisões rígidas entre raças, tal como aconteceu nos Estados Unidos. A perspectiva de *meta-raça*²⁸⁴ constitui, na óptica do autor, uma das características da identidade nacional brasileira, pelo facto de esse conceito constituir a superação de uma consciência de raça, pela indiferença a uma característica exclusivamente biológica. Esta abordagem sofreu diversas críticas, sobretudo a partir da década de sessenta do século passado, porque a concepção de uma *meta-raça* pela elite branca e respectiva promoção da imagem do Brasil serviu para disfarçar as desigualdades sociais existentes neste país. Considerando que o início do processo de povoamento e miscigenação no arquipélago de Cabo Verde é aproximadamente um século anterior ao de povoamento do Brasil anunciado em 1531 por D. João III, do ponto de vista sócio-histórico pode-se afirmar que a perspectiva apontada por Freyre do processo conducente a uma *meta-raça* não teve início no Brasil como o autor preconizava, mas sim em Cabo Verde. No arquipélago, a cultura africana teve um maior impacto, o que contribuiu para a construção de uma teoria emancipatória. Os conceitos apresentados por Freyre tiveram que ser trabalhados para serem adaptadas ao caso de Cabo Verde, onde a miscigenação foi supostamente mais completa do que no Brasil.²⁸⁵

²⁸² JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS, *Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde*, in *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, Nº 3, 2003, p. 581.

²⁸³ ADRIANO MOREIRA, *Teoria das Relações Internacionais*, (6ª ed.), Coimbra: Almedina, 2008, p. 528.

²⁸⁴ GILBERTO FREYRE, *Nordeste*, Rio de Janeiro, Record, 1989, p. 113.

²⁸⁵ MIGUEL VALE DE ALMEIDA, *From Miscegenation to Creole Identity: Portuguese Colonialism, Brazil, Cape Verde*, in CHARLES STEWART (Ed.), *Creolization: History, Ethnography, Theory* Walnut Creek, Left Coast Press, 2007, p. 131

Ao que tudo indica, foi nas décadas após o início da ocupação de Cabo Verde que a expressão *crioulo* emergiu como produto de uma síntese étnico-racial. A presença de europeus e africanos no arquipélago criou, pela necessidade de sobrevivência e adaptação, as condições para o surgimento do *crioulo*. Esta parece ser a hipótese mais credível, pois a expressão *crioulo* e cabo-verdiano são muitas vezes tidas como sinónimas. Cabo Verde constitui uma excepção à regra, pois é o mais antigo neste processo e não apresenta termos de comparação do ponto de vista étnico e sociológico. Existe, sim, uma dinâmica específica da cultura que promove a integração do ponto de vista identitário. O “outro” acaba, de certo modo, por influenciar o cabo-verdiano, assim como é influenciado por este. A apreciação que Gilberto Freyre fez do *crioulo* enquanto elemento sociológico, está longe de corresponder à realidade, pois não contemplou a tal unidade na diversidade, aquilo a que o jesuíta e teólogo Pierre Teilhard de Chardin alude na ideia de que a raça humana tem vindo a difundir-se numa multiplicidade de unidades, onde cada um tem o objectivo de atingir o seu desenvolvimento numa lógica de convergência entre os diferentes factores: étnicos, económicos, políticos e culturais que, numa visão cristocêntrica, culminará na posição do *ponto ómega*, fruto da experiência do contacto entre povos diferentes e culturas diversas. O indivíduo encontra-se inevitavelmente envolvido num processo de convergência tendendo para um sistema de criação de novas sínteses sob a influência de forças biológicas, psíquicas e espirituais.²⁸⁶ A identidade cabo-verdiana encontra-se num estágio mais avançado neste processo de convergência, visto integrar na sua génese uma síntese de mais de cinco séculos e meio de vestígios de origem africana e europeia. Esta abordagem permite compreender que o debate sobre a *miscigenação* étnica e cultural constitui, ainda hoje, uma preocupação em torno do caminho identitário, no qual se demarca a formação da *nação*.

3.2. A abordagem sócio-antropológica

Da interacção cultural e biológica entre os grupos humanos presentes no arquipélago de Cabo Verde surge o *mestiço*, resultado da interpenetração de dois grupos étnicos que “obedece à necessidade de obviar à escassez do capital escravo. Daí, a miscigenação em grande parte, sendo que os filhos resultantes da união de senhores e escravos viriam a constituir o recurso necessário de mão-de-obra para a lavoura.”²⁸⁷ O *mestiço* assume paulatinamente na esfera pública cabo-verdiana um reconhecimento político e cultural. O

²⁸⁶ PIERRE TEILLARD DE CHARDIN, *O Fenómeno Humano*, (6ª ed.), São Paulo, Cultrix, 2003, p. 31.

²⁸⁷ BALTAZAR LOPES DA SILVA, *Infância*, in *Claridade: Revista de Arte e Letras*, Nº 2, São Vicente, Agosto 1936, p. 9.

escritor cabo-verdiano Pedro Sousa Lobo afirma que “*cultural e sociologicamente, Cabo Verde já não é África, embora etnicamente não seja Europa.*”²⁸⁸ Acrescenta ainda que “*o povoamento e a colonização de Cabo Verde puseram em contacto dois elementos raciais totalmente diferentes (...) fundiram-se em secular interpenetração. A fusão decorreu sem sobressaltos nem violências, dando lugar, por uma contínua miscigenação, a um tipo humano de maior interesse antropológico.*”²⁸⁹ Em consequência de todo este processo, surge o *mestiço*, que passou a assumir uma forma de estar, de viver e de se expressar diferente dos colonos e dos escravos, e foi assim que veio posteriormente a definir-se a tal cabo-verdianidade.²⁹⁰

O cabo-verdiano é o resultado da miscigenação que marcou indubitavelmente o período da colonização neste arquipélago. David Hopffer Almada, escritor, advogado e consultor jurídico cabo-verdiano, considera que neste modelo, a miscigenação mostrou-se indispensável na própria projecção do colonizador, afirmando que “*o recurso, não apenas às populações autóctones, aos escravos mas, mais do que isso, à miscigenação, aparecia como uma “conditio sine quo non” de todo o processo expansionista português.*”²⁹¹ Na visão de Gilberto Freyre quanto ao processo de miscigenação, os portugueses destacam-se entre os colonizadores modernos que se foram misturando “*gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora.*”²⁹² O processo de mestiçagem deverá ser encarado sob dois ângulos: o africano e o europeu, acompanhado de uma certa interdependência cultural que conduziu à formação da cultura cabo-verdiana e, de facto, foram aqui lançadas as bases para a construção de uma sociedade.²⁹³

Proveniente do cruzamento entre brancos europeus e de escravos africanos, oriundos da costa africana, o homem cabo-verdiano é confrontado nos mais variados debates sobre a sua origem e identidade, protagonizados em eventos científicos que têm lugar, tanto em Cabo Verde como no estrangeiro. Assiste-se ultimamente a uma vasta produção científica de

²⁸⁸ PEDRO SOUSA LOBO, *A originalidade humana de Cabo Verde*, in *Revista Claridade* n.º 9., São Vicente, Dezembro 1966, pp. 67.

²⁸⁹ Idem, pp. 64-69.

²⁹⁰ Entrevista a Olívio Mlício Pires (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

²⁹¹ DAVID HOPFFER ALMADA, *Pela Cultura e pela Identidade: Em defesa da caboverdianidade*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, p. 47.

²⁹² GILBERTO FREYRE, *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, (48ª ed.), São Paulo, Global, 2003, p. 70.

²⁹³ Entrevista a João Lopes Filho (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

intelectuais cabo-verdianos, tentando partilhar as suas reflexões sobre a realidade do seu país, tendo como foco principal a sua multiplicidade e plasticidade que, na óptica de Cláudio Furtado, constituem “*olhares disciplinares, os mais diversos, têm procurado compreender esta nossa realidade mutante, num mundo a múltiplas vozes e velocidade.*”²⁹⁴

Jorge Querido, engenheiro e coordenador entre 1959 a 1968 da Secção do PAIGC em Portugal, observa que, de facto, o contexto cabo-verdiano foi sempre marcado por contrastes de pensamentos, e da própria natureza dos cabo-verdianos, que, de certa forma, marcaram a organização social e económica do arquipélago. Neste sentido, para o antigo dirigente da Casa dos Estudantes do Império, a sociedade cabo-verdiana foi “*paulatinamente, sofrendo transformações de vária ordem, com os principais intervenientes, cada um à sua maneira, a protagonizar disputas, choques e até lutas sérias, por vezes graves, que acabariam por introduzir no espaço das ilhas, mudanças profundas tanto no plano social como no plano económico.*”²⁹⁵

Descortina-se a origem do *mestiço* cabo-verdiano, questionando-se a sua progénie africana e/ou europeia. Neste contexto, surge a questão central de saber se os cabo-verdianos são africanos, europeus ou simplesmente cabo-verdianos? Na óptica de David Hopffer Almada a questão reveste-se de particular importância e traz à tona uma ambiguidade “*considerada politicamente explorável e explorada: sendo Cabo Verde um arquipélago, não pertencendo, portanto ao continente e tendo sido povoado por populações europeias e africanas, onde inserir Cabo Verde? Ou, como alguns colocaram a questão: Cabo Verde pertence ao espaço português (Europa) ou Africano?*”²⁹⁶

Retomando especificamente a problemática sobre a génese da formação do homem cabo-verdiano, o que conduz ao debate em torno da pertença de Cabo Verde à África ou à Europa, podemos destacar vários pontos de vista:

Em 1957 Almerindo Lessa e Jacques Ruffié publicaram pela Junta de Investigações do Ultramar um volume contendo dois trabalhos intitulado *Seroantropologia das Ilhas de Cabo Verde: Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano*. Esse estudo centra-se sobre as raízes genéticas da população cabo-verdiana numa perspectiva antropológica. Os autores chegaram à seguinte conclusão: Cabo Verde constitui um exemplo de miscigenação biológica,

²⁹⁴ CLÁUDIO FURTADO, *Prefácio*, in DAVID HOPFFER ALMADA, *Pela Cultura e pela Identidade: Em defesa da caboverdianidade*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, p. 11.

²⁹⁵ JORGE FERREIRA QUERIDO, *Um demorado olhar sobre Cabo Verde: O país, sua génese, seu percurso, suas certezas e ambiguidades*, (1ª ed.), Lisboa, Chiado Editora, 2011, p. 87.

²⁹⁶ DAVID HOPFFER ALMADA, *Pela Cultura e pela Identidade: Em defesa da caboverdianidade*, op. cit., pp. 80-81.

determinante na formação do seu povo, sendo que o estudo sobre a sua génese revela-se importante para a análise histórica acerca da origem do homem *mestiço*.²⁹⁷ Seroantropologicamente, a população cabo-verdiana é homogénea e diferenciando-se das populações do Sul de Portugal, e não existindo diferenças significativas entre o grupo do Barlavento e o de Sotavento. “*A população cabo-verdiana dispõe, apenas, de 35% de genes predominantemente brancos e 65% de genes predominantemente negróides.*”²⁹⁸ Ambos defendem que, apesar de se reconhecer a contribuição da mestiçagem no enriquecimento do património genético e cultural do homem cabo-verdiano actual, constata-se que não há consenso no ajuizamento sobre o novo tipo de homem que surgiu do cruzamento de “raças” e de culturas.²⁹⁹

Um outro estudo de 2013 apresentado pela equipa de Jorge Rocha, professor associado do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP), numa conferência intitulada “A diversidade genética de Cabo Verde” revelou que a população do arquipélago de Cabo Verde é a mais “miscigenada” do planeta. Primeiro, o arquipélago constitui um ponto de encontro de populações de várias regiões do mundo, o que já acontecia desde os primórdios do povoamento, permitindo uma enorme quantidade de biodiversidade nas novas gerações que apresentam características de miscigenação acentuada. Segundo, a miscigenação tem marcas genéticas africanas, em 57%, e europeias, em 43%, que se reflectem na pigmentação da pele e na cor dos olhos.³⁰⁰ Jailson Lopes, Mestre em Biodiversidade, Genética e Evolução na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, actualmente docente na Universidade de Cabo Verde, constatou, na tese de mestrado apresentada na Universidade do Porto em 2013, que a miscigenação foi assimétrica e envolveu quase exclusivamente uniões entre homens europeus e mulheres africanas. Concluiu que “*o cálculo do tempo decorrido desde o início da miscigenação (300 a 500 anos) está de acordo com a história conhecida do arquipélago e sugere que o processo de mestiçagem, à semelhança da*

²⁹⁷ ALMERINDO LESSA E JACQUES RUFFIÉ, *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: Mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano*, op. cit., p. 19.

²⁹⁸ ALMERINDO LESSA, *O homem cabo-verdiano: Suas raízes, sua multiplicação, suas doenças- Linha vertebral de um ensaio demográfico, com uma introdução crítica aos métodos para o estudo do mestiço luso-tropical*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, p. 123.

²⁹⁹ ALMERINDO LESSA E JACQUES RUFFIÉ, *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: Mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano*, op. cit., p. 97.

³⁰⁰ JORGE ROCHA, ET. ALII, *Genetic Architecture of Skin and Eye Color in an African-European Admixed Population*, in *PLOS Genetics*, (Vol. 9), March 2013.

formação do crioulo cabo-verdiano, se iniciou no primeiro ciclo de povoamento do arquipélago.”³⁰¹

Em relação à problemática acerca da origem e do processo da miscigenação em Cabo Verde, as opiniões divergem quanto à questão da pertença de Cabo Verde à África ou à Europa, ou se é simplesmente uma região tropical, que se apresenta como peculiar na sua organização social, cultural, económica e política, tanto no país como na diáspora. Almerindo Lessa considera extremamente interessante que uma população “*onde existem apenas 35% de genes, digamos, ocidentais, ou que percentualmente existem com destaque no homem ocidental, se manifeste, actue, raciocine e se produza, tanto no campo literário, como no campo social, como no campo filosófico, quase como se fosse composto apenas por homens ocidentais.*”³⁰²

Segundo o antropólogo cabo-verdiano Augusto Mesquitela Lima, Cabo Verde não é África e nem tão pouco Europa, uma vez que se deve considerar que Cabo Verde é uma região dos trópicos, que tem, sem dúvida, na sua génese uma parte da Europa e da África, geograficamente mais próximo da África, mas culturalmente singular, com características sociais próprias que o distingue das duas civilizações presentes nos primórdios da sua história.³⁰³ Na concepção de Elisa Andrade, historiadora e ex-combatente da liberdade e pátria, os cabo-verdianos souberam, durante séculos, distanciar-se e diferenciar-se do europeu e do africano, tendo criado, ainda no antigo império colonial, perante limitações contextuais, uma identidade própria e expressiva, imbuída de significados simbólicos eternizados na sua memória.³⁰⁴ Manuel Veiga, linguista cabo-verdiano, acredita que Cabo Verde culturalmente é singular, mas alerta os cabo-verdianos a nunca se esquecerem da sua origem africana, e que, neste sentido, Cabo Verde é África, partilhando o universo africano.³⁰⁵ O debate em torno da origem do cabo-verdiano e da sua identidade, tem vindo a ser analisado,

³⁰¹ JAILSON VALDIQUE SEMEDO LOPES, *Distribuição de segmentos do cromossoma X com ancestralidade europeia e africana na população de Cabo Verde: implicações para o estudo da miscigenação em populações humanas e para a história do povoamento do arquipélago*, (Tese de Mestrado), Porto, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2011, p. 1.

³⁰² ALMERINDO LESSA, *O homem cabo-verdiano: Suas raízes, sua multiplicação, suas doenças- Linha vertebral de um ensaio demográfico, com uma introdução crítica aos métodos para o estudo do mestiço luso-tropical*, op. cit., p. 123.

³⁰³ AUGUSTO MESQUITELA LIMA, *Dinâmica da Cultura Cabo-verdiana*, in *Emigrason*, N^{os} 38/39, 1^a Série, 1996, p. 4.

³⁰⁴ ELISA ANDRADE SILVA, *Cabo Verde: Povo, Cultura, Identidade Cultural*, in *Cultura: Revista Semestral*, Ano 1, N^o 1, Praia, Publicom, 1997, p. 17.

³⁰⁵ MANUEL VEIGA, *Cabo Verde: Que cultura, que direito, que dinamismo*, in *Pré-textos*, Número Especial, Praia, Ministério da Cultura, 1997, p. 318.

não apenas no campo da biologia e genética - distinção entre o europeu e o africano, mas igualmente no percurso histórico desse povo, desde a colonização à independência nacional.

3.3. Emergência da Nação cabo-verdiana

A emergência da *nação* coincide com a história do homem cabo-verdiano, que, ao longo de séculos, e sob o domínio colonial, cria um conjunto de mecanismos de identificação sócio-cultural. De um “acaso bem-sucedido”, o *mestiço*, por entrelaçar historicamente duas civilizações, começa oportunamente a reivindicar posições político-administrativas, marcadas por “*uma acelerada degradação económica das Ilhas com o seu conseqüente abandono por grande parte dos colonos e seus descendentes. Essa degradação deveu-se, em grande parte, às restrições impostas às actividades mercantis dos colonos*”³⁰⁶, com especial destaque para a camada branca economicamente bem posicionada, já que tinha deixado de ser atractivo habitar nas ditas ilhas do arquipélago. Na verdade, inicialmente, para se ser governador era preciso ser-se fidalgo e apresentar “provas” em conformidade. Até ao século XVIII, vinham governadores da metrópole com bastante prestígio social. A partir daí, essa prática desapareceu.³⁰⁷ Por algumas imposições os *filhos da terra* poderiam apenas entrar no governo da Câmara e na Milícia e que mesmo assim, não deixava de ser discriminatório.³⁰⁸ Na opinião de David Hopffer Almada “*a composição étnico-cultural das Ilhas de Cabo Verde favoreceu, desde o início, uma acentuada diferenciação/estratificação social, por um lado, e uma mobilidade de alguns mestiços/negros, por outro.*”³⁰⁹

Nos finais do século XIX, as condições sociais precipitaram uma mudança nessa desigualdade racial de privilégios, tendo, para isso, contribuído o aparecimento de um grupo social, que reivindica para si uma posição de mediador, nomeadamente o *mestiço*. Este é, nas palavras de Gabriel Mariano, “*tão audacioso quando se possa ser em estudos de história social (...) e que se tem enriquecido e que se vem enriquecendo tanto em extensão como em profundidade; produzindo valores humanos, sociais e éticos que desmentem tudo quando de negativo se tem escrito acerca das possibilidades do mestiço.*”³¹⁰

³⁰⁶ DAVID HOPFFER ALMADA, *Pela Cultura e pela Identidade: Em defesa da caboverdianidade*, op. cit., p. 49.

³⁰⁷ Entrevista a Germano da Cruz Almeida (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³⁰⁸ Cfr. ANA CORDEIRO, “*Nós, Caboverdianos*”: *a representação da identidade nos textos literários do século XIX*, in MARGARIDA GALAFATE RIBEIRO & SILVIO RENATO JORGE (ORGS.), *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, Porto, Afrontamento, 2011, p. 38.

³⁰⁹ DAVID HOPFFER ALMADA, *Pela Cultura e pela Identidade: Em defesa da caboverdianidade*, op. cit., p. 50.

³¹⁰ GABRIEL MARIANO, *Cultura caboverdiana: Ensaios*, Lisboa, Vega e Autor, 1991, pp. 67-68.

O *mestiço* beneficiou de um tratamento especial por descender de brancos que estavam por vezes na posse de riquezas, e que, em muitos casos, os reconheciam como filhos legítimos. Gabriel Mariano cita o Governador João Zuzarte de Santa Maria, que chegou a Cabo Verde no ano 1748 e que “*viveu sempre em continuado concubinato com a sua escrava por nome de Maria Sábado de quem teve dois filhos, e que tratava como legítimos. O governador levava o filho mais velho (mulato) à igreja e dando-lhe nela assento dentro do cital, junto a ele, governador.*”³¹¹ Para o historiador António de Oliveira Marques, os naturais das Províncias Ultramarinas, passaram, em certa medida, a usufruir dos direitos civis e políticos inerentes aos cidadãos portugueses. Entretanto, para o exercício pleno desses direitos, teriam de preencher alguns requisitos pré-estabelecidos como “*1º saber ler e escrever a língua portuguesa; 2º possuir os meios necessários à sua subsistência e à das suas famílias; 3º ter bom comportamento; 4º diferenciar-se pelos seus usos e costumes do usual da sua raça.*”³¹² O *mestiço* passa, efectivamente, a desempenhar um papel de extrema importância na configuração social, política e económica em Cabo Verde, por encerrar na sua génese princípios de miscigenação, contribuindo para a afirmação de uma cultura genuína, moldada na sua identidade. Citando Luís Manuel de Sousa Peixeira, “*a mestiçagem da população das Ilhas de Cabo Verde, como núcleo gerador da identidade cabo-verdiana, é um processo que ocorreu a três tempos: o enquadramento do indivíduo biológico; a progressão ascensional do mulato; a apropriação das formas de poder e de prestígio intelectual.*”³¹³ Para Rodolfo Stavenhagen, a mestiçagem “*apenas tem significado na medida em que apresenta implicações de ordem social, cultural e política.*”³¹⁴

Com a ascensão gradual dos *mestiços, filhos da terra*, quer na conjuntura política, quer na económica ou social, estes passam a adquirir cargos reconhecidos, tanto no âmbito literário, como no cultural. O *mestiço* passa a simbolizar a luta pela afirmação cultural e conquista de direitos na sociedade cabo-verdiana. Almerindo Lessa e Jacques Ruffié, consideram que “*a insularidade, a libidinosidade do homem português, a sua espiritualidade cristocêntrica (portanto oposta a actos de discriminação), a falta de mulheres brancas, a submissão das*

³¹¹ GABRIEL MARIANO, *Do funco ao sobrado ou o “mundo” que o mulato criou*, op. cit., p. 35.

³¹² ANTÓNIO HENRIQUE RODRIGO DE OLIVEIRA MARQUES, *O império Africano: 1890-1930*, (Vol. 3), Lisboa, Estampa, 2001, p. 26.

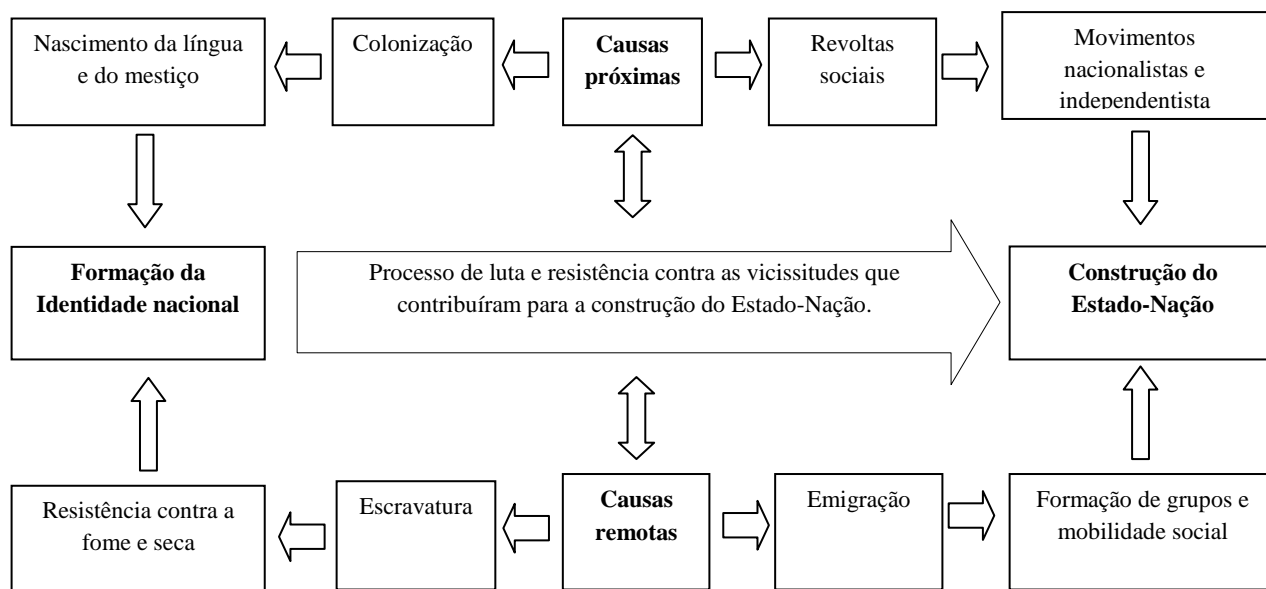
³¹³ LUÍS MANUEL DE SOUSA PEIXEIRA, *Da Mestiçagem à Caboverdianidade: Registos de uma sociocultura*, op. cit., p. 65.

³¹⁴ RODOLFO STAVENHAGEN, *O Legado de Colombo (Visto de Baixo)*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Nº 38, Dezembro 1993, p. 67.

negras, a sedução das crioulas que geraram o mestiço, que acabou por dominar o espaço físico e intelectual do arquipélago.”³¹⁵

Cabo Verde constitui na perspectiva de Corsino Tolentino “*uma das exceções africanas de uma nação, uma cultura, uma língua, uma matriz religiosa, um sistema educativo uma elite, um mercado e uma administração que precederam o Estado.*”³¹⁶ Os cabo-verdianos desde há séculos apresentavam entre si um sentido de unidade e coesão. Se a construção da *nação* precede, em séculos, a criação do Estado, considera-se que os cabo-verdianos já se encontravam imbuídos de um forte *sentimento de nação* ainda no período da colonização, o que lhes permitiu construir posteriormente o Estado-Nação com a independência nacional em 1975.³¹⁷ Deram-se as “mãos” para se construir Cabo Verde, na unidade nacional, ao contrário do que se fala em outras sociedades, que geralmente se referencia à unidade tribal.³¹⁸ Em finais do século XVIII, a *nação* em Cabo Verde já se encontrava pronta para receber o Estado, visto que já possuía uma língua e um forte *sentimento de autonomia*.³¹⁹ A figura abaixo sistematiza o processo de formação da identidade e construção do Estado-Nação:

Figura 3 – Formação da identidade e construção do Estado-Nação em Cabo Verde



Fonte: Elaborado pelo autor.

³¹⁵ ALMERINDO LESSA & JACQUES RUFFIÉ, *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: Mesa-redonda sobre o homem cabo-verdiano*, op. cit., p. 15.

³¹⁶ ANDRÉ CORSINO TOLENTINO, *Conhecimento, Identidade e Desenvolvimento na Era da Informação*, in Cabral no Cruzamento de Épocas: Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral. Praia: Alfa Comunicações, 2005, p. 223.

³¹⁷ Entrevista a Carlos Réis (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³¹⁸ Entrevista a Crispina Gomes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³¹⁹ Entrevista a Iva Cabral (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

A tomada de *consciência nacional* foi-se processando ao longo do tempo, com o progressivo crescimento de uma nova cultura, que englobava a língua, a literatura, a religião, a música, a dança e o modo de sentir e pensar, distanciando-se cada vez mais dos padrões preconizados pelo colonizador. A *consciência nacional* cabo-verdiana “vem do berço”, é algo que não foi imposto, integra-se no processo de construção da *nação*, enquanto grupo de pessoas moldadas por um *sentimento de partilha comum*.³²⁰ Esta perspectiva enquadra-se no argumento de Adelino Maltez, que sublinha que “*o poder cultural nacional passa a existir quando qualquer nação toma consciência de uma consciência nacional, de ter um chão físico da origem do grupo (isto é, de ser uma pátria) e um chão moral da história (isto é, de ser uma nação)*.”³²¹

Na concepção do sociólogo cabo-verdiano Camilo Leitão da Graça, ainda no período colonial começa, de forma paulatina e evolutiva, a nascer o que poderia designar-se de “*‘sentimento’ nacional ou nacionalista, com fugas de escravos, revoltas de camponeses pobres, protestos de comerciantes nativos e da própria administração local, face ao abandono da metrópole*.”³²²

A construção da identidade nacional acentuou-se no século dezanove, especificamente entre os anos de 1820 a 1941, sobretudo com as mobilizações políticas entre os liberais revoltosos e moderados que utilizavam as festas religiosas e outras comemorações solenes para sensibilizar os habitantes da ilha de Santiago em torno de ideais políticos.³²³

A configuração da identidade cultural do povo cabo-verdiano aconteceu ao longo de séculos de caldeamento, possibilitando que, sob diversas revoltas sociais, nomeadamente a de 1822 nos Engenhos, a de 1836 na Praia, a de 1841 na Achada Falcão, a de 1847 no Sal e a de 1886 em Santo Antão, a de 1910 em Ribeirão Manuel, a de Achada Portal em 1920, as de São Vicente nos anos de 1929 e 1934, entre outras, se fortalecesse um *sentimento de nacionalismo*, mesmo entre os congêneres espalhados pelo mundo.³²⁴

A intervenção da elite cultural, que se demarcou na esfera pública cabo-verdiana, foi fundamental para a formação de um *sentimento nacionalista*, a ponto de se reivindicar a possível autonomia do arquipélago, quer por forma de adjacência e de regionalização, quer

³²⁰ Entrevista a Daniel Rendall (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³²¹ JOSÉ ADELINO MALTEZ, *Sobre a Estratégia Cultural Portuguesa*, in *Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, Nº 18, 1991, p. 214.

³²² CAMILO QUERIDO LEITÃO DA GRAÇA, *Cabo Verde: Formação e dinâmicas Sociais*, Praia, Instituto da Investigação e do Património Culturais e o Autor, 2007, p. 39.

³²³ Entrevista a Eduardo Camilo Pereira (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³²⁴ Cfr. JOÃO LOPES FILHO, *Cabo Verde: Subsídios para um levantamento cultural*, op. cit., pp. 35-36.

através da independência, com possibilidades de resgatar as manifestações culturais interdidas pelo regime colonial. A elite cabo-verdiana, desde os *nativistas*, aos *claridosos* e *nacionalistas*, sempre lutou muito, alguns sob a forma de adjacência, outros procurando claramente a independência.³²⁵ Camilo Leitão da Graça opina que, efectivamente, com a independência nacional, se desenvolve uma recolha dos valores culturais “*abafados e/ou proibidos outrora pelo colonialismo (aspectos religiosos reminiscentes das nações africanas do período pré-colonial, tabanka, finason, batuko e funaná)*.”³²⁶

O historiador Augusto Nascimento demarca o contributo das elites intelectuais, nomeadamente as pertencentes à *geração dos nativistas*, dos *claridosos* e dos *africanistas*, na criação e robustecimento do conceito de nacionalismo.³²⁷ O surgimento de uma literatura cabo-verdiana, com uma plêiade de escritores ligados à “terra-mãe” e enobrecendo-a, conduziu o povo deste arquipélago ao movimento de libertação nacional e, conseqüentemente, à independência nacional em 5 de Julho de 1975. Como observa Camilo Leitão da Graça, “*já na fase ‘pós-colonial’, ou seja a partir de 1975 (...) o sentimento da nacionalidade passa a tomar uma outra configuração (como é óbvio), pois o país alcançara o estatuto de Estado independente e era agora tratado como um membro da família das nações soberanas.*”³²⁸

Para Gláucia Nogueira, antropóloga e jornalista, com a independência, nasce uma nova mentalidade baseada nos princípios *nacionalistas*, que “*favorece claramente os aspectos culturais antes menosprezados ao mesmo tempo que se vale deles para a sua própria afirmação.*”³²⁹ Deste modo, a *nação* cabo-verdiana passa a reconhecer-se inserida num conjunto de características simbólicas que, segundo Anne-Marie Thiesse, doutora em literatura, consistem em “*uma história que estabelece uma continuidade com os ilustres antepassados, uma série de heróis modelos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, locais eleitos e uma paisagem típica, uma determinada mentalidade, representações oficiais – hino e bandeira – e identificações pitorescas – trajés, especialidades culinárias ou um animal emblemático.*”³³⁰

³²⁵ Entrevista a Olívio Mlício Pires (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³²⁶ CAMILO QUERIDO LEITÃO DA GRAÇA, *Cabo Verde: Formação e dinâmicas Sociais*, op. cit., p. 42.

³²⁷ AUGUSTO NASCIMENTO, *Em busca da nação: Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, in *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Ano II, Nº 2, Praia, Uni-CV, Dezembro 2008, p. 167.

³²⁸ CAMILO QUERIDO LEITÃO DA GRAÇA, *Cabo Verde: Formação e dinâmicas Sociais*, op. cit., pp. 41-42.

³²⁹ GLÁUCIA NOGUEIRA, *Batuku: de divertimento de escravos a património imaterial*, in *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Nº 4, Praia, Uni-CV, Maio 2010, p. 91.

³³⁰ ANNE-MARIE THIESSE, *A criação das identidades nacionais: Europa - séculos XVIII-XX*, Lisboa, Temas e Debates, 2000, p. 18.

Entretanto, deve ter-se em consideração que, ainda no regime colonial, algumas manifestações culturais proibidas foram, de alguma forma, postas subtilmente em evidência, entre as quais se destacam alguns géneros musicais e os fortes protestos ao antigo regime colonial implicitamente evidenciados nas poesias e nas composições musicais. Corsino Fortes, escritor, actualmente Presidente da Academia Cabo-verdiana de Letras, numa entrevista concedida a Michel Laban, reconhece que, de facto, *“os batuques, a tchabeta, as finaçons e a tabanka eram expressamente proibidas, sendo necessário ir para o interior onde, em ambiente de sigilo e de secretismo, se podia participar ou assistir. Toda a manifestação cultural de cariz africano era pura e simplesmente reprimida.”*³³¹ José Carlos Gomes dos Anjos afirma que *“a ‘fusão cultural’ numa mestiçagem geral é percebida por uma parte da intelectualidade cabo-verdiana como positiva, no sentido de que se teria constituído uma unidade nacional antes da implantação de um Estado nacional.”*³³²

Actualmente existem posições diferentes sobre a constituição da *nação* cabo-verdiana. Por um lado encontram-se os que defendem a origem africana, fundamentando-se na luta de libertação e resistência nacional, liderada por Amílcar Cabral, que via essa luta como um “acto de cultura e um factor de cultura”, e por outro, os que atribuem uma maior predominância aos valores culturais europeus na formação da *nação*, querendo mesmo, em meados do século XX, que Cabo Verde fosse reconhecido como uma região de Portugal e lhe fosse atribuída a respectiva autonomia, num estatuto de adjacência. Diversas personalidades defenderam a autonomia de Cabo Verde em detrimento da independência, como ilhas adjacentes, como acontecera no arquipélago dos Açores e da Madeira. Contudo, preferiu-se ser independente, estabelecendo desde a “primeira hora” uma relação privilegiada com as antigas colónias portuguesas.³³³

É importante, de facto, reconhecer que a história de Cabo Verde, como Estado-Nação encontra-se intimamente ligada à literatura. Esta serviu de base na afirmação da identidade como instrumento de combate e realização da cabo-verdianidade, em diferentes momentos da sua história. Através dela sobressaiu uma *nação* peculiar, com uma identidade cultural própria, evidenciando a sua posição privilegiada num cruzamento de culturas.

³³¹ MICHEL LABAN, *Cabo Verde: Encontro com Escritores*, (Vol. 2), Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1992, p. 392.

³³² JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS, *Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde*, op. cit., p. 581.

³³³ Entrevista a Carlos Veiga (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

Parte II – Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde

Capítulo 4 – Elementos Culturais de Cabo Verde

4.1. Manifestações Culturais de Identidade

Na construção e evolução das sociedades humanas, a cultura encontra-se ligada a este processo, possibilitando que se estabeleça uma relação de interdependência simbiótica e dinâmica, no sentido de facilitar o acompanhamento do progresso dos indivíduos e grupos sociais, expressando a sua linguagem, os seus hábitos e costumes, e todo um conjunto de manifestações variadas.

A cultura, como elemento definidor de uma *nação*, só pode ser compreendida se se levar em linha de conta o contexto da sua existência, em razão da sua abrangência e as motivações que lhe estão subjacentes. Como resultado das transformações e das evoluções, as manifestações culturais permitem a evolução humana, uma vez que o homem é o produto da cultura e também produtor da própria cultura. Clifford Geertz, antropólogo norte-americano, considera que a cultura é um “*sistema de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objectivos e direcção às nossas vidas.*”³³⁴

Esta perspectiva permite salientar a importância da cultura na formação do indivíduo, possibilitando-lhe meios e padrões culturais sobre os quais direcciona a sua vida, numa rede social organizada e padronizada. Paulo Freire, pedagogo brasileiro, observa que “*a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo (...) na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas.*”³³⁵

Mesquitela Lima afirma que, quando se fala de cultura, deve-se reconhecê-la como “*o conjunto de conhecimentos predominantes, de ideias estabelecidas, de crenças admitidas, de normas aceites, dos valores e condutas específicas de cada sociedade.*”³³⁶

São inúmeras as formas das manifestações culturais: os costumes, as crenças, as tradições orais, a língua, a música e a dança, os padrões de comportamento, as ideias sobre a existência e o sincretismo religioso. Para o etnólogo Jorge Dias, a cultura “*tem, pois, carácter super-orgânico e super-individual, visto que nada tem a ver com o somático, ultrapassa o que o individuo pode dominar e obedece as leis próprias, que lhe dão carácter da realidade*

³³⁴ CLIFFORD GEERTZ, *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 23

³³⁵ PAULO FREIRE, *Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma experiência em processo*, (4ª ed.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 43.

³³⁶ AUGUSTO MESQUITELA LIMA, ET AL., *Introdução à Antropologia Cultural*, (9ª ed.), Lisboa, Presença, 1991, p. 49.

objectiva.”³³⁷ Constituinto mais do que um carácter individual, a cultura apresenta características próprias de um grupo de indivíduos, no qual se reconhecem uns aos outros, possibilitando uma comunicação e uma identidade comum. A cultura cabo-verdiana, em particular, proveio de um processo heterogéneo, onde as manifestações culturais surgiram sob formas diferentes. Onésimo Silveira salienta que:

“À jusante do processo da evolução histórica de Cabo Verde, há que ser assinalada a heterogeneidade social e cultural proveniente das mais variadas latitudes, étnicas e geográficas, que cunhava os seus primeiros habitantes: cristãos – novos, portugueses, donatários e degredados, judeus escorraçados pela inquisição, escravos africanos de grupos étnicos diversos e diversificados. A cada grupo correspondem modos de vida próprios, uma assinatura da identidade exógena, que o tempo aos poucos, mas segura e irreversível, acabou por fundir numa realidade de cunho endógeno, cabo-verdiano.”³³⁸

A identidade cultural cabo-verdiana, e a raiz da sua formação encontram-se vinculadas nas duas culturas distintas - a europeia e africana - que, para a antropóloga Ana de Saint-Maurice, se estruturam a partir do processo de miscigenação.³³⁹ José Maria Semedo e Maria Turano realçam que a miscigenação em Cabo Verde ocorreu principalmente nos elementos culturais, do que resultou a cultura *crioula*, além de se manifestar na vertente raça, dando origem ao *mestiço* cabo-verdiano.³⁴⁰

Esta miscigenação suscitou diversas interpretações, por vezes ambíguas. Manuel Sarmiento Rodrigues, antigo Ministro das Colónias entre 1950 e 1955, refere que em Cabo Verde *“a população é inteiramente civilizada, tendo assimilado a cultura portuguesa. Persistem as diferenças raciais, mas são cada vez menos acentuadas e todos têm a mesma cultura. Foi uma perfeita transplantação dos usos e costumes portugueses para estas ilhas, ainda que tenham sido adaptados ao clima e condições locais. Assim, conseguiu-se a evolução social.*”³⁴¹

Para Mesquitela Lima, do ponto de vista da cultura *“Cabo Verde não é, nem África nem Europa, nem América, é Cabo Verde, tem uma cultura específica, tem a sua cultura própria.*”³⁴² Na mesma linha de pensamento Francisco Mascarenhas considera que *“nós cabo-verdianos conseguimos, através de dois ou três séculos, ser diferentes do europeu e do*

³³⁷ JORGE DIAS, O que se entende por antropologia cultural, in *Ensaaios Etnológicos*, Nº 52, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 5.

³³⁸ ONÉSIMO SILVEIRA, *A Democracia em Cabo Verde*, op. cit., p. 48.

³³⁹ ANA SAINT-MAURICE, *Identities Reconstructed: Cabo-Verdianos em Portugal*, op. cit., p. 42.

³⁴⁰ JOSÉ MARIA SEMEDO & MARIA TURANO, *Cabo Verde: O ciclo ritual das festividades da Tabanca*, op. cit., pp. 38-40.

³⁴¹ MANUEL SARMENTO RODRIGUES, *Harmonia racial e expansão económica na África Portuguesa*, in *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, Ano 7, Nº 79, Praia, Abril 1956, p. 23.

³⁴² Cfr. ELISA ANDRADE SILVA, *Cabo Verde: Povo, Cultura, Identidade Cultural*, op. cit., p. 17.

africano. Lográmos uma identidade própria, rica, expressiva, dinâmica”. Em Cabo Verde, conseguiu criar-se algo próprio, muito embora haja influências antro-po-sociais e físicas da Europa e da África. Consegue fazer-se uma amálgama e criar algo próprio que é efectivamente dos cabo-verdianos e que acabou por os diferenciar, quer do continente europeu, quer do africano.³⁴³ Por outro lado, Manuel Veiga sublinha que *“a nossa identidade é algo que nos especifica, mas sem nos separar do verdadeiro tronco de onde procedeu esta pequena mas significativa civilização atlântica. A nossa cultura, pois, é cabo-verdiana, mas nunca esqueceremos que Cabo Verde é África, África é Mundo e Mundo somos todos nós.*”³⁴⁴

A partir desta concepção é possível observar que a cultura cabo-verdiana apresenta as suas especificidades, reconhecendo, todavia, a sua íntima ligação com a cultura mãe, principalmente africana. Ou seja, esta perspectiva reconhece que Cabo Verde também é África, partilhando de uma história comum. Igualmente, David Hopffer Almada é da opinião de que a *“percepção e a defesa da Cabo-verdianidade e a sua individualização em relação à cultura portuguesa reside principalmente no facto de se tratar de uma cultura mestiça, dotada de uma grande dinâmica e capacidade de moldagem frente as influências anteriores sem, no entanto perder a sua própria singularidade.*”³⁴⁵

Por conseguinte, estas perspectivas defendem que, apesar do contacto e da base da formação da cultura cabo-verdiana estar intrinsecamente ligada ao passado da sua formação, esta se afirma com as suas especificidades, permitindo o reconhecimento da cultura, das normas e padrões orientadores desta *nação*.

A cultura dominante, neste caso a portuguesa, acabou por ser assimilada em grande parte, tendo, simultaneamente, sobrevivido a manifestações culturais africanas, como a *tabanca*, o *funaná* e o *batuque*, manifestações estas que foram proibidas no século XIX. Nesta linha, Dulce Almada Duarte, linguista e ex-combatente de liberdade e pátria, afirma que não se pode esquecer que as autoridades portuguesas, com o apoio da igreja *“combateram sistematicamente em Cabo Verde todas as manifestações culturais africanas, desde a coladeira ao batuque, passando pela tabanca e por certas práticas de carácter animistas.*”³⁴⁶ Só após a independência em 1975 é que estas manifestações ressurgiram.

É necessário compreender que, apesar de algumas discrepâncias entre os intelectuais cabo-verdianos em relação à especificidade da cultura nacional, é indubitável a existência de

³⁴³ Entrevista a Marina Gomes de Sousa Ramos (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³⁴⁴ MANUEL VEIGA, *Cabo Verde: Que cultura, que direito, que dinamismo*, op. cit., p. 318.

³⁴⁵ DAVID HOPFFER ALMADA, *Caboverdianidade & Tropicalismo*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1992, p. 85-87.

³⁴⁶ DULCE ALMADA DUARTE, *Bilinguismo ou diglossia?* Praia, Spleen, 2003, p. 94.

vínculos da sua cultura, com outras culturas ancestrais, nomeadamente a africana e a europeia. Gilberto Freyre, na sua obra *“Casa Grande & Senzala”* descreve que *“na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra.”*³⁴⁷

A cultura portuguesa, transplantada para o arquipélago, não permaneceu indiferente e imutável, foi também influenciada por aspectos culturais que se desenvolveram localmente.³⁴⁸ Ao longo do processo de assimilação da cultura portuguesa, preservando ao mesmo tempo as raízes africanas, a *cabo-verdianidade* resultou nas marcas culturais do cabo-verdiano. Assim, para Manuel Veiga, *“a Cabo-verdianidade não é um mito nem, tão-pouco, uma fantasia ou uma alienação (...) ela significa ser um povo, uma nação, ter um território livre e possuir uma cultura própria.”*³⁴⁹ O cabo-verdiano não é africano puro no sentido cultural, porque não nasceu e viveu no continente, mas também não é português. Apareceu, sim, dessa fusão entre os africanos do continente e dos europeus colonizadores. Do contacto entre os elementos culturais africanos e europeus, criou-se algo de muito singular que, no fundo, não é uma coisa nem outra, mas sim cabo-verdiana.³⁵⁰ A presença de povos com culturas muito diversas enriqueceu a forma de pensar, agir, sentir e de se exprimir dos cabo-verdianos, tendo resultado naquilo que é, de facto, uma conjugação desses elementos.³⁵¹

Falar da cultura é falar da relação do homem com o mundo, especialmente com o meio em que está inserido. Os antropólogos abordam essa interacção como um organismo vivo e dinâmico, passível de modificações, em consequência da transformação da sociedade em resposta ao ambiente e à tecnologia em que estão inseridos. A dinâmica e a transformação da cultura estão intimamente ligadas ao contacto com outras culturas, ou seja, com o diferente, e é nesse contacto, subjugado a factores do passado, que surgem formas fecundas, enriquecedoras e importantes, que se concretizam no presente e alimentam o futuro de uma *nação* culturalmente organizada.

Neste sentido, o historiador brasileiro José Newton Meneses, define a cultura como *“toda a construção colectiva e diversa que cada povo edifica na sua vivência particular (...) tudo o que se constrói na vivência colectiva, fruto das difusões de culturas distintas e de criações e*

³⁴⁷ GILBERTO FREYRE, *Casa-Grande e Senzala: Formação da Sociedade Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*, op. cit., p. 367.

³⁴⁸ Cfr. SUZANA ABREU & LUÍS ANTÓNIO FARIA, *Cabo verde a Terra de Morabeza: Uma viagem através da sua história e cultura*, Praia, Edição dos Autores, 2012, p. 145.

³⁴⁹ MANUEL VEIGA, *Cabo Verde: Que Cultura, que direito, que dinamismo*, op. cit., p. 314.

³⁵⁰ Entrevista a Crispina Gomes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³⁵¹ Entrevista a David Hopffer Almada (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

saídas novas problemas cotidianos.”³⁵² É necessário entender a cultura como uma construção colectiva realizada na relação que envolve o homem e o seu meio natural. Esse processo deve ser entendido como histórico e dinâmico. Para o antropólogo e sociólogo francês Denys Cuche, a cultura “*é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história.*”³⁵³ As características culturais, apesar do seu carácter dinâmico, têm a sua base fundamentada na memória de um povo, conferindo uma lembrança pessoal e podendo, também, ser construídas por uma sociedade a partir de imagens e símbolos do quotidiano e do passado, pois, como observa Adelino Maltez, “*o homem não é apenas razão e vontade, não é tão-só um animal racional e político, mas também um animal simbólico, onde a imaginação constitui um dos elementos estruturantes da sociabilidade.*”³⁵⁴ Esta memória está ligada aos acontecimentos, às pessoas e também aos lugares. Roque de Barros Laraia, considera que “*o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura.*”³⁵⁵

A cultura é formada por um conjunto de manifestações, que se apresentam indispensáveis para um grupo de indivíduos ou para uma comunidade. Essas manifestações são mantidas vivas e repassadas para as novas gerações. João Lopes Filho reconhece que “*uma vez apreendidas e partilhadas, as normas e valores culturais contribuem para que determinado número de pessoas forme uma colectividade particular, passível de ser reconhecida e distinguida pela sua especificidade.*”³⁵⁶ Estas especificidades culturais manifestam-se através da língua, da música, da gastronomia, da sementeira, do casamento, do sincretismo religioso e rituais fúnebres, entre outras. A forma de ser do cabo-verdiano traduziu-se na língua, na gastronomia, nas danças com diferentes misturas e tipos de ritmos, o que o obrigou a ser “aconchegante” e a “aconchegar-se”. Isto poderá traduzir-se como uma forma de reminiscência de uma sociedade anteriormente “escravocrata”.³⁵⁷

A força e o substracto dos cabo-verdianos devem-se às particularidades que se verificam nos usos, costumes, maneira de estar e de viver e que se reflectem nas mais variadas

³⁵² JOSÉ NEWTON COELHO MENEZES, *História & Turismo Cultural*, Belo Horizonte, Autêntica, 2004, p. 43.

³⁵³ DENYS CUCHE, *O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais*, (2ª ed.), Bauru, EDUSC, 2002, p. 21.

³⁵⁴ JOSÉ ADELINO MALTEZ, *Sobre a Estratégia Cultural Portuguesa*, op. cit., p. 125.

³⁵⁵ ROQUE DE BARROS LARAIA, *Cultura um conceito antropológico*, (14ª ed.), Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 67.

³⁵⁶ JOÃO FILHO LOPES, *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*, op. cit., p. 18.

³⁵⁷ Entrevista a David Hopffer Almada (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

manifestações culturais.³⁵⁸ Torna-se pertinente compreender estas manifestações, considerando o facto de a cultura cabo-verdiana se caracterizar pelas suas especificidades, e reconhecer igualmente a sua origem, apesar de existirem algumas interpretações divergentes entre os autores cabo-verdianos a este respeito. De qualquer modo, os mesmos reconhecem unanimemente o facto de a cultura do arquipélago de Cabo Verde ter a sua origem e formação num processo de miscigenação, ou seja, da fusão de duas culturas, a Africana e a Europeia.³⁵⁹

4.2. A língua como processo de identificação e representação social

A língua, desde os primórdios da humanidade, tem auxiliado o homem na comunicação com o seu semelhante, possibilitando a compreensão mútua e a definição como colectividade ou *nação*. A língua demonstrou-se como processo importante para a identificação e a representação social das comunidades culturalmente organizadas, ou seja, como símbolo nacional de significativa importância. A língua é, sem dúvida, o mais importante símbolo nacional.³⁶⁰ A língua constitui o património imaterial mais importante do povo cabo-verdiano. É através da língua que eles comunicam, interagem e se posicionam.³⁶¹

Suzanne Romaine, linguista norte americana, reconhece a importância da língua para a cultura, e enfatiza que alguns grupos culturais têm vindo a assinalar a sua língua como a principal transmissora da sua cultura, invocando assim a sua principal defesa contra a assimilação.³⁶² Isto, do ponto de vista prático, significa que a língua constitui o principal instrumento na promoção e valorização da identidade colectiva, assim como o principal factor de resistência a formas de assimilação. Os linguistas Ernesto D'Andrade e Alain Kihm partilham a opinião de que a língua constitui “o *melhor veículo de difusão de uma cultura; quaisquer que sejam as diferenças civilizacionais, a língua identifica as suas raízes culturais, através do espaço e através do tempo.*”³⁶³

A língua assumiu desde os primórdios do povoamento um papel preponderante na afirmação do homem cabo-verdiano. Face à necessidade de uma comunicação e, acima de tudo, de compreensão mútua, surgiu o *crioulo* como uma língua de contacto permanente entre

³⁵⁸ Entrevista a Jacinto Abreu dos Santos (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³⁵⁹ Cfr. SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA (ORG.), *Portugal: Um retrato singular*, Porto, Edições Afrontamento, 1993, (s/p).

³⁶⁰ Cfr. GEOFFREY HULL, *Timor Leste: Identidade, Língua e Política Educacional*, Lisboa, Instituto Camões, 2001, p. 11.

³⁶¹ Entrevista a Tomé Varela da Silva (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³⁶² Cfr. SUZANNE ROMAINE, *Multilingualism, conflict, and the politics of indigenous movements*, in *Estudios de Sociolinguística* 1 (1), 2000, p. 15.

³⁶³ ERNESTO D'ANDRADE & ALAIN KIHM (ORG.), *Actas do Colóquio sobre “Crioulos de Base Lexical Portuguesa”*, Lisboa, Edições Colibri, 1992, p. 6.

o colonizador e o escravo. Baltazar Lopes justifica o nascimento do *crioulo*, afirmando que “os brancos e os negros tinham de se entender falando. O branco falava em português, mas, como não podia deixar de ser, devido à sua incultura e à ausência de aulas de português, onde se lhe ensinasse a língua portuguesa, o negro alterava quanto ouvia, e, para que fosse ouvido, o que ouvia repetia. Deste modo deu-se o inevitável: nasceu o crioulo.”³⁶⁴

A língua constitui o espelho da identidade cabo-verdiana e uma das maiores especificidades da cultura nacional.³⁶⁵ Língua de comunicação informal, em oposição ao português (a língua oficial), o *crioulo* é, no âmbito da sociolinguística, a língua das relações sociais, familiares e afectivas, que caracteriza este povo e explica as motivações subjacentes a este. Manuel Veiga, observa que “a língua cabo-verdiana é, deste modo, a nossa bandeira cultural e um dos elementos mais significativos do nosso cartão de identidade.”³⁶⁶ O *crioulo* resulta, na opinião dos linguistas franceses Robert Galisson e Daniel Coste, “de contactos entre línguas locais (africanas, por exemplo) e línguas europeias (francês, português, inglês, holandês, espanhol), durante períodos em que as potências coloniais reuniam (para o tráfico e para a escravatura em particular) as populações locais que por sua vez, tinham línguas vizinhas, mas diversas.”³⁶⁷

É no cenário do contacto entre as línguas, e ainda no período da colonização, que o aparecimento do *crioulo* cabo-verdiano se legitima, num contexto onde a comunicação se torna uma necessidade urgente. O *crioulo* acabou por ser uma transformação do português, pois o colonizador precisava de ser entendido. Mesquitela Lima, ao falar da génese do *crioulo*, realça que se deve recordar o facto de esta língua surgir no contexto colonial português, o que possibilitou a sua passagem por um processo sociolinguístico e deixou, conseqüentemente, marcas visíveis na sua estrutura linguística.³⁶⁸

Quando vários povos se encontram e se fundem num novo espaço, acabam por dar origem a uma outra língua. Também, do ponto de vista étnico, estiveram presentes diversos povos africanos, que deram origem a um “novo povo”. Verifica-se aqui o sentimento de se pertencer a um grande grupo, com uma afinidade profunda, que se pode traduzir em algo que, de certo modo, nos liga.³⁶⁹ Para Dulce Almada Duarte, o *crioulo* “aparece como língua de

³⁶⁴ BALTAZAR LOPES DA SILVA, *O dialecto crioulo de Cabo Verde*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1957, p. 17.

³⁶⁵ Entrevista a Manuel Veiga (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³⁶⁶ MANUEL VEIGA, *O Caboverdiano em 45 Lições*, Praia, INIC, 2002, p. 7.

³⁶⁷ ROBERTO GALISSON & DANIEL COSTE, *Dicionário de Didáctica das Línguas*, Coimbra, Livraria Almedina, 1983, p. 174.

³⁶⁸ AUGUSTO MESQUITELA LIMA, *A Poética de Sérgio Frusoni: Uma Leitura Antropológica*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, pp. 24-25.

³⁶⁹ Entrevista a António Germano Lima (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

tipo específico, produto do encontro de várias línguas, em que uma delas, europeia, se assume como dominante, e as restantes africanas, passam à condição de dominados.”³⁷⁰

Com referência ao debate sobre a origem lexical da língua cabo-verdiana, o *crioulo*, Baltasar Lopes da Silva argumenta que nunca encontrou qualquer traço linguístico que tivesse sido imposto e que derivasse de um substracto africano, mas que apenas “no léxico é que se percebe a ocorrência de vocabulário, que tal como referi anteriormente, eu atribuo-o a uma origem africana, na impossibilidade de o encontrar no léxico português, mesmo nas suas formas mais arcaicas.”³⁷¹

O *crioulo* cabo-verdiano como língua surge não só devido à necessidade de comunicação, mas também como elemento importante de identificação cultural. Segundo a historiadora brasileira Benilde Justo Caniato, o *crioulo* surge da necessidade de comunicação entre os portugueses e os povos da costa africana.³⁷² O *crioulo* que se formou era, preponderantemente, de base lexical portuguesa. Segundo o linguista francês Nicolas Quint, “à primeira vista, o léxico do cabo-verdiano parece quase sem excepção derivado do português.”³⁷³ Para António Carreira, mais de 90% do actual léxico do *crioulo* cabo-verdiano tem a sua origem no português dos séculos XV e XVI.³⁷⁴

A maioria dos linguistas entrevistados é unânime em considerar uma estreita relação do *crioulo* com o português, não só pelo passado histórico e cultural, mas por se considerar que a base lexical da língua cabo-verdiana deriva maioritariamente do português. Tanto o *crioulo* como o português fazem parte, sem margem de dúvida, da cultura cabo-verdiana.³⁷⁵

É extremamente difícil estabelecer um corte entre o *crioulo* e a língua portuguesa porque ambas coabitam entre si.³⁷⁶ Como observa Manuel Ferreira, o *crioulo* processa-se “a partir da nossa língua, raríssimos sendo os vocábulos de étimo africano, numa tendência constante para a simplicidade fonética, morfológica e sintáctica, mantendo permanentemente o cordão umbilical preso ao léxico português o que lhe garante, do ponto de vista etimológico e até

³⁷⁰ DULCE ALMADA DUARTE, *Bilinguismo ou Diglossia?* op. cit., p.35.

³⁷¹ BALTAZAR LOPES DA SILVA, *O Dialecto crioulo de Cabo-Verde*, op. cit., p. 41.

³⁷² Cfr. BENILDE JUSTO CANIATO, *Língua Portuguesa e línguas Crioulas nos Países Africanos*, in *Via Atlântica*, Nº 5, São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, 2002, p. 130.

³⁷³ NICOLAS QUINT, *O Cabo-verdiano: Uma língua mundial*, in *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Nº 3. Praia, Uni-CV, 2009, p. 130.

³⁷⁴ ANTÓNIO CARREIRA, *Cabo Verde: Formação e extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)*, op. cit., p. 339.

³⁷⁵ CARLOS ALBERTO DELGADO, *Crioulo de Cabo Verde: Situação linguística da zona de barlavento*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008, p. 201.

³⁷⁶ Entrevista a Arnaldo França (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

prosódico, parentesco sempre próximo do idioma nacional.”³⁷⁷ Na perspectiva de Pedro Borges Graça “*em Cabo Verde, por virtude da insularidade, da política de colonização – ou de povoamento (...) a Língua Portuguesa serviu de veículo intermediário de comunicação ao mesmo tempo que ia servindo de base, integrando elementos africanos, à estruturação do Crioulo como forma alternativa e preferida de expressão linguística.*”³⁷⁸

Vários linguistas e estudiosos cabo-verdianos reconhecem que o *crioulo* atravessou um processo de evolução até se tornar a língua que hoje identifica a *nação*. A sua formação e evolução deve-se principalmente a três fases: (i) o *Pidjin*; (ii) o *Proto crioulo* e (iii) o *Crioulo*.

Quadro 1 – Evolução e afirmação da língua cabo-verdiana

Fases	Épocas	Caracterização
Pidjin	Inícios da descoberta e colonização (1462).	- Comunicação confusa; - Pouca estruturada em termos gramaticais e lexicais; - Ausência de base sintáctica.
Proto crioulo	A partir do século XVII.	- Algumas bases lexicais e gramaticais; - Mais bem estruturado que o pidjin, e o reforço na base sintáctica.
Crioulo	Meados do século XVII e inícios do século XVIII.	- Recursos gramaticais e lexicais próprios; - Estabilidade estrutural assente numa base sintáctica melhorada.

Fonte: Adaptado de João Lopes Filho, *Cabo Verde: Subsídios para um Levantamento Cultural*, Lisboa, Plátano, 1981, p. 87 e de António Carreira, *O Crioulo de Cabo Verde: Surto e Expansão*, Lisboa, Edição do Autor, 1982, p. 87.

A relação de poder entre o “colonizador” e o “escravo” cria uma língua no sentido de estabelecer a comunicação entre ambos, acabando por originar formas de organização social, costumes, crenças e tradições.³⁷⁹ Efectivamente, a adaptação da língua cabo-verdiana aconteceu de forma progressiva, de forma a atingir uma determinada estrutura, quer ao nível gramatical, quer sintáctico ou interpretativo. Esta evolução é descrita, segundo António Carreira, da seguinte forma:

“O pidgin que é a forma mais rudimentar de comunicação verbal, ou seja, a linguagem veicular que surgiu como forma de resolver todo um embaraço social na comunicação nas primeiras décadas da colonização de Cabo Verde; (ii) O proto-crioulo, que corresponde ao aperfeiçoamento do pidgin pelo acrescento de vocábulos e pelo uso de um sistema gramatical mais estruturado que o do pidgin; (iii) O crioulo propriamente dito, resultante de uma soma considerável de vocábulos originários de uma

³⁷⁷ MANUEL FERREIRA, *Comentário em torno do bilinguismo cabo-verdiano*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, p. 56.

³⁷⁸ PEDRO BORGES GRAÇA, *Fundamentos Culturais dos Países Africanos Lusófonos: O Legado Colonial*, op. cit., p. 75

³⁷⁹ Entrevista a André Corsino Tolentino (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

língua em que se apoiou, adaptado aos órgãos articulatórios do grupo de aprendiz, e de formas gramaticais correctas mais complexas do que as utilizadas no proto-crioulo.”³⁸⁰

Manuel Veiga salienta que alguns estudiosos, incluindo cabo-verdianos, chegaram à conclusão de que o *pidgin*, com base no português, estaria nesta génese desde o século XV até ao XVI.³⁸¹ Já João Lopes Filho considera que “*foi esse pidjin que o tempo se encarregou de aperfeiçoar que terá dado origem à actual língua cabo-verdiana.*”³⁸²

O linguista Alan Baxter define a *Língua Pidgin* como “*um género língua reduzida que se forma quando grupos de falantes de línguas diversas mantêm um encontro prolongado e precisam de comunicar dentro de um domínio restrito: escravidão, comércio, viagens de reconhecimento.*”³⁸³ É neste contexto, a partir da necessidade de comunicação e, acima de tudo, da necessidade de compreensão mútua, que surge o *Pidgin*, que evoluiu e se aperfeiçoou para o *crioulo*, língua que identifica os cabo-verdianos residentes e na diáspora. Há que considerar o facto de que o *crioulo* como língua resulta essencialmente de um processo de miscigenação do português e de alguns termos de origem africana. O léxico da língua cabo-verdiana, ou seja, o *crioulo*, recorda, por um lado, o português inconfundível do século XVI, e, por outro, a frequência de diversos termos de origem africana, tudo isso fazendo do *crioulo* cabo-verdiano, um produto linguístico verdadeiro e original.³⁸⁴ António Carreira realça um escritor anónimo do ano de 1784, que considerava que, pela grande influência do *crioulo* ou do “*falar da terra*”, os brancos, na sua maioria, não comunicavam com perfeição em português puro. A justificação era que “*raro (são) os que sabem falar a língua portuguesa com perfeição, e só vão seguindo o estilo de falar da terra.*”³⁸⁵ O *crioulo* passou a afirmar-se paulatinamente e a influenciar mutuamente a comunicação entre os senhores brancos, e entres estes e os escravos.

João Lopes Filho considera importante ter-se em consideração o facto de o *crioulo* ter surgido nas circunstâncias em que “*o colonizador não ter conseguido impor a sua língua no seu relacionamento com o escravo nos primórdios do povoamento, aconteceu um processo de aproximação através da utilização comum, embora limitada, de versões simplificadas de*

³⁸⁰ ANTÓNIO CARREIRA, *O Crioulo de Cabo Verde: Surto e Expansão*, op. cit., p. 87.

³⁸¹ MANUEL VEIGA, *O Crioulo de Cabo Verde: Introdução à Gramática*, Mindelo, Instituto Caboverdiano do Livro, 1995, p. 19.

³⁸² JOÃO LOPES FILHO, *Cabo Verde: Subsídios para um Levantamento Cultural*, op. cit., p. 14.

³⁸³ ALAN BAXTER, *Línguas Pidgin e Crioulas*, in ISABEL HUB FARIA, ET. AL. (ORG.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1996, p. 535.

³⁸⁴ Vide a este respeito: FREDERICO CERRONE, *Cabo Verde: Cruzamento do Atlântico Sul*, op. cit., p. 71; LUÍS BATALHA, *The Capeverdean Diaspora in Portugal: Colonial subjects in a postcolonial world*, Lanham, Lexington Books, 2004, p. 84 e ainda DULCE PEREIRA, *O Crioulo de Cabo Verde*, op. cit., p. 553.

³⁸⁵ ANTÓNIO CARREIRA, *O Crioulo de Cabo Verde: Surto e Expansão*, Lisboa, Edição do Autor, 1982, p. 68.

*ambas as línguas.*³⁸⁶ Com uma língua já estabelecida por um processo de acomodação, resultante da necessidade de comunicação urgente dos diversos grupos étnicos presentes no processo de povoamento do arquipélago de Cabo Verde, a situação linguística neste país conhece, devido à sua história colonial e de povoamento, uma situação de bilinguismo ou de diglossia, que marca o actual contexto em Cabo Verde.

O bilinguismo é apresentado como uma situação de fala em que um indivíduo ou comunidade controla duas ou mais línguas, usualmente designado de poliglótismo, embora o termo “poliglota” seja empregue quando alguém fala várias línguas, o que é bastante comum.³⁸⁷ Esta perspectiva salienta que o bilinguismo corresponde à situação em que um indivíduo ou uma comunidade têm o conhecimento e o uso de duas ou mais línguas, o que, de certa forma, se traduz numa situação muito comum actualmente, caracterizada principalmente pelo processo da globalização. De forma simplificada, o bilinguismo é, segundo Maria de Fátima Sequeira, “*a capacidade escrita e oral de funcionar satisfatoriamente em dois sistemas linguísticos.*”³⁸⁸

A diglossia constitui um outro conceito importante para compreender a realidade cabo-verdiana. Esta apresenta essencialmente duas características: a primeira, a de que numa comunidade e, na generalidade, todos os seus membros comunicam e têm a mesma língua primeira, adquirida através do processo da socialização, com o foco principal na família. Contudo, nem todos os membros desta comunidade conhecem ou estão conscientes da existência da segunda variedade da língua, que só é aprendida na escola. A segunda característica é que as duas variedades não são usadas nas mesmas situações, ou seja, uma é de comunicação informal e outra de comunicação formal.³⁸⁹

Dulce Almada Duarte, pondera o facto de que, “*ao longo dos tempos e até aos nossos dias, quando o colonialismo impôs situações idênticas de bilinguismo na África, Ásia e América, o problema do confronto de línguas foi-se pondo e foi sendo resolvido, de acordo com a relação de forças entre dominadores e dominados.*”³⁹⁰ Esta perspectiva aplica-se, de forma contundente, ao caso cabo-verdiano, onde a situação linguística ostenta, através de

³⁸⁶ JOÃO LOPES FILHO, *Cabo Verde: Subsídios para um Levantamento Cultural*, Lisboa, Plátano, 1981, p. 14.

³⁸⁷ Cfr. DAVID CRYSTAL, *An Encyclopedic Dictionary of language and languages*, Oxford, Blackwell, 1992, p. 43.

³⁸⁸ MARIA DE FÁTIMA SEQUEIRA, *O bilinguismo como factor de desenvolvimento metacognitivo e metalinguístico*, in *1º Encontro da associação portuguesa de linguística*, (1ª ed.), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985, pp. 410-411.

³⁸⁹ Cfr. CAROL MYERS-SCOTTON, *Multiple Voices: An introduction to bilingualism*, Malden, MA, Blackwell Publishing, 2006, p. 80.

³⁹⁰ DULCE ALMADA DUARTE, *Bilinguismo ou Diglossia?* op. cit., p. 24.

leituras de diversos autores cabo-verdianos e estrangeiros, uma relação de interferência entre os dois campos da língua: um, o da língua oficial - o português - como segunda língua; o outro, o da língua nacional ou materna - o *crioulo* - como primeira língua. Esta situação originou debates pertinentes, no sentido de se poder identificar se, em Cabo Verde, a situação linguística é de bilinguismo ou de diglossia.

As duas línguas faladas em Cabo Verde - o português e o *crioulo* - apresentam, segundo Manuel Veiga, estatutos diferentes, mas coexistem de forma pacífica. O português passou a existir em Cabo Verde desde a época do povoamento em 1462, tendo sido na sua fusão com as línguas da costa ocidental africana, a partir da colonização do arquipélago, que a língua cabo-verdiana nasceu.³⁹¹ O panorama linguístico em Cabo Verde é actualmente marcado essencialmente pela coabitação de duas línguas: o *crioulo*, como a língua materna, considerada a língua da comunicação informal, utilizada principalmente na família e nas relações afectivas, e a língua portuguesa, a língua oficial de comunicação formal, utilizada na comunicação social, na administração e no ensino. A língua portuguesa é o “meridiano”, na medida em que complementa o “eu cultural” do cabo-verdiano. Será que poderemos afirmar que língua materna é o *crioulo* e língua paterna é o português? Não nos podemos esquecer que a história de Cabo Verde se escreve em português, assim como a literatura e a poesia. Somente a música é escrita e cantada em *crioulo*. Contudo, há também mornas cantadas em português, sobretudo as de Francisco Xavier da Cruz (B. Léza), um dos autores mais representativos deste género musical.³⁹²

Tanto o *crioulo* como o português fazem parte da identidade cultural cabo-verdiana, pelo que, nas palavras do escritor e poeta caboverdiano Oswaldo Osório “*não se pode dizer que a língua oficial seja a portuguesa, devíamos ter duas línguas oficiais cabo-verdianas, e evitar essa dicotomia de dizer que uma é oficial e outra é materna. Maternas são ambas, porque todos os cabo-verdianos foram criados a ouvirem o crioulo e o português, portanto ambas são importantes e estruturantes.*”³⁹³ Manuel Veiga considera que é preciso falar bem o português, pois permite ter uma boa base para se compreender a língua materna. Conhecendo bem as fronteiras, a tal “geografia” e “referências”, consegue-se mais facilmente distinguir o que é de facto português e o que é *crioulo*.³⁹⁴ Entretanto, mesmo considerando a coexistência da língua materna (*crioulo*) e da língua oficial (português) no arquipélago, segundo Manuel

³⁹¹ MANUEL VEIGA, *A construção do bilinguismo*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004, p. 81.

³⁹² Entrevista a Ondina Ferreira (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³⁹³ Entrevista a Oswaldo Osório (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

³⁹⁴ Entrevista a Manuel Veiga (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

Veiga, a situação linguística em Cabo Verde pode parecer à primeira vista uma forma de bilinguismo, mas, na verdade, não há um verdadeiro bilinguismo, porque, por um lado, este exige da comunidade um domínio efectivo de dois sistemas linguísticos presentes e de estatuto oficial equiparado; por outro, o português, apesar de ser a língua oficial, é usado apenas em situações especiais de comunicação, o que se traduz num uso restringido dessa língua por parte da população, ou seja, o uso em circunstâncias específicas e formais de uma pequena elite.³⁹⁵ Para Mesquitela Lima, seria um equívoco considerar que a sociedade cabo-verdiana é bilingue, porque apesar de os cabo-verdianos entenderem o português, nem todos falam esta língua.³⁹⁶

Na perspectiva de Dulce Almada Duarte, não se trata de uma relação de *bilingualidade* que se estabelece entre as duas línguas em Cabo Verde (português e o *crioulo*), mas sim de diglossia. O bilinguismo tornar-se-á real no momento em que existir “*uma relação existencial e comprometida entre as duas línguas*”, no seio da comunidade cabo-verdiana e, assim sendo, verificar-se-á um enriquecimento cultural do povo cabo-verdiano.³⁹⁷

A linguista portuguesa Mafalda Mendes considera que existe uma diglossia em Cabo Verde, e afirma que “*a diglossia existente em Cabo Verde é caracterizada pela exclusividade dos contextos da escrita para a língua portuguesa e pela predominância do uso da língua materna nos contextos de oralidade.*”³⁹⁸ Todavia, em torno destes aspectos, com especial destaque para a situação linguística em Cabo Verde, existe uma grande diversidade de opiniões, por vezes até opostas. Durante algumas décadas houve quem defendesse, por um lado, a construção de um verdadeiro bilinguismo, com a valorização do português como língua oficial, alegando o facto de esta servir como elemento importante na comunicação com o exterior. Por outro lado, há os que defendem a oficialização do *crioulo*, e, mormente, da utilização desta língua no ensino, acreditando que o *crioulo* identifica os cabo-verdianos e solidifica a *nação*. Porém, alguns autores não reconhecem o *crioulo* como língua acabada, uma vez que não possui estruturas gramaticais definidas, chegando ao ponto de a ridicularizarem. Assim, José Joaquim Lopes de Lima, descreve o *crioulo* como:

“*Ridículo crioulo, idioma o mais perverso, corrupto e imperfeito; gíria ridícula, composto monstruoso de antigo português e das línguas da Guiné que aquele povo tanto preza e os mesmos brancos se*

³⁹⁵ MANUEL VEIGA, *A construção do bilinguismo*, op. cit., p. 99.

³⁹⁶ AUGUSTO MESQUITELA LIMA, *O bilinguismo e o problema da escrita*, in MANUEL VEIGA (ED.), *1º Colóquio Linguístico sobre o crioulo de Cabo Verde*, Mindelo, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1979, pp. 109-112.

³⁹⁷ DULCE ALMADA DUARTE, *Bilinguismo ou Diglossia?* op. cit., p. 279.

³⁹⁸ MAFALDA MENDES, *Cabo Verde: ir à escola em L2*, in MATEUS, MARIA HELENA, ET. ALII., (ORGS), *O Português em África*, Lisboa, CIDAC, 2005, p. 123.

comprazem a imitar; miscelânea de português antigo, de castelhano e francês, sem regras, algumas de gramática; língua (...) que carece de três letras – scilicet, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei e, desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente.”³⁹⁹

Por outro lado, José Conrado de Chelmicki, militar de carreira, e o historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen declaram, em relação à língua cabo-verdiana que “*são apenas os filhos de Portugal que ainda falam a língua portuguesa; e mesmo estes acostumam-se logo à ridícula linguagem do país, geralmente usada e chamada a língua crioula, idioma o mais perverso, corrupto e imperfeito, sem construção, sem gramática e que se não pode escrever.*”⁴⁰⁰ Ainda, Henrique Teixeira de Sousa, médico e escritor cabo-verdiano, considera que:

“Se o crioulo for decretado como língua oficial será apenas um acto de Doutoramento Honoris Causa uma vez que a língua portuguesa continuará a ser considerada Ad Eternum como oficial, ainda que destituída por decreto. Não estou a ver os jornais do país a serem escritos em crioulo, nem os documentos e funções dos organismos públicos a serem concebidos na língua da terra ou de acordo com a língua de cada ilha (...) nós os escritores lusófonos, que será de nós que escrevemos em português? Podem dizer-nos: escreve em crioulo! Qual dos crioulos, o de Santo Antão, o de Santiago, o de Santa Luzia? O Português é o nosso sermo eruditus, e o crioulo o nosso sermo vulgaris. Continuemos como estamos porque estamos bem.”⁴⁰¹

Este pensamento reflecte aquilo que a oficialização do *crioulo* pode trazer, nomeadamente a inviabilidade da utilização das variantes regionais e a dificuldade de readaptação, neste caso dos escritores que há décadas escrevem em português. E, ademais, a difícil tarefa de os jornais nacionais escreverem em *crioulo* e, mormente, os documentos oficiais dos organismos públicos. É sob estas premissas que Henrique Teixeira de Sousa reforça a ideia de um estatuto inferior da língua cabo-verdiana, alegando a impossibilidade da oficialização desta língua, o que seria “*um salto no escuro com complicadas consequências.*”⁴⁰²

Em relação às interpretações proferidas, sobretudo por autores cabo-verdianos, Luís Batalha refere que eles fizeram uso do português nos seus escritos e olharam com desprezo o *crioulo*, considerando-o como uma língua menor que deve ser mantida dentro das esferas

³⁹⁹ JOSÉ JOAQUIM LOPES DE LIMA, *Ensaio sobre a Statistica das ilhas de Cabo Verde no Mar Atlantico e suas dependencias na Guiné Portuguesa ao norte do Equador*, op. cit., p. 81.

⁴⁰⁰ JOSÉ CONRADO DE CHELMICKI & FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN, *Geografia Cabo-verdiana ou descrição geográfica-histórica da província das ilhas de Cabo Verde*, op. cit., p. 331.

⁴⁰¹ HENRIQUE TEIXEIRA DE SOUSA, *Crioulo língua oficial*, in *Jornal Terra Nova*, Nº 335, 5 de Dezembro 2004, p. 3.

⁴⁰² HENRIQUE TEIXEIRA DE SOUSA, *Crioulo língua oficial*, op. cit., p. 3.

domésticas e informais da vida social.⁴⁰³ Além disso, há quem defenda o *crioulo* e a sua oficialização, possibilitando a sua estruturação e valorização como língua de ensino, partindo do pressuposto que o *crioulo* é a marca fundamental da identidade cabo-verdiana, tanto endógena como exogenamente, ou seja, considerada como um dos elementos estruturantes da identidade nacional.

Manuel Veiga, um dos maiores defensores da oficialização do *crioulo*, enfatiza a necessidade da oficialização do *crioulo*, e isto significa “*torná-lo capaz de executar a sua função na aprendizagem (quer como sujeito, quer como instrumentos), na função pública, nos certificados legais, nas sessões parlamentares, nas comunicações feitas ao país pelos órgãos soberanos, nos meios de comunicação social, na literatura, em todas as situações de comunicação formal.*”⁴⁰⁴ A padronização e a oficialização do *crioulo* como a língua cabo-verdiana é, em si, um grande desafio. Tomé Varela da Silva, numa entrevista concedida a Michel Laban, que vê com esperança o futuro da língua cabo-verdiana, afirma que “*não deixará certamente de constituir um dos grandes desafios a enfrentar, quer pelo Poder, quer pelos estudiosos e cidadãos de boa vontade (...) O estatuto que se preconiza é o de língua oficial, tal como vem acontecendo com a língua portuguesa.*”⁴⁰⁵

O problema da língua encontra-se essencialmente na escrita. A questão que aqui se coloca é a seguinte: Como escrever? Isto porque se trata de uma escrita fonética ou morfológica. Ela corresponde a uma “*guerra das elites*”. Como refere Amílcar Spencer Lopes, deveriam ter deixado “*a língua fluir de forma natural e deixar que as palavras assumissem o seu devido lugar.*”⁴⁰⁶

Dulce Almada Duarte defende que é necessário a oficialização do *crioulo* e, conseqüentemente, o seu uso como língua de ensino, por ser a língua que se fala efectivamente em Cabo Verde nas famílias e nas relações sociais. Contudo, reconhece que “*infelizmente, existem ainda muitos preconceitos em relação ao crioulo. Eles existem ao mais alto nível e não vai ser fácil eliminá-los.*”⁴⁰⁷

⁴⁰³ LUÍS BATALHA, *The Capeverdean Diaspora in Portugal: Colonial subjects in a postcolonial world*, Lanham, Lexington Books, 2004, pp. 76-77.

⁴⁰⁴ Idem, p. 107.

⁴⁰⁵ MICHEL LABAN, *Cabo Verde. Encontro com Escritores*, op. cit., p. 777.

⁴⁰⁶ Entrevista a Amílcar Spencer Lopes (ver *Relações das Entrevistas* em anexo).

⁴⁰⁷ DULCE ALMADA DUARTE, *História da Escrita em Cabo Verde*, in *Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano*, Praia, IIPC, 2002, p. 55.

Em reflexão ao *projecto da oficialização do crioulo*, cria-se, em 1998, o Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano, designada pela sigla ALUPEC.⁴⁰⁸ Este documento foi aprovado pelo decreto-lei n.º67/98, de 31 de Dezembro, por um período experimental, o qual faz saber o seguinte:

“Sendo o crioulo a língua do quotidiano em Cabo Verde e elemento essencial da identidade nacional, o desenvolvimento harmonioso do País passa necessariamente pelo desenvolvimento e valorização da língua materna. Porém, esse desenvolvimento e valorização não serão possíveis sem a standardização da escrita do Crioulo ou seja da Língua Cabo-verdiana. Ora, a standardização do alfabeto constitui o primeiro passo para a standardização da escrita.

*Assim, no uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º2 do artigo 216 da Constituição da República, o Governo decreta o seguinte: Artigo 1.º: É aprovado, a título experimental, o Alfabeto Unificado para a escrita da Língua Cabo-verdiana (o Crioulo), adiante designado ALUPEC, cujas Bases são publicadas em anexo ao presente diploma.”*⁴⁰⁹

O ALUPEC através do *Grupo de Padronização da Língua Cabo-verdiana* liderado por Manuel Veiga, tinha como objectivo conduzir à padronização do alfabeto em colaboração com outras figuras ligadas à literatura, ensino e linguística cabo-verdiana, tais como: Luís Hopffer Almada, Inês Brito, Tomé Varela da Silva, Dulce Duarte, Eduardo Cardoso e Alice Matos. Estas personalidades acreditavam que, com a aprovação política do ALUPEC, se abriria um novo caminho para o projecto da oficialização do *crioulo*, e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento e valorização.

Manuel Veiga, líder do grupo, fez saber que a escrita na língua cabo-verdiana passou muito tempo sem que fosse orientada por um alfabeto unificado e oficializado. Desta forma, foi criada uma Comissão para a Padronização do Alfabeto, em Novembro de 1993, cuja missão era o de proceder à oficialização da língua cabo-verdiana. Após um ano, este grupo apresentou uma proposta unificada de alfabeto para a escrita do *crioulo* ao Governo da República de Cabo Verde.⁴¹⁰

O ALUPEC suscitou algumas interpretações por vezes controversas. Para Olavo Bilac Cardoso, *“o ALUPEC, como qualquer proposta, não representa uma solução definitiva em relação à escrita do Cabo-verdiano, tanto que os escritores em língua cabo-verdiana, ainda em número reduzido, saltitam frequentemente da escrita dita etimológica para a escrita*

⁴⁰⁸ ALUPEC – Alfabeto Unificado Para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano, aprovado pelo Decreto-lei n.º 67/ 98 de 31de Dezembro para vigorar por um período experimental de 5 anos, e instituído como alfabeto cabo-verdiano pelo Decreto-lei, N.º 8/ 2009 de 16 de Março.

⁴⁰⁹ DECRETO-LEI N.º 67/1998, *Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano*, Boletim Oficial – 5º Suplemento, 48, 31 de Dezembro, 19-23, p. 1.

⁴¹⁰ MANUEL VEIGA, *O Crioulo de Cabo Verde: Emergência e Afirmação*, op. cit., p. 119.

fonético-fonológica.”⁴¹¹ Independentemente da importância que se atribui ao ALUPEC, e da oficialização do *crioulo*, o que sobressai essencialmente no debate sobre a situação linguística em Cabo Verde é o peso da língua, neste caso concreto do *crioulo*, na definição e formação da cultura cabo-verdiana e da identidade nacional.

A língua cabo-verdiana possibilitou a sedimentação e difusão de uma cultura secular. Para Pedro Góis, a afirmação da identidade faz-se por meio do uso do *crioulo* tanto em Cabo Verde “*como no arquipélago migratório surgindo a língua como símbolo de uma semiótica de diferença ganhando maior poder com a possibilidade de uma escrita unificada. A língua emerge, no caso cabo-verdiano, como um instrumento (social e político) importante para a criação e sustentação de uma identidade étnica.*”⁴¹² Também Ana de Saint-Maurice salienta que o património cultural herdado pelo povo cabo-verdiano se traduz nas mais diversas práticas, “*sendo a língua aquela que melhor exprime uma diferença, mas também uma origem e uma história comuns. Se alguns há que a usam de uma forma absolutamente instrumental e pragmática, outros utilizam-na com o propósito de revalorização cultural e afirmação da sua singularidade em relação à sociedade receptora.*”⁴¹³

Manuel Veiga considera que, independentemente do estatuto que a língua cabo-verdiana tiver ou que venha ter, continuará a ser a língua da identidade, sendo esta a língua que os cabo-verdianos reconhecem e através da qual se identificam como uma *nação* organizada.⁴¹⁴ O *crioulo*, para o antropólogo cabo-verdiano Manuel Brito-Semedo, é a língua que fundamenta a identidade cabo-verdiana, pois encontra-se em consonância com a sua importância na cultura e política nacional. O *crioulo* unifica e especifica o território e o seu povo.⁴¹⁵

4.3. A música na sua dimensão identitária

A música cabo-verdiana, numa perspectiva identitária, surge como veículo privilegiado na expressão e divulgação da identidade que resultou da convergência dos traços musicais europeus e africanos. A tarefa de definir a música nem sempre é fácil, considera Manuel de Jesus Tavares, músico e investigador cabo-verdiano, que “*o conceito de música é, às vezes,*

⁴¹¹ OLAVO BILAC BARBOSA MONTEIRO CARDOSO, *Trabalho do Seminário de Linguística Africana*, Praia, 2005, p. 13.

⁴¹² PEDRO MANUEL GÓIS, *A construção secular de uma identidade étnica transnacional: a cabo-verdianidade*, (Tese de Doutoramento), Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2011, p. 547.

⁴¹³ ANA SAINT-MAURICE, *Identidades Reconstruídas: Cabo-Verdianos em Portugal*, Lisboa, Celta, 1997, p. 157.

⁴¹⁴ MANUEL VEIGA, *A construção do bilinguismo*, op. cit., p. 72.

⁴¹⁵ MANUEL BRITO – SEMEDO, *Caboverdianamente ensaiando*, (Vol. 1, 1ª ed.), Cabo Verde, Ilhéu, 1995, p. 5.

muito mais delicado e mais vasto do que o termo em si encerra.”⁴¹⁶ Para César Monteiro “a palavra música tem origem no termo grego antigo ‘mousiké techné’, que significa ‘arte da musa’ e corresponde (...) a um conjunto de sons físicos, organizados de modo a que o objectivo último seja atingido através de sons e movimentos.”⁴¹⁷

Para Luís Batalha, a música, apesar de ser caracterizada em determinadas circunstâncias como uma forma de ritual, “é sobretudo um acto artístico individual que dá ao seu executante uma capacidade de comunicar os mais diversos tipos de sentimentos e experiências de vida” e, assim sendo, “as canções de cada cultura exprimem determinados sentimentos e uma certa visão do mundo que formam uma parte importante da sua identidade cultural.”⁴¹⁸ Escreve ainda este autor, citando o caso do *fado*, que este é um género musical português, considerado como um dos elementos essenciais na formação da identidade portuguesa. Resumindo, a música é uma forma marcante de “organizar simbolicamente sentimentos e experiências, que, de outra forma, não seriam partilhados em tão larga escala, nem perdurariam tanto tempo.”⁴¹⁹

As músicas cabo-verdianas caracterizam-se por ritmos específicos num contexto único e caracterizador da identidade nacional cabo-verdiana. O ritmo musical cabo-verdiano é o híbrido, abarcando misturas de ritmos de culturas diferentes, sendo a partir desta mistura que se cria um novo estilo musical que enraíza as características nacionais de Cabo Verde. Sem margem para dúvidas, a música, também entendida como “interacção comunicativa”, é um dos mais importantes pilares ou alavancas da sociedade cabo-verdiana e, ao mesmo tempo, constitui-se num veículo significativo, tendo em mira a consolidação, a representação, a construção, a moldação e a definição da sua identidade cultural.⁴²⁰ A este propósito, Margarida Brito refere que Cabo Verde, ao longo da sua história, elaborou uma música tradicional, de uma vitalidade surpreendente “que acabou por dar origem a géneros

⁴¹⁶ MANUEL DE JESUS TAVARES, *Aspectos Evolutivos da Música Cabo-verdiana*, Praia, Centro Cultural Português/IC Praia, 2005, p. 13.

⁴¹⁷ CÉSAR AUGUSTO MONTEIRO, *Algumas Dimensões da Expressão Musical Cabo-Verdiana na Área Metropolitana de Lisboa*, in PEDRO MANUEL GÓIS (ORG.), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisboa, ACIDI, I.P, 2008, p. 127.

⁴¹⁸ LUÍS BATALHA, *Antropologia, uma Perspectiva Holística*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, 2005, p. 297.

⁴¹⁹ Idem, p. 297.

⁴²⁰ Entrevista a César Augusto Monteiro (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

fortemente caracterizados e enraizados no seu universo ⁴²¹ constituindo-se igualmente como *“uma das pedras basilares mais fortes da unidade nacional.”* ⁴²²

Para Manuel Brito-Semedo, a *morna*, a *coladeira* e o *funaná* surgem como músicas populares genuinamente cabo-verdianas, tocadas e dançadas nos bailes públicos. Paralelamente, coexistiam músicas das mais diversas origens como o maxixe, o tango, o galope, a contradança, o bolero, a valsa e a mazurca, que normalmente eram usadas nas *“danças de salão.”* ⁴²³ Apesar do panorama musical cabo-verdiano se caracterizar por uma vastíssima variedade, os géneros que mais singularizam a *nação* são, sem dúvida, a *Morna*, a *Coladeira*, o *Batuque*, o *Finaçon* e o *Funaná*. A estes géneros associamos músicos cabo-verdianos como Bana, Luís Morais, Cesária Évora, Ildo Lobo, Zeca di nha Reinalda, Pantera, Kodé di Dona, Nhu Raul di Brava, Norberto Tavares, Katxás, Txeka, Grupo Ferro Gaita, Mayra Andrade, Lura, Mário Lúcio, Princezito, Vadú, Tito Paris, Menu Pecha, Susana Lubrano, Gil Semedo, Beto Dias, Kino Cabral e Jorge Neto, entre outros, que estando no país ou no exterior, se revelaram e revelam autênticos divulgadores das músicas cabo-verdianas além-fronteira. A esse propósito relata Alveno Figueiredo Silva:

“Desse olhar pelo mundo, Cabo Verde e a sua música percorreram a emigração para a América, as convulsões políticas entre monárquicos e republicanos, a criação do Estado Novo, e a sua colónia penal do Tarrafal em Santiago, a segunda guerra mundial, o surgimento da Rádio em Cabo Verde, passando pela revolução cultural operada pelos Beatles, pela independência nacional e pelos novos horizontes na música. Esta viagem assiste à libertação do Funaná, culminando na conquista mundial pela música de Cabo Verde.” ⁴²⁴

Tanto no interior das ilhas como na diáspora, a música cabo-verdiana expressa-se através de vários géneros e formas musicais a par de outras manifestações culturais proeminentes que têm vindo a contribuir, significativamente, para a emergência de um sistema cultural e identitário cada vez mais heterogéneo, diversificado e rico, reconstruído a partir, também, das dinâmicas impostas à sociedade *crioula*, de fora para dentro, por intensos processos de globalização, conquanto assente na sua matriz. ⁴²⁵

⁴²¹ MARGARIDA BRITO, *Os Instrumentos Musicais em Cabo Verde*, Mindelo, Centro Cultural Português, 1998, p. 13.

⁴²² CÉSAR AUGUSTO MONTEIRO, *Manuel d'Novas: Música, Vida, Cabovedianidade*, Mindelo, Edição do Autor, 2003, p. 34.

⁴²³ MANUEL BRITO-SEMEDO, *A construção da Identidade Nacional: Análise de Imprensa entre 1877e 1975*, op. cit., p. 88.

⁴²⁴ ALVENO FIGUEIREDO SILVA, *Aspectos Político-Sociais na Música de Cabo Verde do Século XX*, Praia, Mindelo, Centro Cultural Português, 2003, p. 7.

⁴²⁵ Entrevista a César Augusto Monteiro (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

Deve aqui destacar-se o agrupamento musical *Voz de Cabo Verde*, fundado em 1966 no Senegal, que veio mudar a história da música do arquipélago, de onde saíram artistas de renome e fundadores da banda como Tito Paris, Bana ou Leonel Almeida. Djosinha e Morgadinho. A “primeira geração” foi formada por Luís Morais, Frank Cavaquim, ambos falecidos e Toi Bibia, Morgadinho, Djosinha, Jean Dalomba e Chico Serra. Este grupo teve o mérito de enriquecer o património nacional e projectar a cultura cabo-verdiana internacionalmente.

a) Morna

Este género musical é uma das marcas da cultura, cujo surgimento se situa, segundo os estudiosos, entre meados do século XVIII e meados do século XIX. Moacyr Rodrigues e Isabel Lobo são da opinião de que “*a morna é na sua dimensão humana, na sua essência e índole, na sua formação, uma música simplesmente cabo-verdiana.*”⁴²⁶ Esse património cultural é considerado de extrema importância e surgiu em Cabo Verde, concretamente na ilha da Boavista, onde a morna *Brada Maria*⁴²⁷ é considerada como uma das mais antigas do arquipélago. Esta morna foi traduzida para português por Eugénio Tavares e é considerada como uma das maiores referências deste género musical:

Brada Maria

<i>Bradei a Deus</i>	<i>Bradei, na</i>	<i>Eu era uma</i>	<i>Sorveu, num</i>	<i>Então bradei a</i>	<i>Se vísseis</i>
<i>na noite</i>	<i>sombra, o meu</i>	<i>avezinha alegre</i>	<i>beijo toda a</i>	<i>minha mágoa</i>	<i>caçadores sem</i>
<i>escura e fria</i>	<i>perdido amor</i>	<i>e pura</i>	<i>minha vida</i>	<i>infinita</i>	<i>bondade</i>
<i>Na noite</i>	<i>Senti sangrar</i>	<i>Vivendo do</i>	<i>E deixou-me</i>	<i>Até romper no</i>	<i>Que o abandono é</i>
<i>horrrível da</i>	<i>meu coração</i>	<i>gorjeio e da</i>	<i>quebrada,</i>	<i>céu a aurora</i>	<i>como uma</i>
<i>minha agonia</i>	<i>de dor</i>	<i>ternura</i>	<i>esmaecida...</i>	<i>linda</i>	<i>orfandade</i>
<i>E Deus ouviu-</i>	<i>E erguendo a</i>	<i>Um dia viu-me</i>	<i>Depois</i>	<i>E minha honra</i>	<i>Jamais</i>
<i>me lá do céu</i>	<i>voz em pranto,</i>	<i>um tredo</i>	<i>abandonou-me</i>	<i>lágrima</i>	<i>desninharíeis</i>
<i>sem luz</i>	<i>parecia</i>	<i>caçador</i>	<i>só na estrada</i>	<i>perdida</i>	<i>passarinhos</i>
<i>Como ouvira a</i>	<i>Que era uma</i>	<i>Roubou-me a</i>	<i>Morta como</i>	<i>Rolou e se</i>	<i>Para lançar à</i>
<i>Maria aos pés</i>	<i>estrela morta</i>	<i>luz e deu-me em</i>	<i>uma estrela já</i>	<i>sumiu no pó,</i>	<i>lama dos</i>
<i>da cruz.</i>	<i>que gemia.</i>	<i>troca a dor.</i>	<i>apagada.</i>	<i>sem vida.</i>	<i>caminhos.</i>

Eugénio Tavares refere que “*a morna é originária da ilha de Boavista. Passou depois às outras ilhas, adaptando-se e tomando a feição psíquica de cada povo, como que num gráfico*

⁴²⁶ MOACYR RODRIGUES & ISABEL LOBO, *A Morna na Literatura Tradicional: Fonte para o estudo histórico-literário e a sua repercussão na sociedade*, Mindelo, ICLD, 1996, p. 19.

⁴²⁷ MANUEL DE JESUS TAVARES, *Aspectos Evolutivos da Música Cabo-verdiana*, op. cit., pp. 83-84.

de ascensão e descensão, em sua expressão artística.”⁴²⁸ As tentativas de conceptualizar a morna têm sido as mais diversas. Entretanto, uma das definições mais completas, e que, de alguma forma, envolve implicitamente o sentido da morna em Cabo Verde, é destacada por Armando Napoleão Rodrigues realçando que este género musical é o “*canto e dança dolente, em compasso quaternário, impregnado de melancolia em que o povo soluça e canta o seu pesar, a sua tristeza e o seu queixume em tom plangente, dolente e soluçante.*”⁴²⁹ Do contexto das várias circunstâncias da vida como a alegria e a tristeza, a partida e o regresso, a dor e a euforia, a morte e a vida, separação e saudade, entre outras, resultaram as mornas, que retratam estas experiências da vida quotidiana dos cabo-verdianos. A morna é símbolo de um povo, batido pela adversidade, cantando ou exaltando a ternura e o sofrimento, a tristeza constante no dilema da emigração, em busca de uma vida melhor, deixando um ente querido. A morna representa uma maneira própria de se expressar. É o resultado de uma fusão, de uma mistura em que se expõem as dificuldades como a tristeza, a dor, a carência de algo ou, por vezes, a fome. Esta é cantada em grupo, crendo na “esperança” de que dias melhores virão.⁴³⁰

Deve ressaltar-se aqui que a morna, após ter surgido na ilha da Boavista, passou para a ilha da Brava, onde conheceu um inigualável contributo do poeta e compositor Eugénio Tavares que foi para Carlos Filipe Gonçalves “*quem mais elevou esse género musical e lhe daria uma lírica até hoje inigualável.*”⁴³¹ E uma das suas composições mais destacadas neste género, interpretada por vários artistas nacionais de referência internacional, foi a morna *Força de crecheu*.⁴³²

Força de Crecheu

<i>Ca tem nada na ês bida</i>	<i>Crecheu más sabe,</i>	<i>Óh! força de crecheu,</i>
<i>Más grande que amor!</i>	<i>É quel que é de meu!</i>	<i>Abrim nha alma em flôr!</i>
<i>Se Deus cá tem medida,</i>	<i>El é que é chabe</i>	<i>Deixam alcançâ céu,</i>
<i>Amor inda é maior...</i>	<i>Que abrim nha céu...</i>	<i>Pa'n bá ojà Nós Senhor!</i>
<i>Amor inda é maior,</i>	<i>Crecheu más sabe</i>	<i>Pa'n bá pedil semente</i>
<i>Maior que mar, que céu:</i>	<i>É quel Que crem...</i>	<i>De amor cumâ és de meu,</i>
<i>Mas, entre oto crecheu,</i>	<i>Se jam perdel,</i>	<i>Pa'n bem da tudo gente,</i>
<i>De meu inda é maior!</i>	<i>Morte já bem!</i>	<i>Pâ tudo conchê ceu!</i>

⁴²⁸ EUGÉNIO TAVARES, (1932). *Mornas: Cantigas Crioulas*, (1ª ed.), Lisboa, Livraria J. Rodrigues & Cª Editores, p. 17.

⁴²⁹ Cfr. ANTÓNIO GERMANO LIMA, *Boavista, Ilha da Morna e do Landú*, Praia, Instituto Superior de Educação, 2002, p. 181.

⁴³⁰ Entrevista a David Hopffer Almada (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁴³¹ CARLOS FILIPE GONÇALVES, *Kap Verd band*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 2006, p. 107.

⁴³² EUGÉNIO TAVARES, *Mornas: Cantigas crioulas*, op. cit., p. 34.

Depois de a morna ganhar uma certa visibilidade com Eugénio Tavares, adquire novos contornos com o nascimento do movimento literário *Claridade* na década de trinta do século passado. Nos anos 70, este género musical alcança em São Vicente uma grande repercussão, tendo como representantes o compositor Manuel D’Novas e a intérprete Cesária Évora. Esta cantora, reconhecida internacionalmente como “Embaixadora” de Cabo Verde ou “a diva dos pés descalços”, levou a cultura cabo-verdiana, através da sua música, para os quatro cantos do mundo, conferindo-lhe uma importante dimensão e reforçando o sentimento de identidade cabo-verdiana. Rui Cidra considera que foi através da cantora Cesária Évora que a música cabo-verdiana obteve o reconhecimento internacional. Disto resultou que “*teve um impacto significativo nas práticas profissionais e estéticas desenvolvidas por músicos vivendo em Cabo Verde e em centros de diáspora.*”⁴³³

b) Coladeira

A *coladeira* é um outro género musical tradicional de destaque tanto a nível nacional como internacional. Possui um “andamento” mais moderado que o *Funaná*, e um pouco mais rápido do que a *morna*. A *coladeira* teria surgido em São Vicente no segundo lustro dos anos 50, tendo-se espalhado rapidamente pelo resto das ilhas.

Para Jorge Fernandes Monteiro, a *coladeira* é tradicionalmente uma evolução da própria *morna*, ou seja, este género musical só se diferencia um pouco desta última, por apresentar alteração no compasso. Considera o autor que a *coladeira* se originou em circunstâncias onde os participantes dos bailes, com vontade de dançar e ouvir músicas mais animadas, com ritmos mais acelerados ou quentes, faziam um sinal aos músicos, os quais, por sua vez, aceleravam a execução da própria *morna*.⁴³⁴

Conforme sugere Moacyr Rodrigues, escritor e investigador cabo-verdiano, “*a denominação ‘coladeira’ tem origem na expressão crioula ‘colá benfê’, isto é, denunciar e criticar os deslizes e os ridículos observados entre a população, às vezes de forma cortante e maldosa, mas sempre com um objectivo pedagógico implícito.*”⁴³⁵ Entre os principais compositores da coladeira estão: António Ramos, Armando Lima, Gregório Gonçalves,

⁴³³ RUI PEDRO MALHEIRO DA SILVA FERRÃO CIDRA, *Produzindo a música de Cabo-Verdiana na diáspora: redes transnacionais, world music e múltiplas formações crioulas*, in PEDRO MANUEL GÓIS, (ORG.), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisboa, ACIDI, I.P, 2008, p. 119.

⁴³⁴ JORGE FERNANDES MONTEIRO, *Mornas e Contra-Tempos (coladeras) de Cabo Verde*, Mindelo, Gráfica do Mindelo, 1987, (s/p.).

⁴³⁵ MOACYR RODRIGUES, *Mornas e Coladeiras de Frank Cavaquim*, Mindelo, Edições Câmara Municipal de S. Vicente, 1992, p. 14.

Manuel de Novas, Amândio Cabral, Manuel Silva, Francisco Nunes de Pina, Pedro Delgado e Abílio Évora. Este género musical alcança repercussões de relevo a nível nacional e internacional, tendo como resultado o reconhecimento cultural do povo cabo-verdiano.

c) Batuque e Finaçon

Tal como a *morna* e *coladeira*, o *batuque* e o *finaçon* também estão associados aos aspectos mais práticos do dia-a-dia do cabo-verdiano. E, como as demais manifestações musicais singulares cabo-verdianas, o *batuque* e o *finaçon* representam um importante componente na identificação do povo cabo-verdiano, principalmente como elemento estruturante, ao longo do processo da colonização.

Segundo António de Arteaga, atribui-se a origem do batuque aos negros da Guiné, que, após a descoberta da ilha de Santiago e logo no início do seu povoamento, trouxeram este género musical, “*pois que tanto o canto como a dança do batuque, são perfeitamente gentílicos, com pequenas modificações.*”⁴³⁶ António Pedro Costa, poeta, dramaturgo e artista plástico, reconhece também que o batuque é de origem negra: “*assistindo a um batuque de S. Tiago – a única tradição negra e continental duma ilha povoada só depois da descoberta.*”⁴³⁷ Também para Baltazar Lopes “*o batuque de Santiago é de origem africana.*”⁴³⁸

O *batuque*, por razão da sua origem, foi proibido a 7 de Março de 1866 pelo Administrador do concelho da Praia de Santiago, José Gabriel de Cordeiro pelo Edital no B.O. n.º 13, de 31 de Março de 1866, no qual se faz saber que o batuque é considerado um divertimento que se opõe à civilização actual, pelo que reprimirá, de uma vez para sempre, todos os que viessem a praticar esse acto dos “não civilizados”.

O *batuque* organiza-se, basicamente, segundo Armando Napoleão Fernandes, escritor e cronista cabo-verdiano, no “*bater as palmas sobre uma rodilha que se tem entre as pernas, de sorte a produzir um som cavo tum tum tum, seguido de palmas com mãos ambas no ar, ritmo desordenado mas simétrico no conjunto.*”⁴³⁹ António Pedro Costa caracteriza e descreve o batuque como um género musical onde “*ao ritmo da chaveta, rufo das mãos no pano entalado em embrulho entre os joelhos, que marcam, acorados, os assistentes em*

⁴³⁶ ANTÓNIO DE ARTEAGA, *O Batuque*, in *A Esperança: Revista Colonial, Almanach Luso-Africano*, Nº 12, Dezembro 1901, p. 188.

⁴³⁷ ANTÓNIO PEDRO COSTA, *Batuque*, in *O Mundo Português*, (Vol. 3), Nº 26, Fevereiro 1936, p. 64.

⁴³⁸ BALTAZAR LOPES DA SILVA, *O folclore poético da ilha de Santiago*, in *Claridade: Revista de Arte e Letras*, Mindelo, Nº 7, São Vicente, Dezembro 1949, p. 43.

⁴³⁹ ARMANDO NAPOLEÃO FERNANDES, *Léxico do dialecto crioulo do Arquipélago de Cabo Verde*, Mindelo, Gráfica de Mindelo, 1991, p. 30.

roda, um homem, uma mulher ou quando muito um par, desenvolvem em livre curso de mimica exótica, a dança de entontecer.”⁴⁴⁰

O *finaçon*, segundo a antropóloga norte-americana Susan Margaret Hurley-Glowa, é definido como um género primário de poesia oral, mais que um género musical, assemelhando-se ao *batuque*. É composto essencialmente de máximas, ditados e provérbios, e baseada no improvisado sob ritmo tradicional.⁴⁴¹ Tomé Varela da Silva realça que o *finaçon* é um ritmo musical cabo-verdiano, que é acompanhado de cantadeiras com letras elaboradas e bem afinadas, sob o ritmo de dita *tchabéta* com o *batuque*.⁴⁴² E a *tchabéta* segundo Baltazar Lopes, “*consiste em marcar o ritmo batendo nas coxas as palmas das duas mãos. Há três ritmos mais importantes da tchabéta: - pã-pã, galeon e rapicado.*”⁴⁴³

Do ponto de vista do seu conteúdo, as letras do *finaçon* caracterizam-se por serem de carácter moralizante, podendo contar histórias, fazer críticas ou louvores. Destacam-se, nestes géneros musicais, intérpretes e compositores como Nha Bibinha Cabral, Nha Nácia Gomi e Nha Gida Mendi, que, desta forma, contribuíram para a história da música cabo-verdiana.

O *batuque* e o *finaçon* têm, como representante principal, o intérprete e compositor Orlando Pantera, considerado como aquele que divulgou estes géneros musicais, conferindo-lhes uma originalidade própria, reconhecida pelos artistas nacionais e nas diásporas. A influência deste compositor estendeu-se a um conjunto de artistas que o seguiram, conhecidos por *geração Pantera*, contando-se entre eles Vadú, Lura, Txeka e Mayra Andrade, entre outros, cuja única pretensão é a valorização da cultura nacional e a recuperação dos traços mais tradicionais destes géneros musicais, como veículos para afirmação da identidade cabo-verdiana.

d) Funaná

O *funaná*, por sua vez, é um género musical que também teve no passado algumas perturbações quanto à sua plena expressão, do que resultou que, durante muitos anos, passasse para um plano inferior entre outras manifestações musicais em Cabo Verde. Realça João Lopes Filho que “*tendo presente que a música constitui um dos elementos mais representativos da cultura cabo-verdiana, outro momento alto da recuperação dos nossos*

⁴⁴⁰ ANTÓNIO PEDRO COSTA, *O Batuque*, op. cit., p. 64.

⁴⁴¹ SUSAN HURLEY-GLOWA, *Batuko and Funana: Musical Traditions of Santiago*, Republic of Cape Verde, Verde, Doctoral Dissertation. Department of Music, Brown University, 1997 (s/p).

⁴⁴² TOMÉ VARELA DA SILVA, *Finasons di Nha Nácia Gomi*, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1985, p. 20.

⁴⁴³ BALTAZAR LOPES DA SILVA, *O folclore poético da ilha de Santiago*, op. cit., p. 44.

costumes consistiu na divulgação de géneros musicais de certo modo recalçados durante o período colonial, nomeadamente o Funaná.”⁴⁴⁴ O *funaná* não era bem aceite pelas autoridades civis e religiosas, referindo Emanuel Antero da Veiga que “*se um tocador estivesse a tocar e visse um padre, escondia-se porque era considerado pecado.*”⁴⁴⁵

O *funaná* é um género musical com canto, tocado e acompanhado tradicionalmente com gaita e ferrinhos, que Carlos Filipe Gonçalves define como “*um género de música e dança cabo-verdianas, característico da ilha de Santiago, com canto acompanhamento e solo por um acordeão e o ritmo é produzido pelo esfregar de uma faca numa barra de ferro.*”⁴⁴⁶

Após uma certa instabilidade, o *funaná* ganha, nos anos 80, nova expressão e valorização. Ligado a esta nova vitalidade do *funaná*, criou-se o grupo musical *Bulimundo*, liderado pelo músico *Katxas*, de nome Carlos Alberto Martins. Este grupo deu ao *funaná* um ritmo novo, introduzindo modernos instrumentos electrónicos, mas nunca perdendo de vista os seus traços tradicionais. É neste sentido que Carlos Gonçalves e Wladimir Monteiro, ambos jornalistas cabo-verdianos, consideram que o conjunto *Bulimundo* “*efectuou então um estudo dos ritmos e da estrutura melódica e de acordes do funaná que transportou para a execução com uma orquestra de instrumentos eléctricos.*”⁴⁴⁷ Gláucia Nogueira considera que “*a actuação do Bulimundo no festival Praia-80 foi, contudo, o gatilho para a eclosão do fenómeno funaná.*”⁴⁴⁸

O aperfeiçoamento deste género musical conferiu ao *funaná* um novo destaque, quer a nível nacional quer internacional. Uma das razões para este sucesso foi a presença e participação nesta modalidade de Norberto Tavares, Emanuel Maria Dias Fernandes, (Zeca de nha Reinalda), e do compositor Zézé di nha Reinalda e, mais tarde, do Grupo Ferro Gaita.

Em síntese, a música cabo-verdiana, de um modo geral, contribuiu para o reconhecimento e vitalidade da identidade, e isto deve-se também ao facto de que a maioria delas é expressa na língua cabo-verdiana. É através da música, uma das manifestações culturais de relativa importância, que os cabo-verdianos expressam os seus sentimentos de saudade, separação e, principalmente, dos revezes da vida quotidiana.

⁴⁴⁴ JOÃO LOPES FILHO, *Introdução à Cultura Cabo-Verdiana*, op. Cit., p. 272.

⁴⁴⁵ EMANUEL ANTERO DA VEIGA, *Badju Gaita na Ilha de Santiago: Seu historial, origem e desenvolvimento*, in *Voz di Povo* 14/08/1982, p. 7.

⁴⁴⁶ CARLOS FILIPE GONÇALVES, *Kab Verd Band*, op. cit., p. 59.

⁴⁴⁷ CARLOS GONÇALVES FILIPE & WLADIMIR MONTEIRO, *Cabo Verde, 30 anos de música: 1975- 2005*, in FILINTO ELÍSIO CORREIA E SILVA (COORD.), *Cabo Verde 30 Anos de Cultura*, Praia, INBL, 2005, p. 105.

⁴⁴⁸ GLÁUCIA NOGUEIRA, *25 Anos no palco e no disco*, in *Cultura: Revista de Estudos Caboverdianos*, Numero Especial, Praia, INIC, Setembro 2001, p. 176.

Como mencionou Luís Filipe Ramos, a música desempenha no panorama nacional cabo-verdiano um papel de extrema importância. Isto porque, se por um lado, no passado constituiu uma manifestação de resistência contra o regime colonial, por outro, é ainda hoje um dos veículos de divulgação da cultura cabo-verdiana ao resto do mundo.⁴⁴⁹ Manuel de Jesus Tavares considera que a música cabo-verdiana também “*acabou por constituir o principal veículo de transporte da cultura de Cabo Verde para fora do seu território.*”⁴⁵⁰

4.4. A gastronomia como expressão de cultura popular

Assim como a língua e a música cabo-verdiana, a gastronomia cumpre um papel de extrema importância na área da formação identitária do cabo-verdiano. Segundo Regina Schlüter, a gastronomia destaca-se como uma das manifestações culturais mais representativas de uma comunidade. Para esta autora, investigar as raízes culinárias de uma comunidade é procurar também entender a sua cultura, e este facto adquire uma importância cada vez maior. Neste sentido, um determinado prato e a forma de o preparar assume-se como símbolo da identidade de uma comunidade.⁴⁵¹ Para Policarpo Lopes, a gastronomia “*significa ainda a expressão de uma filiação e a pertença social, a produção de laço social e a participação no processo de produção-recomposição das identidades.*”⁴⁵²

A culinária cabo-verdiana é baseada em pratos típicos, confeccionados, sobretudo a partir do milho e do feijão, da batata-doce e da mandioca, que resultaram de uma progressiva adaptação ao clima. Conforme observa Óscar Soares Barata “*em Cabo Verde a população, (...) conheceu a partir de meados do século XVI a introdução do milho americano que nas ilhas, ao contrário do que se verificou na Baía, pôde sobrepor-se à mandioca como principal produto de consumo alimentar.*”⁴⁵³ Devido à configuração montanhosa e de natureza vulcânica das ilhas do arquipélago de Cabo Verde, a mandioca, a cana-de-açúcar o milho e o feijão constituem os ingredientes básicos na preparação dos pratos típicos cabo-verdianos. Deve reconhecer-se ainda que, devido à pobreza do solo, os cabo-verdianos fizeram proezas em transformar os escassos recursos alimentares numa gastronomia rica e que orgulha a cultura nacional.⁴⁵⁴ Segundo José Bacellar Bebiano “*quanto a produção agrícola, pouco se*

⁴⁴⁹ LUÍS FILIPE RAMOS, *A Música de Cabo Verde*, in *Voz de Povo*, 27 de Agosto 1977, p. 9.

⁴⁵⁰ MANUEL DE JESUS TAVARES, *Aspectos Evolutivos da Música Cabo-verdiana*, op. cit., p. 22.

⁴⁵¹ REGINA SCHLÜTER, *Gastronomia e Turismo*, São Paulo, Aleph, 2003, pp. 25-30.

⁴⁵² POLICARPO LOPES, *A Modernidade Alimentar: in(e)volução simbólica do acto alimentar*, Lisboa, Edições Colibri/CEOS, 2006, p. 8.

⁴⁵³ ÓSCAR SOARES BARATA, *O povoamento de Cabo Verde, Guiné e São Tomé*, op. cit., p. 927.

⁴⁵⁴ Cfr. MARIA TERESA LYON DE CASTRO, *Cozinha tradicional de Cabo Verde*, Lisboa: Publicações Europa-América, 2003, pp. 1-2.

modificou o panorama desde os primeiros povoadores são eles principalmente o milho, feijão, mandioca, batata-doce e pouco mais, e se destinam quase sempre à alimentação da população.”⁴⁵⁵

Isto não significa que a culinária cabo-verdiana não tenha recebido influências africanas e alguns hábitos da cozinha tradicional portuguesa, todavia, conservaram-se os traços essenciais, que marcam a gastronomia nacional. Como salienta Luís da Câmara Cascudo, historiador e antropólogo brasileiro, “*todos os grupos humanos têm uma fisionomia alimentar. Pode ampliar-se, mas conserva os traços essenciais característicos.*”⁴⁵⁶

Nesta perspectiva, conservaram-se os pratos tradicionais como a *cachupa* que é confeccionada a partir do milho, principal produto alimentar dos cabo-verdianos, desde a colonização. A *cachupa* constitui um elemento de identificação do povo de qualquer uma das ilhas podendo, igualmente, ser considerado um elemento estruturante da identidade cabo-verdiana.⁴⁵⁷ O *xerém* é também feito com milho, adicionando-se leite de coco, para lhe dar um sabor mais atractivo. Do milho, ainda é feita a conhecida *djagacida* (papa de farinha de milho cozido com feijão fava ou outros) e o *cuscuz*, pastel de farinha de milho, muito apreciado. Estes pratos são culturalmente reconhecidos pelos cabo-verdianos dentro e fora do país, e ainda por alguns que procuram Cabo Verde como destino turístico ou de residência. É neste sentido que a cultura e a gastronomia de qualquer *nação* ou comunidade, estão intimamente ligados.

Além dos pratos típicos cabo-verdianos, há também os pudins e doces feitos à base de leite, o doce de papaia e o doce de coco, o queijo de cabra, o café da ilha do Fogo e algumas frutas tropicais como a papaia, a manga e o coco, entre outras. Como bebidas, o vinho *manecon* do Fogo é uma referência, produzido nas encostas do vulcão, sobretudo na localidade de Chã das Caldeiras, e o *grogue*, uma bebida típica, produzida a partir da cana-de-açúcar, com elevado teor alcoólico, que é fabricado principalmente nas localidades mais rurais do interior da ilha de Santiago e de Santo Antão. Finalmente há o *ponche* e os licores, fabricados a partir de frutos tropicais.

A gastronomia apresenta-se com características próprias, feita de sabores originais, que especificam Cabo Verde no mundo e possibilitam o seu reconhecimento como um dos patrimónios culturais. Aliás, para as historiadoras Dolores Freixa e Guta Chaves, “a

⁴⁵⁵ JOSÉ BACELLAR BEBIANO, *Considerações sobre alguns problemas fundamentais de Cabo Verde*, op. cit., p. 149.

⁴⁵⁶ LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, *História da alimentação no Brasil*, (3ª ed.), São Paulo, Global, 2004, p. 373.

⁴⁵⁷ Entrevista a Lourenço Conceição Gomes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

gastronomia é um inventário patrimonial tão importante culturalmente quanto os museus, as festas, as danças e os templos religiosos.”⁴⁵⁸

Maria de Lourdes Chantre, gastrónoma e escritora cabo-verdiana, realça que a gastronomia cabo-verdiana é, na sua essência, uma das suas riquezas culturais, onde se podem encontrar os mais variados pratos típicos deste povo no meio do atlântico, que soube, a partir do que possuía, criar e inventar aquilo que, depois de alguns séculos, permaneceu intacto na memória dos cabo-verdianos, sem perder os traços tradicionais apesar das adaptações aos novos tempos.⁴⁵⁹

4.5. O casamento na dimensão tradicional

O casamento desempenha um papel de grande relevância na cultura, por encerrar valores que auxiliam na definição psico-social do arquipélago de Cabo Verde, não só pelo acto do sacramento em si, mas também pelas manifestações e rituais que marcam a vida matrimonial dos cabo-verdianos. Para Clifford Geertz, os rituais de casamento são “acontecimentos sociais” e culturais, por utilizarem formas simbólicas a partir da manutenção e reconstrução das tradições e costumes.⁴⁶⁰ Esta perspectiva em si possibilita enquadrar a ideia de que, em cada sociedade, existem formas e padrões culturais sob os quais se estruturam os casamentos.

O acto de casamento é um processo longo, cujo início é a aceitação do namoro, atravessando o noivado até à consumação efectiva do matrimónio. Diz-nos Thales de Azevedo que o casamento é uma instituição e “*a interpretação dos componentes éticos e estruturais dessa instituição é parte substancial da análise da organização social tanto de populações simples quando das complexas.*”⁴⁶¹ Desta afirmação destaca-se a ideia da importância simbólica que cada sociedade atribui ao casamento como uma instituição composta por etapas.

Em Cabo Verde, pela dinâmica e evolução social, o casamento sofreu modificações sistemáticas, mas sem se perderem em absoluto os traços tradicionais, principalmente os rituais subjacentes a este acto socio-cultural. Os rituais de casamento em Cabo Verde têm as suas especificidades no universo das sociedades cristãs. Arnold Van Gennep, etnógrafo francês, considera que o ritual do casamento é “*a passagem de um estado para outro em uma*

⁴⁵⁸ DOLORES FREIXA & GUTA CHAVES, *Gastronomia no Brasil e no Mundo*, São Paulo, Senac, 2008, p. 19.

⁴⁵⁹ MARIA DE LOURDES CHANTRE, *Cozinha de Cabo Verde*, (3ª ed.), Lisboa, Presença, 1993.

⁴⁶⁰ CLIFFORD GEERTZ, *A Interpretação das Culturas*, op. cit., p.68.

⁴⁶¹ THALES DE AZEVEDO, *O cotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclos de vida*, Recife, Massangana, 2004, p.

sociedade mágico-religiosa ou profana e realizada por meio de uma cerimónia que tem suas próprias particularidades.”⁴⁶²

O namoro constitui uma etapa do ritual de passagem para o casamento, de extrema importância para os cabo-verdianos. O sentido ou significado que os cabo-verdianos atribuem a este acto é o que o antropólogo brasileiro Thales de Azevedo lhe atribui, ou seja, o namoro “*permite ao casal a verificação de seus atributos físicos, dos seus símbolos de status, das suas intenções manifestas na persistência dos contactos e na acessibilidade à aproximação.*”⁴⁶³ O namoro nos meios mais tradicionais em Cabo Verde obedece a um conjunto de regras e exigências impostas, como: a forma correcta de se namorar, a distância que o homem e a mulher devem permanecer um do outro, e o respeito que o homem deve ter para com os pais da mulher.

Depois de um tempo de namoro, o futuro noivo envia aos pais da namorada uma carta, pedindo o seu consentimento para se casar com a filha. Esta carta é transportada por três pessoas de extrema confiança do pretendente, normalmente o pai, o padrinho e um amigo, ou, em certos casos, o pai acompanhado de duas pessoas com um determinado prestígio social. O noivado acontece precisamente no momento em que os pais aceitam o casamento, precisando, para isso, do consentimento da filha, sendo então marcada a data do matrimónio.

O noivado é a etapa mais próxima do casamento, no qual selam o compromisso, através de uma aliança como símbolo de um matrimónio que, em breve, se celebrará. Tradicionalmente, na ilha de Santiago, a mulher que estiver comprometida ou noiva usa na cabeça um cordão branco até à união efectiva, simbolizando este compromisso. Esta etapa é de extrema importância, por um lado, para o casal e toda a família, e por outro, para a comunidade à qual o casal pertence.

Após um período do noivado, é marcada a data do casamento, tornando-a pública perante a igreja e a sociedade, e começam os preparativos para a sua celebração e os respectivos festejos. As festas começam semanas antes da data marcada para o matrimónio, sendo que dois dias antes, os noivos se separam para só se verem no dia da cerimónia. Na família, os mais velhos preparam os noivos para a responsabilidade que vão assumir na vida conjugal. A organização dos festejos tem, tradicionalmente, lugar na casa dos pais da noiva, onde todos os familiares se reúnem para a preparação da cerimónia. Na sequência dos festejos, organiza-se o cortejo nupcial, e escolhe-se o lugar para a celebração da noite de núpcias.

⁴⁶² ARNOLD VAN GENNEP, *Os rituais de passagem*. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 32.

⁴⁶³ THALES DE AZEVEDO, *O cotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclos de vida*, op. cit., p. 108.

No dia do matrimónio, diz João Lopes Filho, os noivos, antes de partirem para a igreja, dirigem-se ao quarto dos respectivos pais, para que estes lhes perdoem todas as ofensas feitas. Este acto é feito de joelhos numa esteira, normalmente acompanhado por muita emoção. O perdão dos pais simboliza um acto de segurança para os noivos, e, em consonância com este acto, os pais formulam votos de felicidades e bênçãos para o futuro do casal. Terminado este ritual, os noivos dirigem-se para a igreja para as solenidades religiosas.⁴⁶⁴

Na igreja, é feita a entrega da noiva ao noivo, seguindo-se a bênção concedida pelo dirigente religioso deste matrimónio, sob os rituais da tradição cristã. Em seguida, lançam-se foguetes, simbolizando o início dos festejos, e dá-se início ao banquete, composto principalmente por pratos tradicionais cabo-verdianos. Não havendo condições financeiras para viajar para outra ilha ou comunidade, os familiares mais íntimos encarregam-se de preparar a cama onde os cônjuges dormirão na noite do casamento. Mais tarde, antes de o casal entrar na sua futura casa, é tradicionalmente abençoado pelos respectivos pais.

De uma maneira geral, estes são alguns dos rituais que caracterizam o casamento tradicional em Cabo Verde. No entanto, alguns elementos diferem de ilha para ilha, em consonância com hábitos e costumes adquiridos no decorrer do povoamento, uma vez que as ilhas em Cabo Verde não foram todas povoadas da mesma forma. Os rituais do casamento tradicional em Cabo Verde conservaram-se, apesar de modificações sistemáticas em quase todas as ilhas do arquipélago, principalmente no que se refere aos rituais religiosos.

4.6. A religiosidade: crenças e valores

Como herança da colonização, Cabo Verde professa a religião cristã, e a maioria da população professa a sua religião através da Igreja Católica, em harmonia com as suas crenças e valores. Com o povoamento do arquipélago de Cabo Verde, chegou também a Igreja Católica com a sua doutrina, a qual, num processo rápido, se expandiu a todo o território. A este respeito, Zelinda Cohen, historiadora cabo-verdiana, considera que *“o poder régio, que se expressa e consolida pela e na acção de seus funcionários e agentes, é hegemónico mas não exclusivo. E ele estão associados outras entidades próprias do Estado Português ou então que, não obstante o transcender (é o caso da Igreja católica), nele participam como elemento integrador.”*⁴⁶⁵ António Carreira afirma que, com o esforço dos representantes da Igreja, se consuma a cristianização da população de todas as ilhas. Os frutos desta acção

⁴⁶⁴ JOÃO LOPES FILHO, *Cabo Verde: Retalhos do quotidiano*, op. cit., p. 50.

⁴⁶⁵ ZELINDA COHEN, *Os Filhos da Folha: Cabo Verde – séculos XV-XVIII*, Praia, Spleen, 2007, p. 31.

começaram a sentir-se a partir de 1500, tendo-se irradiado as crenças e os valores cristãos, que passaram de geração em geração. Sublinha ainda que, mesmo os escravos foram cristianizados, o que se deveu ao facto do “*desaparecimento (ou a atenuação), no meio, de muitos costumes e comportamentos de feição africana.*”⁴⁶⁶

Em relação aos princípios do cristianismo que a Igreja Católica transportou consigo e expandiu no ocidente, Mireille Baumgartner dá testemunho do que foi conseguido:

*“Civilizou o Ocidente e deu a povos diferentes, inseridos nas paróquias, uma mentalidade comum, um património cultural e artístico, e valores que persistem a toda a vida: a dimensão espiritual e religiosa da existência, uma ética de luta contra o mal a partir dos critérios evangélicos, a igual dignidade de todos os homens perante Deus, a renúncia a si para o serviço do próximo e o acolhimento dos mais desvalidos, o sentido comunitário e uma abertura cultural a partir da Sagrada Escritura.”*⁴⁶⁷

A Igreja Católica, segundo João Lopes Filho, assume-se como a primeira instituição de relevância no arquipélago de Cabo Verde, com uma base moral, sob a qual se estrutura a sociedade cabo-verdiana, “*visto ser na Igreja que assentavam as bases de toda a ordem moral e social da época.*”⁴⁶⁸ Em consideração à identidade nacional cabo-verdiana, o sociólogo cabo-verdiano Gabriel Fernandes salienta que a Igreja Católica foi a força estruturante no arquipélago que, desde o início da colonização, se envolveu na difusão dos valores ocidentais.⁴⁶⁹

A crença, para João Lopes Filho, pode ser definida, no campo religioso, como a fé que a pessoa e/ou a comunidade deposita na religião, bem como noutros campos que não sejam o religioso, ou seja, a crença pode ter tanto o carácter religioso como o profano, os quais se misturam frequentemente. Neste âmbito, o autor refere-se à cerimónia do baptismo, na qual a criança é levada ao colo até à Igreja pela *contra-madrinha* - a madrinha da porta da igreja - e entregue à verdadeira madrinha, ultimando-se, assim, a cerimónia com uma festa de júbilo de que fazem parte os familiares, amigos e convidados da família.⁴⁷⁰

Em relação às festas de santos e romarias, torna-se necessário compreender que as romarias e as devoções aos santos marcaram séculos, envolvendo crenças tradicionais ao poder do santo na cura de enfermidades e bênção à vida quotidiana dos cabo-verdianos. Estas festas foram, e ainda são, uma perfeita sincronização de traços religiosos tradicionais

⁴⁶⁶ ANTÓNIO CARREIRA, *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)*, op. cit., p. 429.

⁴⁶⁷ MIREILLE BAUMGARTNER, *A Igreja no Ocidente. Das Origens às Reformas do Século XVI*, Lisboa, Edições 70, 2001, pp. 267-268.

⁴⁶⁸ JOÃO LOPES FILHO, *Ilha de São Nicolau. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, (Vol. 2), Cabo Verde, Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1996, p. 180.

⁴⁶⁹ GABRIEL FERNANDES, *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*, Florianópolis, UFSC, 2002, p. 11.

⁴⁷⁰ Idem, pp. 35-36.

portugueses e africanos, que, na opinião de Moacyr Rodrigues, não tardaram a ser assimilados pelos cabo-verdianos.⁴⁷¹ Segundo Carlos Felipe Gonçalves, são festas celebradas em todas as ilhas, de acordo com o calendário religioso, cuja característica comum, é o facto de, além de terem claramente uma base religiosa, revelarem também o lado profano, ou seja, popular. É de referir que todas estas festividades patenteiam uma mistura de raízes tradicionais europeias e africanas, principalmente no que diz respeito a procissões, ritmos das danças e os instrumentos utilizados.⁴⁷²

Estas festas, independentemente do carácter religioso ou profano, constituem essencialmente uma ocasião de confraternização e de solidariedade entre pessoas das várias regiões do arquipélago e dos devotos nas diásporas, constituindo uma oportunidade de conhecer, conviver e reencontrar amigos numa teia de relações amistosas, como sustenta João Lopes Filho.⁴⁷³ Com uma atenção assente no campo religioso, refere o poeta e escritor cabo-verdiano Nuno de Miranda, estas festas começam com as missas e procissões, e no seu decorrer, pagam-se promessas assentes num conjunto de rituais como: a reza do terço, oferendas ao santo, desde dinheiro a outros produtos, o circundar do santuário, o beijo na imagem do santo, o acender velas, pedindo que isto os ajude na cura de doenças, num ano de boa colheita e, principalmente, na protecção dos entes queridos.⁴⁷⁴

Por detrás destas devoções aos santos está o facto de que, em algumas comunidades, como refere o antropólogo brasileiro Eduardo Galvão “*acredita-se firmemente que, se o povo não cumprir com sua obrigação ao santo, isto é, festejá-lo na época apropriada, ele abandonará a protecção que dispensa. Aqueles que custeiam as despesas das festas têm a convicção que o santo retribuirá esse sacrifício.*”⁴⁷⁵

Das diversas festas religiosas circunscritas no território nacional cabo-verdiano, destacam-se algumas pelo carácter incontornável de grandiosidade no seio da comunidade, como é o caso de: São Filipe na ilha do Fogo; Santa Cruz e de Santo António na ilha de Santiago; São João Baptista na maioria das ilhas, mas principalmente nas ilhas da Brava, de S. Antão e de S. Nicolau. Estas festas têm as suas especificidades, de acordo com as ilhas onde são celebradas, no entanto, todas acarretam os mesmos traços religiosos que estruturam as festas de santos e romarias.

⁴⁷¹ MOACYR RODRIGUES, *Cabo Verde, Festas de Romaria, Festas Juninas*, Mindelo, Autor, 1997, p. 32.

⁴⁷² CARLOS FILIPE GONÇALVES, *Kab Verd Band*, op. cit., p. 35.

⁴⁷³ JOÃO LOPES FILHO, *Cabo Verde: Retalhos do quotidiano*, op. cit., p. 88.

⁴⁷⁴ NUNO DE MIRANDA, *Compreensão de Cabo Verde*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1963, pp. 51-53.

⁴⁷⁵ EDUARDO GALVÃO, *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*, (2ª ed.), São Paulo, Companhia Editora Nacional 1976, pp. 29-31.

Ao longo do século XIX, para além da Igreja Católica, assiste-se a uma proliferação de outras igrejas, algumas de índole cristã, outras não. Em relação às cristãs, instalaram-se em Cabo Verde, por ordem de datas, as seguintes: Igreja do Nazareno, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Igreja Pentecostal “Deus é Amor”, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Nova Apostólica, Igreja Assembleia de Deus e a Igreja das Testemunhas de Jeová, perfazendo um total de nove igrejas. Quanto a religiões não cristãs, surgiram o *Bahá’i* e o islamismo. No entanto, a Igreja Católica reúne o maior número de fiéis, devido à sua história com o passado de colonização.

4.7. Os rituais de nascimento e de morte

Em Cabo Verde, ligadas à religião existem as crenças como as orações fúnebres e os ritos funerários, entre outros.⁴⁷⁶ Podemos observar que são inúmeras as crenças e valores religiosos que se coadunam na prática social dos cabo-verdianos. Além dos já apontados por João Lopes Filho, temos: o nascimento e o baptismo, as festas de santos, romarias e casamentos. O efeito da religião é a consagração, estruturando um sistema de apresentações e práticas religiosas, capazes de fazer parte das relações sociais e económicas vigentes.⁴⁷⁷

Nesta perspectiva, procura-se compreender algumas das crenças e valores estruturados pelo sistema de práticas religiosas em Cabo Verde, no sentido de discernir a base da relação que se estabelece entre certos rituais e a aplicação de valores religiosos adquiridos, num contexto onde a Igreja Católica se assume como uma das instituições mais perseverantes na transmissão dos valores sociais, como admitem os autores acima citados.

Reportando-nos ao caso do nascimento e do baptismo, estes actos têm um significado peculiar na cultura cabo-verdiana, uma vez que, segundo João Lopes Filho, a criança recém-nascida é submetida a vários ritos, começando no dia do nascimento, onde é banhada em ervas aromáticas pela parteira. Em seguida, para que a criança esteja em perfeitas condições de saúde, além de ser submetida a este banho de ervas, necessita de ser acompanhada pela família, vizinhos e amigos durante sete dias, numa preocupação de a proteger dos maus olhares e das ditas bruxas, sendo esta cerimónia conhecida por *guarda cabeça* ou *noite de Sete*, a que, em algumas ocasiões especiais, são adicionadas certas orações.

Além destes rituais, também se realiza o baptismo da criança, alguns meses depois do nascimento, sendo este acto visto, dentro das tradições da Igreja Católica, como o sacramento,

⁴⁷⁶ JOÃO LOPES FILHO, *Cabo Verde: Subsídios para um Levantamento Cultural*, op. cit., pp. 25-27.

⁴⁷⁷ Cfr. PIERRE BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, (5ª ed.), São Paulo, Perspectiva, 1999, p. 46.

cuja principal preocupação é curar a criança de algumas doenças nos primeiros meses da vida e, essencialmente, livrá-la de cair no limbo, isto porque, tradicionalmente, a criança que morrer sem ser baptizada é considerada pagã, e irá directamente para o limbo.⁴⁷⁸

A morte em Cabo Verde é socialmente encarada com todo o respeito e solidariedade. José Barros de Oliveira, psicólogo, esclarece-nos que a palavra morte “*não tem apenas conotações cognitivas, mas afectivas, atitudinais, comportamentais e ainda orgânicas ou fisiológicas.*”⁴⁷⁹ Neste sentido, sustenta a antropóloga Maria Clara Saraiva que “*a morte suscita, em todas as sociedades, reacções e sentimentos variados e ambíguos, que vão da angústia e medo da própria morte à atracção pelo fascínio do desconhecido, da dor à agressão e ao horror pelo cadáver em decomposição, do medo do retomo do espírito do defunto ao desejo de que este, transformado em antepassado, proteja os seus descendentes.*”⁴⁸⁰

Segundo a historiadora Maria Emília Santos, os rituais e as cerimónias fúnebres entraram em Cabo Verde ainda nos meados do século XIX, apresentando uma harmonia entre os traços africanos e europeus.⁴⁸¹ Reforça Maria Clara Saraiva que “*deste modo, o complexo funerário cabo-verdiano engloba rituais e tradições de influência nitidamente europeia – nomeadamente portuguesa – e elementos da cultura africana que neste arquipélago se entrecruzam e dos quais resultam configurações materiais e simbólicas extremamente originais.*”⁴⁸²

Em Cabo Verde, a morte envolve um conjunto de rituais desde a preparação do defunto até à cerimónia final que coincide com o luto e o apaziguamento das almas. Identificar e compreender estes rituais ajuda também a compreender a cultura cabo-verdiana e, de certa forma, compreender as manifestações marcantes do quotidiano deste arquipélago. Carlos Alberto Machado, escritor, salienta que o ritual funerário envolve desde o “*acompanhamento na agonia, os prantos, a lavagem e o arranjo do corpo, a velada nocturna, o cortejo, o enterro, o luto e a dor, o apaziguamento das almas - este conjunto de actos rituais, permite perceber o envolvimento social de um dado grupo com a morte.*”⁴⁸³

⁴⁷⁸ JOÃO LOPES FILHO, *Cabo Verde: Retalhos do quotidiano*, op. cit., pp. 29-34.

⁴⁷⁹ JOSÉ BARROS DE OLIVEIRA, *Viver a Morte: Abordagem Antropológica e Psicológica*, Coimbra, Almedina, 1998, p. 186.

⁴⁸⁰ MARIA CLARA SARAIVA, *Rituais Funerários em Cabo Verde: Permanência e inovação*, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Nº 12, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 121.

⁴⁸¹ MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS, (COORD.), *História Geral de Cabo Verde*, (Vol. 2), Praia/Lisboa, ICT/INC, 1995, p. 503.

⁴⁸² MARIA CLARA SARAIVA, *Rituais Funerários em Cabo Verde: Permanência e inovação* op. cit., p. 122.

⁴⁸³ CARLOS ALBERTO MACHADO, *Cuidar dos Mortos*, Sintra, Instituto de Sintra, 1999, p. 9.

Os rituais diversificam-se consoante uma morte é considerada normal ou não, sendo esta distinção feita principalmente quando se trata da morte de um jovem ou de um idoso. Não obstante, a morte normal em Cabo Verde é a “morte de cama”, isto é, quando a pessoa se encontra doente numa cama à espera dos seus últimos dias. Nesta fase, há todo o ritual no sentido de preparar para que a morte aconteça da forma menos dolorosa possível, e que o moribundo seja preparado para um descanso em paz no eterno.

Arlindo Mendes, antropólogo cabo-verdiano, considera que quando uma pessoa “cai na cama”, sobretudo, quando se trata de um idoso, cujas possibilidades de sobrevivência são remotas *“os parentes e amigos são avisados também através das tradicionais chamadas. A expressão mais frequentemente utilizada é que o fulano de tal sta ta kexa [o Fulano de tal queixa-se]. Nestas circunstâncias, os parentes próximos e os vizinhos reúnem-se todas as noites para acompanhar o moribundo e rezar com ele.”*⁴⁸⁴

O ritual de visitar o moribundo é marcado pela ideia de reconhecer os seus pecados e pedir perdão, para que o descanso seja eterno e a sua alma não volte para o seio dos vivos. Este momento é de perdão mútuo, pois a pessoa que visita o moribundo, pede também perdão por ofensas feitas. João Lopes Filho, relatando o caso da ilha de São Nicolau, diz o seguinte:

*“Reúnem-se, então, todos à volta do leito e cada elemento pede, individualmente, perdão ao moribundo por quaisquer ofensas anteriores e concedem-no também a ele. Se o moribundo estiver inconsciente, dirigem-se-lhe nos seguintes termos: Fulano, se algum dia te fiz algum mal ou se te ofendi em qualquer coisa, peço-te perdão pela face de Cristo e peço-te que recebas o meu perdão também. Se não consegue falar com a boca fá-lo com o coração.”*⁴⁸⁵

Teófilo Braga, escritor e ensaísta português, reconhece que este acto ocorre igualmente na tradição portuguesa, e o seu sentido implícito é que *“as almas do outro mundo, se ficam devendo alguma coisa nesta, e lho não perdoam à hora da morte, tem que vir entre os vivos para o ganharem.”*⁴⁸⁶ Um outro elemento importante neste ritual é que, normalmente, os familiares do moribundo chamam sacerdotes para ungir e orarem pelo mesmo, perdoando os seus pecados. Refere Arlindo Mendes que *“se o agonizante for católico, os familiares mandam chamar o sacerdote para administrar-lhe últimos sacramentos. Através da extrema-*

⁴⁸⁴ ARLINDO MENDES, *Viver a Morte em Santiago: Uma Abordagem Etnográfica*, Praia, Instituto de Investigação e do Património Culturais, 2012, p. 62.

⁴⁸⁵ JOÃO LOPES FILHO, *Cabo Verde: Retalhos do quotidiano*, op. cit., p. 64.

⁴⁸⁶ TEÓFILO BRAGA, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, (Vol. 1), Lisboa, Publicações D. Quixote, 1985, p. 175.

unção, o sacerdote ungia o moribundo nos órgãos dos cinco sentidos: olhos, orelhas, mãos, pés e boca, preparando-o para o encontro com Deus.”⁴⁸⁷

Logo após se verificar a morte do paciente, e antes de se iniciarem os “prantos e gritos”, procede-se ao ritual de arranjo do corpo, que consiste em lavá-lo, vesti-lo e deitá-lo na cama. Arlindo Mendes, antropólogo cabo-verdiano, considera que “*o arranjo do corpo é um acto pelo qual se procura dar ao cadáver um tratamento adequado de modo a poder permanecer insepulto durante um período de, pelo menos, 24 horas, tempo durante o qual pode aguentar, em circunstâncias normais, sem que o processo de decomposição contribua para incomodar os vivos.*”⁴⁸⁸

Depois surgem os primeiros gritos de desespero, com a finalidade de reunir familiares, amigos e vizinhos, que aparecem em acto de solidariedade em prantos pelo amigo, pelo membro da família, enfim, pelos laços que os unia ao defunto. O conhecido *tchôro*, em português pranto ou choro, tem um significado especial nos rituais de morte dos entes queridos, pois reveste-se de um simbolismo próprio, em todo o complexo fúnebre cabo-verdiano.⁴⁸⁹

Após a preparação do corpo e dos rituais que envolvem esta preparação, acontece aquilo a que Maria Clara Saraiva descreve como vigília nocturna, ou seja, “*após a morte o corpo é lavado, vestido e deitado na cama, onde permanece durante o velório (denominado transnôta em Santiago), que pode englobar ou não uma noite de vigília junto ao defunto, dependendo da hora da morte. Se esta tem lugar de madrugada ou às primeiras horas da manhã o corpo é normalmente sepultado no próprio dia, da parte da tarde.*”⁴⁹⁰

Na sequência da preparação do defunto, também é preparado o caixão, que é normalmente de cor preta para os adultos e azul para crianças. Este é colocado em cima de duas cadeiras na sala da casa com as velas ao redor. O choro aumenta de tom à medida que se aproxima a hora do funeral. *A casa, para o velório e rituais de acompanhamento do cadáver até à sua saída, enche-se de visitantes, familiares, vizinhos e amigos que vêm prestar as últimas homenagens ao defunto.*”⁴⁹¹

O funeral inicia-se com o ritual de prantos, quando o defunto deixa o lar para a sua última morada. No caso de o defunto ser religioso, é levado à igreja, para que aí se realize a

⁴⁸⁷ ARLINDO MENDES, *Viver a Morte em Santiago: Uma Abordagem Etnográfica*, op. cit., p. 64.

⁴⁸⁸ Idem, p. 68.

⁴⁸⁹ Cfr. CLARICE SILVA MONTEIRO, *Literatura e folclore da Ilha do Fogo*, in *Boletim Geral das Colônias*, Ano 25, N° 292, 1949, p. 50.

⁴⁹⁰ Cfr. MARIA CLARA SARAIVA, *Rituais Funerários em Cabo Verde: Permanência e inovação* op. cit., p. 123.

⁴⁹¹ Idem, p. 123

cerimónia da última despedida, caso contrário é levado directamente para a sepultura. Na igreja, faz-se a “encomendação da alma”, sendo o caixão colocado em frente do altar, onde o sacerdote pede ao Altíssimo o perdão para os seus pecados e um descanso eterno e em paz. Após o ritual religioso, segundo Maria Clara Saraiva:

*“O cortejo é retomado e, à chegada ao cemitério, recomeçam os prantos que se generalizam à totalidade dos participantes, já que toda a gente chora os seus mortos e se desloca até junto às campas dos familiares para estar mais perto deles. Gera-se no cemitério um clima de tchôro colectivo, contagiante, em que muitas vezes há um unísono de lamentos femininos, dirigidos a uma constelação de defuntos provenientes de diferentes famílias. Os brados e choros mais vibrantes vêm dos parentes femininos mais próximos do defunto, viúva e filhas.”*⁴⁹²

O ritual, envolvendo o acompanhamento do defunto até à sepultura, é melancólico, o caixão é colocado na cova e os presentes atiram terra sobre o caixão, simbolizando o desejo de um descanso eterno. Teófilo Braga considera que “quando se vai acompanhar um defunto, para ele não lembrar mais, ou alma dele não aparecer, deitar-se-lhe na cova uma mão cheia de terra.”⁴⁹³ O terminar desta etapa culmina com o regresso dos familiares, vizinhos e amigos do defunto à casa enlutada, onde os familiares recebem pêsames pela perda do ente querido.

Neste período, começa a “esteira”, ou seja, o período de luto. Para Nuno de Miranda, a “esteira” é uma espécie de altar armado no espaço mais cómodo da casa, durante sete dias, onde os familiares, desobrigados de todos os deveres de trabalho, podem receber as visitas de pêsames de pessoas que foram amigos do defunto durante a sua vida. À noite juntam-se à família enlutada vizinhos e amigos, com o intuito de interceder pelo descanso em paz do defunto, entoando orações ou rezas de terços.⁴⁹⁴ O luto, o estar de luto, ou carregar o luto, é assinalado por Carlos Alberto Machado como:

*“Socialmente a situação do conjunto daqueles (doridos, enojados) que perderam um dos seus familiares. Designa também o conjunto de estados efectivos que os enlutados vivem, aquilo que os psicanalistas chamam o trabalho do luto, no decurso do qual, por etapas sucessivas, os sujeitos acabam por ultrapassar a depressão e reencontram o gosto pela vida. Esta situação é marcada por sinais exteriores, socialmente prescritos e como tal reconhecidos.”*⁴⁹⁵

O período de “esteira”, que se estende pelo período de sete dias, é acompanhado com festas e alimentação para todos presentes, ou seja, “em torno do altar e da esteira sentam-se os familiares e visitantes. No exterior e em torno da cozinha estão vários panelões a

⁴⁹² MARIA CLARA SARAIVA, *Rituais Funerários em Cabo Verde: Permanência e inovação* op. cit., p. 129.

⁴⁹³ TEÓFILO BRAGA, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, op. cit., p. 175.

⁴⁹⁴ NUNO DE MIRANDA, *Compreensão de Cabo Verde*, op. cit., p. 57.

⁴⁹⁵ CARLOS ALBERTO MACHADO, *Cuidar dos Mortos* op. cit., p. 24

cozinhar; a mesa está posta e pronta a receber os visitantes.”⁴⁹⁶ O término da “esteira” é no final do sétimo dia, onde de manhã, familiares, amigos e outros se dirigem à Igreja em memória do falecido para a celebração da *missa do sétimo dia*. Depois da celebração, dirigem-se ao cemitério para chorar e rezar, aproveitando para deixar flores e outros acessórios de recordação, regressando de seguida à casa, sendo-lhes servido uma refeição.

A importância que os cabo-verdianos atribuem ao fenómeno da morte é expressa através dos rituais fúnebres, que envolvem um conjunto de procedimentos sistematizados e enraizados no quotidiano deste arquipélago, moldando a sua cultura e representando especificidades no conjunto dos demais elementos identitários. António Ribeiro dos Santos observa que o culto aos familiares mortos “*transporta os cidadãos para a vida sensitiva ou afectiva, mais forte do que a sua vida cognitiva ou intelectual, a que se associam as suas tradições, repetidas durante séculos, num atavismo ‘religioso’, onde o sagrado e o profano se misturam sem reflexão.*”⁴⁹⁷ Os cabo-verdianos souberam criar, com base numa cultura secular e influências da colonização, formas específicas de encarar o dia-a-dia, dando significados às suas manifestações culturais, e criando símbolos e representações sociais.

4.8. Sementeira e rituais sincréticos

No início do povoamento, o projecto da coroa portuguesa era o de povoar o arquipélago de Cabo Verde exclusivamente com brancos, o que não chegou a concretizar-se, devido a diversos factores, entre os quais se destaca a impossibilidade de cultivo das plantas de que provinham os alimentos que os europeus estavam habituados a consumir, devido ao clima árido e seco do arquipélago. A partir do momento em que os cabo-verdianos sentiram que era vital cultivar para poderem subsistir, num arquipélago quase sem recursos naturais e um clima desfavorável, recorreram à agricultura de sequeiro. O cabo-verdiano é, segundo José Maria Semedo, “*um povo descendente de aventureiros, de escravos e de degredados, que se ligou às terras áridas e dispersas, e a todo o custo quer cultivá-las. Em cada geração, novos desafios se põem a esta gente para garantir a sua permanência neste arquipélago flagelado pela desertificação.*”⁴⁹⁸

⁴⁹⁶ MARIA CLARA SARAIVA, *Rituais Funerários em Cabo Verde: Permanência e inovação*, op. cit., p. 131.

⁴⁹⁷ ANTÓNIO PEDRO RIBEIRO DOS SANTOS, *As Metamorfozes do Estado: Rumo à Mega-Confederação Europeia?* op. cit., p. 285.

⁴⁹⁸ JOSÉ MARIA SEMEDO, *Um Arquipélago Do Sahel*, in JOSÉ MARIA ALMEIDA, (DIR.), *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1998, p. 41.

Em Cabo Verde existe uma época específica para a agricultura de sequeiro, que decorre normalmente num período de três meses (Agosto a Outubro). Este período é denominado de *azáguas*⁴⁹⁹, em que se pratica a conhecida sementeira, de nove em nove meses. De facto, diz-nos Manuel Veiga, referindo-se ao arquipélago “*o seu clima é tropical seco. Sem recursos naturais, é extremamente carente e pobre (...) a chuva é uma raridade e quando acontece é apenas de nove em nove meses, de forma insuficiente e irregular.*”⁵⁰⁰ Os cabo-verdianos semeiam a terra na expectativa da vinda da chuva, porém, a queda desta nem sempre acompanha os ciclos de crescimento das plantas, defraudando sucessivamente os anseios de uma boa colheita. As tradições também se reportam a muitas formas e hábitos de vida em Cabo Verde, desde uma relação muito próxima entre as pessoas, um espírito solidário, que muitas vezes se manifesta em momentos comemorativos e simbólicos, tais como nos trabalhos agrícolas.⁵⁰¹

Praticar a sementeira em Cabo Verde, envolve um conjunto de rituais ligados a crenças e valores incorporados no quotidiano deste povo, principalmente das pessoas do meio rural. Desde a preparação do terreno até ao período da colheita, amigos, vizinhos e familiares, numa atitude de solidariedade, juntam-se para a prática da sementeira, sendo este acto denominado entre os cabo-verdianos de *djunta môn*.⁵⁰²

A sementeira é constituída pelas seguintes etapas: preparação do terreno; abertura das covas e lançamento dos grãos; monda e, por último, a colheita. No decorrer destas tarefas, as famílias a quem o terreno pertence, oferecem, durante o período da sementeira, o café, o almoço e o jantar, sendo este último para trabalhadores de localidades mais distantes. Mas o importante é que, numa sementeira, as duas primeiras refeições não podem faltar, o que demonstra um sentimento de solidariedade para com o próximo.

A preparação do terreno inicia-se nos finais de Junho ou início de Julho, e consiste em limpar o terreno, retirando os arbustos e cascalhos, que porventura possam dificultar o manuseamento dos materiais utilizados na prática da sementeira. Depois de o terreno estar trabalhado e limpo, passa-se à segunda etapa que se caracteriza pela abertura de covas e lançamento de grãos. Abrir a cova pode ou não acontecer antes das primeiras chuvas, mas é habitual que isto aconteça na sequência destas.

⁴⁹⁹ Nome denominado a um período de abundância de água ou de chuva constante.

⁵⁰⁰ MANUEL VEIGA, (COORD.), *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*, Paris, Karthala, 1998, p. 47.

⁵⁰¹ Entrevista a Lourenço Conceição Gomes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁵⁰² Acto em que as pessoas juntam-se para a prática da sementeira, já que normalmente é um trabalho muito duro e que precisa de pessoas em quantidade para o praticar, ou seja, de forma resumida é a ajuda mútua entre as pessoas.

A cova, com 3 a 8 cm de profundidade é feita manualmente com uma *enxada*⁵⁰³ num compasso de aproximadamente 70 cm. A tarefa de abrir as covas cabe normalmente aos homens, e o lançar dos grãos às mulheres. Após as covas estarem abertas, as mulheres lançam os grãos, quatro de milho e duas de cada tipo de feijão que houver disponível para a sementeira e, simultaneamente enterram-nos ficando devidamente semeados. Quando tudo está pronto, as famílias crentes rezam, pedindo a Deus protecção e bênção sobre a sementeira, pois tudo isto é feito com muita fé. Aliás, Manuel Veiga considera que, se não fosse desta forma, o cabo-verdiano “*se calhar não resistiria tanto à natureza madrasta, às agruras da seca e da fome.*”⁵⁰⁴

Para encerrar a etapa de abrir as covas e lançar os grãos, existe um ritual muito importante que marca o desfecho do ano agrícola e dos possíveis resultados a alcançar: é o período de proteger as sementes e as folhagens recém-nascidas, dos ataques dos corvos e das galinhas do mato. Este trabalho é feito principalmente pelas crianças da família que ficam, de manhã à noite, a entoar coros, fazendo barulhos para espantar os animais que se aproximam das plantações. Para Manuel Lopes, quem faz este trabalho “*geralmente é um rapazinho, com meia dúzia de anos, levando um surrão ou sarraia com alguma batata-doce assada, camoca ou cachupa fria e uma vasilha de leite.*”⁵⁰⁵ A criança responsável por esta tarefa deve ficar em constante alerta, tocando numa lata com uma pedra, cantando e fazendo barulho, para alvoroçar estes animais.

Aproximadamente quinze a vinte dias antes de nascerem as plantas, tem lugar a terceira etapa da sementeira, que é designada por *monda*. Esta tarefa consiste em remover com uma *enxada* as ervas consideradas prejudiciais que crescem juntamente com estas plantas.

No espaço de um ano, esta tarefa pode repetir-se duas ou três vezes, até a planta do milho alcançar uma altura de aproximadamente 40 cm. Dependendo da pluviosidade e das pragas que atingem as plantas, o ano pode ou não ser considerado de boa sementeira. No entanto, qualquer que for o resultado da produção, no dia 1 de Novembro, *dia de todos os santos*, tem lugar um ritual de acção de graças a Deus e aos santos, que é acompanhado por uma refeição com feijão e milho, preparados de diferentes formas tradicionais.

A última etapa é a da colheita, feita quando os grãos atingem uma certa altura, a partir dos quais é possível confeccionar alguns pratos para o sustento da família. No caso de se

⁵⁰³ Material utiliza na abertura das covas, feita de ferro com ponta aguda, e a ponta é recta quando se utiliza na monda, para que seja possível o seu manuseamento tanto para perfuração do terreno como para a monda é lhe colocada um cabo de madeira de pelo menos 150 cm.

⁵⁰⁴ MANUEL VEIGA, (COORD.), *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*, op. cit., p. 52.

⁵⁰⁵ MANUEL LOPES, *Os Flagelados do Vento Leste*, São Paulo, Ática, 1979, p. 98.

verificar uma produção abundante, as famílias dependem exclusivamente dela para o sustento do ano todo, e mesmo os que não dependam em absoluto desta produção, recolhem os excedentes, guardando-os para os nove meses do ano em que não chove. Após recolher todos os excedentes, procede-se à *poda*, ou seja, ao corte das plantas, que vão servir de pasto para os animais.

Capítulo 5 – A Afirmação da Identidade Nacional pela Elite Cultural

5.1. A formação da *elite cultural* como factor de identidade

A emergência da *elite cultural* cabo-verdiana encontra-se relacionada com o papel que, ao longo da história, a educação desempenhou no arquipélago. Segundo Maria da Luz Ramos, a educação escolar em Cabo Verde tem assumido um assinalável papel ao longo da sua história como país, “*chegando, em alguns casos, a ser um importante recurso económico quer em termos individuais e pessoais, quer ao nível do próprio país.*”⁵⁰⁶ Por seu turno, Gabriel Fernandes é da opinião que a educação “*foi perspectivada como arma, por excelência, de um verdadeiro percurso emancipatório dos filhos da terra, seja em termos políticos, vislumbrando-se o pleno exercício de cidadania, seja em termos económicos, como base de ascensão social dos residentes.*”⁵⁰⁷ Nas diásporas, a escolarização proporciona uma maior facilidade de inserção socioprofissional nos países de acolhimento.

Baltazar Neves, historiador cabo-verdiano, reconhecendo a importância que a educação teve para o arquipélago de Cabo Verde, e a Igreja Católica como a sua promotora, afirma que “*a educação católica exerceu um papel de primordial importância a nível religioso, político e sociocultural com reconhecimento meritório a nível da educação e do ensino, tudo com intenção de produzir um cristão ‘modelado’, segundo a máxima: aprende-se a ler e escrever, termina-se cristão.*”⁵⁰⁸ Surgem, então, a partir dos pressupostos e finalidades da igreja “*os esforços da Metrópole para ‘escolarizar’ os nativos em todos os domínios da coroa portuguesa em África.*”⁵⁰⁹ A presença da Igreja Católica em Cabo Verde teve um papel preponderante, sobretudo na forma como assumiu a educação. Os Seminários de São Nicolau, São Vicente e Praia prestaram um importante contributo na formação dos jovens.⁵¹⁰

No prefácio da obra “*Folclore Caboverdiano*” de Pedro Cardoso, Alfredo Margarido data o ano de 1595 como o início da implementação do ensino em Cabo Verde. Faz saber que “*já em 1595 as autoridades portuguesas procuram dar uma base mínima ao ensino no arquipélago (...) exclusivamente consagrado à formação do clero, tão necessário no*

⁵⁰⁶ MARIA DA LUZ RAMOS, *O fenómeno elitista em Cabo Verde: o papel da educação escolar*, in *Progress: 1º Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*, Praia, CEAs, 2011, p. 12.

⁵⁰⁷ GABRIEL FERNANDES, *Em busca da Nação: Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Florianópolis, Brasil, UFSC, 2006, p. 109.

⁵⁰⁸ BALTAZAR SOARES NEVES, *O Seminário-Liceu de S. Nicolau: Contributo para a História do Ensino em Cabo Verde*, (1ª ed.), Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2008, p. 47.

⁵⁰⁹ Idem, p. 47.

⁵¹⁰ Entrevista a Carlos Réis (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

arquipélago, como no espaço colonial português.”⁵¹¹ Segundo Manuel Ferreira, o clero desempenhou um papel de extrema importância na formação da *elite cultural* cabo-verdiana. Referindo-se a Padre António Vieira cita que “numa das suas rotas para o Brasil, de passagem pela que é hoje cidade da Praia, capital de Cabo Verde, dá-nos uma ajuda para visionarmos um tanto melhor esse grau de desenvolvimento e saber, havido já no recuado século XVII.”⁵¹² À sua chegada a Santiago a 20 de Dezembro de 1652, o Padre discursa na Capela de São Francisco e profere um dos seus “sermões” em que sublinha a necessidade de se criar uma escola de ensino para os habitantes que “mostram uma inteligência fora do vulgar.”⁵¹³

Atendendo à principal preocupação do Estado Colonial e da Igreja, que consistia em propagar o ensino nas colónias portuguesas em África, Oswaldo Osório dá conhecimento de quando foi implantado o ensino no arquipélago de Cabo Verde: “Ora, a primeira escola primária, na vila da Praia, data de 1817 e a abertura de aulas do ensino secundário dá-se primeiramente na ilha da Brava em 1848 para, posteriormente, ser transferida para Santiago em 1858.”⁵¹⁴

No caso específico do ensino secundário, António Carreira afirma que, beneficiando-se de uma tradição pedagógica secular com os escravos e, principalmente, dos objectivos da Igreja Católica, dos quais se destacam a evangelização dos escravos e da população local, implementa-se o ensino secundário no arquipélago que teve lugar, primeiramente, na ilha da Brava, e posteriormente em Santiago e São Nicolau, com o Seminário-Liceu. O Liceu possibilitou que um número considerável de nativos do arquipélago pudesse ter o acesso à educação, que de outra forma era custoso.⁵¹⁵ José Luís Pires Laranjeira, investigador em Literaturas Africanas, considera que “a criação, em 1866, do Liceu-Seminário de São Nicolau (Ribeira Brava), que durou até 1928, muito contribuiu para o surgimento de uma classe de letrados equiparável ou superior à dos angolanos.”⁵¹⁶ O Seminário-Liceu de São Nicolau visava preparar sacerdotes para “evangelizar” as outras colónias. O colonizador não

⁵¹¹ ALFREDO MARGARIDO, *Prefácio: A Perspectiva Histórico-cultura de Pedro Monteiro Cardoso*, in PEDRO MONTEIRO CARDOSO, *Folclore Caboverdiano*, Paris/Lisboa, Solidariedade Caboverdiana/ Fascimilada, 1983, p. XXXIX.

⁵¹² MANUEL FERREIRA, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I*, (1ª ed.), Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, p. 22.

⁵¹³ Entrevista a Hermínia Curado (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁵¹⁴ OSWALDO OSÓRIO, *Uma literatura nascente: A poesia anterior a Claridade*, In MANUEL VEIGA, (COORD.). *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*, Paris, Editions Karthala, 1998, p. 110.

⁵¹⁵ ANTÓNIO CARREIRA, *Cabo Verde: Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*, Lisboa, Ulmeiro, 1977, pp. 103-104.

⁵¹⁶ JOSÉ LUÍS PIRES LARANJEIRA, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, (vol. 64), Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p. 180.

dispunha de riqueza natural, necessitava de explorar os recursos em África, tendo Cabo Verde desempenhado um importante papel de intermediário na colonização, sob a forma de “economia de serviços”. Este formava profissionais no sentido de o representar enquanto professores no sector da educação, sacerdotes na propagação do Evangelho e funcionários administrativos em portos, alfandegas, correios, entre outros.⁵¹⁷

Baltazar Neves comunga da ideia de que principalmente as ilhas da Brava, Santiago, Fogo e São Nicolau contribuíram na divulgação do ensino, realçando o facto de ser curioso “*verificar que no passado quase todas as ilhas do Arquipélago deram a sua contribuição para a edificação da estrutura que deveria constituir o edifício teológico, moral e intelectual da diocese de Cabo Verde, destacando-se, entre elas, as de Santiago, S. Nicolau, Fogo e Brava.*”⁵¹⁸

Na perspectiva de Onésimo Silveira “*é sobretudo graças à intervenção da Igreja na educação que se tornou possível destacar elementos de grande perfil intelectual, ainda na alvorada anunciadora do homem crioulo.*”⁵¹⁹

Criaram-se nas ilhas de Cabo Verde vários Liceus, contribuindo assim para a educação e ensino dos nativos do arquipélago. A Igreja projectou de forma pertinente o ensino em Cabo Verde para, assim, atingir os objectivos inicialmente preconizados. Para Baltazar Neves “*como se pode observar, a ideia de criar um seminário em Cabo Verde, com o objectivo de cobrir toda a Costa Ocidental de África, justificava-se e não estava desenquadrada do contexto da época, nem dos desejos que professava a Igreja católica de então.*”⁵²⁰ Segundo Isabel Castro Henriques, com o contributo da Igreja Católica aumentou, consideravelmente, o número de nativos cabo-verdianos na administração pública, reforçado graças à criação do Liceu Gil Eanes (pelo Estado Colonial) em São Vicente, no contexto da ruptura do Seminário-Liceu de São Nicolau. Isso permitiu que os nativos do arquipélago complementassem o curso geral.⁵²¹ O esforço para a instrução era grande visto que, num arquipélago com pobres recursos naturais, as elites tiveram que reconverter outros tipos de recursos, nomeadamente fundiários, em recursos escolares. Desde os finais do século XIX, a elite procurou criar

⁵¹⁷ Entrevista a Osvaldo Lopes da Silva (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁵¹⁸ BALTAZAR SOARES NEVES, *O Seminário-Liceu de S. Nicolau: Contributo para a História do Ensino em Cabo Verde*, op. cit., p. 99.

⁵¹⁹ ONÉSIMO SILVEIRA, *A Democracia em Cabo Verde*, op. cit., p. 128.

⁵²⁰ BALTAZAR SOARES NEVES, *O Seminário-Liceu de S. Nicolau: Contributo para a História do Ensino em Cabo Verde*, op. cit., p.106.

⁵²¹ ISABEL CASTRO HENRIQUES, *A sociedade colonial em África. Ideologias, Hierarquias, Quotidianos*, in FRANCISCO BETHENCOURT & KIRTI CHAUDHURI (Eds.), *História da Expansão Portuguesa*, (Vol. 5), Navarra, Círculo de Leitores, 1999, p. 239.

condições para os seus filhos estudarem, o que constituiu sempre uma das estratégias de manutenção da posição e distinção social, sobretudo nas ilhas onde se implantou um sistema de ensino secundário e posteriormente superior.⁵²²

O Seminário-Liceu de São Nicolau, além de ter formado uma boa parte dos intelectuais cabo-verdianos da época, foi a fonte de sucessivas gerações de quadros nacionais, como dinamizadores sociais e culturais, e, ao mesmo tempo, segundo Michel Laban, terão sido esses a “*assumir a reacção nacionalista desse tempo contra a mão forte do processo colonialista. A mesma escola de intelectuais, criou as condições para o surgimento do Liceu do Mindelo em 1917, responsável pela nova intelectualidade científica e positivista incumbida de superar os seus antecessores.*”⁵²³

O antropólogo Luís Batalha salienta que, “*entre 1917 e 1961 o Liceu do Mindelo, foi praticamente a única escola liceal do arquipélago e a maior parte da elite instruída de Cabo Verde passou por lá numa ou noutra altura durante esse período.*”⁵²⁴

Por outro lado, Amílcar Cabral considerava que, apesar de lerem e conhecerem as letras, cerca de 85% dos cabo-verdianos não compreendiam o que liam, referindo que os “*tugas gabavam-se, dizendo que em Cabo Verde não há analfabetos. É falso! Mas daqueles que sabem ler, eu fiz a experiência em 1949, quando lá fui passar férias, havia gente com o 2º grau (...) por exemplo, e a quem se lhes dava o jornal para lerem, mas não sabiam o que estavam a ler. Esses também são analfabetos que conhecem as letras.*”⁵²⁵

A criação de escolas primárias e liceus por parte do Estado e, em momentos mais remotos da colonização, por parte da igreja, impulsionou fortemente a formação da *elite cultural* cabo-verdiana. Esta elite contribuiu para o enriquecimento da esfera pública cabo-verdiana, ao longo dos séculos seguintes. Foi o momento em que os intelectuais cabo-verdianos se colocam como mediadores junto da metrópole. Emerge aqui um espaço de mediação, algo que não havia anteriormente.⁵²⁶

Muitos deles desempenharam, ainda no regime colonial, funções na administração das colónias portuguesas em África. Andreas Hofbauer, antropólogo brasileiro, refere que uma grande parte da “*velha elite cabo-verdiana*”, tendo estudado no Liceu Gil Eanes em São

⁵²² Entrevista a José Carlos Gomes dos Anjos (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁵²³ MICHEL LABAN, *Cabo Verde: Encontro com Escritores*, op. cit., p. 137.

⁵²⁴ LUÍS BATALHA, *A elite portuguesa-cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermediário*, in CLARA CARVALHO, & JOÃO DE PINA CABRAL, (COORDS.), *A Persistência da História: Passado e contemporaneidade em África*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 193.

⁵²⁵ AMÍLCAR CABRAL, *Nacionalismo e Cultura*, Santiago de Compostela, Edicións Laiovento, 1999, p. 43.

⁵²⁶ Entrevista a José Carlos Gomes dos Anjos (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

Vicente, seguia posteriormente para a metrópole para uma formação superior, finda a qual assumia “*imediatamente um emprego na administração de uma das colónias portuguesas no continente africano (Guiné, Angola, Moçambique) ou no Timor.*”⁵²⁷

Já no século XVIII e XIX, os cabo-verdianos assumem posições de destaque nas antigas colónias portuguesas, tanto em funções da administração pública, como no exército, ou trabalhando nas propriedades agrícolas. No caso cabo-verdiano, trata-se de um fenómeno recente, resultado do apoderamento de um território, com uma identidade enquanto povo, com a sua língua, cultura e modo de estar.⁵²⁸ Cabo Verde conhecia bem a administração no tempo colonial. Os cabo-verdianos foram intermediários dos nativos nas demais colónias em África, o que não aconteceu na maioria dos países da África Lusófona.⁵²⁹ Aliás, os quadros de indivíduos formados passaram a desempenhar um papel de saliência na promoção social, e a ocupar cargos como agentes administrativos coloniais, tanto em Cabo Verde, como em outras colónias portuguesas, graças ao ensino implementado no arquipélago, com especial relevância para o Seminário-Liceu de São Nicolau, e muito por influência de um ensino vinculado a raízes europeias. É nesta perspectiva que, para Onésimo Silveira, “*o Seminário-Liceu de São Nicolau, estabelecimento escolar mais preponderante em Cabo Verde até ao primeiro quartel deste século, infundido nos componentes desse grupo uma cultura fortemente europeia e europeizante.*”⁵³⁰

Em momentos mais recentes da história cabo-verdiana, surgiu a nova geração da elite intelectual, destinada a conduzir o arquipélago à independência e, conseqüentemente, a integrar o aparelho do Estado cabo-verdiano, nos mais diversos departamentos. Foram os elementos dessa elite que reivindicaram, em momentos oportunos, a libertação da opressão colonial, e o retorno às origens, pressupondo para tal a “*reafricanização dos espíritos*”. Para João Vasconcelos, essa elite dinamizou campanhas culturais, no sentido em que se assumia que “*os espíritos dos cabo-verdianos estavam desafricanizados, que essa desafricanização representava uma alienação cultural e que este estado de coisas tinha de ser corrigido, a bem*

⁵²⁷ ANDREAS HOFBAUER, *Crioulidade versus Africanidade: percepções da diferença e desigualdade*, in *Afro-Ásia*, 43, Centro de Estudos Afro-orientais, FFCH/UFBA, 2011, p. 102.

⁵²⁸ Entrevista a Mário Lúcio Sousa (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁵²⁹ Entrevista a Adélcia Pires (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁵³⁰ ONÉSIMO SILVEIRA, *Consciencialização na literatura caboverdiana*, Lisboa, Casa dos Estudantes do Império, 1963, pp. 8-9.

da legitimação colectiva do projecto de unidade com a Guiné, um dos fundamentos da existência do partido no poder e um dos pilares da sua identidade.”⁵³¹

Andreas Hofbauer afirma que uma grande parte da nova *elite cultural* cabo-verdiana, “*para cumprir a nova agenda política de integrar o arquipélago ao continente africano na forma da união com a Guiné, o governo revolucionário e a militância cabo-verdiana enfatizariam não mais tudo aquilo que compartilhavam com a Lusitânia mas buscariam valorizar o “lado africano” das suas tradições.*”⁵³²

Independentemente do momento histórico, o ensino foi utilizado como ferramenta fundamental pela *elite cultural* cabo-verdiana, conduzindo ao aparecimento de uma literatura coesa, a partir da qual se exprimiam os anseios, as preocupações e a realidade do arquipélago de Cabo Verde. Para Oswaldo Osório “*é impensável a formação e desenvolvimento de uma literatura escrita sem ter por base a instrução difundida por meio de instituições de ensino e, desde a invenção de Gutenberg, sem o suporte técnico da imprensa.*”⁵³³

Manuel Brito-Semedo considera que, desde muito cedo, houve uma elite instruída em Cabo Verde, que via na escola o mais eficaz veículo de ascensão social, elite esta que constituiu o embrião da verdadeira *elite cultural* que viria a ser o motor do nacionalismo cabo-verdiano.⁵³⁴ Já José Vicente Lopes, jornalista cabo-verdiano, considera a combinação de um conjunto de factores, como “*a ‘auto-suficiência administrativa’ dos cabo-verdianos, associado a outros factores endógenos, um dos quais a sua relativa escolarização e a existência de uma imprensa mais ou menos dinâmica introduzida em Cabo Verde em 1842, acabaram por ser algumas das razões para o surgimento de uma elite intelectual e burocrática nestas ilhas.*”⁵³⁵

As primeiras manifestações literárias evidenciaram-se nas diversas revistas, jornais e periódicos, nascidos antes e depois da *geração dos nativistas*. É apontado para meados de 1800, o início da literatura cabo-verdiana, por ser, a partir dessa data, que se criam condições para a publicação dos textos literários, nomeadamente a Imprensa Nacional. Arnaldo França, escritor e poeta cabo-verdiano, imbuído da ideia de que a literatura começa a tomar a sua

⁵³¹ JOÃO VASCONCELOS, *Espíritos lusófonos numa ilha crioula: língua, poder e identidade em São Vicente de Cabo Verde*, in CLARA CARVALHO & JOÃO DE PINA CABRAL, (COORDS.), *A Persistência da História: Passado e contemporaneidade em África*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 182.

⁵³² ANDREAS HOFBAUER, *Crioulização versus Africanidade: percepções da diferença e desigualdade*, op. cit., p.103.

⁵³³ OSWALDO OSÓRIO, *Uma literatura nascente: A poesia anterior a Claridade*, op. cit., p. 110.

⁵³⁴ MANUEL BRITO-SEMEDO, *A construção da identidade nacional: análise da imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, p. 126.

⁵³⁵ JOSÉ VICENTE LOPES, *Cabo Verde: As causas da independência: (e o Estado e a Transição para a Democracia na África Lusófona)*, Praia, Spleen, 2003, p. 20.

forma só a partir do ano de 1800, observa que “a baliza inicial, a meio da centúria de oitocentos, colhe explicação quando se releva que é neste período que surgem os suportes capazes de possibilitar o desenvolvimento de uma literatura erudita.”⁵³⁶ De facto é visível que, um importante passo para a consolidação da identidade cabo-verdiana se deu através dos jornais e revistas da época, principalmente na *Revista de Cabo Verde*, publicada em Mindelo em 1899.⁵³⁷

Entre 1842 a 1843, aparece em Cabo Verde o primeiro periódico que marcaria a imprensa em África, conhecido como o *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde* que, para além de publicar assuntos administrativos do Governo, também divulgava anúncios e textos literários. Mais tarde, concretamente em 1877, aparece o primeiro periódico não oficial em Cabo Verde denominado de *O Independente*. Segundo Manuel Ferreira “sabe-se que em Cabo Verde o prelo foi instalado em 1842, o *Boletim Oficial* criado em 1843 e o primeiro *Jornal não oficial* em 1877, *O Independente*.”⁵³⁸ Para José Júlio Gonçalves, de facto “a primeira tipografia foi enviada para Cabo Verde por volta de 1842, tendo começado a funcionar nesse mesmo ano como *Typographia Nacional*.”⁵³⁹

No que respeita à evolução da Imprensa Nacional cabo-verdiana, considera João Nobre de Oliveira, de forma resumida, que a imprensa “assim, partindo em 1842 de uma publicação mantida pelo Estado, passa em 1877 para dois jornais independentes, que conseguem sobreviver algum tempo sem o apoio estatal. Segue-se um novo período em que só o *Boletim Oficial* consegue sair regularmente, mas marcado, aqui e além, pelo aparecimento de publicações de pouca duração.”⁵⁴⁰

Uma das mais antigas gerações da *elite cultural* cabo-verdiana é a dos *nativistas*, representada por poetas, escritores, jornalistas e compositores cabo-verdianos. Destacam-se aqui personalidades como Eugénio Tavares, Pedro Cardoso, José Lopes e Luís Loff de Vasconcelos, entre outros, que deixaram um importante legado de diversos textos literários e obras reconhecidas na literatura nacional. Segundo Pires Laranjeira, entre as obras e textos literários célebres estão duas obras de poemas de Eugénio Tavares, *Amor que salva* e *Mal de*

⁵³⁶ ARNALDO FRANÇA, *O nascimento e o reconhecimento de uma literatura em prosa*, in MANUEL VEIGA (COORD.), *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*, Paris, Editions Karthala, 1998, p. 116.

⁵³⁷ Cfr. ANA CORDEIRO, “*Nós, Caboverdianos*”: a representação da identidade nos textos literários do século XIX, op. cit., p. 33.

⁵³⁸ MANUEL FERREIRA, *A aventura crioula*, (2ª ed.), Lisboa, Plátano, 1973, p. 250.

⁵³⁹ JOSÉ JÚLIO GONÇALVES, *A Informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe: Acheegas para o seu estudo*, in *Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe*, Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965-1966, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, p. 171.

⁵⁴⁰ JOÃO NOBRE DE OLIVEIRA, *A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação Macau, 1998, p. 26.

Amor de Espinhos, publicadas em 1887, a obra *Mornas, cantigas crioulas* de 1932. De Pedro Cardoso destacam-se o poema *Ode a África* em 1921, o Jornal *O Manduco* entre 1923-24 e as obras: *Jardim das Hespérides* (1926); *Algas e Corais* (1928); *Hespérides* (1930) e *Folclore Caboverdiano* (1932). No caso de José Lopes evidenciam-se obras como: *Hesperitanas* (1929) e *Jardim de Hespérides* (1929).⁵⁴¹

Na sequência do surgimento do *Boletim Oficial* e do Jornal *O Independente*, seguem-se outros periódicos como: o *Almanach Luso-Africano* em 1894, o primeiro anuário literário, na Ribeira Brava, ilha de São Nicolau; em seguida, em 1899, a *Revista de Cabo Verde; Liberdade* em 1902; *Opção*, também em 1902; *Espectro*, de 1904; *Voz de Cabo Verde* de 1911 e *O Manduco* de 1923. Estes periódicos serviram como veículo na divulgação de um conjunto de textos literários da *geração dos nativistas*, retratando a realidade social e cultural do arquipélago de Cabo Verde.

Esta geração marcou indubitavelmente a formação da literatura cabo-verdiana, sob a influência da literatura portuguesa. Mas nunca esqueceram o homem cabo-verdiano, e a valorização do *crioulo*, sobretudo Eugénio Tavares e Pedro Cardoso.

Ao falar do percurso da *elite cultural* cabo-verdiana, e da relação de complementaridade com a literatura, é imprescindível referenciar a geração posterior dos *nativistas*, marcada pela fundação da *Revista Claridade* em São Vicente no ano de 1936. Em virtude do nome dado a esta revista, a geração ficou conhecida como *geração dos claridosos*, encabeçada por Baltazar Lopes. Além deste, também faziam parte dela personagens não menos marcantes, como Jorge Barbosa e Manuel Lopes.

A década de trinta do século XX fica marcada por um novo cenário onde, através desta geração, a literatura começa a demarcar-se, tomando novos contornos. Manuel Ferreira, reconhece que a publicação do primeiro número da *Revista Claridade* traria algo de novo à literatura cabo-verdiana e, de um modo geral, à literatura africana. O autor salienta que “alguma coisa de insólito se desenrolava no panorama das literaturas africanas de língua portuguesa, talvez sem que, de todo, os responsáveis de *Claridade* se dessem conta do salto qualitativo alcançado.”⁵⁴² Isto porque a *Claridade* surge igualmente como um “órgão de cultura e não meramente como revista de letras. De um lado, anotações sobre o

⁵⁴¹ JOSÉ LUÍS PIRES LARANJEIRA, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, op. cit., pp. 180-181.

⁵⁴² MANUEL FERREIRA, *A aventura crioula*, op. cit., p. 231.

comportamento do homem crioulo, ensaios de índole diversa; por outro lado, poemas, contos, peças de natureza literária e artística.”⁵⁴³

Com a *geração dos claridosos*, o contexto da literatura cabo-verdiana fica marcado pela Revista Claridade, bem como algumas obras pertinentes. De Baltazar Lopes ficou conhecido o romance *Chiquinho* (1947). De Manuel Lopes, obras como: *Poemas de quem ficou* (1949), *Alma Asinária* (1952); *Chuva Braba* (1956); *O Galo que cantou na baía* (1959) e *Os flagelados do Vento Leste* (1960). E de Jorge Barbosa: *Arquipélago* (1935); *Ambiente* (1941) e *Caderno de um Ilhéu* (1956).

Sob a influência da *geração dos nativistas*, defendendo também o nativo do arquipélago de Cabo Verde, a *geração dos claridosos* nunca deixou de buscar e evidenciar resíduos culturais europeus na formação do homem cabo-verdiano, reivindicando, em casos oportunos, a adjacência e o regionalismo do arquipélago de Cabo Verde. Exorta Baltazar Lopes que “*sejamos, pois, intransigentemente regionalistas e seremos inteligentemente portugueses.*”⁵⁴⁴

Neste caso, segundo Onésimo Silveira, as influências provieram, por um lado, porque “*Baltazar Lopes da Silva, o intelectual mais destacado do seu grupo, retomava alguns dos temas mais representativos da geração que lhe precedia, nomeadamente: a adjacência, o regionalismo e o nativismo.*”⁵⁴⁵ E por outro, porque “*os jovens que vieram a fundar a revista ‘Claridade’ tiveram, como já dissemos, uma formação exclusivamente europeizante.*”⁵⁴⁶

A ruptura com a *geração dos claridosos* fixa-se precisamente nos anos 50 do século passado, marcando incontornavelmente uma nova era na literatura nacional, o que aconteceu porque a nova geração da *elite cultural* contribuiu para que tal fosse possível. Fala-se da *geração de Cabral*. Com a índole nacionalista e portadores de ideais independentistas, o despontar desta geração, a partir dos anos 50, marca a literatura cabo-verdiana, nutrida pelos movimentos anticolonialistas.

Segundo Julião Soares Sousa, historiador guineense, para a *geração de Cabral*, e, em particular para Amílcar Cabral, a literatura surge com o objectivo de servir a libertação do homem cabo-verdiano, onde o argumento central seria a construção de uma nova terra, pensando já na independência nacional. Isto porque a existência de problemas que diziam respeito ao homem africano “*fizeram com que Amílcar Cabral apontasse o rumo a seguir*

⁵⁴³ Idem, p. 260.

⁵⁴⁴ BALTAZAR LOPES DA SILVA, *Regionalismo e Nativismo*, in *Noticias de Cabo Verde*, Nº 1, Mindelo, 22 de Março de 1931, p. 6.

⁵⁴⁵ ONÉSIMO SILVEIRA, *A Democracia em Cabo Verde*, op. cit., p. 139.

⁵⁴⁶ ONÉSIMO SILVEIRA, *Consciencialização na literatura caboverdiana* op. cit., p. 19.

pela literatura de Cabo Verde, numa altura em que, em Lisboa, se havia lançado no âmbito do Centro de Estudos Africanos (CEA), um movimento de 'reafricanização dos espíritos', que atingiu o seu ponto alto com a publicação, em 1953, do Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa."⁵⁴⁷

A nova geração, intrinsecamente ligada ao *slogan* da libertação nacional, pressupõe uma maior vinculação de Cabo Verde a África, no âmbito da política e da literatura. Serviram como suporte literário desta geração, revistas de destaque nacional, tais como: *Boletim de Cabo Verde* (1949) *Suplemento Literário* (1958); *Boletim do Liceu Gil Eanes* (1959) *Seló* (1962) e *Juventude em Foco* (1969). Estas revistas reflectiam, em grande parte, a luta de libertação nacional e os seus efeitos desde o ano de 1963.

Além de Amílcar Cabral, faziam parte da *geração dos anos 50*: Agualdo Brito Fonseca, Gabriel Mariano Lopes da Silva, Ovídio de Sousa Martins, Manuel de Jesus Monteiro Duarte, Francisco Lopes da Silva, José Leitão da Graça, José Araújo e Onésimo Silveira. Esta geração procurou reflectir sobre a realidade quotidiana do povo cabo-verdiano, tendo como tarefa despertar as consciências para a sua unidade.

No que diz respeito à emergência e formação da elite letrada cabo-verdiana, considera-se importante conhecer em pormenor a ocorrência desse fenómeno e a forma como as várias gerações de intelectuais conseguiram, através de uma literatura secular, retratarem as realidades sociais e culturais do arquipélago ao longo da sua história. Cada contexto implicou leituras diferentes, através de meios materiais e literários que cada geração tinha ao seu dispor. O foco principal das diversas gerações de elites intelectuais cabo-verdianas estiveram assim reportadas a um *sentimento nativista*, reclamando nele um "estatuto de igualdade", o que sucedeu posteriormente à *consciência regionalista*, reivindicando a "diferenciação regional", para, por fim, chegar à *geração de afirmação nacionalista* ou *geração de Cabral* e exigindo para tal a "autonomia política."⁵⁴⁸ No quadro que se segue apresentam-se, de forma sintetizada, as principais gerações de intelectuais cabo-verdianos:

⁵⁴⁷ JULIÃO SOARES SOUSA, *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e morte de um revolucionário africano*, (2ª ed.), Lisboa, Nova Veja, 2012, p. 139.

⁵⁴⁸ Cfr. SÉRGIO GONÇALO DUARTE NETO, *Colónia Mártir Colónia Modelo: Cabo Verde no Pensamento Ultramarino Português (1925-1965)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 92.

Quadro 2 – Resumo das principais gerações de intelectuais cabo-verdianos

Gerações	Personalidades mais relevantes	Contexto	Suporte Literário	Perspectivas em relação à formação da identidade
Nativistas	<ul style="list-style-type: none"> - Eugénio Tavares; - Pedro Cardoso; - José Lopes da Silva; - Luís Loff de Vasconcellos; - Augusto Vera-Cruz; - Abílio Monteiro de Macedo; - Juvenal Cabral. 	<ul style="list-style-type: none"> - Propalava-se a ideia da venda das colónias, que culminou com a falta de interesse e abandono de Portugal. - Período de (1856 a 1932). 	<ul style="list-style-type: none"> - Boletim Oficial; - Jornal Independente; - Almanach Luso-Africano; - Revista de Cabo Verde - Liberdade e Opção - Espectro - Voz de Cabo Verde - Periódico O Manduco 	<ul style="list-style-type: none"> - Perspectivas vinculadas nos ideais do pan-africanismo; - Argumentação a favor da raiz africana e a terra de origem; - Defesa dos direitos dos <i>filhos da terra</i> e autonomia das ilhas; - Luta pela igualdade em relação aos da metrópole, de modo a serem reconhecidos como portugueses plenos.
Caridosos	<ul style="list-style-type: none"> - Baltazar Lopes da Silva; - Manuel Lopes; - Jorge Barbosa. - António Aurélio Gonçalves - Arnaldo França 	<ul style="list-style-type: none"> - Decadência do Porto Grande, na decorrência de uma crise mundial e o estabelecimento do Estado Novo (1937-1945). - Período de (1932 a 1958). 	<ul style="list-style-type: none"> - Revista Claridade; - Revista Certeza. 	<ul style="list-style-type: none"> - Argumentos sob a perspectiva teórica regionalista; - Valorização do homem nascido no arquipélago, com predominância dos resíduos culturais europeus; - Pretensão para Cabo Verde do estatuto de adjacência como uma região de Portugal; - Ligação ao luso-tropicalismo de Gilberto Freyre.
Nacionalistas	<ul style="list-style-type: none"> - Amílcar Cabral; - Aguinaldo Fonseca; - Gabriel Mariano; - Ovídio Martins; - Manuel Duarte; - Francisco Lopes da Silva; - José Leitão da Graça; - José Araújo; - Onésimo Silveira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fundação dos movimentos nacionalistas das colónias e afirmação do PAIGC, aliada a crise do regime Salazarista. - Período de (1958 a 1975). 	<ul style="list-style-type: none"> - Boletim de Cabo Verde; - Suplemento Literário; - Boletim do Liceu Gil Eanes; - Seló; - Juventude em Foco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Resgate das origens africanas e a reafirmação dos espíritos; - Luta pela independência nacional e a unidade Guiné e Cabo Verde; - Luta armada contra o regime colonial.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A formação da elite letrada no arquipélago deveu-se a três factores fundamentais, entre os quais se destacam em primeiro lugar, o desenvolvimento, por volta de meados de 1800, das escolas primárias e secundárias fundadas pela Igreja e, posteriormente, pelo antigo Estado Colonial; em segundo, a presença significativa no arquipélago de intelectuais europeus, principalmente os jesuítas e o clero em geral e, por último, a expansão dos meios de divulgação da literatura e da cultura em geral, com o surgimento do prelo no arquipélago no ano de 1842.

5.2. A Geração Nativista

A formação e a ascensão das elites intelectuais cabo-verdianas articulam-se no pensamento de uma época específica, evidenciando-se concepções teóricas baseadas na formação da identidade nacional. Cada uma das gerações anteriormente referidas produziu e moldou argumentos na defesa da sua identidade num contexto histórico delimitado, em que

foram determinantes vários factores, nomeadamente sociais, culturais, económicos, políticos e ideológicos. No decorrer da história de Cabo Verde que foi, de facto, uma história de luta por mais justiça, dignidade e liberdade, os intelectuais e os escritores foram simultaneamente construindo a identidade e a *nação*.⁵⁴⁹

Para Manuel Brito-Semedo, o processo da construção da identidade cabo-verdiana está intrinsecamente associado às características sociais e políticas diferentes, dividindo-se em três etapas distintas: a do *sentimento nativista*, entre 1856 e 1932; a da *consciência regionalista*, de 1932 a 1958, e a da *afirmação nacionalista*, de 1958 até 1975. A primeira etapa ocorreu nos finais de oitocentos, com a ideia propalada da venda das colónias, o que representou o culminar da falta de interesse e abandono secular de Portugal; a segunda aconteceu no início dos anos 30 do século XX, com a decadência do Porto Grande, na decorrência de uma crise mundial e o estabelecimento do Estado Novo; e a terceira deu-se nos finais da década de cinquenta, com a fundação dos *movimentos nacionalistas* das colónias e do Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), aliada à crise do regime Salazarista.⁵⁵⁰

A raiz do *Nativismo* encontra-se vinculada aos ideais do *pan-africanismo*, atento aos problemas da relação entre o colonizador e o colonizado, onde se incide sobre a forma hostil como os colonizadores tratavam os africanos. Esse movimento funda-se na defesa da raiz africana e principalmente da *terra de origem*. Sérgio Gonçalo Duarte Neto, doutor em Altos Estudos Contemporâneos (Estudos Internacionais Comparativos), chama atenção para os equívocos ocorridos ao definir-se o conceito de *Nativismo*. Salienta que “*por nativismo não deve entender-se um sentimento de repúdio pelo ‘estrangeiro’, forma de xenofobia, como por vezes se delimita o conceito, mas antes uma demanda individual e colectivo pela defesa da terra onde se nasceu.*”⁵⁵¹ E o *sentimento nativista* não é uma característica exclusiva da realidade do arquipélago de Cabo Verde, mas também de outras colónias portuguesas em África, como é o caso de Angola.

O *Nativismo*, e a geração da elite cabo-verdiana que representa, defende os direitos dos *filhos da terra*, alegando a autonomia das ilhas do arquipélago. Apelando à união dos ditos *filhos da terra*, o seu objectivo principal consiste na luta pela igualdade em relação aos da metrópole, de modo a serem reconhecidos e considerados como portugueses plenos, sem

⁵⁴⁹ Cfr. ANA CORDEIRO, “*Nós, Caboverdianos*”: a representação da identidade nos textos literários do século XIX, op. cit., p. 37.

⁵⁵⁰ MANUEL BRITO-SEMEDO, *A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*, op. cit., p. 194.

⁵⁵¹ SÉRGIO GONÇALO DUARTE NETO, *Colónia Mártir Colónia Modelo: Cabo Verde no Pensamento Ultramarino Português (1925-1965)*, op. cit., p. 85.

contudo abrirem mão da *mátria África*. Foram representantes dessa concepção, Eugénio Tavares, José Lopes e Pedro Cardoso, entre outros. Maria de Lurdes Caldas considera que estes “*reafirmam a sua lealdade política ao Estado português e a sua adesão orgulhosa à cultura lusa, o que não os impede de valorizar as expressões culturais crioulas, como o dialecto falado nas ilhas, ou mesmo outras mais vincadamente africanas, como a tabanca.*”⁵⁵²

No período nativista, a construção do discurso de *nação* vai crescendo e ganhando uma determinada força e um maior grau de consistência. Depois faz-se uma avaliação mais sustentada dos sujeitos e não das elites. A construção do discurso de *nação* ou de *nações* ocorre, em grande medida, da visão do mundo por parte destes intelectuais, do sujeito que se torna produtor de discurso e do posicionamento político e ideológico. O ser torna-se consciente ou não da sua vinculação político-ideológica, que se justifica, muitas vezes, numa revisão dos posicionamentos políticos.⁵⁵³

Considera o sociólogo Carlos Lopes Pereira que o *Nativismo* “*no essencial, se baseava no amor à terra crioula, no orgulho de ser cabo-verdiano, o que, para o pensamento político da época, não contradizia o facto de ser português também.*”⁵⁵⁴ Nas palavras de Manuel Brito Semedo, o *Nativismo* “*surge como consequência da hostilidade com que os africanos vinham sendo tratados pelos colonizadores e fundamenta-se nas ideias o pan-africanismo racial, cultural e político de W. E. Burghardt Du Bois (EUA, 1868-1963) e Marcus Garvey (Antilhas, 1887-1940).*”⁵⁵⁵

A dualidade conceptual dos intelectuais *nativistas*, ou seja, a defesa do homem cabo-verdiano e o desejo de reconhecimento como português, é fundamentada por João Nobre de Oliveira da seguinte forma: os *nativistas* “*defendiam na prosa o homem cabo-verdiano e os seus valores chegando em dados momentos a assumirem posições antiportuguesas, mas nos temas dos seus contos e dos seus poemas e no seu próprio estilo de escrever não há nada que os separe dos seus congéneres portugueses e enaltecem Portugal e seus heróis mais do que os portugueses.*”⁵⁵⁶

⁵⁵² MARIA DE LURDES MARTINS CALDAS, *A Construção da diferença num Arquipélago Mestiço: Brancos e Não-Brancos na São Filipe da primeira metade de novecentos*, op. cit., p. 177.

⁵⁵³ Entrevista a Cláudio Furtado (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁵⁵⁴ CARLOS LOPES PEREIRA, *A Voz de Cabo Verde*, in *África: Literatura, Arte, Cultura*, 2ª Série, Nº 14, MANUEL FERREIRA, (DIR.), Lisboa, África Editora, Agosto-Setembro 1986, p. 43.

⁵⁵⁵ MANUEL BRITO-SEMEDO, *Do nativismo ao Nacionalismo: A Construção da Identidade Nacional*, in *Cabral no Cruzamento de Épocas: Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral*. Praia: Alfa Comunicações, 2005, p. 328.

⁵⁵⁶ JOÃO NOBRE DE OLIVEIRA, *A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975*, op. cit., p. 480.

Após a proclamação da República em 1910, assistiu-se a um momento de grandes expectativas em relação à *pátria portuguesa*, tendo-se traduzido na possibilidade de os colonizadores concederem aos colonizados um referencial, que, segundo Benedict Anderson, pode ser caracterizado como “*companheirismo profundo e horizontal*.”⁵⁵⁷

Os intelectuais cabo-verdianos da época enalteceram a *pátria portuguesa*, que, de certo modo, lhes havia concedido direitos e deveres de cidadania. Ainda que reconhecendo a cidadania portuguesa, e solicitando em momentos oportunos uma maior autonomia para o arquipélago de Cabo Verde, como uma região de Portugal, na verdade, para os *nativistas*, o tratamento era diferente perante os portugueses natos. A impossibilidade de uma cidadania portuguesa plena, na medida em que a verdadeira cidadania requereria um tratamento igual perante os semelhantes, manifestou-se através da literatura, no desejo de resgatar o potencial identitário africano, com fortes influências do Pan-Africanismo.

Na perspectiva de Manuel Brito-Semedo “*a militância dessa elite intelectual cabo-verdiana nas organizações pan-africanistas e a sua colaboração nos jornais por estas publicados em Lisboa serviram para despertar nessa elite o espírito africanista, cujos princípios transportaram para os jornais das ilhas*.”⁵⁵⁸

Destaca-se em particular a figura do poeta, jornalista e *nativista* Eugénio Tavares, e a sua geração, enquanto redactor principal do jornal *A Voz de Cabo Verde* em 1915. Na *geração de Eugénio Tavares* há um outro destacado intelectual cabo-verdiano, Pedro Cardoso, que expressava, através dos seus poemas, a reivindicação do espírito africanista e o reconhecimento dos ilustres fundadores de associações pan-africanistas.

Manuel Ferreira afirma que as figuras do *Nativismo* desempenharam um papel de destaque na imprensa nacional, como poetas, jornalistas e literários, procurando sempre defender os ideais do homem cabo-verdiano, e a construção da identidade nacional. A este propósito, referimos:

“*Pedro Cardoso, José Lopes, Eugénio Tavares, nesse aspecto, nessa vertente colonial, foram o produto acabado de contexto histórico, social, cultural, ideológico, e esse contexto natural cumprimento da sua função produziu uma consciência...não é demais afirmar que esses homens, segundo as perspectivas que a época permitia, não traíram o seu povo nem a sua pátria. Ou, nesse caso, a sua Mãria. Nenhum deles teria sido um revolucionário, pelo menos no sentido moderno do termo. Nenhum deles,*

⁵⁵⁷ BENEDICT ANDERSON, *Nação e Consciência Nacional*, op. cit. , p. 16.

⁵⁵⁸ MANUEL BRITO-SEMEDO, *A construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*, op. cit., p. 213.

verdadeiramente, sentira necessidade de contrariar a história. Mas todos quiseram e se esforçaram por dignificar o seu país.”⁵⁵⁹

A defesa da cultura nacional, e, conseqüentemente, da identidade cabo-verdiana e o desejo de que o arquipélago de Cabo Verde fosse reconhecido como uma região portuguesa, reivindicando a cidadania portuguesa para os nativos do arquipélago, marcou o pensamento dos *nativistas*, que, através de publicações de poemas e textos literários nas revistas, jornais e periódicos nacionais e portugueses, evidenciaram o verdadeiro sentido que atribuíam à identidade nacional, e a forma como construíram argumentos na sua defesa. Os argumentos centravam-se numa dualidade conceptual, visto ser possível, através dos poemas e outros textos literários, identificar os princípios defendidos pela *geração dos nativistas* na defesa da identidade cabo-verdiana e da possível obtenção de uma plena cidadania portuguesa. Pedro Cardoso, através do poema intitulado *Pró África*⁵⁶⁰, denuncia esse estado de espírito, e o desejo de união dos Pan-africanistas contra as opressões e injustiças:

<i>Moçambique, mais Angola,</i>	<i>Mais justiça e liberdade;</i>
<i>Cabo Verde e São Thomé,</i>	<i>e, nos que as veem governar,</i>
<i>á uma imploram a esmola</i>	<i>mais sciencia e probidade:</i>
<i>do bem que lhes devido é.</i>	<i>eis quando andam a implorar!...</i>
<i>Já não querem portarias</i>	<i>olhae, guardaie, portugueses,</i>
<i>e infames leis draconianas.</i>	<i>o património sagrado,</i>
<i>Desejam menos razzias</i>	<i>da fortuna entre os revezes</i>
<i>e que entre a luz nas cabanas</i>	<i>pelos avós conservados!</i>

Por outro lado, mesmo defendendo a *nação* cabo-verdiana, Pedro Cardoso no prefácio da obra *Sonetos e Redondilhas* de 1934, também reconhece a importância da pátria portuguesa, a ponto de considerar que se deve entender, de uma vez para sempre, que Cabo Verde é tão Portugal como Minho ou a Madeira.⁵⁶¹

Igualmente, em harmonia com a *pátria crioula*, destaca-se a pátria portuguesa porque, segundo Pedro Cardoso, ser cabo-verdiano é ser “neto” de Portugal. Esta afirmação é elucidada na obra *Algas e Corais*⁵⁶², no seguinte poema:

⁵⁵⁹ MANUEL FERREIRA, *Prefácio: o fulgor e a esperança de uma nova idade*, in *Claridade: Revista de Artes e Letras*, 2ª Edição, Linda-a-Velha, ALAC, 1986, pp. LXX-LXXI.

⁵⁶⁰ PEDRO CARDOSO, *Pro África*, in *Afro: A Voz de Cabo Verde*, Nº14, Maio 1911.

⁵⁶¹ PEDRO MONTEIRO CARDOSO, *Sonetos e Redondilhas*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1934, p. 2.

⁵⁶² PEDRO MONTEIRO CARDOSO, *Algas e corais*, Vila Nova de Famalicão, Autor e Tipografia Minerva, 1928, p. 5.

<i>Nasci na ilha do Fogo,</i>	<i>Se filho de Cabo Verde,</i>
<i>Sou, pois, cabo-verdiano.</i>	<i>Assevero – frente – erguida</i>
<i>E disso também me ufano</i>	<i>Que me é honra a mais subida</i>
<i>Que por nada dera tal.</i>	<i>Ser neto de Portugal.</i>

Pedro Cardoso, considerado por muitos autores como um dos principais representantes do *Nativismo*, é visto como aquele que defende os ideais da raça negra, tendo-se dedicado à divulgação dos valores culturais dos cabo-verdianos. Segundo o autor “*apanhados em flagrante nos batuques directamente dos lábios das cantadeiras, revelam esses improvisos, na sua ingénua rudeza formal, a índole lírico-satírica dessa raça humilde e forte, paciente e heróica, que vem sendo, há milénios, espoliada e martirizada, em virtude dessas e outras excelentes qualidades e do seu único e horrível defeito de ser negro.*”⁵⁶³

Eugénio Tavares partilha das mesmas ideias e perspectivas de Pedro Cardoso, manifestando-as nas diversas produções literárias e intervenções político-culturais. A preocupação central foi sempre destacar as especificidades do arquipélago de Cabo Verde, o que não elimina a afeição pela pátria portuguesa, aliás uma dualidade que representou a literatura da *elite cultural nativista*, marcando indubitavelmente a época dessa elite, e a forma como interpretaram a identidade nacional e o verdadeiro sentido atribuído.

Assim, essa dualidade é descrita por Manuel Ferreira, como “*cissiparidade pátrida*”, ou seja, embora os *nativistas* “*reivindicando e sentindo a sua genuína condição de cabo-verdianos, portadores de uma cultura específica*”, reconhecem também “*a oficial paternidade portuguesa.*”⁵⁶⁴ Na perspectiva dos *nativistas*, os cabo-verdianos faziam parte das duas pátrias. Uma onde nasceram e cresceram (neste caso, a pátria cabo-verdiana), e a outra a que conheceram nas escolas, através dos livros, possibilitando aprender a sua língua e a sua cultura (a pátria portuguesa).⁵⁶⁵ O movimento cultural dos *nativistas* apresenta Cabo Verde como uma realidade diferente. Perspectivam a *mátria* como cabo-verdiana e a *pátria* como portuguesa, manifestada do seguinte modo: *portugueses de Lei e cabo-verdianos de alma.*⁵⁶⁶

Gabriel Fernandes, reconhecendo a importância que Eugénio Tavares teve na literatura cabo-verdiana, como impulsionador do debate acerca da construção da sua identidade, considera que “*seus trabalhos recobrem desde reivindicações de ordem político-*

⁵⁶³ PEDRO MONTEIRO CARDOSO, *Folclore Cabo-verdiano*, Porto, Edições Maranus, 1933, p. 85.

⁵⁶⁴ MANUEL FERREIRA, *Prefácio: o fulgor e a esperança de uma nova idade*, op. cit., pp. XLI.

⁵⁶⁵ Idem, p. XLIII

⁵⁶⁶ Entrevista a Corsino Fortes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

*administrativa, em que sobressai a luta por equiparação estatutária entre os filhos da terra e os metropolitanos, à postulação de uma personalidade cultural genuinamente cabo-verdiana, passando pela ameaça de insurreição: a África para os Africanos.*⁵⁶⁷

Além das poesias, destacaram-se vários artigos desse intelectual, nos quais dava consistência às ideias do pan-africanismo e apontava para a construção da identidade nacional cabo-verdiana. Ao mesmo tempo, também reconhecia a importância da pátria portuguesa, chegando a afirmar que Cabo Verde é uma terra portuguesa.

O espírito pan-africanista de Eugénio Tavares é destacado num trecho no editorial *Autonomia*, publicado no Jornal *A Alvorada*, no ano de 1900, realçando que “*portuguezes irmãos, sim; portuguezes escravos, nunca. Havemos de ter o nosso Monroe: A África para os Africanos.*”⁵⁶⁸ A defesa da *pátria portuguesa* por Eugénio Tavares, que constituiu uma ambiguidade no pensamento de toda a *geração dos nativistas*, é reconhecida e interpretada, segundo Manuel Ferreira, a partir da declaração de que “*Cabo Verde é uma terra portuguesa. Um bloco ideal do velho heroísmo lusitano.*”⁵⁶⁹

Outro *nativista* do grupo foi José Lopes que, segundo Félix Monteiro, jornalista e investigador cabo-verdiano, apesar de ter expressado “*anseios de que algum dia, embora no derradeiro momento da vida, pudesse ter o prazer de ver estas pobres ilhas independentes e felizes*”⁵⁷⁰ Nas suas produções literárias, José Lopes enaltecia igualmente a pátria portuguesa, à qual dedicava uma afeição profunda.

Em defesa do berço de origem, José Lopes enaltece a ilha São Nicolau da seguinte forma:

<i>Pátria minha! Na sua curva celeste</i>	<i>Pátria minha! Exilado, na ausência,</i>
<i>Quando o sol tristemente agoniza,</i>	<i>Eu te tenho no meu pensamento;</i>
<i>Eu te envio, do amôr que me deste,</i>	<i>Farás parte da minha existência</i>
<i>Mil saudades nas asas da brisa</i>	<i>Até o meu derradeiro momento</i> ⁵⁷¹

Porém, com a mesma intensidade, reivindica a sua pertença à *pátria portuguesa*, reconhecendo-a como a realidade que os une. Expressando-o através do poema *Portugal*.⁵⁷²

⁵⁶⁷ GABRIEL FERNANDES, *A Diluição da África: Uma Interpretação da Saga Identitária Cabo-verdiana no Panorama Político (Pós) Colonial*, op. cit., p. 75.

⁵⁶⁸ EUGÉNIO TAVARES, *Autonomia*, in *A Alvorada*, Nº 2, New Bedford, 16 de Agosto de 1900, p. 2.

⁵⁶⁹ Cf. MANUEL FERREIRA, *Prefácio: o fulgor e a esperança de uma nova idade*, op. cit., p. LXX.

⁵⁷⁰ FÉLIX MONTEIRO, *Páginas esquecidas de Guilherme Dantas*, in *Raízes*, Nº 21, Cabo Verde, Junho 1984, p. 126.

⁵⁷¹ JOSÉ LOPES, *Hesperitanas (poemas)*, Lisboa, Livraria J. Rodrigues & Cia, 1929, pp. 191-192.

⁵⁷² Idem, p. 35.

*Portugal! Pátria caríssima!
A ti, pois, as minhas trovas,
Sentidas e ardentes provas
De filial afeição!*

*Salve, pois, Pátria Lendária,
A que voto amor profundo!
Tu és, das nações do mundo,
A mais ilustre nação!*

A *elite cultural* ou, como anteriormente caracterizada, a *elite letrada* da *geração dos nativistas*, destacou-se pelas suas intervenções não só literárias como também políticas, adaptando esta dualidade por eles reconhecida. Defendendo Cabo Verde com as suas especificidades, não puseram de parte a importância de identificar a pátria portuguesa como modelo. Por esta dualidade, a *geração dos nativistas* ficou conhecida, segundo Félix Monteiro, como “*a geração dos portugueses de lei e cabo-verdianos de alma.*”⁵⁷³

5.2. A Geração Claridosa

A partir dos anos 30 do século XX surge uma nova geração de intelectuais que, para fazer face aos embates políticos e culturais da época, procurou construir argumentos sob a perspectiva teórica regionalista. Apesar de não tomarem uma posição política em relação à autonomia, foram os que deram os “primeiros passos”, pelo facto de terem colocado os pés na terra, no sentido de se apropriarem da terra. Não era possível para os *claridosos*, nessa altura, assumirem um papel de destaque quanto à pretensão de independência.⁵⁷⁴

Dessa forma, para os intelectuais *claridosos*, a identidade cabo-verdiana constitui a valorização do homem nascido no arquipélago, mas marcado pela predominância dos resíduos culturais europeus. Adriano Moreira faz referências aos arquipélagos da Madeira e de Cabo Verde, considerando que no arquipélago da Madeira “*o povoamento é branco, mas isso não é uma boa razão nos tempos correntes*” *entretanto foram os cabo-verdianos a se considerarem europeus, ou seja “europeus se consideravam os cabo-verdianos.*”⁵⁷⁵

Essa geração ficou conhecida pela *geração dos claridosos*, por terem fundado a *Revista Claridade* em 1936, no Mindelo em São Vicente. O grupo era constituído por Baltazar Lopes da Silva, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, entre outros, que se destacaram como expoentes máximos da corrente teórica regionalista. Baltazar Lopes criou o *movimento Claridade*, que era acima de tudo, um movimento identitário e fê-lo sem rancor, com o desejo de dialogar. O movimento não apontava para uma situação de conflito. Constitui um espaço na afirmação

⁵⁷³ FÉLIX MONTEIRO, *Eugénio Tavares: viagens, tormentas, cartas e postais*, Praia/Mindelo, IPC, 1999, p. 175.

⁵⁷⁴ Entrevista Corsino Fortes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁵⁷⁵ ADRIANO MOREIRA, *A Comunidade Internacional em Mudança*, (3ª ed.), Coimbra, Almedina, 2007, p. 48.

identitária.⁵⁷⁶ Os *claridosos* propunham-se apresentar aquilo que seria a identidade nacional, expressada e manifestada na literatura cabo-verdiana, graças à Imprensa Nacional, como a poderosa arma, dessa e de outras gerações de elite intelectual. Baltazar Lopes destaca na *Revista Claridade*, considerando que:

*“Tínhamos de intervir. Mas, na óbvia impossibilidade de emprego de meios de acção directa, que opção nos restava? Também obviamente seria a imprensa nossa arma. Todavia, para nós, não existia em Cabo Verde imprensa no sentido jornalístico da palavra. Nestes termos, o caminho possível seria criarmos a imprensa, mediante a fundação de um jornal, que seria nosso órgão de combate.”*⁵⁷⁷

José Luís Hopffer Almada diz que *“de facto, a revista Claridade passou a ser um marco no sentido da caboverdianidade poética, ou seja, no conjunto de textos que reflectem o real cabo-verdiano.”*⁵⁷⁸ As temáticas desses intelectuais repercutiam as angústias do povo cabo-verdiano, principalmente as longas secas, subsequentes fomes, mortes e extrema miséria presenciadas no arquipélago. Isso incitou a nova geração a defender esse povo, com o pressuposto de afirmar a identidade cabo-verdiana e, conseqüentemente, a sua autonomia. A *geração de Baltazar Lopes* marcou a literatura moderna cabo-verdiana, numa relação de complementaridade.

Edward Said, crítico literário e activista, reflectindo sobre a importância dos intelectuais na sociedade moderna, considera que eles estabeleceram uma relação análoga com as grandes revoluções na história moderna, porque, para ele, *“não houve nenhuma grande revolução na história moderna sem intelectuais; de modo inverso não houve nenhum movimento contra-revolucionário sem intelectuais.”*⁵⁷⁹ Os intelectuais *claridosos*, por intermédio da literatura, souberam retratar o contexto cabo-verdiano da época e reivindicar, em momentos apropriados, a autonomia do arquipélago, o que revolucionou a história do país e a literatura moderna cabo-verdiana. Segundo Manuel Ferreira, foi a *“Claridade a marcar o início do surto de modernidade cabo-verdiana que vem irrompendo ao cabo de um longo processo subterrâneo da consciencialização cultural.”*⁵⁸⁰

Lilian Barbosa é da opinião de que *“com a revista claridade, tem início a fase modernista da literatura caboverdiana, e desse modo a revista constitui-se como um divisor*

⁵⁷⁶ Entrevista a Amaro da Luz (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁵⁷⁷ BALTASAR LOPES DA SILVA, *Depoimento*, in *Claridade: Revista de arte e letras*, MANUEL FERREIRA (DIR.), (2ª ed.), Lisboa, ALAC, 1986, p. XXII.

⁵⁷⁸ JOSÉ LUIS HOPFFER ALMADA, (COORD.) *O Ano Mágico de 2006: Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-verdiana*, Praia, Instituto de Biblioteca Nacional e do Livro, 2008, p. 325.

⁵⁷⁹ EDWARD WADIE SAID, *Representações do intelectual: As conferências Reith de 1993*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 25.

⁵⁸⁰ MANUEL FERREIRA, *No Reino de Caliban I: Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, Lisboa, Plátano, 1997, pp. 67-68.

*importante na produção do arquipélago, com a proposta dos poetas Claridosos de tratar de temas como a nostalgia do cabo-verdiano, a terra, o crioulo.*⁵⁸¹

No poema *Nocturno*⁵⁸², Manuel Lopes retrata a realidade da ilha de São Vicente, principalmente do porto denominado de Porto Grande, onde o carvão era outrora abundante e que a miséria acabou por não deixar quaisquer vestígios dele:

<i>Em que pensas, carvoeiro debruçado</i>	<i>Carvoeiro dos tempos idos</i>
<i>no cais deserto, sobre o mar,</i>	<i>- peça duma engrenagem inútil</i>
<i>cuja sombra como a um morto</i>	<i>tombada no chão:</i>
<i>o mar iluminada</i>	<i>eu sinto o drama do teu rosto limpo</i>
<i>embala?</i>	<i>onde não há vestígios de carvão...</i>
<i>Sonhas a voz do porto</i>	
<i>que já perdeu a fala?</i>	

As crises ocorridas nos anos 40 do século XX reflectiram-se nos poemas destes claridosos. O exemplo mais significativo é *Paisagem*⁵⁸³ de Jorge Barbosa, que, em certo momento, descreve o desespero da inóspita realidade da seca vivida no arquipélago:

<i>Malditos</i>	<i>no deslocamento da</i>
<i>estes anos de seca! [...]</i>	<i>paisagem! E a terra seca</i>
<i>Árvores pasmadas</i>	<i>cheia de sol! [...]</i>
<i>sequiosas</i>	<i>Em tudo</i>
<i>com restos ainda</i>	<i>o cenário dolorosíssimo</i>
<i>dos ninhos que abrigaram,</i>	<i>da estiagem</i>
<i>deixam rogativas silenciosas</i>	<i>da fome!</i>

Esta elite narra, através dos seus poemas, o cenário vivido nestas pequenas ilhas dispersas no arquipélago, onde todos sentiam as penúrias da época, que acabaram por dizimar um grande número da população de Cabo Verde.

Os intelectuais da *geração de Baltazar Lopes* acabaram por erguer um modelo identitário, que se configurava e coexistia com a identificação do Estado nacional português, e difundia a ideologia assimilacionista e regionalista. Manuel Ferreira considera que a *Revista Claridade* “*é a primeira manifestação de autêntico espírito moderno português fora da metrópole. Note-se ainda o carácter nitidamente cabo-verdiano desta publicação, em que um*

⁵⁸¹ LILIAN BARBOSA, *Literatura Caboverdiana: um caso a parte*, in *Revista Argumento*, Ano 11, Nº 17, São Paulo, Sociedade Padre Anchieta de Ensino, 2010, p. 13.

⁵⁸² MANUEL LOPES, *Poemas de quem ficou*, Açores, Oficinas Gráficas da Livraria Andrade, 1949, (s/p).

⁵⁸³ JORGE BARBOSA, *Poesias I*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1989, pp. 83-84.

particularismo indiscutível, uma personalidade própria, sabe integrar-se no universal sem perder as suas características.”⁵⁸⁴

Os *claridosos*, apesar de defenderem as particularidades do arquipélago de Cabo Verde, consideravam-no como uma região de Portugal como o Minho ou o Algarve.⁵⁸⁵ Todo o empreendimento da identidade Cabo-verdiana foi esboçado e construído pelos intelectuais da *geração de Baltazar Lopes*, apresentando o *mestiço* como um elemento distinto no contexto africano, que ostentava características assimilacionistas à cultura metropolitana. Isso marcou indubitavelmente o carácter de ambivalência dos *claridosos* na construção da identidade nacional, e na concepção da cabo-verdianidade. A elite cabo-verdiana, sobretudo da *geração de Baltazar Lopes*, sentia-se “portuguesa”, e ficava “ofendida” quando Portugal não lhes dava a devida atenção. Não gostavam de se sentir “brancos de segunda.”⁵⁸⁶

Para o historiador Victor Barros, “*uma suposta concepção da caboverdianidade era sustentada por uma certa ideia de regionalismo. Regional, (...) enquanto identidade filiada na extensão universalista lusa da identidade lusotropical criada por Portugal; e, ainda regional, no sentido em que a caboverdianidade não constituía uma forma de reivindicação da especificidade africana.*”⁵⁸⁷

Jorge Barbosa, através do Poema intitulado *Povo*,⁵⁸⁸ mostra claramente essa característica de ambivalência, que marcou o pensamento dos *claridosos* na leitura da identidade nacional.

<i>Conflito numa alma só</i>	<i>N'alma do povo ficou</i>
<i>de duas almas contarias</i>	<i>esta ansiedade profunda</i>
<i>buscando-se, amalgamando-se</i>	<i>- qualquer coisa de indeciso</i>
<i>numa secular fusão [...]</i>	<i>entre o clima tropical</i>
	<i>e o espelho de Portugal [...]</i>

O regionalismo sustentava que Cabo Verde, à semelhança de qualquer região de Portugal, também apresentava características essenciais da cultura metropolitana. Assim sendo,

⁵⁸⁴ MANUEL FERREIRA, *Prefácio: o fulgor e a esperança de uma nova idade*, op. cit., p. XXVI.

⁵⁸⁵ Cfr. BALTAZAR LOPES DA SILVA, *Mesa Redonda sobre o homem cabo-verdiano*, in *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, Ano IX, Nº 99, Dezembro 1957, p. 7.

⁵⁸⁶ Entrevista a Osvaldo Lopes da Silva (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁵⁸⁷ VICTOR BARROS, *As “Sombras” da Claridade: Entre o discurso de integração regional e a referência nacionalista*, in LUIS REIS TORGA, ET. ALII. (COORD.), *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*, Coimbra, Imprensa da Universidade da Coimbra, 2008, p. 198.

⁵⁸⁸ JORGE BARBOSA, *Obra Poética*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2002, p. 46.

segundo Gabriel Fernandes “*na verdade (...) Cabo Verde não só partilha como participa do universalismo da cultura portuguesa.*”⁵⁸⁹

Henrique Teixeira de Sousa, ao referir-se aos *claridosos*, sublinha que “*a burguesia mindelense vivia revoltada com a incúria e o desprezo da Mãe-Pátria (...) dessa revolta, quanto a mim, teria nascido a ideia de adjacência das ilhas de Cabo Verde, numa ambivalência de sentimentos.*”⁵⁹⁰ Neste sentido, os *claridosos* reivindicaram tratamentos diferentes da metrópole para com o arquipélago de Cabo Verde, e, portanto, “*vá, então, de querer tratamento diferente por parte da Mãe-Pátria. Esse tratamento conseguir-se-ia com o estatuto administrativo de adjacência, tal como existia para os arquipélagos dos Açores e da Madeira. A adjacência seria como que a legitimação desse filho bastardo que era o arquipélago de Cabo Verde.*”⁵⁹¹

A construção identitária levantada por essa geração vai no sentido da edificação da identidade mestiça e regional. É ancorado em temas muitos significativos que, de alguma forma, os *claridosos* retratam ou narram o quotidiano dos cabo-verdianos, em momentos de muita penúria. É o caso de Baltazar Lopes, com o tema *Chiquinho*, em que espelha bem a difícil vivência do cabo-verdiano num cenário catastrófico, marcado pelas longas estiagens.

Torna-se evidente e importante compreender um pouco as posições assumidas num contexto de formação de uma identidade nacional, que, de certo modo, seria uma justificação para os traços assimilados da cultura cabo-verdiana por parte dos colonos. E torna-se igualmente importante a busca de uma âncora teórica para fundamentar o regionalismo posto em destaque por essa geração.

5.3.1. A dissonância gilbertiana

A relação estabelecida entre os intelectuais cabo-verdianos e brasileiros foi significativa, sobretudo na importação de modelos que ajudassem a definir a identidade mestiça, numa literatura, que se enquadrava na explicação da identidade dos povos das outras colónias nos trópicos. Isso aconteceu, como João Lopes explica no primeiro número da *Revista Claridade*, que “*dada a insuficiência de materiais de estudo que permitiam refazer a história económica e social das ilhas, temos que preencher as lacunas com ilações tiradas da situação actual e*

⁵⁸⁹ GABRIEL FERNANDES, *A Diluição da África: Uma Interpretação da Saga Identitária Cabo-verdiana no Panorama Político (Pós) Colonial*, op. cit., p. 80.

⁵⁹⁰ HENRIQUE TEIXEIRA DE SOUSA, *Da Claridade à Clarividência*, in *Cultura, Suplemento de A Semana*, Nº125, Ano III, Editor, Doralis Santana, 18 de Outubro de 1993, p. II.

⁵⁹¹ Idem, p. II.

subsidiariamente dos estudos levados a efeito no Brasil, para a explicação do fenómeno brasileiro.”⁵⁹²

A importação de modelos explicativos dos intelectuais brasileiros viria a auxiliar os *claridosos* em leituras acerca da identidade *mestiça* e da afirmação de que Cabo Verde se destaca como uma importante região inserida nos trópicos. Neste sentido, a literatura brasileira teve um importante impacto para os *claridosos*, servindo como um veículo essencial na adopção da concepção regionalista. Como sustenta o ficcionista, poeta e crítico literário José Osório de Oliveira:

“Os cabo-verdianos precisavam de um exemplo que a literatura de Portugal não lhes podia dar, mas que o Brasil lhes forneceu. As afinidades existentes entre Cabo Verde e os Estados do Nordeste do Brasil predispunham os cabo-verdianos para compreender, sentir e amar a nova literatura brasileira. Encontrando exemplos a seguir na poesia e nos romances modernos do Brasil, sentindo-se apoiados, na análise do seu caso, pelos novos ensaístas brasileiros, os cabo-verdianos descobriram o seu caminho.”⁵⁹³

A afinidade existente entre Cabo Verde e, principalmente, o Nordeste do Brasil, é explicada por Dulce Almada Duarte pelo facto de *“o Nordeste Brasileiro, com as suas secas e os seus êxodos, as suas esperanças, e as suas frustrações, surgia como eco longínquo e amplificador dos gritos de revolta que morreriam na garganta dos homens das ilhas.*”⁵⁹⁴

Baltazar Lopes considera que o refúgio na literatura brasileira se explica pela necessidade de adopção de métodos e procedimentos analíticos de outras latitudes, preenchendo as lacunas de meios necessários que não estavam ao dispor dos *claridosos* para análise da realidade cabo-verdiana. Assim, frisa o autor que *“certezas sistemáticas que só podiam vir, com o auxilio metodológico e com investigação, de outras latitudes.*”⁵⁹⁵ Neste caso, o autor faz referência aos métodos e investigações dos intelectuais brasileiros.

Para Pedro Cardoso, as referências da literatura brasileira para os intelectuais cabo-verdianos não começaram com os *claridosos*, mas sim desde a *geração de Eugénio Tavares*. Estes apresentavam uma certa afinidade com os escritores brasileiros, como Olavo Bilac, Euclides da Cunha e Coelho Neto.⁵⁹⁶ Entretanto, segundo José Carlos Gomes dos Anjos, é com a *geração dos claridosos* que:

⁵⁹² JOÃO LOPES, *Apontamento*, in *Revista Claridade*, Nº 1, São Vicente, Março 1936, p. 9.

⁵⁹³ JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA, *Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil*, in *Claridade: Revista de Arte e Letras*, Nº 2, São Vicente, Agosto 1936, p. 4.

⁵⁹⁴ DULCE ALMADA DUARTE, *Literatura e Identidade: Uma abordagem sociocultural*, op. cit., p. 13.

⁵⁹⁵ BALTAZAR LOPES DA SILVA, *Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre*, Praia, Imprensa Nacional, 1956, p. 5.

⁵⁹⁶ PEDRO MONTEIRO CARDOSO, *Folclore Cabo-verdiano*, op. cit. pp. 85-87.

*“Esse regime de importação torna-se sistemático e estruturado a partir do princípio modernista da regionalização cultural. Isto é, o regime de importação da geração Claridade, assente fundamentalmente sobre os modelos de produção cultural proposto pelo modernismo, é favorecido pela ênfase na afirmação de espaços particulares (regionais) de produção cultural. É a partir da importação desse princípio de afirmação regional que os Claridosos fazem uma reivindicação de autonomia na produção literária.”*⁵⁹⁷

Os *claridosos* tomaram conhecimento das obras e trabalhos literários de autores brasileiros como: Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins de Rego, José Américo de Almeida, Jorge de Lima, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto e Gilberto Freyre, entre outros. Desses intelectuais, um dos mais célebres foi o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que Omar Ribeiro Thomaz considera como sendo “o messias brasileiro” para os intelectuais cabo-verdianos da década de trinta.⁵⁹⁸ O destaque de Gilberto Freyre entre os *claridosos* é confirmado nas palavras de Victor Barros: “*se desde um primeiro momento podemos referir a uma espécie de aproximação dos Claridosos em relação à literatura do Nordeste Brasileiro, por sua vez, os Claridosos vão buscar o suporte teórico nas ideias de Gilberto Freyre.*”⁵⁹⁹

Gilberto Freyre debruçou-se sobre a questão do luso-tropicalismo, demonstrando a importância da expansão da cultura portuguesa nos trópicos. O luso-tropicalismo caracteriza-se por “*uma teoria interdisciplinar de base sociológica que explica a originalidade da adaptação da cultura portuguesa a ambientes tropicais, partindo de um estudo de caso, profusamente documentado, que é o Brasil, ou melhor, a História Social do Brasil desde o século XVI.*”⁶⁰⁰ Essa teoria foi absorvida pela *elite cultural* da geração dos *claridosos* que a transpôs para a realidade do *mestiço* cabo-verdiano. As obras *Casa Grande & Senzala* (1933), *O Mundo que o Português Criou* (1940), *Integração Portuguesa nos Trópicos* (1958) e *O Luso e o Trópico* (1961) de Gilberto Freyre, foram obras de referência, que cimentaram a teoria do luso-tropicalismo. Neste sentido, segundo Gabriel Fernandes, os intelectuais *claridosos* devoraram “canibalisticamente” o luso-tropicalismo, reapropriando-o para a realidade do arquipélago de Cabo Verde e da sua identidade.⁶⁰¹ Na verdade, como refere

⁵⁹⁷ JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS, *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de definição da Identidade Nacional*, Porto Alegre, UFRGS/IFCH e Praia, INIPC, 2002, p. 113.

⁵⁹⁸ OMAR RIBEIRO THOMAZ, *Do saber colonial ao luso-tropicalismo: Raça e nação nas primeiras décadas do salazarismo*, in MARCOS CHOR MAIO, ET. ALII (ORGS.), *Raça, Ciência e Sociedade*, Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, 1996, p. 87

⁵⁹⁹ VICTOR BARROS, *As “Sombras” da Claridade: Entre o discurso de integração regional e a referência nacionalista*, op. cit. p. 199.

⁶⁰⁰ Cfr. PEDRO BORGES GRAÇA, *A Incompreensão da Crítica ao Luso-Tropicalismo*, in *ANAIS do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*, 21 a 24 de Março, Recife, Fundação Gilberto Freyre, 2000, p. 208.

⁶⁰¹ GABRIEL FERNANDES, *A Diluição da África: Uma Interpretação da Saga Identitária Cabo-verdiana no Panorama Político (Pós) Colonial*, op. cit., p. 82.

Pedro Borges Graça, Gilberto Freire “definiu o seu projecto pela necessidade de explicar o fenómeno de miscigenação global que se observava no Brasil num espírito que traduzia, sem dúvida, a herança universalista portuguesa, projectando a sua análise num tempo demorado que acabou por lhe germinar no pensamento, 20 anos depois da Casa-Grande & Sanzala, o conceito de Luso-tropicalismo.”⁶⁰²

Manuel Lopes considera que a obra de *Casa Grande & Sanzala* (1933) foi admirada pelos cabo-verdianos por encerrar princípios estruturantes da teoria do luso-tropicalismo, que se aplicava perfeitamente à realidade do arquipélago.⁶⁰³ A obra foi tão venerada e o entusiasmo era tal, que, segundo Henrique Teixeira de Sousa, “*houve quem dormisse com Casa Grande & Sanzala na banquinha de cabeceira, e o manuseasse com o mesmo fervor com que os crentes lêem as Sagradas Escrituras. Não admira.*”⁶⁰⁴ Acrescenta ainda que “*os factores históricos-sociais e ráticos que corroboraram na génese do povo brasileiro são, na sua quase totalidade, os mesmos que influíram na nossa formação. Na obra de Gilberto Freyre, conseguimos, pois redescobrir a nossa própria terra sem ela ali estar.*”⁶⁰⁵

O cerne da teoria do luso-tropicalismo encontra-se expressa na obra *O Mundo que o Português Criou* (1940), onde Gilberto Freyre faz saber que “*Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesa, a Madeira e Cabo Verde constituem hoje uma unidade de sentimento e de cultura.*”⁶⁰⁶ Esta unidade era considerada ímpar, o que distinguia Portugal dos outros impérios europeus, por ter sido responsável pela construção de uma civilização tropical reconhecida e, sobretudo, harmoniosa entre os diferentes povos num processo de adaptação e de assimilação. A historiadora portuguesa Cláudia Castelo fez saber que Gilberto Freyre atribui aos portugueses uma especial capacidade de adaptação aos trópicos, fruto da sua apetência pela mestiçagem, pela interpenetração de culturas e pelo ecumenismo,⁶⁰⁷ e tal aconteceu, segundo Adriano Moreira, no estabelecimento de “*relações de amizade com as populações dos vários continentes, e só quando as situações exigiam eram levados a servir-se das armas e a lutar (...)* A nossa acção assimiladora não se exerceu de maneira violenta,

⁶⁰² PEDRO BORGES GRAÇA, *Gilberto Freyre na Correspondência de Melville J. Herskovits: O Luso-Tropicalismo frente ao Afro-Americanismo*, in ADRIANO MOREIRA E JOSÉ CARLOS VENÂNCIO (ORGS.), *Luso-Tropicalismo. Uma Teoria Social em Questão*, Lisboa, Vega, 2000, p. 58.

⁶⁰³ MANUEL LOPES, *Reflexões sobre a Literatura Cabo-verdiana ou a Literatura nos Meios Pequenos*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, p. 16.

⁶⁰⁴ HENRIQUE TEIXEIRA DE SOUSA, *Uma visita desejada*, in *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, Nº 27, Dezembro 1951, p. 31.

⁶⁰⁵ Idem, p. 31.

⁶⁰⁶ GILBERTO FREYRE, *O Mundo que o Português Criou*, (2ª ed.), Lisboa, Livros do Brasil, 1940, p. 39.

⁶⁰⁷ CLÁUDIA CASTELO, *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento, 1999, p. 35.

antes, pelo contrário, procuramos adaptar-nos aos ambientes naturais e sociais, respeitando os estilos de vida tradicionais.”⁶⁰⁸

Comunga da mesma perspectiva Cátia Miriam Costa, mestre em Estudos Africanos pela Universidade Técnica de Lisboa, ao realçar que “*o português – cultura, conceito introduzido por Freyre, seria aquele que estava no gérmen de formação de um conjunto de características comuns à cultura portuguesa, brasileira e dos restantes espaços tropicais colonizados pelos portugueses – habitados pelos luso-descendentes.*”⁶⁰⁹

Os *claridosos* procuraram diversos argumentos para justificar a identidade nacional, salientando que Cabo Verde se encontrava vinculado à realidade portuguesa, partilhando assim dos mesmos elementos culturais e dos mesmos valores. Por conseguinte, Cabo Verde é tão Portugal como outras regiões nos trópicos, e é tão Portugal como Minho e Algarve. E os cabo-verdianos também são luso-descendentes, que se encontram integrados na civilização tropical criada pelo antigo Império Português. Para Baltazar Lopes, o regionalismo constituiria “*uma condição de unidade e de ordem para o nosso núcleo particular e uma exigência dos superiores interesses da Nação.*”⁶¹⁰

A *elite cultural* da geração de Baltazar Lopes, com o intuito de consagrar o projecto da identidade cabo-verdiana, necessitava, segundo Gabriel Fernandes, “*que seus principais enunciados fossem validados ou corroborados por quem lhes fornecera o material indispensável à sua autodescoberta, pelo que guardavam, com ansiedade, a visita de Gilberto Freyre.*”⁶¹¹ Os intelectuais *claridosos* acreditavam na relação entre a teoria do luso-tropicalismo e a realidade do arquipélago. Para David Hopffer Almada “*depreende-se, facilmente, que para os intelectuais da sociedade cabo-verdiana, Cabo verde seria talvez, o exemplo mais acabado da integração portuguesa nos trópicos, uma sociedade onde a integração étnica se deu totalmente: onde o conceito de luso-tropicalismo aplica-se com mais propriedade.*”⁶¹²

Gilberto Freyre aceitou, em 1951, a proposta apresentada por parte do Ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, de permanecer em Portugal e, posteriormente, viajar durante um ano para o Ultramar Português, no sentido de explorar o mundo que o português procurava criar, numa oportunidade única de aplicar e testar empiricamente a teoria do luso-

⁶⁰⁸ ADRIANO MOREIRA, *O Ocidente e o Ultramar Português*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1961, pp. 40-41.

⁶⁰⁹ CÁTIA MIRIAM COSTA, *Mundo Luso-Tropical: Três estudos de caso*, Lisboa, Minerva, 2005, p. 43

⁶¹⁰ BALTAZAR LOPES DA SILVA, *Regionalismo e Nativismo*, op. cit., p. 6.

⁶¹¹ GABRIEL FERNANDES, *A Diluição da África: Uma Interpretação da Saga Identitária Cabo-verdiana no Panorama Político (Pós) Colonial*, op. cit., p. 102.

⁶¹² DAVID HOPFFER ALMADA, *Caboverdianidade & Tropicalismo*, op. cit., p. 83.

tropicalismo “*com os olhos de homem de estudo. Com olhos livremente críticos. Que veja da África, do Oriente, das ilhas, os defeitos e não apenas as virtudes.*”⁶¹³

O arquipélago de Cabo Verde fazia parte deste projecto e inscrevia-se na agenda das visitas ao Ultramar. Tendo “*chegado a Santiago, em meados de 1951, Gilberto Freyre percorreu, ainda, as ilhas de S. Vicente e do Sal.*”⁶¹⁴ Nesta visita, que prolongou por uma semana aproximadamente, o que Gilberto Freyre constatou, em primeiro lugar, e que fez questão de citar na sua obra *Aventura e Rotina* (1953), foi a grande semelhança entre o nordeste brasileiro e Cabo Verde, principalmente no que se refere às características climáticas e à coragem dos seus habitantes. O autor a este respeito alude ao facto de que:

“Cabo-Verde é uma espécie de Ceará desgarrado no meio do Atlântico. Um Ceará-arquipélago onde raramente chove ou deixa de fazer sol. A mesma aridez do Ceará continental. E em luta contra a terra árida e contra o sol cru um povo, em sua maioria, mestiço de português com africano da Guiné, que se parece com o cearense na coragem com que, magro e ágil, enfrenta “verdes mares bravios”; e também na tendência de espalhar-se pelo mundo, embora sempre voltando ou procurando voltar à terra ingrata. Ingrata mas amada.”⁶¹⁵

A partir deste momento, começa a delinear-se, pelo menos em parte, aquilo que Gilberto Freyre interpretava acerca da realidade do arquipélago e a respeito da identidade nacional que os *claridosos* teriam apresentado. Após uma análise do próprio fundador da teoria do lusotropicalismo, os *claridosos* constataram que, afinal, a visita “desse” sociólogo brasileiro foi catastrófica. Os argumentos de Gilberto Freyre não foram compatíveis com as expectativas dos *claridosos*, e a identidade criada por estes não correspondia, na sua total abrangência, à real identidade do *mestiço* cabo-verdiano. Como constatou Victor Barros, “*o desejo e a ânsia por uma possível visita de Gilberto Freyre estava na crença dos Claridosos de que os elementos da comunidade das ilhas encaixavam plenamente na interpretação lusotropicalista.*”⁶¹⁶ Gilberto Freyre, no entanto, refutou esta crença e referiu-se a determinados aspectos por ele constatados durante a sua visita, que não se adequavam às expectativas dos *claridosos*. Estes aspectos diziam respeito principalmente à cor da pele, à língua e aos costumes dos cabo-verdianos. Em primeiro lugar, Freyre constatou que a predominância africana é acentuada, o que define a cor negra dos cabo-verdianos,

⁶¹³ GILBERTO FREYRE, *Aventura e Rotina: Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*, (3ª ed.), Rio de Janeiro, Topbooks, 2001, p. 35.

⁶¹⁴ SÉRGIO GONÇALO DUARTE NETO, *Colónia Mártir Colónia Modelo: Cabo Verde no Pensamento Ultramarino Português (1925-1965)*, op. cit., p. 99.

⁶¹⁵ GILBERTO FREYRE, *Aventura e Rotina: Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*, op. cit., p. 263.

⁶¹⁶ VICTOR BARROS, *As “Sombras” da Claridade: Entre o discurso de integração regional e a referência nacionalista*, op. cit. p. 199.

principalmente os da ilha de Santiago, ou seja, “o primeiro caldeirão de ensaio dessa aventura étnica foi esta ilha de São Tiago, hoje tão negróide: sinal de que, ao contrário do que vem sucedendo, cada vez mais, no Brasil, o grosso da população vem-se mantendo o elemento de origem africana.”⁶¹⁷

Em segundo lugar, Gilberto Freyre constata o *crioulo* como sendo um dialecto que nenhum português ou brasileiro entenderia e, por consequência, influenciado pelos elementos africanos, de onde resultou a deformação do português enquanto língua. Neste sentido, considera que “nenhum português ou brasileiro é capaz de compreender senão depois de iniciado nos seus segredos.”⁶¹⁸ Acrescenta ainda que “nós estamos habituados a um imenso Brasil no qual bem ou mal se fala só o português, numas áreas influenciado pelo italiano ou pelo alemão, noutras, pelo africano ou pelo ameríndio. Mas sempre o português.”⁶¹⁹ E, de forma resumida, Gilberto Freyre chegou a afirmar que os cabo-verdianos são, predominantemente, “africanos, tendo tido, como na cor, no aspecto, nos costumes, com salpicos, apenas, de influência europeia, sobre a predominância étnica e social.”⁶²⁰

Esses argumentos, e acima de tudo a visita de Gilberto Freyre aos trópicos, deram origem a publicações de algumas obras importantes, como é o caso de *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953); *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção* (1953); e *O Luso e o Trópico* (1961), que trouxeram o desmoronamento do regionalismo e, conseqüentemente, a mestiçagem defendida pela elite local, ou seja, os *claridosos*. Defende David Hopffer Almada que “os escritos que Gilberto Freyre faria publicar sobre as suas viagens (*Aventura e Rotina*; *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* e *O Luso e o Trópico*) caíram como uma bomba em Cabo Verde. Afinal, o cientista em quem se depositava tanta confiança, decepcionara grandemente.”⁶²¹

Baltazar Lopes chega a afirmar, expressando o desânimo de todos os intelectuais da época: “o messias desiludiu-nos.”⁶²² A leitura de Freyre não se adequava à imagem que a elite cultural fazia acerca do *mestiço* cabo-verdiano, considerado como aquele que se assemelha ao metropolitano, e que os traços afro-negros tendem a desaparecer e submergir.

⁶¹⁷ GILBERTO FREYRE, *Aventura e Rotina: Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*, op. cit., p. 264.

⁶¹⁸ Idem, p. 264.

⁶¹⁹ Idem, p. 264.

⁶²⁰ Idem, p. 266.

⁶²¹ DAVID HOPFFER ALMADA, *Caboverdianidade & Tropicalismo*, op. cit., p. 83.

⁶²² BALTAZAR LOPES DA SILVA, *Cabo Verde Visto Por Gilberto Freyre*, op. cit., pp. 6-17.

5.4. A Geração Nacionalista

A transição do regionalismo ao nacionalismo cabo-verdiano aconteceu após um período de aproximadamente três décadas (1936-1962). Este período ficou marcado, essencialmente, por um acentuado esforço dos intelectuais cabo-verdianos numa produção teórica, em que a cultura se apresenta exclusivamente agregada à cultura portuguesa.⁶²³

Manuel Lopes, na tentativa de definir o conceito de regionalismo, sintetiza-o de forma metafórica, como sendo uma atitude de *finçar os pés na terra*, o que significava debruçar-se sobre os problemas de Cabo Verde e das condições de vida do seu povo.⁶²⁴ *Finçar os pés na terra* surgiu com a *Revista Claridade*, a partir do grupo de intelectuais *claridosos*. A Revista, como salienta Manuel Ferreira, apesar de se apresentar nos seus primeiros números essencialmente literária, “*nem por isso deixam de nela aparecer notas que apontam não só para as características sociais de Cabo Verde mas também para as suas raízes humanas e telúricas.*”⁶²⁵

O contexto da defesa dos interesses do arquipélago coincide com o abandono por parte da metrópole. Neste sentido, o regionalismo é fruto desse contexto, onde se reivindica a autonomia para as ilhas de Cabo Verde, como uma região de Portugal. Defende Manuel Brito-Semedo que “*os homens das décadas de trinta e quarenta finçam os pés na terra cabo-verdiana e revelaram o estado de abandono a que as ilhas estavam voltadas. Esse finçar dos pés na terra é feito com base na cultura que especifica e diferencia o homem das ilhas como um caso à parte dentro do Império Português.*”⁶²⁶

Neste período, forma-se um modelo identitário regionalista, onde a preocupação central seria abafar o que de africano se encontrava na cultura cabo-verdiana, traduzindo-se, em termos político-administrativos, na reivindicação de um estatuto de adjacência.

Contudo, com a *geração dos anos 50* ou *geração de Amílcar Cabral*, o *finçar os pés na terra* adquire um significado essencialmente político, tendo como implicação imediata a assunção da condição de africano e a ligação de Cabo Verde aos outros países envolvidos na emancipação político-cultural. Assim, enquanto a *geração dos claridosos* considerava a

⁶²³ Cfr. GABRIEL FERNANDES, *Entre a Europeidade e a Africanidade: Os marcos da colonização/descolonização no processo de funcionalização identitária em Cabo Verde*. (Dissertação de Mestrado), Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000, p. 83.

⁶²⁴ MANUEL LOPES, *O Programa de claridade era finçar os pés na terra Cabo-verdiana*, in *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, N.º 121, Praia, Outubro 1959, p. 7.

⁶²⁵ MANUEL FERREIRA, *No Reino de Caliban I - Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, op. cit., p. 87.

⁶²⁶ MANUEL BRITO-SEMEDO, *A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*, op. cit., op. cit., p. 332.

identidade como resultado de interacções quotidianas, sem que as relações ali subjacentes fossem problematizadas, uma vez que assumidas como relações simétricas, a *geração de 50* concebe-as a partir da reiteração das diferenças num cenário e de relações de dominação.

Para a nova geração de intelectuais parecia claro que a identidade afirmada pelos *claridosos*, por conter o princípio de pensamento da ideologia assimilacionista, não podia funcionar como instrumento de mobilização para uma possível independência nacional. A nova opção da geração, no fundo, teria de se traduzir numa reviravolta das orientações políticas por parte de uma cultura mestiça, de modo a que a especificidade cultural cabo-verdiana pudesse ser reorientada no âmbito de uma aproximação à África.

A defesa da raiz africana e o profundo laço que une este continente aos cabo-verdianos, passa a ser um dos pressupostos teóricos, a ponto de o caracterizarem como o movimento da *reafricanização dos espíritos* preconizado pela *geração nacionalista*. É de destacar que, para a *geração dos nacionalistas*, é de extrema importância estreitar as relações com outros países de África, permitindo “olhares diferentes” e que se traduziram mais tarde, sobretudo no período pós-independência, em novos acordos e deslocações a este continente. Foram igualmente produzidos discursos no sentido de uma “ancoragem” à África, nas relações a norte, sul e leste, que foram ganhando peso ao longo da história de Cabo Verde, que soube proceder à gestão dessas circunstâncias, ancoradas nas políticas previamente definidas.⁶²⁷

Amílcar Cabral, como um dos mais exímios representantes deste movimento, viria, por intermédio do partido PAIGC, fundado para a libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, e num contacto com os estudantes da colónia, a reivindicar a independência e libertação desses países e resgatar os ideais africanos. Mário Pinto de Andrade, ensaísta e ex-activista político angolano, refere que Cabo Verde, para Cabral, mesmo sendo uma região insular, estava intimamente ligada ao continente africano sendo, por esta razão que se começa a afirmar nele a sua dimensão africana.⁶²⁸ Para Amílcar Cabral, “*a cultura do povo de Cabo Verde é africaníssima: nas crenças é idêntico*”, referenciando as “*feitiçaria (morundade), ‘Almas’ que aparecem de noite, gente que voa, que faz; que acontece, como interpretação da realidade da vida que é perfeitamente igual a África. Deitar sortes então, nem falemos.*”⁶²⁹

⁶²⁷ Entrevista a Carlos Réis (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁶²⁸ MÁRIO PINTO DE ANDRADE, *Amílcar Cabral e a Reafricanização dos Espíritos: um depoimento de Mário Pinto de Andrade*, in *Jornal No Pintcha*, Ano II, Nº 225, Bissau, 12 de Setembro de 1976, pp. 8-9.

⁶²⁹ AMÍLCAR CABRAL, *Nacionalismo e Cultura*, op. cit., pp. 44-45.

5.4.1. A Casa dos Estudantes do Império e a emergência da consciência nacionalista

A Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi criada com uma finalidade própria que, por sua vez, acabou por servir como instrumento de divulgação de uma ideologia nacionalista, que a *geração de Cabral* utilizou para divulgar com o objectivo de incentivar a luta pela independência das colónias do antigo Império Português em África. Para António Costa Pinto, a CEI foi primordial para a autodeterminação das províncias ultramarinas. Estabelecida e financiada desde 1944 pelo Estado Novo, e sob a tutela do Ministério das Colónias e da Mocidade Portuguesa, tinha como finalidade amparar os estudantes vindos das colónias, criando nos seus espíritos uma mentalidade imperial.⁶³⁰ António Faria, historiador, escritor e cineasta considera que a CEI “*nascia como consagração da política de enaltecimento e de defesa do império colonial, portanto, a coroar uma espécie de consciência histórica do regime.*”⁶³¹

Este organismo acabou por se transformar no berço das *elites nacionalistas*, albergando revolucionários que promoveram a luta pela libertação das colónias. De entre as causas de descolonização, apontadas por Nuno Canas Mendes, destaca-se a “*formação de elites locais, que estudaram na Europa e nos E.U.A., tomando conhecimento das ideias aí vigentes, propagando-as pelos seus países. Nota-se que a formação destas elites foi fomentada pelas metrópoles, já que essa era uma forma de facilitar a colonização*”⁶³² António Marques Bessa é de opinião de que “*uma elite instruída, muitas vezes nas escolas superiores da metrópole, constitui um núcleo que elabora uma ideologia independentista*”. Esta, progressivamente, reuniu as condições necessárias, em colaboração com os quadros da administração colonial, para abraçar a acção de libertação.⁶³³

O objectivo inicial da criação da casa de estudantes na metrópole era o de conceber um centro para estudantes do ensino superior, oriundos das províncias ultramarinas e que se dirigiam a Portugal, com a finalidade de alimentar o espírito do império colonial. No entanto, paradoxalmente, acabou por servir como o local privilegiado de concentração dos estudantes ultramarinos, que propagavam os *ideais nacionalistas* e revolucionários.

Leila Leite Hernandez, socióloga brasileira, refere que a CEI é o centro efectivo da reunião dos estudantes das colónias. Instituída pelas autoridades salazaristas, pouco antes da

⁶³⁰ ANTÓNIO COSTA PINTO, *A Guerra Colonial e o fim do Império Português*, in FRANCISCO BETHENCOURT, & KIRTI CHAUDHURI, (ORGS.), *História da Expansão Portuguesa*, (Vol. 5), Lisboa, Temas & Debates, 2000, p. 65.

⁶³¹ ANTÓNIO FARIA, *Linha estreita da liberdade: a Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, Colibri, 1997, p. 24.

⁶³² NUNO CANAS MENDES, *História e Conjuntura nas Relações Internacionais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2008, p. 94.

⁶³³ ANTÓNIO MARQUES BESSA, *Elites e Movimentos Sociais*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, pp. 123-124.

Segunda Guerra Mundial, é o espaço onde são discutidos temas como o anti-fascismo e a democracia, a independência, a unidade africana, o desenvolvimento e o socialismo, além de se reflectir sobre a organização da luta por esses ideais.⁶³⁴

Torna-se, pois, imprescindível destacar a importância da CEI na formação de um ideal, que contribuiu para a divulgação de um pensamento comum, que marcaria a viragem para um novo contexto na construção do Estado-Nação cabo-verdiano. Indubitavelmente, a importância dessa casa foi marcante pela possibilidade de aí se poderem reunir para discutir importantes assuntos e projectar as ambições de um grupo de estudantes africanos. Considera Manuel Brito-Semedo, que a CEI tinha como finalidade principal a protecção dos estudantes ultramarinos, onde se preconizava a harmonia e o estreitamento de laços de solidariedade e camaradagem entre os estudantes ultramarinos e os metropolitanos e se promovia a divulgação das províncias ultramarinas portuguesas.⁶³⁵ Ao longo dos cinco anos da sua implantação desenvolveram-se diversos trabalhos recreativos na área do desporto, na área social e, principalmente, na divulgação da cultura dos territórios coloniais, que culminaria com o lançamento de poesias e grande variedade de artigos literários.

A *geração de Cabral* criou vínculos possíveis para que todo o empreendimento da libertação nacional e da própria independência se tornasse possível. Essa geração, investindo em cursos superiores na metrópole, cria mecanismos no sentido de ancorar as suas *ideologias nacionalistas*, e é na própria CEI, que se reúnem para discutir e organizar a defesa das suas origens africanas.

5.4.2. O exemplo de Amílcar Cabral

A década de cinquenta marca uma nova era na formação da identidade nacional, com referência ao resgate das origens africanas. Estes ideais foram enunciados por um grupo de intelectuais, pertencentes à *geração de Cabral* ou *geração da consciência nacionalista*, tendo como objectivo difundir a cultura e a tradição africana através do processo de *reafricanização dos espíritos*. A dimensão estruturante da identidade nesta altura relaciona-se com a *consciência nacionalista*, que se verificou antes da independência, e constitui-se como um “lugar-comum” num elemento agregador, de maior coesão e *consciência nacional*.⁶³⁶

⁶³⁴ LEILA LEITE HERNANDEZ, *Os filhos da Terra do Sol: A formação do Estado-nação em Cabo Verde*, São Paulo, Sammus, 2002, p. 145.

⁶³⁵ MANUEL BRITO-SEMEDO, *A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*, op. cit., p. 340.

⁶³⁶ Entrevista a Corsino Fortes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

Os intelectuais da *geração de Amílcar Cabral* eram, inicialmente, oriundos de algumas colónias portuguesas, tais como Angola e Moçambique. Lutavam por um fim comum, que consistia em resgatar as origens ainda no antigo Império Português, seguindo estruturas cognitivas próprias, ancorados na ideologia nacionalista. Segundo José Carlos Venâncio, é neste grupo que Amílcar Cabral se destaca e é “igualmente apontado como um dos líderes mais carismáticos e, em termos teóricos, mais influentes do nacionalismo africano.”⁶³⁷ Para o historiador Alexis Wick “na memória colectiva dos seus compatriotas, Amílcar Cabral é conhecido como pai da nacionalidade guineense e cabo-verdiana.”⁶³⁸ Amílcar Cabral, doutrinado pelo socialismo marxista, é considerado por Adriano Moreira, como aquele que se destacou no espaço português, com vigor e personalidade. “Separou-se perfeitamente do marxismo, como metodologia e teoria, do leninismo, que é uma doutrina para a acção e para a implantação do soviétismo. Foi o único que procurou regionalizar o marxismo, construindo um pensamento a partir da realidade africana.”⁶³⁹

Cabral patenteou bem o seu espírito revolucionário e a sua forte ligação aos *movimentos nacionalistas*, através desta sua declaração: “jurei a mim mesmo que tenho que dar a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como Homem, até ao dia em que morrer, ao serviço do meu povo na Guiné e Cabo Verde. Ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição na medida do possível, para a vida do homem se tornar melhor no mundo. Este é o meu trabalho.”⁶⁴⁰ Constituídos em Portugal continental, faziam parte do grupo, além de Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade (Angola), Agostinho Neto (Angola), Humberto Machado (Angola), Noémia de Sousa (Moçambique), Alda Espírito Santo (São Tomé e Príncipe) e Francisco José Tenreiro (São Tomé e Príncipe). Assim, começa a história desta geração de pensadores *nacionalistas africanos*, que se espalha por todas as antigas colónias portuguesas em África.

No entanto, é entre estudantes e pensadores na metrópole que começa, de forma específica, a surgir uma *elite cultural* nacionalista cabo-verdiana, em que se integrava Aginaldo Brito Fonseca, Gabriel Mariano Lopes da Silva, Ovídio de Sousa Martins, Manuel de Jesus Monteiro Duarte, Francisco Lopes da Silva, José Leitão da Graça, José Araújo e Onésimo Silveira, baptizados, segundo Manuel de Jesus Monteiro Duarte, como a *Nova*

⁶³⁷ JOSÉ CARLOS VENÂNCIO, *O Fato Africano: Elementos para uma Sociologia da África*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2009, p. 97.

⁶³⁸ ALEXIS WICK, *A nação no pensamento de Amílcar Cabral*, in CARLOS LOPES (ORG.), *O Desafios contemporâneos da África: O Legado de Amílcar Cabral*, (1ª ed.), São Paulo, Unesp, 2012, p.71.

⁶³⁹ ADRIANO MOREIRA, *O Novíssimo Príncipe: Análise da Revolução*, Coimbra, Almedina, 2009, p. 69.

⁶⁴⁰ AMÍLCAR CABRAL, *Sou um Simples Africano*, Cabo Verde, Fundação Mário Soares, 2000, p. 13.

Largada. Reivindicam a liberdade e a autodeterminação do povo africano, denunciam o sistema colonial e apelam para uma consciencialização da própria identidade. Estrategicamente, o objectivo do grupo foi “*fazer da criação literária um meio e uma forma de denúncia global do sistema colonial, de consciencialização do homem africano (...) de reivindicação de identidade autêntica na liberdade e de plena autodeterminação.*”⁶⁴¹

A geração de Amílcar Cabral viria a esboçar, numa rede intensa de intelectuais, novas formas de pensar e novas preocupações com a identidade nacional, que antes se apelidava de *consciência regionalista*, segundo a qual Cabo Verde é uma região de Portugal como o Minho, Algarve, Madeira, Açores, etc., e partilha do mesmo universalismo português e das mesmas similitudes. Para João Vasconcelos, a *geração dos anos 50* é “*filha da conjuntura internacional do pós-guerra, esta geração encetou luta aberta contra o colonialismo português, sob as bandeiras da independência nacional e do socialismo.*”⁶⁴² Esta geração marca uma ruptura com o propósito de contornar e se desfazer da pressão do colonialismo, começando pela crítica ao ensino colonial que Amílcar Cabral rejeita, referindo:

“*Toda a educação portuguesa deprecia a cultura e a civilização do africano. As línguas africanas estão proibidas nas escolas. O homem branco é sempre apresentado como um ser superior e o africano como um inferior. As crianças africanas adquirem um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Aprendem a temer o homem branco e a terem vergonha de serem africanos. A geografia, a história e a cultura de África não são mencionadas, ou são adulteradas, e a criança é obrigada a estudar a geografia e a história portuguesa.*”⁶⁴³

Cabo Verde incluía-se no rol dos países africanos sob o domínio colonial e, nesse sentido, era necessário resgatar a sua origem e *reafricanizar os seus espíritos*. Para que isso acontecesse, segundo Amílcar Cabral, tornava-se necessário ultrapassar “*todas as dificuldades, fugindo às tentações, libertando-se dos compromissos de alienação cultural (e, portanto, política)*” e, efectivamente, Cabo Verde “*soube reencontrar as suas próprias raízes, identificar-se com o seu povo.*”⁶⁴⁴ O desejo que se queria satisfazer, foi o de atingir um Estado livre, em que fossem cultivados os seus traços, sem a exploração do domínio colonial. Todo esse processo teve início quando um grupo de estudantes, possivelmente com alguns recursos económicos, se integra na metrópole, e daí começa a delinear uma nova forma de pensar e de modelar a identidade nacional, subscrita na contradição das gerações precedentes,

⁶⁴¹ MANUEL DE JESUS MONTEIRO DUARTE, *Caboverdianidade e Africanidade, e outros textos*, Praia, Spleen, 1999, p. 51.

⁶⁴² JOÃO VASCONCELOS, *Espíritos lusófonos numa ilha crioula: língua, poder e identidade em São Vicente de Cabo Verde*, op. cit., p. 177.

⁶⁴³ AMÍLCAR CABRAL, *Unidade e Luta: A Arma da Teoria*, Lisboa, Seara Nova, 1978, p. 64.

⁶⁴⁴ Idem, p. 99.

isto é, a da *consciência regionalista*. Essa geração defendia a unificação da *nação* e o retorno à mãe África, bem como a liberdade de poder reagir à opressão do regime imperial, com luta, se assim fosse necessário.

O grupo de intelectuais da *geração de consciência nacionalista* teve a oportunidade de ir para a metrópole estudar nas universidades⁶⁴⁵, pois, nessa altura, como nos relata Mário Pinto de Andrade, os que terminavam o liceu viam-se forçados a ir para a metrópole, caso desejassem frequentar o ensino superior. Mas, mesmo assim, só frequentaria o ensino superior quem tivesse meios financeiros.⁶⁴⁶ Onésimo Silveira salienta que “*os jovens da nossa geração pensam que Cabo Verde é um caso de regionalismo africano. Esta inversão dos termos do problema decorre do influxo do renascimento africano, que revitaliza todos os campos de actividade e todos os momentos de espiritualidade do homem negro ou negrificado.*”⁶⁴⁷ Esta nova geração acabou por se afastar da ideia perpetrada pelos *claridosos* na defesa de Cabo Verde como região autónoma de Portugal Continental. Mário Pinto de Andrade chama a atenção para o facto de que já era altura de incluir também a realidade da cultura afro-negra na literatura nacional cabo-verdiana, e, desta forma, para o autor, “*Cabo Verde, por exemplo, cuja literatura se vem individualizando há alguns anos, talvez seja necessário e útil rever o processo da sua formação social e situar o lugar que cabe aos negros e conseqüentemente à cultura negro-africana no devenir crioulo.*”⁶⁴⁸

Gabriel Mariano destaca a importância e valorização dos traços culturais africanos na formação da sociedade e da cultura cabo-verdiana. Para o autor o “*processo de formação social do caboverdiano operou-se mais por uma africanização do europeu do que por uma europeização do africano.*”⁶⁴⁹ É evidente a necessidade do retorno às origens, o que pressupunha a tomada de uma consciência, a da ligação do arquipélago com o continente africano. Para a *geração dos anos 50*, essa era a condição *sine qua non*, para a construção da identidade nacional plena.

Amílcar Cabral reconhece que o importante nesse processo, é que o povo cabo-verdiano teve, efectivamente, consciência da sua condição, defendendo e conhecendo mormente a sua

⁶⁴⁵ MANUEL DE JESUS MONTEIRO DUARTE, *Breves notas sobre a literatura Cabo-verdiana*, in *Raízes*, N° 21, Praia, Julho 1984, pp. 3-8.

⁶⁴⁶ MÁRIO PINTO DE ANDRADE, *As Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa 1911-1961*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997, (s/p).

⁶⁴⁷ ONÉSIMO SILVEIRA, *Consciencialização na literatura caboverdiana* op. cit., p. 22.

⁶⁴⁸ MÁRIO PINTO DE ANDRADE, *Cultura negro-africana e assimilação*, in *Antologia da poesia negra de expressão portuguesa*, Paris, Pierre Jean Oswald, 1958, p. XIII.

⁶⁴⁹ GABRIEL MARIANO, *A mestiçagem: seu papel na sociedade caboverdiana*, in *Suplemento Cultural, de Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, Praia, Imprensa Nacional, Outubro 1958, p. 13.

terra de origem. Para Cabral é *“necessário e indispensável que o cabo-verdiano conheça a sua terra, isto é, possua um mínimo de conhecimentos acerca das circunstâncias e dos problemas que condicionam a sua vida, a fim de que, conscientemente, possa dar o devido apoio em toda e qualquer medida tendente a melhorar a sua existência.”*⁶⁵⁰ Para uma unidade plena, em que triunfe o princípio da igualdade para todos os africanos, no caso particular, a unidade e igualdade entre os povos de Cabo Verde e Guiné-Bissau, como preconizava Amílcar Cabral, era necessária a resistência perante o império colonial português, o que culminaria com o fim da acção colonizadora, defendendo que, *“na nossa terra, para criarmos um estado novo, diferente na base da justiça, do trabalho e da igualdade de oportunidade para todos os filhos da nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde”* e, portanto, *“destruir tudo quanto seja obstáculo ao progresso.”*⁶⁵¹ Mediante esses e outros argumentos defendidos por Cabral, viria o pressuposto central, que consistia em acreditar na capacidade intelectual, enquanto legítimo representante das aspirações dos povos africanos. Segundo Sérgio Gonçalo Duarte Neto *“porém, em breve desenganado da possibilidade de reformar e inflectir o rumo da política colonial num sentido mais autonomista, Cabral abraçaria a acção directa.”*⁶⁵² Esta acção desembocaria na luta armada pela defesa e unidade de Guiné-Bissau e Cabo Verde, por intermédio do PAIGC.

A única solução, segundo Amílcar Cabral, para a salvaguarda desta unidade, seria a luta armada, e isso constituiu o “último recurso” para responder às agressões por parte do colonizador e alcançar a liberdade e independência nacional. Desta forma ele reconhece que o recurso à violência foi *“utilizada pelas forças de libertação nacional, para não só responderem à violência do imperialismo mas também para garantirem, através da luta, a vitória final da sua causa, isto é, a verdadeira independência nacional.”*⁶⁵³

5.5. A elite cultural e a simbologia do Estado nacional

A partir dos anos 50, começou a tornar-se problemático, senão insustentável, o carácter previsível das relações entre as estruturas do poder colonial e o povo colonizado de África. Data dessa época o surgimento de novos Estados, acompanhado da proliferação de movimentos de libertação, e, sob a égide das Nações Unidas, a reivindicação de um estatuto sociopolítico diferente do até então dispensado pelo colonialismo. Os precursores na luta pela

⁶⁵⁰ AMÍLCAR CABRAL, *Em Defesa da Terra II*, in *Boletim de Propaganda e Informação*, Ano I, 1949, p. 15.

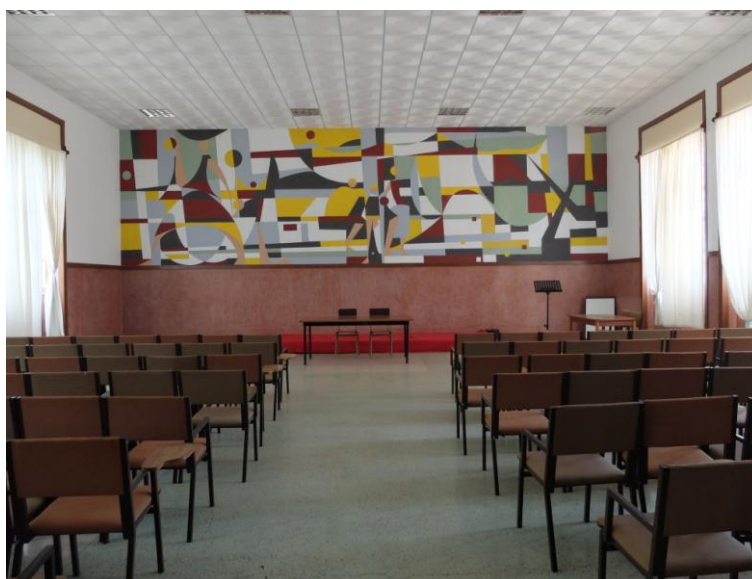
⁶⁵¹ AMÍLCAR CABRAL, *Análise de alguns tipos de resistência*, Bolama, Imprensa Nacional, 1979, p. 10.

⁶⁵² SÉRGIO GONÇALO DUARTE NETO, *Colónia Mártir Colónia Modelo: Cabo Verde no Pensamento Ultramarino Português (1925-1965)*, op. cit., p. 94.

⁶⁵³ AMÍLCAR CABRAL, *Unidade e Luta: A Arma da Teoria*, op. cit., p. 221.

independência nacional refutavam a ideia dos *claridosos*, e defendiam principalmente aqueles que se sustentavam na afirmação da identidade cabo-verdiana através da sua ligação à matriz africana. As narrativas a respeito da formação da identidade e da construção da *nação* cabo-verdiana destacavam a sua origem histórica. Cabo Verde distanciava-se do país que o colonizou. A pintura mural que se segue, com as dimensões de 12.4m de largura e 3.45m de altura, exposta no Salão Josina Machel do Liceu Domingos Ramos – Praia, e posicionada da forma como se mostra na figura abaixo, patenteia bem essa realidade:

Figura 4 – Vista do Salão Josina Machel do Liceu Domingos Ramos



Fonte: Fotografia do Autor tirada no dia 04 de Julho de 2014.

Figura 5 – História e Desenvolvimento de Cabo Verde



Fonte: Fotografia alusiva à pintura mural de Pedro Gregório, Outubro de 1960, Salão Josina Machel, Liceu Domingos Ramos, Praia, Cabo Verde.

De acordo com o autor desta pintura, Pedro Alves Gregório⁶⁵⁴, o lado esquerdo representa a tradição, onde é possível observar uma mulher com o *balaio na cabeça* e um homem com uma *enxada*. Ao centro aponta para a *consciencialização* daquilo que o cabo-verdiano é, em detrimento do que já foi no passado, e no que projecta para o futuro. Já o lado direito refere-se ao sonho do advento da era de desenvolvimento industrial com a criação de infra-estruturas, como portos e aeroportos.

Pode interpretar-se neste mural a narrativa das três gerações de intelectuais anteriormente referidas. O lado esquerdo representa a tradição e traduz-se naquilo que os *nativistas* defendiam como a promoção dos valores sociais e culturais do arquipélago. Ao centro, afigura-se a consciencialização pretendida pela *geração dos claridosos*. À direita surge representada a vontade da *nação* em assumir os seus próprios destinos, perspectivada pela *geração dos nacionalistas*.

O *liceu* foi projectado por Luís de Melo, em Janeiro de 1956, e viria a fazer parte da Secção do Liceu Gil Eanes na cidade da Praia, no antigo Largo do Chapuset, actual Largo do Montagarro. A construção do liceu teve início em Janeiro de 1956,⁶⁵⁵ tendo sido inaugurado a 10 de Junho de 1960 pelo Governador Tenente-Coronel, Eng. Silvino Silvério Marques, e mudado o seu nome para Liceu Adriano Moreira, o que perdurou até 1975. Foi, durante muito tempo, o único liceu da cidade da Praia e de toda a ilha de Santiago, tendo formado a maioria da elite cabo-verdiana. Estudaram aqui figuras como Jorge Carlos Fonseca (actual Presidente da República), José Maria Neves (actual Primeiro-Ministro e ex-presidente do PAICV), Carlos Veiga (antigo Primeiro-ministro e ex-presidente do Movimento para a Democracia), David Hopffer Almada (ex-ministro da Cultura), Ondina Ferreira (ex-ministra da Educação e da Cultura e da Comunicação Social), Érico Veríssimo (arquitecto, projectista da bandeira, brasão de armas e bandeiras da Primeira República (1975-1991), Ildo Lobo e Zeca Couto (músicos que formaram o conjunto musical “Os Tubarões”). O liceu foi, na década de sessenta e setenta, um lugar privilegiado para o veículo de ideias nacionalistas.

A pintura de Pedro Gregório surge em Outubro de 1960 e faz parte do *Movimento Cubismo* caracterizado por um estilo verdadeiramente revolucionário de arte moderna. Este estilo caracterizava-se como resposta a um “mundo” que estava a ser mudado a uma velocidade sem precedentes. Esta corrente artística desafia as formas convencionais de representação, tais como a perspectiva, que tinha sido a regra desde o *Renascimento*. O

⁶⁵⁴ Entrevista a Pedro Alves Gregório (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁶⁵⁵ Boletim de Informação e Propaganda, nº 77, Fevereiro 1956-

principal objectivo era o de desenvolver uma nova mundivisão, o que, de certo modo, reflecte a idade moderna. O autor deste mural refere que não se revê como uma “*figura política e que a crítica foi algo surda, e que punha em causa o colonizador. Afinal, Cabo Verde possuía uma identidade própria*”⁶⁵⁶. Numa leitura mais atenta do mural, parece estar subjacente uma mensagem subversiva destinada às novas gerações, querendo torna-las conscientes do que se passava ao seu redor e inculcar-lhes a ideia de mudança, sobretudo numa época em que parte dos seus alunos se identificavam com os ideais de liberdade e autonomia dos povos africanos.

Entretanto, abordar a construção da *nação* implica, naturalmente, falar da construção do Estado, se bem que estes dois processos nem sempre se realizam de forma simultânea e linear. Lord Acton, historiador britânico, considerava que “*de regra foi o Estado que deu origem à Nação, e não a Nação que antecedeu o Estado.*”⁶⁵⁷ No caso de Cabo Verde, as opiniões dos especialistas, a propósito desta temática, divergem desta perspectiva. Onésimo Silveira defende que a existência da *nação* cabo-verdiana era, desde há séculos, anterior à criação do Estado.⁶⁵⁸ Igualmente, Adriano Moreira é da opinião de que “*não é difícil de reconhecer que em Cabo Verde a Nação precedeu o Estado.*”⁶⁵⁹

Daniel Pereira, ao estabelecer um estudo comparado entre Brasil e Cabo Verde, considera que a construção da *nação* e do Estado em Cabo Verde se trata de “*um fenómeno raro em África, já que em Cabo Verde a Nação precedeu o Estado, e foi mesmo a pré-existência dessa Nação que acabou por reivindicar a criação do próprio Estado, quando, até mesmo no Brasil, por exemplo, a construção da Nação foi mais obra do seu Estado.*”⁶⁶⁰ José Vicente Lopes considera que Cabo Verde foi “*Nação antes de ser Estado.*”⁶⁶¹ Já Cláudio Furtado refere que “*em Cabo Verde, reiteradas vezes, tem-se afirmado que a Nação procede o Estado,*”⁶⁶² sendo o argumento central o de que “*desde muito cedo, emergiu nas ilhas uma comunidade homogénea, moldada numa cultura própria, fazendo desta ressurgir em ethos*

⁶⁵⁶ Entrevista a Pedro Alves Gregório (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁶⁵⁷ apud PEDRO BORGES GRAÇA, *A Construção da Nação em África*, op. cit., p. 7.

⁶⁵⁸ ONÉSIMO SILVEIRA, *Cabo Verde: do Partido-Estado ao Partido do Estado*, in *Direito e Cidadania*, Ano I, Nº 3, Mindelo, Gráfica do Mindelo, Março/Junho de 1998, p. 154.

⁶⁵⁹ ADRIANO MOREIRA, *Ligação de Cabo Verde à Europa*, in JOSÉ PINA DELGADO; ODAIR BARROS VARELA & SUZANO COSTA (ORGS.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas*, Praia, ISCJS 2014, p. 286.

⁶⁶⁰ DANIEL ANTÓNIO PEREIRA, *Das relações históricas Cabo Verde – Brasil*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 27.

⁶⁶¹ JOSÉ VICENTE LOPES, *As origens históricas da reivindicação da Independência*, in *Cultura: Revista de Estudos Caboverdianos*, Numero Especial, Praia, INIC, Setembro 2001, p. 9.

⁶⁶² CLÁUDIO FURTADO, *A participação da Sociedade Civil na Consolidação da Independência*, in *Cultura: Revista de Estudos Caboverdianos*, Numero Especial, Praia, INIC, Setembro 2001, p. 39.

cultural nacional.”⁶⁶³ Para Jorge Carlos Fonseca, jurista e Presidente da República de Cabo Verde, em Cabo Verde a *nação* precedeu o Estado, “*a nação cabo-verdiana existe muito antes da independência, muito antes do PAIGC. Muito antes da luta já existia uma nação cabo-verdiana, mais ou menos sólida, com critérios de identidade próprios, designadamente a língua, o modo de ser e de estar, as tradições e a cultura.*”⁶⁶⁴

Para Ilídio Cabral Baleno, “*Cabo Verde é um exemplo único, ao nível africano, onde a Nação precedeu o Estado.*”⁶⁶⁵ Segundo Onésimo Silveira, “*a nação cabo-verdiana, forjada em condições materiais precárias e sociais dolorosas, esperou cerca de dois séculos para ser Estado, o que só ocorreu em 1975.*”⁶⁶⁶ Pedro Góis considera que Cabo Verde constitui um exemplo, talvez único, “*de uma nação que no momento da criação do Estado estava dispersa por um conjunto de territórios.*”⁶⁶⁷ Estas perspectivas reforçam a ideia de que, em Cabo Verde, a *nação* precede em séculos a criação do Estado, o que só aconteceu a partir de 1975, com a independência nacional. Amílcar Cabral, argumenta que é possível identificar que o Estado emerge após a construção da *nação*, onde um conjunto de hábitos, crenças e características peculiares, faziam já parte do povo cabo-verdiano. Nesta lógica, ele considera o próprio surgimento do partido PAIGC e aquisição da independência de Cabo Verde, como correlativo à construção efectiva do Estado cabo-verdiano, argumentando que “*nós não somos só um Partido, somos um Partido e um Estado ao mesmo tempo. Somos um Estado porque, nas áreas libertadas da nossa terra, temos esta organização política que é o Partido, temos uma organização administrativa (...) temos tribunais (...) e outras coisas que são órgãos ou partes constituinte dum Estado.*”⁶⁶⁸

A construção do Estado cabo-verdiano sucede após a construção da *nação*, em que o arquipélago cabo-verdiano, narrado por intelectuais da *geração de Eugénio Tavares*, apresentava o *mestiço* como detentor de um conjunto de hábitos e características próprias, destacando-se, entre eles, a língua cabo-verdiana como um dos elementos identitários mais significativos. No processo de afirmação do Estado, sempre existiu uma preocupação pela defesa do interesse nacional e de unidade do Estado. Era necessário que outros países

⁶⁶³ Idem p. 40.

⁶⁶⁴ JORGE CARLOS FONSECA, *Erigir o Futuro do País*, in *Revista Nós Genti, Independência Nacional: 37 anos depois*, Edição especial, Nº 4, Cabo Verde, Praia, Palanca Média Produções, Dezembro 2012, p. 47.

⁶⁶⁵ ILÍDIO CABRAL BALENO, *Povoamento e Formação da Sociedade*, op. cit., p. 125.

⁶⁶⁶ ONÉSIMO SILVEIRA, *A Democracia em Cabo Verde*, op. cit., p. 62.

⁶⁶⁷ PEDRO GOIS, *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, (1ª ed.), Lisboa, ACIME, 2006, p. 23.

⁶⁶⁸ AMÍLCAR CABRAL, *Esclarecimento Sobre as Novas Estruturas da Direcção do Partido e Sobre as Funções dos Diversos Órgãos Dirigentes*, CasaComum.org, Fundação Mário Soares, 13-15 de Setembro de 1970. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_41935 (2014-1-8), p. 2.

percebessem que Cabo Verde fazia parte de um país que oferecia “bons ofícios”, por exemplo, através da mediação dos conflitos.⁶⁶⁹ A criação da nova vaga de Estados e *nações* jovens, no qual se insere o caso de Cabo Verde acontece no contexto, como atesta António Marques Bessa que no contexto da descolonização europeia “*as colónias não foram abandonadas sem resistência das metrópoles, que chegaram a sustentar longas guerras coloniais, mas o êxito da revolta das colónias contra as metrópoles assentou em movimentos de libertação, que conseguiram congregar elites pensantes e educadas, que se souberam rodear de prestígio (...) para ganhar capacidades de combate.*”⁶⁷⁰

A construção do Estado procura, por um lado, reforçar a identidade nacional ao criar instituições próprias e símbolos nacionais como a bandeira, as armas, o hino e ao valorizar a língua e a cultura cabo-verdianas. Esta construção constituiu-se como um instrumento de reforço da identidade nacional.⁶⁷¹ Dois períodos devem ser aqui ressaltados: o período antes da independência, onde é mencionado o Governo de Transição e a sua importância na edificação das primeiras instituições estatais, e o período do estabelecimento de uma autonomia própria. Considerado como um Governo que representa, por um lado, uma pré-organização do Estado de Cabo Verde, que respondia perante a República portuguesa, ou seja, perante o seu Chefe de Estado, mas apresentava na sua composição membros do então partido único - PAIGC, por outro, veio trazer, meses antes da proclamação da independência em 5 de Julho de 1975, um modelo de organização dos órgãos do poder do Estado, que permitiu a eleição da primeira Assembleia Nacional Popular no dia 30 de Junho de 1975 e, posteriormente, a eleição do Presidente da República e do Primeiro-Ministro.

No período pós-independência, instituem-se as primeiras organizações políticas com estruturas próprias, simbolizando a autonomia perante o poder da metrópole. Marcado por uma organização autónoma, estas instituições tinham no seu comando um pequeno grupo de dirigentes, responsáveis pelos aparelhos estatais e, intermediados pelo *partido único*, neste caso o PAIGC e, posteriormente, o PAICV cujas primeiras células clandestinas foram criadas em Bissau, Bolama e Bafatá.⁶⁷² Amílcar Cabral afirma que foi no ano de 1956, durante uma das suas visitas à família, que decidiram criar na clandestinidade o partido. Neste sentido, seria pois a altura certa de criar o partido antes da luta armada, chegando à convicção de que

⁶⁶⁹ Entrevista a Hermínio Moniz (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁶⁷⁰ ANTÓNIO MARQUES BESSA, *Elites e Movimentos Sociais*, op. cit., p. 123.

⁶⁷¹ Entrevista a Manuel Faustino (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁶⁷² LUÍS CABRAL, *Crónica da Libertação*, (1ª ed.), Lisboa, O Jornal, 1984, p. 43.

não era possível de facto trabalhar, se não na clandestinidade.⁶⁷³ Aristides Pereira, Primeiro Presidente da República de Cabo Verde, argumenta que o PAIGC foi criado no contexto de movimentos de libertação e que era necessário ter um partido “*com o seu programa mínimo e o seu programa máximo bem definidos. Cada militante tomaria, pois, o compromisso solene de dar tudo, incluindo a própria vida, para a realização integral do programa do Partido.*”⁶⁷⁴. No primeiro momento, o principal fundador do PAIGC, Amílcar Cabral, considera que “*para lutar contra o colonialismo também é preciso meios, e, em primeiro lugar, criar um instrumento para a luta. Esse instrumento é o nosso partido.*”⁶⁷⁵ O partido tinha, como pilar fundamental, a luta pela libertação do regime colonial, visto que o regime oprimia e negava os “direitos aos africanos”. Para tal, foi necessário a união dos povos africanos concretamente da Guiné e de Cabo Verde, para que os objectivos traçados inicialmente pudessem ser alcançados, entre os quais o da própria unidade nacional.

Amílcar Cabral afirma que “*o nosso primeiro trabalho é criar num certo número da nossa gente a consciência nacional, a ideia de unidade nacional, tanto na Guiné como em Cabo Verde. Por isso mesmo o Programa do nosso partido foi claro: unidade nacional na Guiné, unidade nacional em Cabo Verde.*”⁶⁷⁶ Neste sentido, Cabral considera que “*a par do reforçamento do campo socialista, uma outra característica essencial (...) os povos dependentes despertaram para a luta de libertação e assim se iniciou a fase final de liquidação do imperialismo.*”⁶⁷⁷

Reconhecendo a força e a unidade dos cabo-verdianos, David Hoffer Almada, realça que para que Cabo Verde sobressaísse como país independente, um dos elementos essenciais no sentido de ultrapassar esta primeira fase “*foi a decidida determinação dos Cabo-verdianos de se unirem numa luta conjunta e em bloco, contra o proclamado e vaticinado insucesso da Independência, pela viabilização do País e pela construção dum Estado organizado e respeitável.*”⁶⁷⁸ Este grupo teve de implementar, pelos seus próprios meios, um modelo estatal, num regime considerado como o *regime de partido único*, que Aristides Lima

⁶⁷³ AMÍLCAR CABRAL, *Guinea: el poder de las armas*, in *Tricontinental*, Havana Cuba, 12 Março-Junho de 1969, p. 8.

⁶⁷⁴ ARISTIDES PEREIRA, *O Meu Testemunho: Uma Luta, Um Partido, Dois Países*, Lisboa, Notícias, 2003, pp. 86-87.

⁶⁷⁵ AMÍLCAR CABRAL, *PAIGC: Unidade e Luta*, Lisboa, Nova Aurora, 1974, p. 91.

⁶⁷⁶ AMÍLCAR CABRAL, *Análise de alguns tipos de resistência*, op. cit., p. 4.

⁶⁷⁷ AMÍLCAR CABRAL, *Guiné-Bissau: Nação africana forjada na luta*, Lisboa, Publicações Nova Aurora, 1974, p. 12.

⁶⁷⁸ DAVID HOPFFER ALMADA, *A Construção do Estado e a Democratização do Poder em Cabo Verde*, Praia, Artemédia, 2013, p. 52.

descreve como “*Estado de Democracia Nacional Revolucionária.*”⁶⁷⁹ A meta a alcançar era conseguir a independência a fim de que esta culminasse no seu próprio destino político. Criou-se a consciência de querer um *projecto colectivo*. O cabo-verdiano teve o direito de procurar um percurso próprio, visível na constelação entre os *nacionalistas* e/ou independentistas.⁶⁸⁰

Com a abertura política a partir de 1990, marcada pelo aparecimento do pluralismo democrático, surgiram novos símbolos como o hino e o brasão de armas que representam a *nação* cabo-verdiana e que passaram a fazer parte da história do arquipélago. Os símbolos são emblemas que indicam a existência de uma *nação* soberana, estando estes profundamente enraizados na memória de um povo.⁶⁸¹ Os símbolos nacionais encontram-se protegidos por lei, que proíbe qualquer acto ou intenção de insulto.

Figura 6 - Da antiga à actual bandeira de Cabo Verde



Bandeira de Cabo Verde (1975-1992)



Actual Bandeira Nacional

Fonte: Sítio web oficial do Governo da República de Cabo Verde - <http://www.governo.cv/>
[consultado a 04 de Junho de 2015]

A primeira bandeira vigorou de 05 de Julho de 1975 a 13 de Janeiro de 1992. O seu autor – Érico Veríssimo Ramos – revela que a estrela negra era, de facto, o símbolo do PAICV rodeado por duas *espigas de milho*. O milho era o símbolo da alimentação e da prosperidade, enquanto que a espiga representava o crescimento e a fertilidade. A *roda dentada* significa o progresso. As *correntes* constituem elos entre as pessoas e entre o céu e a terra. O *vermelho* simboliza a luta pela independência, o *verde* a esperança e o *amarelo* o Sol (ou o Sahel). A bandeira foi criada durante o período de *partido único*, e era muito idêntica à da Guiné-Bissau, diferenciando-se apenas por uma coroa de espigas de milho.

⁶⁷⁹ ARISTIDES RAIMUNDO LIMA, *Reforma Política em Cabo Verde: Do Paternalismo à Modernização do Estado*, Praia, Edição do Autor, 1992, p. 8.

⁶⁸⁰ Entrevista a António Correia e Silva (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁶⁸¹ Entrevista a Adélcia Pires (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

A bandeira foi “arquitectada” no momento que se encontrava em curso o projecto de unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde. Na opinião do autor, *“foi tudo feito à pressa. Acrescia a isto, o facto de existirem movimentos como União Democrática Cabo-verdiana (UDC) e da União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde (UPIC-CV) que eram contra o projecto de unidade Cabo Verde-Guiné-Bissau.”*⁶⁸² Contudo, após a abertura política mostrou-se necessário a mudança da bandeira que, por um lado, marcaria a ruptura com o regime de partido e, por outro, com o projecto de unidade Guiné Bissau e Cabo Verde.

A actual bandeira de Cabo Verde foi oficialmente adoptada a 13 de Janeiro de 1992, após a revisão constitucional que criou o sistema multipartidário em Cabo Verde. O seu autor, arquitecto Pedro Gregório Lopes, salienta que *“o rectângulo azul da bandeira simboliza o mar e o céu que envolvem as ilhas. A faixa vermelha, o ‘esforço’, o ‘caminho’ necessário para se construir algo. Neste caso a construção do país, sendo o branco, a paz que se quer. Se o “esforço não for controlado pode levar ao caos”.* A estrela caracteriza-se pelo símbolo de perfeição, correspondendo à ideia da *ordem*. O pentagrama exprime a união dos desiguais.⁶⁸⁴ A cor amarela representa a eternidade, estando ambos ligados às raízes do cristianismo. O círculo corresponde ao símbolo da eternidade.⁶⁸⁶

O “primeiro arquitecto” de Cabo Verde refere que para compreendermos melhor a utilização da cor vermelha, poderemos utilizar a *“metáfora do ferro”* – *“se for quente demais, queima, se for de menos, nada produz”*. O mesmo utiliza ainda uma outra imagem, a da *“metáfora da enxada”* – *“o aço que se integra, que faz uma coisa só, que é invisível, ou seja, que não se vê, mas que encontra dentro da enxada. Isto só foi possível acontecer porque a forja permitiu que esta pudesse ser integrada na enxada para que conseguisse efectivamente transformar-se”*. Para que não haja o *caos*, os políticos costumam referir-se geralmente à necessidade de *“construir consensos.”*⁶⁸⁷

Alguns entrevistados consideram que a actual bandeira de Cabo Verde constitui uma versão plagiada da bandeira da União Europeia e reconhecem que deveria ter havido um debate mais aprofundado na sociedade sobre a alteração dos símbolos nacionais.⁶⁸⁸ Apesar de

⁶⁸² Entrevista a Érico Veríssimo Ramos (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁶⁸⁴ Cfr. JOSÉ ADELINO MALTEZ, *Abecedário Simbiótico: Um digesto político contemporâneo com exemplos sagrados e profanos*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2011, p. 193.

⁶⁸⁶ Cfr. JEAN CHEVALIER & ALAIN GHEERBRANT, *Dicionário dos Símbolos*, (2ª ed.). Lisboa, Teorema, 2010, pp. 202-203.

⁶⁸⁷ Entrevista a Pedro Gregório Lopes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁶⁸⁸ Adélia Pires, Amaro da Luz, André Corsino Tolentino, António Germano Lima, Daniel Rendall, Érico Veríssimo, Iva Cabral, José Carlos Gomes dos Anjos, Maria das Dores Silveira, Osvaldo Azevedo, Osvaldo Lopes da Silva e Rodrigo Correia Fernandes.

considerarem que a primeira bandeira nacional apenas se distinguia da bandeira da Guiné-Bissau por possuir uma coroa de espigas de milho, não concordam com o facto de que a actual bandeira, predominantemente com a cor azul e branca, tenha retirado os ideais pan-africanistas expressos nos seus símbolos, como é o caso da estrela e nas suas cores - verde, amarelo e vermelho.

No que respeita ao hino de Cabo Verde, cuja letra se deve a Amílcar Cabral e que perdura até aos dias de hoje na Guiné-Bissau, foi substituído em Cabo Verde a 01 de Julho de 1996,⁶⁸⁹ devendo-se a letra a Amílcar Spencer Lopes e a música a Adalberto Higino Tavares Silva (*Betú*).

Hino de Cabo Verde 1975-1996

Esta é a nossa Pátria amada
*Sol, suor e o verde mar,
Séculos de dor e esperança
Esta é a terra dos nossos avós!
Fruto das nossas mãos,
Da flor do nosso sangue:
Esta é a nossa pátria amada
Viva a pátria gloriosa!
Floriu nos céus a bandeira da luta.
Avante, contra o jugo estrangeiro!
Nós vamos construir
Na pátria imortal
A paz e o progresso!
Ramos do mesmo tronco,
Olhos na mesma luz:
Esta é a força da nossa união!
Cantem o mar e a terra
A madrugada e o sol
Que a nossa luta fecundou*

Hino Nacional desde 1996

Cântico da Liberdade
*Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza.
Com dignidade, enterra a semente
No pó da ilha nua;
No despenhadeiro da vida
A esperança é do tamanho do mar
Que nos abraça,
Sentinela de mares e ventos
Perseverantes
Entre estrelas e o Atlântico
Entoa o cântico da liberdade.
Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza!*

Fonte: Sítio web oficial do Governo da República de Cabo Verde - <http://www.governo.cv/>

[consultado a 04 de Junho de 2015]

Amílcar Spencer Lopes considera que o hino não deveria de ser longo, uma vez que em se tratando de um símbolo é necessário entender a sua mensagem. O autor pretendia criar algo que apelasse à paz, ao trabalho e à dignidade da pessoa humana, em suma, aos valores da Constituição. O hino deveria adaptar-se à realidade social e política.⁶⁹¹

⁶⁸⁹ Lei n.º 5/V/96, publicado no B.O. de Cabo Verde n.º 20, Série I, de 05 de Julho de 1996 – Aprova o Hino Nacional de Cabo Verde.

⁶⁹¹ Entrevista a Amílcar Spencer Lopes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

As alterações no que se refere à Bandeira e ao Hino nacional impulsionaram igualmente a mudança do Brasão de Armas:

Figura 7: Brasões de Armas depois da independência

Brasão de Armas (1975-1992)



Brasão de Armas desde 1992



Fonte: Sítio web oficial do Governo da República de Cabo Verde - <http://www.governo.cv/>
[consultado a 04 de Junho de 2015]

O primeiro foi elaborado por Érico Veríssimo Ramos e vigorou de 5 de Julho de 1975 a 22 de Setembro de 1992. Segundo o seu autor, o brasão simboliza a unidade, o trabalho e o progresso; o livro aberto, o conhecimento encimado pela estrela negra; a concha, a fecundidade e prosperidade; as espigas de milho, a base da alimentação em Cabo Verde.⁶⁹²

O actual brasão de armas de Cabo Verde, da autoria de Carlos Feijó, foi adoptado em 1992, e é composto por uma tocha e um triângulo dentro de um círculo, símbolos da liberdade e da unidade. As dez estrelas de ambos os lados do círculo representam as ilhas, e o *fio-de-prumo* de cor amarela, alinhado com o vértice do triângulo equilátero, sobreposto às duas circunferências na sua parte superior,⁶⁹³ caracteriza-se por ser um símbolo da justiça que representa a verticalidade da Constituição. O triângulo simboliza a harmonia e a proporção, sendo que a sua forma é a de equilíbrio.⁶⁹⁴ As *palmas* e o *archote* dizem respeito ao triunfo pela liberdade e independência do país. A *cadeia* corresponde à união entre *irmãos*, independentemente do credo ou status social.⁶⁹⁵

Os actuais símbolos nacionais, na opinião de Carlos Veiga, “*ganham a sua própria legitimidade. No período de partido único (1980-1990) os símbolos nacionais como a bandeira, o hino e o brasão de armas representavam o partido.*”⁶⁹⁶ Quer Amílcar Spencer

⁶⁹² Entrevista a Érico Veríssimo Ramos (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁶⁹³ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, 1992, Artigo nº 8, alínea 4, e).

⁶⁹⁴ Cfr. JEAN CHEVALIER & ALAIN GHEERBRANT, *Dicionário dos Símbolos*, (2ª ed.). op cit., pp. 332 e 658.

⁶⁹⁵ Cfr. JOSÉ ADELINO MALTEZ, *Abecedário Simbiótico: Um digesto político contemporâneo com exemplos sagrados e profanos*, Lisboa, Campo da Comunicação, op. cit. p. 193.

⁶⁹⁶ Entrevista a Carlos Veiga (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

Lopes, quer Pedro Gregório ou Carlos Veiga, consideram que “os símbolos nacionais como a bandeira, o hino e o brasão de armas encontram-se em harmonia entre si”.⁶⁹⁷

Tendo em conta este conjunto de símbolos nacionais, pode-se, de forma resumida, identificar três momentos no que se refere à configuração do Estado em Cabo Verde: [1] O governo de transição do Estado de Cabo Verde (1974-1975); [2] O período de partido único, que vai desde a instauração da República à independência nacional (1975-1991); [3] O período de abertura política: multipartidarismo.⁶⁹⁸ No quadro que se segue elucida-se de modo resumido, cada uma destas etapas:

Quadro 3: Marcos cronológicos relevantes na construção do Estado em Cabo Verde

Institucionalização	Acontecimentos relevantes	Instituições
Governo de Transição do Estado de Cabo Verde (1974-1975)	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecido meses antes da declaração da independência; - Nomeado pelo Presidente da República Portuguesa, composto por ministros portugueses e membros do PAIGC; - Função de conduzir o Estado às primeiras eleições Legislativas em Cabo Verde de sufrágio directo e universal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Constituído por um Alto-comissário; - Cinco ministros (dois portugueses e três do PAIGC);
Partido Único Instauração da Primeira República – A Independência Nacional (1975-1991)	<ul style="list-style-type: none"> - Aconteceu precisamente no dia 5 de Julho de 1975; - Afirmação do PAIGC, Partido que lutou pela independência de Cabo Verde e um projecto de unidade com a Guiné-Bissau; - Cria-se a Lei sobre a Organização Política Do Estado (LOPE); - Cria-se a primeira Constituição da República em 1980; - Ruptura com o Estado colonial e continuidade do Estado colonial principalmente no que se refere à organização do Estado e das práticas administrativas; - Estado centraliza politicamente e economicamente; - Necessidade de reestruturação economia num Estado considerado inviável e vulnerável por instituições financeiras internacionais; - Aposta na educação, saúde e infra-estruturas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Perfilação num Estado de Democracia Nacional Revolucionaria, sob a direcção de um Partido; - A primeira Assembleia Nacional Popular (com 56 deputados do PAIGC) como órgão supremo do Estado; - 1º Presidente da República de Cabo Verde (Aristides Pereira), chefe do Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas Revolucionarias do Povo (FARP); - O Governo (Primeiro-Ministro Pedro Pires) como o órgão executivo e administrativo supremo da República de Cabo Verde; - Os Tribunais (instituem o Conselho Nacional de Justiça, tribunais regionais, tribunais de sub-região de 1ª e 2ª classe e os tribunais de zona);
Multipartidarismo / Democracia Abertura Política (A partir de 1991)	<ul style="list-style-type: none"> - O desmoronar do artigo 4º que consagrava o PAIGC como a única força política dirigente da sociedade civil; - A primeira eleição legislativa pluralista (vitória do partido do MPD, com uma maioria qualificada) no dia 13 de Janeiro de 1991; - A elaboração da Segunda Constituição da República de Cabo Verde (1992) numa revisão da Constituição de 1980; A revisão em 1999 da Constituição de 1992; - Modificação dos símbolos nacionais (A bandeira, o hino e o brasão de armas); - Abertura económica e as reformas para as privatizações; - A abertura para o mercado mundial, com investimento estrangeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Se instaurou um Estado de Direito Democrático; Sistema de Governo Semipresidencial; - Sistema Eleitoral de representação proporcional de Hondt (eleições legislativas); sistema eleitoral maioritário de dois turnos (para o Presidente da República) - Sistema de partido multipartidário; - Assembleia Nacional (composta por 72 deputados); - Presidente da República (eleito por sufrágio universal, directo e secreto); - Governo (o Primeiro-ministro é nomeado pelo Presidente da República ouvindo as forças políticas com assento na Assembleia Nacional);

Fonte: Quadro do Autor.

⁶⁹⁷ Entrevista a Amílcar Spencer Lopes, Carlos Veiga e Pedro Gregório (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁶⁹⁸ Entrevista a Manuel Faustino (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

Cabo Verde alcançou a independência a 5 de Julho de 1975 e, conseqüentemente, mudanças significativas ocorreram em relação ao Governo de Transição, marcado indubitavelmente pela eleição da Primeira Assembleia Nacional Popular no dia 30 de Junho de 1975, cinco dias antes da proclamação da independência do Estado de Cabo Verde onde foram eleitos cinquenta e seis deputados, e o PAIGC foi o único partido a participar nas eleições, através de uma lista apresentada por um grupo de cidadãos a ele dedicado.⁶⁹⁹ A Assembleia Nacional Popular tinha o poder de eleger o Presidente da República, que era o Secretário-geral do Partido (Aristides Pereira), com poderes reais de governação: presidia a todos os Conselhos de Ministros e detinha uma tutela especial sobre os Negócios Estrangeiros e a Segurança do Estado.⁷⁰⁰

A independência marca efectivamente uma ruptura com o sistema colonial. Contudo sabe-se que após a ruptura, em Cabo Verde mantiveram-se “linhas de continuidade” na administração pública, herdadas numa “*ampla experiência acumulada de relações comuns do exterior, assente num processo de colonização ao longo de séculos.*”⁷⁰¹ Esta experiência ajudou na administração público-estatal, constituindo-se de novo a Polícia de Ordem Pública e o Exército.⁷⁰² Só se constrói um Estado, com um processo fruto de alguma maturidade. Isto foi conseguido em Cabo Verde no aparelho administrativo, através de “rupturas”, que se seguiram, procedendo-se a “continuidades”. Tratou-se aqui de um processo de ajustamento, com rupturas, sobretudo a nível político. Esta assumiu diferentes contornos, com maiores ou menores níveis de tolerância. Isto aconteceu talvez porque o processo de cruzamento entre povos e culturas se tenha traduzido bem cedo naquilo a que se pode efectivamente designar de “síntese.”⁷⁰³

Na perspectiva de Sousa Lara, no contexto da configuração dos Estados Pós-Coloniais “*não há um corte absoluto com o passado, uma vez que a continuidade, muitas vezes jurídica e institucional, tem um suporte pessoal, já que os agentes que outrora serviram o poder colonial continuam a constituir as novas elites políticas saídas do processo de independência*

⁶⁹⁹ JOSÉ VICENTE LOPES, *Cabo Verde: Os Bastidores da independência*, (1ª ed.), Praia-Mindelo, Instituto Camões-Centro Cultural Português, 1996, pp. 407-410.

⁷⁰⁰ HUMBERTO CARDOSO, *O Partido Único em Cabo Verde: Um Assalto à Esperança*, (1ª ed.), Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993, pp. 60-77.

⁷⁰¹ ÓSCAR SOARES BARATA, *Elites e Poder na África Ocidental*, in ÓSCAR SOARES BARATA & SÓNIA INFANTE PIEPOLI (COORDS.), *África: Género, Educação e Poder*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005, p. 407.

⁷⁰² Entrevista a Jacinto Abreu dos Santos (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷⁰³ Entrevista a Georgina Maria Augusta Benrós de Mello (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

nacional.”⁷⁰⁴ Contudo, outras perspectivas contrariam a ideia de continuidade pelo menos no continente africano, visto encontrarem-se enraizadas sociedades tradicionais que antecederam o processo de colonização e descolonização. António Marques Bessa é da opinião de que o que sucedeu em África foi que em lugar da “*continuidade deu-se a ruptura; o papel de uma elite enraizada, interessada nas coisas económicas e apostada no desenvolvimento brilha pela ausência; a política fica reduzida a uma forma de exploração oligárquica e trava e inibe qualquer força positiva.*”⁷⁰⁵

No caso de Cabo Verde que, segundo documentações históricas, se encontrava inabitado aquando da chegada dos colonizadores, a instauração do Estado independente deu-se num contexto onde já se possuíam “estruturas”, continuando a preencher todos os sectores políticos e administrativos. Foram-se introduzindo novas legislações adaptadas às recentes realidades. Houve, de facto, uma dinâmica de transformação relativamente ao “continuar dos processos”. Deu-se, por diversos momentos, uma desconstrução do Estado e posteriormente uma nova construção.⁷⁰⁶ Neste sentido, o Estado Independente da República de Cabo Verde passa a ser, como refere António de Sousa Lara, “*por definição ‘aqueles que dirigem as suas relações externas sem influência alheia’. Juridicamente correspondem à figura dos Estados soberanos.*”⁷⁰⁷ Mas a grande mudança que criou a matriz para que outras transformações ocorressem foi a independência, no sentido em que, nas palavras de Corsino Tolentino, “*passámos do ‘estatuto de coisa’ para o estatuto de responsáveis, do estatuto colonial para o estatuto Estado soberano, e, por conseguinte, responsáveis pelos nossos destinos*”.⁷⁰⁸ Esta, ocorrida a 5 de Julho de 1975, data simbólica de um longo e complexo processo de libertação, “*levou-nos à ruptura e com ela criámos o espaço para o bem ou o mal acontecer, e na criação desse espaço é que tive a oportunidade de participar primeiro, na edificação de um Estado de Direito. Este Estado conseguiu a libertação da fatalidade da dupla dependência, da natureza (das “nuvens”⁷⁰⁹) e do poder colonial.*”⁷¹⁰

⁷⁰⁴ ANTÓNIO DE SOUSA LARA, *Imperialismos Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002, p. 37.

⁷⁰⁵ ANTÓNIO MARQUES BESSA, *O Problema Africano*, in *Separata do n.º 7 da Revista Africana*, Porto, Universidade Portucalense, 1990, p. 178.

⁷⁰⁶ Entrevista a Vera Duarte (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷⁰⁷ ANTÓNIO DE SOUSA LARA, *O Interesse Nacional, a Política Externa Portuguesa e as Ideologias*, Lisboa, DisLivro, 2009, p. 60.

⁷⁰⁸ Entrevista a André Corsino Tolentino (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷⁰⁹ Esta expressão tem duplo significado. Um primeiro diz respeito às “nuvens” visto estas constituem o efeito visível de uma série de factores dinâmicos e termodinâmicos que se produzem na atmosfera e que facilitam a formação de chuvas, e um outro, que diz respeito à dependência do exterior pelo facto de não ter a autonomia e independência necessária, de não podermos contar com “nós próprios”.

⁷¹⁰ Entrevista a André Corsino Tolentino (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

A partir da década de oitenta do século passado, verificou-se uma ruptura do projecto da unidade com a Guiné-Bissau através do designado *Movimento Reajustador*, que conduziu ao golpe de Estado a 14 de Novembro de 1980. Esta acção teve como base um conjunto de factores, de entre os quais se destaca a ruptura na unidade Guiné e Cabo Verde, em que, na visão de Álvaro Nóbrega, “o sentimento anti-caboverdiano ultrapassou rapidamente o âmbito restrito da luta pelo poder no PAIGC, transformando-se numa atitude de repúdio mais ou generalizado na sociedade guineense.”⁷¹¹ Ainda para o autor “a ruptura consubstanciou-se quando os políticos da Praia, numa atitude qualificada de ‘traição’ pela Guiné, procederam à desvinculação bi-nacional do Partido, criando o PAICV e pondo cobro à união utópico de um mesmo povo, em dois territórios separados.”⁷¹² O projecto de unidade praticamente morreu muito jovem com o golpe do Estado, pois não houve amadurecimento.⁷¹³ A partir deste momento, verificou-se uma desvinculação do projecto de unidade Guiné e Cabo Verde, tendo este último passado a ser representado pelo PAICV e não pelo PAIGC. A ruptura simboliza, por um lado, o fim do projecto de unidade e, por outro, a desvinculação de um projecto que caracterizava a base do partido nos meados da década de cinquenta, criado ainda na clandestinidade. O novo caminho traçado em detrimento dos acontecimentos verificados permitiram criar uma nova dinâmica legislativa num contexto caracterizado pela mudança que possibilitou, na década de noventa, a abertura política. Esta decorreu no contexto da queda do Muro de Berlim em 1989, considerando Álvaro Nóbrega que “com este colapso, os regimes autoritários africanos perderam a capacidade de usar a rivalidade Este-Oeste que, até então, mantivera ininterrupto o fluxo de fundos internacionais ao dispor das suas elites.”⁷¹⁴

Em conformidade, salientando a importância da abertura política, o cientista político cabo-verdiano, Daniel Costa, elucida que “as primeiras eleições multipartidárias caboverdianas ocorreram em 1991, após a abertura política em 1990. Nos anos anteriores, desde a independência nacional, em 1975, o país tinha sido governado pelo PAIGC/CV, por meio de um regime monopartidário, com forte componente do socialismo da Europa do Leste.”⁷¹⁵ Onésimo Silveira considera que “a promulgação de uma nova constituição e de um leque

⁷¹¹ ÁLVARO NÓBREGA, *A Luta Pelo Poder na Guiné Bissau*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticos, 2003, pp. 126-127.

⁷¹² Idem, p. 229.

⁷¹³ Entrevista a Crispina Gomes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷¹⁴ ÁLVARO NÓBREGA, *A democracia em África*, in *JANUS: Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, 2010, p. 130.

⁷¹⁵ DANIEL HENRIQUE COSTA, *Sistema eleitoral e sistema partidário cabo-verdiano (1991-2001)*, in *Direito e Cidadania*, Ano V, Nº 16/17, Gráfica do Mindelo, Setembro 2002/Abril 2003, p. 256.

volumoso de leis abrangendo uma vasta área social e económica, passou a garantir, no plano jurídico, a transição do sistema de Partido Único para o sistema pluripartidário."⁷¹⁶ O Estado cabo-verdiano, a partir da abertura política, assumiu contornos importantes no que se refere à estruturação do campo político. Cabo Verde apresenta características de um Estado de Direito Democrático, onde vigora a interdependência e o respeito pela separação de poderes. Esta configuração é, ainda hoje, motivo de discussão por parte de várias personalidades que apresentam pontos de vista díspares acerca da questão crucial: África ou Europa?

⁷¹⁶ ONÉSIMO. SILVEIRA, *Cabo Verde: do Partido-Estado ao Partido do Estado*, op. cit., p. 156.

Capítulo 6 – A Questão Crucial: África ou Europa?

6.1. A tradição do debate sobre a integração regional

De há algumas décadas a esta parte, tem sido debatida a questão entre académicos e políticos acerca da pertença de Cabo Verde à Europa ou a África. Desde a sua descoberta, este país acolheu nas suas terras diferentes grupos étnicos e culturais provenientes desses dois continentes, do que resultou a seguinte questão: A quem Cabo Verde se poderá ancorar? Europa e/ou África? Que alianças estratégicas se devem fazer para a economia e desenvolvimento de Cabo Verde? Esta discussão ainda hoje persiste no seio da política e da economia.⁷¹⁷

A discussão acerca da integração regional não se deveu somente à posição geográfica de Cabo Verde, mas associa-se igualmente a aspectos culturais, políticos, económicos, comerciais e de segurança, com especial destaque para a construção do Estado-Nação. Álvaro de Vasconcelos e Jorge Braga de Macedo referem que *“os sucessos obtidos por Cabo Verde na consolidação da democracia e no desenvolvimento, a sua posição estratégica entre a Europa e a África, numa situação geográfica que o integra nas ilhas do Mediterrâneo atlântico, tornam a sua experiência particularmente interessante e merecedora de estudo.”*⁷¹⁸

Cabo Verde adquiriu um “estatuto especial” entre as antigas colónias portuguesas em África, sendo que, a partir da década de trinta do século XX, foi considerado o que melhor aculturou e assimilou os hábitos e costumes dos “brancos europeus”. Tal reconhecimento foi assinalado no seio dos intelectuais, nomeadamente os da *geração dos claridosos* que defendiam o *mestiço* como aquele que melhor se assemelha ao europeu. A este respeito, Gabriel Fernandes considera que *“na verdade, não podemos esquecer que, sendo ‘uma região de Portugal como Minho ou Algarve’, Cabo Verde não só partilha como participa do universalismo da cultura portuguesa.”*⁷¹⁹

Os cabo-verdianos almejavam a obtenção do estatuto de adjacência, que pudesse reconhecer Cabo Verde como uma região de Portugal. Adriano Moreira, aquando Ministro do Ultramar (1961-1963), visita o arquipélago em 1962 e admite atribuir o referido estatuto.⁷²⁰ Contudo, Onésimo Silveira faz saber que atribuir o estatuto de adjacência, que Adriano Moreira pretendia para Cabo Verde, seria mais difícil do que inicialmente se pensava. Cabo

⁷¹⁷ Entrevista a Amílcar Spencer Lopes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷¹⁸ ÁLVARO DE VASCONCELOS & JORGE BRAGA DE MACEDO, *Nota de Abertura*, in *Revista Estratégia, Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul*, Nº 20, Cascais, Principia, 2004, p. 9.

⁷¹⁹ GABRIEL FERNANDES, *A Diluição da África: Uma Interpretação da Saga Identitária Cabo-verdiana no Panorama Político (Pós) Colonial*, op. cit., p. 80.

⁷²⁰ ADRIANO MOREIRA, *Tempo de Véspera*, Coimbra, Almedina, 2009, p. 53.

Verde encontrava-se, de certo modo, “ligado” à Guiné-Bissau, por força de um movimento político e partidário - o PAIGC - que era, perante a comunidade internacional, reconhecido e legitimado como o representante dos dois povos.⁷²¹ Também o sociólogo Filipe José Pinto, afirma que “os sábios de Cabo Verde, ora se reúnem para pedir a adjacência, ora para a rejeitar.”⁷²² O argumento foi de que os portugueses pretendiam satisfazer uma exigência secular. A elite, sobretudo a de São Vicente, questionou-se: Se tomarem a adjacência agora, o que seria da independência?⁷²³ Esta ambivalência acentuava, por um lado, a discussão acerca daqueles que defendiam a assimilação e, conseqüentemente, o estatuto de adjacência e, por outro lado, aqueles que defendiam uma maior integração de Cabo Verde no contexto africano.

O debate acerca de uma maior integração de Cabo Verde em relação à África ou à Europa ficou marcado nas décadas seguintes. Com um passado histórico de colonização que, conseqüentemente, trouxe consigo uma forma de estruturação política e administrativa, atribuíam-se à elite cabo-verdiana, a partir do Estado Novo, um lugar de destaque entre as colónias africanas, sobretudo na ocupação de posições de relevo na administração pública.

A integração regional de Cabo Verde traz, no seio de intelectuais, políticos e académicos, uma preocupação de se desconstruir narrativas que marcam a política cabo-verdiana e o próprio processo da construção do Estado em Cabo Verde. Isto deve-se ao facto de, segundo David Hoffer Almada, Cabo Verde estar “cada vez mais envolvido em grupos e organizações, de natureza mais diversa, desde as políticas às económicas e culturais.”⁷²⁴ Cabo Verde pode assumir o papel de ponte entre a Europa e África. Do ponto de vista histórico-geográfico, pode utilizar essa condição e servir de ponte entre estes dois continentes.⁷²⁵ Os cabo-verdianos enquanto povo “ilhéu”, procuram os benefícios e as vantagens de pertença à União Europeia sem pôr em causa a sua integração na organização regional africana.⁷²⁶

No período anterior à independência de Cabo Verde, o debate era já intenso entre as elites culturais acerca de uma maior integração de Cabo Verde em relação à Europa ou à África. Pelo seu posicionamento geográfico, Cabo Verde encontra-se mais perto de África do que da Europa, mas o debate não se fazia somente nesta óptica. Era muito mais profundo, envolvia questões de ordem cultural e identitária e de reafirmação do Estado-Nação.

⁷²¹ ONÉSIMO SILVEIRA, *A Democracia em Cabo Verde*, op. cit., p. 17.

⁷²² FILIPE JOSÉ PINTO, *Adriano Moreira: uma Intervenção humanista*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 136.

⁷²³ Entrevista a Osvaldo Lopes da Silva (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷²⁴ DAVID HOPFFER ALMADA, *Pela Cultura e pela Identidade: Em defesa da caboverdianidade*, op. cit., p. 31.

⁷²⁵ Entrevista a David Hopffer Almada (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷²⁶ Entrevista a Maria das Dores Silveira (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

Este arquipélago, situado no meio do Atlântico, serviu como entreposto na comercialização de escravos e abastecimento de navios dos diferentes lugares ou continentes. Do entrelaçar da sua história com Europa e África, Cabo Verde serviu como base cultural, administrativa e identitária dos grupos presenciais neste arquipélago.⁷²⁷ Os intelectuais cabo-verdianos contribuíram para a definição do conceito de “identidade mestiça”, para reforçar a necessidade da sua integração regional. Na perspectiva de Corsino Tolentino:

*“Cabo Verde tem dois problemas com a perceção da integração regional: primeiro, a sociedade tem um entendimento ambivalente ou mesmo deslizante da sua pertença africana, com não se sabe quantos cabo-verdianos no País e na Diáspora a refugiaram-se numa encruzilhada vagamente situada “entre a África, a Europa e as Américas”; segundo, na sociedade de mercado para a qual somos ora puxados, ora empurrados, alguns dirigentes de partidos políticos, da administração pública e de organizações da sociedade civil, desistem do seu papel de líder para se acomodarem no senso comum. Este, alimentado por preconceitos coloniais, a imagem que se dá de África e a ignorância das dinâmicas e desafios da Integração Regional, dá por vezes a impressão de querer conservar a ilusão lírica de um dia pertencer à periferia da Europa.”*⁷²⁸

O ano de 1950 ficou marcado por incitações por parte da *geração de Cabral*,⁷²⁹ que se reunia com outros intelectuais cabo-verdianos, no sentido de se debater acerca do “homem cabo-verdiano”. Aníbal Lopes da Silva refere que, mesmo que não houvesse a predominância do sangue europeu ou português, o povo cabo-verdiano, pelo seu pensamento absolutamente português, é considerado, integrado na civilização ocidental.⁷³⁰

Amílcar Cabral, defensor da *africanidade* e da integração de Cabo Verde em África, fez saber, através do seu pensamento filosófico e da sua representação, aquilo que considerava o homem livre, sobretudo através da negação ao regime e opressão colonial. Amílcar Cabral procurou alertar os cabo-verdianos para a possibilidade do retorno às raízes africanas, pressupondo, como ele mesmo afirma, o processo da africanização de Cabo Verde, ao contrário do que se pretendia para Cabo Verde, isto é, a *europiedade*.⁷³¹

Ainda na década de trinta, ocorrem diversas opiniões e pontos de vista entre a *elite cultural*, a respeito de se adoptar para Cabo Verde uma posição assimilacionista e/ou

⁷²⁷ ELISA SILVA ANDRADE, *As ilhas de Cabo Verde da "Descoberta" à Independência Nacional: 1460-1975*, Paris, L' Harmattan, 1996, p. 8.

⁷²⁸ ANDRÉ CORSINO TOLENTINO, *A difícil Integração Africana*, in CRISTINA SARMENTO & SUZANO COSTA, *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 620-621.

⁷²⁹ MÁRIO PINTO DE ANDRADE, *As Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa 1911-1961*, op. cit., pp. 15-18.

⁷³⁰ ANÍBAL LOPES DA SILVA, *O perfil psicossocial do homem caboverdiano*. in ALMERINDO LESSA & JACQUES RUFFIE, *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: Mesa redonda sobre o homem caboverdiano*. (1ª ed.), Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1957, p. 89.

⁷³¹ AMÍLCAR CABRAL, *Obras Escolhidas*, Porto, Seara Nova, 1978, p. 54.

regionalista. Tanto a *geração dos claridosos* como a *geração dos nativistas* se posicionaram em relação a estes factos que, durante décadas, fizeram eco sobretudo num Estado-Nação recente como era o caso de Cabo Verde.

A *geração dos nativistas* e os seus correligionários como Eugénio Tavares, Pedro Cardoso, Corsino Lopes da Silva, Luís Loff de Vasconcellos e José Lopes da Silva, defendiam uma visão nativista, ao ponto de considerarem o “nativo” do arquipélago de Cabo Verde, valorizado perante a metrópole. Era necessário reconhecer o estatuto de igualdade política, social e jurídica perante os portugueses, ou mesmo, de Portugal Continental, amparados na ideia de que Cabo Verde usufruía da necessidade e do direito de lhe ser confirmado o estatuto de adjacência, à semelhança do que teria acontecido na Madeira e Açores.

Na mesma linha de pensamento, Gabriel Fernandes salienta que os autores da *geração dos claridosos*, como Baltazar Lopes, Teixeira de Sousa, Jorge Barbosa, António Aurélio Gonçalves, Manuel Lopes, Félix Monteiro e António Nunes consideram o homem cabo-verdiano culturalmente semelhante ao europeu, visto que se constata a presença da componente cultural europeia na formação do *mestiço* cabo-verdiano.⁷³² Cabe aqui realçar, que, segundo Cláudio Furtado, “*a elite cabo-verdiana jogou durante muito tempo um duplo papel, tornando-o ambivalente. Colonizado em Cabo Verde, ele foi, muito cedo, um importante instrumento da colonização portuguesa.*”⁷³³

Por este motivo, foi possível defender uma visão regionalista, ao ponto de se considerar Cabo Verde como um caso particular no contexto regional europeu. Os *claridosos* consideram que este país é diferente das outras colónias africanas, visto ter um tratamento reconhecido pela metrópole como algo de particular, possuindo uma identidade distinta das demais.

A *geração Cabral* incluía pensadores como Onésimo Silveira, Gabriel Mariano, Ovídio Martins, José Leitão da Graça, Corsino Fortes, Manecas Duarte e José Araújo, que se opuseram aos debates pertinentes e cessantes entre as gerações antecessoras. Esta geração considera a componente cultural africana muito forte, a ponto de Cabo Verde retornar às suas origens e ser reconhecido como um caso de regionalismo africano em vez de europeu. Tal seria possível, através da independência da *nação* cabo-verdiana. Esta geração reconhece que

⁷³² GABRIEL FERNANDES, *A Diluição da África: Uma Interpretação da Saga Identitária Cabo-verdiana no Panorama Político (Pós) Colonial*, op. cit., pp. 80-81.

⁷³³ CLÁUDIO FURTADO, *Cabo Verde e a Integração na África do Oeste: Dissonâncias Discursivas e Identitárias*, in CRISTINA SARMENTO & SUZANO COSTA, *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*, Coimbra, Almedina, 2013, p. 630.

deveria negar Portugal ou, no caso mais amplo, a Europa, para que pudesse ser realmente possível a independência nacional no sentido de engrandecer a mãe África.⁷³⁴

As duas gerações buscam, de modo diferenciado, a emancipação política, social e cultural, existindo, por vezes, pontos de vista divergentes dos seus princípios, de acordo com o(s) contexto(s) em causa. A *geração de Cabral*, por exemplo, posicionava-se a favor de uma maior integração no contexto regional africano, acentuando, para tal, a identidade africana, o que não constituía uma tarefa fácil, uma vez que encontrou resistências por parte daqueles que defendiam e profetizavam a identidade europeia, ou que, de uma outra forma, ainda se identificavam com as raízes portuguesas.

A filiação de Cabo Verde na matriz africana ou europeia resulta de um processo histórico, político e social, cujo resultado consistiu na elaboração de explicações de modo coerente, em torno de duas posições diferenciadas acerca da integração: uma de componente europeia e outra de componente africana. Isto deu origem a debates que constituem o posicionamento de académicos e políticos com posições divergentes.

6.2. A questão da CEDEAO

A 28 de Maio de 1975 foi fundada em Lagos, através do Tratado da Abuja, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Após trinta e oito dias é proclamada oficialmente a independência de Cabo Verde - 5 de Julho de 1975- marcando uma nova era na edificação do Estado-Nação em Cabo Verde, reconhecida por organizações como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU) e também da Organização da Unidade Africana (OUA), actualmente União Africana.⁷³⁵

Após o período colonial, a opção tomada foi a de integração de Cabo Verde em África e nas organizações internacionais como o da OUA.⁷³⁶ No caso da integração na CEDEAO, esta só sucedeu em 1977, dois anos após a independência, relativamente à qual Cabo Verde subscreveu o “tratado constitutivo.”⁷³⁷ A partir desta data, tem vindo a questionar-se a integração de Cabo Verde na CEDEAO, nomeadamente no que diz respeito aos benefícios e desafios que esta integração poderia trazer para Cabo Verde. Os debates centram-se

⁷³⁴ AMÍLCAR CABRAL, *Obras Escolhidas*, op. cit., pp. 58-60.

⁷³⁵ JOSÉ ANTÓNIO DOS REIS, *As políticas públicas de Cabo Verde, no âmbito da integração na CEDEAO e da estratégia global de desenvolvimento*, in IVA CABRAL & CLÁUDIO FURTADO (ORGS.), *Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, Praia, Edição dos Autores, 2008, p. 83.

⁷³⁶ Entrevista Hermínio Moniz (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷³⁷ JOSÉ ANTÓNIO DOS REIS, *As políticas públicas de Cabo Verde, no âmbito da integração na CEDEAO e da estratégia global de desenvolvimento*, op. cit., p. 83.

essencialmente nas questões culturais/identitárias, económicas e políticas. O pilar de integração regional com a CEDEAO tem em vista a concretização dos objectivos essencialmente económicos e de aprofundamento da política, paz e segurança.⁷³⁸

Além de Cabo Verde, estão integrados na CEDEAO países como o Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Ghana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo, perfazendo um total de quinze países.⁷³⁹ Cabo Verde passa a integrar uma região com um mercado de aproximadamente duzentos e cinquenta e cinco milhões de consumidores, por um lado, porque o país possui a mais pequena dimensão de todos e, por outro, por ser o único país insular da “massa continental” da CEDEAO.⁷⁴⁰ Para José António Reis *“a criação ou a adesão a instituições de natureza da CEDEAO fez-se de forma voluntarista, mais por crença mítica africanista do que em resultado de uma avaliação realista, sustentada por dados de viabilidade objectivos.”*⁷⁴¹

Existem também factores de ordem cultural e política em que é possível realçar a ausência de um ideal comum, ao ponto de a arquitectura do projecto de integração regional no quadro da CEDEAO possa ser efectivamente solidificada, visto existirem dificuldades que se prendem com a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais entre os Estados mencionados, sendo igualmente visíveis as subsequentes instabilidades políticas registadas nesta região. Para José Pina Delgado, mesmo não se possuindo convicções profundas, parece que a CEDEAO é um projecto de integração condenado ao fracasso.

*“Primeiro, porque carrega um vício originário, que jamais poderá ultrapassar. Trata-se de uma comunidade criada por uma potência hegemónica, a Nigéria, num período de afirmação regional (...); segundo, existe um outro vício originário. Trata-se de desarmonia de valores políticos entre os Estados da região (...); terceiro, além de não existir partilha, de facto, de valores públicos, é pouco popular, mas é inevitável fazer-se alusão a factores identitários (...); finalmente, mas não exhaustivamente, a CEDEAO, com a avidez verticalizadora que demonstra, nomeadamente, aprovando os mais desenvolvidos instrumentos de integração regional.”*⁷⁴²

Por outro lado, José Maria Semedo, geógrafo cabo-verdiano, entende que *“a instabilidade que afectou vários países da África do Oeste, nos finais do século XX, colocou o arquipélago numa situação de ‘cavaleiro solitário’ pelo que atraiu um contingente de*

⁷³⁸ Entrevista Eduardo Jorge Silva (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷³⁹ JOSÉ LUÍS ROCHA, *Dimensão Económica da Integração Regional: CEDEAO e o caso de Cabo Verde*, in IVA CABRAL & CLÁUDIO FURTADO (ORGS.), *Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, Praia, Edição dos Autores, 2008, p. 83.

⁷⁴⁰ Idem, pp. 113-126.

⁷⁴¹ JOSÉ ANTÓNIO DOS REIS, *As políticas públicas de Cabo Verde, no âmbito da integração na CEDEAO e da estratégia global de desenvolvimento*, op. cit., p. 84.

⁷⁴² JOSÉ PINA DELGADO, *A Vinculação de Cabo Verde ao mecanismo de segurança da CEDEAO*, in *Direito e Cidadania*, Ano IX, Nº 27, 2007/2008, Gráfica do Mindelo Lda., pp. 133-135.

migrantes para o qual não estava preparado, nem para a sua absorção cultural, nem no mercado, nem na sua reemissão para outros destinos.”⁷⁴³ Esta é considerada a dimensão política de integração regional na CEDEAO, e as respectivas consequências desta integração, segundo o autor citado, vieram agravar a situação em Cabo Verde, em relação à sua submissão a uma certa sobrecarga de migração nesta sub-região, uma vez que o país não possuía uma estrutura suficiente para os constrangimentos e problemáticas desta integração.

Manuel Amante Rosa, diplomata cabo-verdiano, salienta que, por diversas vezes, se questiona a permanência de Cabo Verde na CEDEAO e que tais questionamentos surgiram logo após o início da adesão deste país, os quais se têm agravado nestes últimos anos devido a um número cada vez maior de cidadãos oriundos dos países membros que vão, *"por todos os meios, chegando às nossas ilhas ao abrigo dos 8 Protocolos Adicionais sobre a livre circulação de pessoas e bens, 7 ratificados pelo nosso Parlamento. Se uma parte dos cidadãos comunitários pretende fazer das ilhas um trampolim para outras paragens a maioria vem, hoje, com intensão de aqui permanecer.*”⁷⁴⁴

Esta é a opinião partilhada por um conjunto de intelectuais e académicos, e também por parte do governo, em relação às dificuldades sentidas através da integração de Cabo Verde na CEDEAO, como menciona Manuel Rosa. Isto ocorreu desde a adesão de Cabo Verde na comunidade sub-regional. Já Gabriel Fernandes realça que a *"livre circulação de pessoas, superadas ou amenizadas que forem seus efeitos correlatos menos bons, pode funcionar como ideal de subversão de uma globalização de mão única.*”⁷⁴⁵ Apesar do efeito menos positivo que a integração de Cabo Verde na região da CEDEAO possa representar, aliás como sustenta Manuel Amante Rosa, bem como a livre circulação de cidadãos nesta região, Gabriel Fernandes acredita que essa mesma circulação tenha como resultado uma maior consciência global, que aposta na necessidade de mão-de-obra e, conseqüentemente, de um o reforço de humanização nas agendas políticas e de uma maior intervenção nas questões humanitárias e de protecção dos seres humanos.

⁷⁴³ JOSÉ MARIA SEMEDO, *A especificidade de um Estado insular e diasporizado*, in IVA CABRAL & CLÁUDIO FURTADO (ORGS.), *Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, Praia, Edição dos Autores, 2008, p. 49.

⁷⁴⁴ MANUEL AMANTE ROSA, *A problemática da livre Circulação de Pessoas e Bens e o papel de Cabo Verde na Segurança da Costa Ocidental e da Fronteira Sul da União Europeia*, in IVA CABRAL & CLÁUDIO FURTADO (ORGS.), *Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, Praia, Edição dos Autores, 2008, p. 129.

⁷⁴⁵ GABRIEL FERNANDES, *Cabo Verde e CEDEAO: uma questão identitária*, in IVA CABRAL & CLÁUDIO FURTADO (ORGS.), *Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, Praia, Edição dos Autores, 2008, pp. 64-65.

Após mais de trinta anos, a Comunidade depara-se com grandes constrangimentos decorrentes da participação ineficiente dos Estados membros. Entende-se que o funcionamento das instituições de uma Comunidade será apenas o reflexo da vontade e consciência de pertença dos seus membros às mesmas. Se medirmos essas duas componentes pela participação nas actividades da CEDEAO, pelo nível de representação nas suas reuniões e pelo pagamento das contribuições necessárias para o seu funcionamento, pode dizer-se que essa vontade e consciência se situam a níveis muito baixos.⁷⁴⁶ Sublinha Joaquim Gomes que alguns exemplos correspondem a *“casos de reuniões que não se realizam por falta de quórum, as sessões ministeriais são assistidas, na maior parte das vezes por simples técnicos sem nenhuma representatividade, os Estados membros sempre foram reticentes em cumprir os seus deveres e obrigações para com a CEDEAO, estando alguns em atraso há mais de 20 anos.”*⁷⁴⁷ Esta afirmação surge numa situação de independência nacional, estando presentes os fundamentos ideológicos africanistas da classe que dirigiu o processo de independência. São escassos os estudos realizados no sentido de se avaliar os benefícios de que Cabo Verde poderia usufruir, no âmbito da adesão à CEDEAO. A tarefa essencial dos países da CEDEAO consistia na avaliação realista dos problemas que esta integração acarretava, lembrando que esta comunidade foi criada no auge da independência nacional, pelo menos para os países sobre a dominação portuguesa, no qual Cabo Verde se encontrava incluído. O desejo, a ambição e, mais do que tudo, a *“falsa convicção”* do desenvolvimento económico deram lugar à criação de uma comunidade sem fundamentos e sem estudo prévio, segundo o autor. A CEDEAO *“enquanto espaço económico, esbarrou, até agora, com dificuldades quase insuperáveis, exactamente pelas motivações subjacentes à sua própria fundação.”*⁷⁴⁸

Com opinião divergente de Reis, José Armando Duarte, diplomata, acredita ser profícuo para a economia cabo-verdiana a integração regional, alertando e concordando que, dada a pequena dimensão do arquipélago, *“a economia cabo-verdiana terá de se inserir num mercado regional vasto, permitindo ao país enfrentar com sucesso os conflitos latentes e permanentes entre a pequenez do mercado nacional e a dimensão óptima de produção e entre*

⁷⁴⁶ JOAQUIM GOMES, *Integração Regional: Cabo Verde na CEDEAO* in JOSÉ PINA DELGADO; ODAIR BARROS VARELA & SUZANO COSTA (ORGS.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas*, Praia, ISCJS, 2014, p. 380.

⁷⁴⁷ JOAQUIM GOMES, *A Inserção de Cabo Verde na CEDEAO: O Comércio e as Migrações*, Porto, Faculdade de Letras, 2009, p. 42

⁷⁴⁸ Idem p. 86.

estes e a distância económica, potenciar a sua posição geoestratégica de placa giratória de comércio internacional.”⁷⁴⁹

Esta posição alerta as autoridades nacionais cabo-verdianas, no sentido de prestar uma maior atenção à integração na CEDEAO e ao reforço das políticas de integração. O reconhecimento de Cabo Verde num mercado mundial passa por uma estratégia de integração económica, facultando o reconhecimento global e estratégico numa localização favorável.

No mesmo contexto, mas atendendo à dimensão cultural e identitária, José Luís Rocha, diplomata cabo-verdiano, acredita que, se aprofundarmos a questão numa lógica de diferenças culturais, temos de ter em consideração que *“estas sempre existiram entre os mais próximos países se não no seio de um mesmo país e hoje sabemos que o diálogo das culturas, que integra numa coexistência pacífica e mutuamente enriquecedora mais do que confronta as diferenças, é a via da sabedoria contra todo o tipo de fundamentalismo.*”⁷⁵⁰ Mesmo sob a base de um distanciamento cultural, tudo nos leva a crer que a diferença cultural entre os países da CEDEAO necessita de um diálogo cultural permanente, que deverá ter em consideração estas diferenças na construção de uma comunidade sólida. Entretanto, André Corsino Tolentino sublinha que *“por motivos históricos geográficos, culturais, linguísticos e de governação, as Nações da África Ocidental ainda lidam mal com a IR (Integração Regional), que aceitam mais como inviabilidade ou destino do que como projecto pressupondo informação de boa qualidade e vontade democraticamente construída.*”⁷⁵¹

Na história recente de Cabo Verde, são notórios os constantes fluxos e refluxos em torno do posicionamento relativamente à integração africana, o que requer salientar que não emergem apenas de distintos e determinados projectos ideológicos e políticos, mas que estão estruturalmente imbricados na história política, social e cultural do arquipélago e dos seus habitantes. As elites desempenharam um papel preponderante, porque marcaram, por um lado a sua visão de mundo e de si mesmos, e por outro, a dos africanos e dos europeus.⁷⁵²

Mesmo no interior de alguns países, verificam-se diferenças entre as regiões, principalmente no que diz respeito à cultura e às suas especificidades. A diferença cultural não é tão relevante, ao ponto de levar ao colapso da CEDEAO e ao não alinhamento de Cabo

⁷⁴⁹ JOSÉ ARMANDO DUARTE, *As Relações Externas de Cabo Verde na África Ocidental e os Quadros Regionais de Cooperação da União Europeia*, in *Estratégia: Revista de Estudos Internacionais*, N° 20, 1.º Semestre, 2004, p. 119.

⁷⁵⁰ JOSÉ LUÍS ROCHA, *Dimensão Económica da Integração Regional: CEDEAO e o caso de Cabo Verde*, op. cit., p. 124.

⁷⁵¹ ANDRÉ CORSINO TOLENTINO, *A difícil Integração Africana*, op. cit., p. 619.

⁷⁵² Cfr. GABRIEL FERNANDES, *Em Busca da Nação. Notas para uma Interpretação do Cabo Verde Crioulo*, Praia/Florianópolis, IBNL/ UFSC, 006, pp. 168-170.

Verde com esta comunidade. Neste sentido, a comunidade cabo-verdiana deve abrir-se estendendo as fronteiras, pois a exploração de vias para a intensificação de trocas culturais, comerciais e políticas pode resultar em importantes ganhos, susceptíveis de contribuir para a percepção.⁷⁵³

Até 2000, a participação de Cabo Verde na CEDEAO foi redutora. Desde essa data, tem havido um crescente interesse em participar nessa comunidade, estando a ser efectuada uma sensibilização à população, sobretudo através de discursos por parte do Presidente da República - Jorge Carlos Fonseca -, do Presidente da Assembleia Nacional - Basílio Mosso Ramos -, bem como do Primeiro-Ministro - José Maria Neves.⁷⁵⁴

A integração na CEDEAO não é a única que tem vindo a suscitar debates em Cabo Verde. A Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia tem-se debruçado sobre as possíveis consequências que poderá trazer ao arquipélago, devido a uma possível exploração e proveito, por parte da Europa, da posição estratégica do arquipélago. Existe, desde há séculos, uma herança fortemente marcada entre Cabo Verde e Portugal. Esta relação de séculos constituiu um aspecto fundamental na abertura da Parceria com a Europa. Na década de sessenta, não existia uma relação de confiança com África. Por este motivo, considera-se que Cabo Verde nunca esteve plenamente integrado na CEDEAO.⁷⁵⁵

6.3. A Parceria Especial com a União Europeia

Cabo Verde no contexto da criação de uma parceria sólida que, de alguma forma, pudesse trazer e abrir um novo horizonte para este arquipélago no meio do Atlântico, optou por uma Parceria Especial com a União Europeia, em Novembro de 2007. José Filipe Pinto salienta que o desejo da parceria “*efectivamente se viria a materializar em Novembro de 2007, ou seja, uma Parceria Especial entre a EU e Cabo Verde que garante ao arquipélago uma posição mais vantajosa junto das organizações.*”⁷⁵⁶ Refere ainda que “*esta parceria assenta em seis pilares: boa governação, segurança e estabilidade, sociedade de conhecimento, luta contra a pobreza, integração regional e convergência técnica e normativa.*”⁷⁵⁷ Na verdade, a Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia não assume a forma de acordo, podendo ser definida como um espaço de debate, uma plataforma de entendimento político, com vista à

⁷⁵³ Cfr. GABRIEL FERNANDES, *Cabo Verde e CEDEAO: uma questão identitária*, op. cit., pp. 64-65.

⁷⁵⁴ Entrevista a Joaquim Gomes (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷⁵⁵ Entrevista a Amaro da Luz (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷⁵⁶ JOSÉ FILIPE PINTO, *Cabo Verde e a União Europeia: Da Parceria à Integração*, in FERNANDO CRISTOVÃO (DIR. e COORD.), *Ensaio Lusófonos*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 193.

⁷⁵⁷ Idem p. 193.

convergência com a União Europeia em matéria de valores, normas e ideias. Existe um conjunto de interesses conjuntos dentro da política, procurando nele uma convergência técnica e normativa.⁷⁵⁸

Álvaro de Vasconcelos, cientista político, e Jorge Braga de Macedo, economista, consideram que “*num momento em que a União Europeia repensa as suas relações com as vizinhanças próximas, a posição de Cabo Verde e o seu relacionamento com a Europa ganham também uma nova qualidade e integram-se no debate sobre os limites geográficos da Europa alargada.*”⁷⁵⁹ Para Suzano Costa “*a excelência da cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde é unanimemente reconhecida por todos.*”⁷⁶⁰ Esta parceria trata de constituir um caminho de diálogo, tendo em si um *valor de mercado* potencial de duzentos milhões de habitantes, de *interesses sociais*, sobretudo no que se refere à mobilidade e encontro de pessoas no *domínio científico e de pesquisa*, no *valor de segurança* por se encontrar situado na zona do Sahel, estando vigilante ao que se passa no Golfo da Guiné, sobretudo às formas de pirataria, à existência dos movimentos separatistas que se poderão traduzir em práticas terroristas.⁷⁶¹

A possibilidade de uma parceria entre a União Europeia e Cabo Verde foi já pensada há algumas décadas, onde algumas personalidades portuguesas como Adriano Moreira e Mário Soares tiveram um papel relevante, tendo mesmo sido considerados como representantes da Parceria entre Cabo Verde e a União Europeia. José Filipe Pinto considera a este respeito que “*talvez valha a pena referir que foi num Congresso em Tenerife, no já longínquo ano de 1994, que Mário Soares começa a delinear a ideia de uma aproximação de Cabo Verde aos arquipélagos ultraperiféricas que fazem parte de Portugal e de Espanha.*”⁷⁶²

Esta aproximação poderia trazer benefícios para Cabo Verde, no âmbito de cooperação da União Europeia com as regiões Ultraperiféricas ou da Macaronésia. João Gomes Cravinho, Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Oxford, elucida que surgem ocasionalmente em Cabo Verde discussões sobre o seu futuro no que se refere à associação com Portugal e Europa, por meio da qual o arquipélago poderia beneficiar-se de

⁷⁵⁸ Entrevista a Eduardo Jorge Silva (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷⁵⁹ ÁLVARO DE VASCONCELOS & JORGE BRAGA DE MACEDO, *Nota de Abertura*, op. cit., p. 9.

⁷⁶⁰ SUZANO COSTA, *Cabo Verde e a Integração Europeia: A Construção Ideológica de um Espaço Imaginário*, in *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Dossier Especial, Nº 1, Praia, Uni-CV, Dezembro 2007, p. 116.

⁷⁶¹ Entrevista a Eduardo Jorge Silva (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷⁶² JOSÉ FILIPE PINTO, *Cabo Verde e a União Europeia: Da Parceria à Integração*, op. cit., p. 193.

financiamento europeu no âmbito das regiões ultraperiféricas, como os Açores, Madeira, e as ilhas Canárias.⁷⁶³

A localização de Cabo Verde, nas regiões Ultraperiféricas ou da Macaronésia, traz benefícios económicos pelo facto de ter a possibilidade de “*aceder a determinados instrumentos de cooperação da União Europeia.*”⁷⁶⁴ Do mesmo modo, refere Fátima Monteiro:

*“Não é difícil depreender-se que os principais benefícios para Cabo Verde serão de ordem económica, sendo que a capacidade de Cabo Verde para aceder a fundos estruturais da União Europeia, em montantes que se avizinhassem em algumas áreas, por exemplo, dos concedidos aos restantes arquipélagos da Macaronésia, lhe permitiria o desenvolvimento infra-estrutural nos moldes e dimensão indispensáveis para um desenvolvimento acelerado e sustentado.”*⁷⁶⁵

A União Europeia tem interesse que Cabo Verde esteja forte e integrado nas Regiões Ultraperiféricas. Não se pretende um Cabo Verde isolado. Estes são elementos que se complementam. Se Cabo Verde estiver bem inserido na CEDEAO e nas RUP, será mais vantajosa a sua relação com a União Europeia e vice-versa.⁷⁶⁶

Dúnia Pires do Canto salienta que a Parceria Especial “*veio suscitar uma questão na sociedade cabo-verdiana de há muito tempo, a pertença de Cabo Verde à África ou à Europa, não geograficamente porque isso é claro, mas sim culturalmente e identitário.*”⁷⁶⁷ Esta parceria, ainda antes da sua efectivação, originou alguns debates entre os que se declararam ser “contra” e os que se declararam ser a “favor” da adesão de Cabo Verde à União Europeia. Adriano Moreira considera que “*Cabo Verde projecta-se com um perfil específico (...) sendo o exemplo mais perfeito de integração cultural, terra onde os valores europeus se implantaram com harmonia, consistência e padrão do modelo político democrático.*”⁷⁶⁸ José Filipe Pinto salienta que “*algumas figuras públicas, tanto em Portugal como em Cabo Verde, fizeram questão de realçar que Cabo Verde, devido à sua história, apresentava valores mais próximos da União Europeia do que outros candidatos, como era, por exemplo, o caso da Turquia.*”⁷⁶⁹

⁷⁶³ JOÃO GOMES CRAVINHO, *Les Relations Post-Coloniales Portugaises in Pôle Sud : Revue de Science Politique de l'Europe Méridionale, Le Portugal du Politique*, Nº 22, Montpellier: OPPES/CNRS, Mai 2005, p. 95.

⁷⁶⁴ ANTÓNIO CORREIA E SILVA, *Canárias no Horizonte*. in *Revista Estratégia, Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul*, Nº 20, Cascais, Principia, 2004, p. 37.

⁷⁶⁵ FÁTIMA MONTEIRO, *Cabo Verde na Encruzilhada Atlântica*, in *Revista Estratégia, Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul*, Nº 20, Cascais, Principia, 2004, p. 29.

⁷⁶⁶ Entrevista a Hermínio Moniz (ver *Relação das Entrevistas* em anexo).

⁷⁶⁷ DÚNIA PIRES DO CANTO, *Parceria Especial – Cabo Verde e União Europeia: Análise da Situação*, op. cit., p. 80.

⁷⁶⁸ ADRIANO MOREIRA, *Ligação de Cabo Verde à Europa*, op. cit., p. 286.

⁷⁶⁹ JOSÉ FILIPE PINTO, *Cabo Verde e a União Europeia: Da Parceria à Integração*, op. cit., p. 189.

Na óptica de António Rebelo de Sousa, “*Cabo Verde dispõe de um capital humano de inegável qualidade no quadro do Continente Africano o que desde logo potencia a obtenção de vantagens competitivas dinâmicas.*”⁷⁷⁰ A Comissão das Comunidades Europeias deixa claro, através do comunicado ao Conselho e Parlamento em Bruxelas, que Cabo Verde partilha os “*laços históricos, humanos, religiosos, linguísticos e culturais inextricáveis com a Europa*” e “*a sociedade cabo-verdiana é resultado da fusão dos povos europeu e africano e do diálogo entre as respectivas culturais.*”⁷⁷¹ Por outro lado, Cabo Verde “*tem uma vocação natural para servir de ponte entre dos continentes africano, europeu e americano, o que constitui o elemento fundamental em torno do qual a Europa e Cabo Verde partilham interesses e desafios comuns.*”⁷⁷²

Para David Hoffer Almada, os cabo-verdianos não são, em nenhum momento, europeus e nem Cabo Verde em si é Europa, embora a cultura cabo-verdiana esteja imbuída dos valores europeus e/ou trazidos pela cultura europeia.⁷⁷³ Existem entre os “culturalistas” cabo-verdianos, aqueles que advogam que o arquipélago possui uma identidade cultural própria e que não há, neste sentido, “*abstracto cultural que justifique e sedimente uma integração africana*”. Entretanto, existe uma clara valorização dos “aportes” europeus, facilitando a tal Parceria Especial.⁷⁷⁴

Essas opiniões e, conseqüentemente, as argumentações colocam em evidência a impossibilidade de integração e da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia, por Cabo Verde não se compatibilizar com alguns aspectos que os defensores da integração colocam em destaque, nomeadamente com os ideais europeus. Dúnia Pires considera que “*para muitos a proposta de adesão pôs a África num plano inferior, com se ela não fosse capaz de emergir economicamente sem ser ‘engolida’ pela Europa. E quando Cabo Verde começa a emergir e a dar os primeiros passos para o seu desenvolvimento, já lhe querem ‘tirar de África.*”⁷⁷⁵

⁷⁷⁰ ANTÓNIO REBELO DE SOUSA, *De um novo conceito de Desenvolvimento no Quadro da Economia Internacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2008, p. 33.

⁷⁷¹ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento Europeu sobre o Futuro das Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde*, Bruxelas, Comissão Europeia, 2007, p. 2.

⁷⁷² Idem, p. 2

⁷⁷³ DAVID HOPFFER ALMADA, *Pela Cultura e pela Identidade: Em defesa da caboverdianidade*, op. cit., p. 38.

⁷⁷⁴ Cfr. CLÁUDIO FURTADO, *Cabo Verde e a Integração na África do Oeste: Dissonâncias Discursivas e Identitárias*, op. cit., p. 640.

⁷⁷⁵ DÚNIA PIRES DO CANTO, *Parceria Especial – Cabo Verde e União Europeia: Análise da Situação*, op. cit., p. 81.

José Filipe Pinto menciona que “*algumas personalidades cabo-verdianas não receberam bem a ideia e vieram ao público denunciar aquilo que, na sua leitura, representava uma marca neocolonialista porque consideravam que Portugal se estava a intrometer na vida interna de Cabo Verde e a decidir ou condicionar o seu futuro.*”⁷⁷⁶ O autor conclui que o tratamento privilegiado que Portugal concedia aos cabo-verdianos “*representava uma manifestação maquiavélica e se destinava a uma posterior utilização dos mesmos como instrumentos da dominação portuguesa, posição que parece não colher, pois condena os cabo-verdianos a uma menoridade intelectual que os impedia de se aperceberem de que estavam a ser usados em proveito alheio.*”⁷⁷⁷

A Parceria Especial tem vindo a introduzir novas dimensões no relacionamento com a União Europeia. Pretende ultrapassar a mera relação de dador-beneficiário e abarcar outros interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento, de modo a permitir um grau de cooperação significativamente maior, que possibilite a Cabo Verde participar progressivamente em algumas políticas e programas da União. Abre também espaço para o aprofundamento da cooperação com a UE em áreas estratégicas, nomeadamente a segurança e a luta contra o tráfico ilegal (droga, imigração clandestina, etc.).

6.4. A elite cultural entre África e a Europa

O debate acerca da pertença de Cabo Verde à África ou à Europa persiste ainda hoje e faz eco na academia científica, possibilitando leituras diferentes baseadas também em perspectivas teóricas díspares. A repercussão do debate em torno dos acontecimentos e fenómenos que balizaram a construção da identidade e da *nação* cabo-verdiana desde a década de trinta do século XX, perdura ainda no seio da academia científica, onde investigadores e professores cabo-verdianos e estrangeiros procuram compreender esta problemática. A afirmação da originalidade da cultura cabo-verdiana, que não foge do conceito de *crioulidade*, que lhe confere ao mesmo tempo a sua variedade/diversificação e a diferenciação com outros povos do mundo e de África, tem conduzido, a nível interno, à fricção entre os intelectuais cabo-verdianos que postulam a africanidade da “crioulidade”, e os que privilegiam a ligação à Europa. Do primeiro grupo encontram-se autores como José Luís

⁷⁷⁶ JOSÉ FILIPE PINTO, *Cabo Verde e a União Europeia: Da Parceria à Integração*, op. cit., p. 190.

⁷⁷⁷ Idem, pp. 187-189.

Hoppfer Almada, Tomé Varela, Osvaldo Osório, Ovídio Martins e Corsino Fortes, contrapondo-se a escritores como João Vário, Arménio Vieira e José Luís Tavares.⁷⁷⁸

Se por um lado, as elites cabo-verdianas da década de trinta e cinquenta procuraram num processo reivindicar a autonomia do arquipélago de Cabo Verde no plano internacional, visto serem intermediários entre a sociedade civil e a própria estrutura das organizações regionais e internacionais, por outro lado, actualmente, as elites procuram cimentar a afirmação da identidade e da *nação* no plano das estruturas democráticas. Estas duas realidades cruzam-se e complementam-se, porque o debate a que se assiste hoje na academia científica é o rescaldo da discussão que se presenciava há algumas décadas, onde a preocupação central foi uma posição assumida entre dois extremos (África e Europa) ou um caso singular entre as *nações* no mundo. Questiona-se o que é melhor para Cabo Verde: África ou Europa?⁷⁷⁹

A perspectiva acima mencionada por Pires Laranjeira pode ser aqui considerada demasiado simplista, uma vez que o autor cria grupos como sendo homogéneos, cujas personalidades partilhassem uma mesma visão e/ou posicionamento. Das entrevistas efectuadas, foi possível, através do processo de análise e tratamento, assim como no campo da produção literária, constatar tendências e/ou inclinações no que se refere às perspectivas destes autores sobre a identidade cabo-verdiana. Primeiramente, todos se consideram “cabo-verdianos” e, em seguida, uns tendem a identificar-se com a matriz *africanista*,⁷⁸⁰ e outros, com a matriz *uropeísta*.⁷⁸¹

Dos que se identificam com a primeira matriz, podem destacar-se Gabriel Fernandes, Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, José Gomes dos Anjos, Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Eduardo Camilo Pereira, Doutor em História, especialização em História de África, pela Universidade de São Paulo, que apresentam uma abordagem afrocêntrica na interpretação da história e cultura cabo-verdiana a partir dos agentes, isto é, da elite cabo-verdiana, e não através de modelos que valorizam somente a experiência europeia em detrimento dos modelos de pensamento das culturas africanas, que são, na maioria dos casos, subalternizadas. Estes e outros autores fazem parte de uma nova geração de investigadores cabo-verdianos que

⁷⁷⁸ Cfr. JOSÉ LUÍS PIRES LARANJEIRA, *A identidade “crioula” e negro-africana e uma nova representação da mulher, com exemplos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, op. cit. pp. 19-20.

⁷⁷⁹ ANDRÉ CORSINO TOLENTINO, *A difícil Integração Africana*, op. cit., p. 621.

⁷⁸⁰ Adélcia Pires, Carlos Réis, Cláudio Furtado, Crispina Gomes, Daniel Rendall, Eduardo Camilo Pereira, Érico Veríssimo, Eufémia Vicente Rocha, Gabriel Fernandes, Iva Cabral, Joaquim Augusto Gomes, José Gomes dos Anjos, José Maria Semedo, Luís de Matos da Fonseca, Manuel Faustino, Manuel Veiga, Olívio Pires, Osvaldo Lopes da Silva, Pedro Pires e Tomé Varela da Silva.

⁷⁸¹ Eduardo Jorge Silva, Fátima Bettencourt e Ondina Ferreira.

procedem a uma reinterpretação crítica dos discursos apresentados pelas elites a respeito da identidade cabo-verdiana. Para estes autores, a *nação* é apercebida como um conjunto de narrativas que servem aos interesses das elites culturais, tendo para isso, delineado diferentes estratégias para a sua concretização. Esta análise incide nos discursos apresentados pelas diferentes gerações de intelectuais cabo-verdianos, a saber *nativistas*, *claridosos* e *nacionalistas*, que mobilizaram programas identitários nacionais, correlacionando-as com as diferentes conjunturas político-ideológicas.

Gomes dos Anjos apresenta uma visão mais radical, demonstrando que as leituras feitas acerca da *nação* por parte das elites intelectuais, vão ao encontro dos seus interesses particulares, o que acaba por enfraquecer outras leituras ou representações alternativas, principalmente “*quando derivam consciente ou inconscientemente, da epistemologia marxista, estruturalmente impossibilitados de verem a dinâmica social de outra forma que não seja a do conflito e da luta de classes.*”⁷⁸² Esta ideia encontra-se associada ao papel do mediador político-cultural que foi assumido em boa parte pela elite, e que espelha uma realidade que se encontra entre os moldes ocidentais e a população local. Para isso, a legitimação e transmissão dos programas identitários levadas a cabo por estas elites foram realizadas com recurso aos instrumentos do Estado, apontando como exemplo os eventos de índole cultural.

Eduardo Camilo aprofunda as revoltas de Engenhos em 1822, Achada Falcão em 1841 e Ribeirão Manuel no ano de 1910. Na sua óptica, a construção da identidade nacional teve a sua marca no século XIX, sobretudo com as mobilizações políticas entre os liberais revoltosos e moderados que se recorriam das festas religiosas e outras comemorações solenes para mobilizar os habitantes da ilha de Santiago em torno de ideais políticos. Na perspectiva do autor, foi a partir de 1822 que demarcou a construção da identidade cabo-verdiana, pois foi nessa altura que a elite política local formou o partido pró-Brasil com o objectivo de separar as ilhas de Cabo Verde e a metrópole.⁷⁸³

Um outro grupo de investigadores cabo-verdianos que igualmente se debruça sobre a *nação* e a identidade encontra-se associado à Universidade de Coimbra. Pode aqui salientar-se Odair Barros Varela, Doutor em Sociologia e Victor Barros, doutorando em Altos Estudos Contemporâneos (História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos) pela Universidade de Coimbra. O primeiro apresenta uma visão desconstrutivista, considerando

⁷⁸² PEDRO BORGES GRAÇA, *A Incompreensão da Crítica ao Luso-Tropicalismo*, op. cit., p. 211.

⁷⁸³ EDUARDO CAMILO PEREIRA, *Política e Cultura: as Revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)*, (2ª Ed), Praia, Imprensa Nacional, 2014.

que as elites africanas sofreram uma “alienação” filosófica que se traduziu na adopção de um paradigma ocidental de Estado. O autor propõe que se reflecta acerca de novos modelos de configuração estatal que devem ter em consideração a realidade endógena dos países africanos.⁷⁸⁴ Já Victor Barros centra a sua análise na produção discursiva dos imaginários acerca da pertença de Cabo Verde, entre a ideia de África e Europa e da respectiva utilização de estratégias retóricas de apropriação política da história na construção desses imaginários políticos discursivos.⁷⁸⁶

Um outro investigador associado ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no entanto português, Pedro Góis, Doutor em Sociologia da Cultura, do Conhecimento e da Comunicação, versa sobre a emigração cabo-verdiana e a sua influência na formação de uma identidade social e cultural contemporânea e transnacional. Para Góis, Cabo Verde é um dos poucos países do mundo que tem tido uma emigração ininterrupta ao longo de mais de dois séculos e, por conseguinte, constata-se o dobro dos residentes a viverem no exterior. O autor propõe uma categoria de análise que se caracteriza por uma “identidade étnica transnacional cabo-verdiana” que vem sendo construída continuamente ao longo dos últimos séculos.⁷⁸⁷

Além destes, destacam-se outros investigadores cabo-verdianos formados em Lisboa, como por exemplo, Suzano Costa, Doutor em Ciência Política pela Universidade Nova, Jorge Nobre Pinto e Dúnia Pires, ambos mestres em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, antiga Universidade Técnica. Suzano Costa e Jorge Nobre Pinto analisam os eixos estratégicos da política externa cabo-verdiana e as mudanças políticas ocorridas na acção diplomática no contexto da geopolítica do Atlântico, sobretudo na relação entre África e a Europa.⁷⁸⁸ Por último, Dúnia Pires, diplomata, centrou a sua linha de investigação a respeito da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia. Na sua óptica, esta Parceria veio suscitar, já há dez anos, uma questão importante na sociedade cabo-verdiana que se refere à pertença de Cabo Verde à África ou à Europa, não apenas no que

⁷⁸⁴ ODAIR VARELA, *Crítica da Razão Estatal: Uma análise do Estado Moderno em África*, in JOSÉ PINA DELGADO, ODAIR BARROS VARELA & SUZANO COSTA (Orgs.) *As Relações Exteriores de Cabo Verde: (Re)Leitura contemporâneas*, Praia, Editora ISCJS, 2014, pp. 15-47.

⁷⁸⁶ VICTOR BARROS, *Cabo Verde e o Mito de Vocação Atlântica: entre a Apropriação Política da História e a Ideologia Do Dom Identitário*, in JOSÉ PINA DELGADO, ODAIR BARROS VARELA & SUZANO COSTA (Orgs.) *As Relações Exteriores de Cabo Verde: (Re)Leitura contemporâneas*, Praia, Editora ISCJS, 2014, pp. 133-159.

⁷⁸⁷ PEDRO GÓIS, *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, (1ª ed.), Lisboa, ACIME, 2006.

⁷⁸⁸ SUZANO COSTA & JORGE NOBRE PINTO, *A política Externa cabo-verdiana num mundo Multipolar: entre a Ambivalência Prática e a Retórica Discursiva?* in JOSÉ PINA DELGADO, ODAIR BARROS VARELA & SUZANO COSTA (Orgs.) *As Relações Exteriores de Cabo Verde: (Re)Leitura contemporâneas*, Praia, Editora ISCJS, 2014, pp. 133-159.

concerne à posição geográfica do arquipélago, mas igualmente a factores de ordem cultural e identitária.

Desde o seu povoamento, Cabo Verde apresenta um conjunto de especificidades que o distingue da maioria dos países africanos, pelo facto de serem ilhas geo-estratégicamente localizadas e terem sido encontradas desabitadas na altura da sua descoberta. Ao contrário do que ocorreu nas ilhas dos Açores e da Madeira, em Cabo Verde, o povoamento ocorreu com diferentes contingentes populacionais, de entre os quais europeus e africanos, que resultou numa fusão étnico-cultural única, sem esquecer a existência de uma sociedade escravocrata, onde, numa determinada altura da sua história, os *mestiços* passaram a garantir a administração pública local e mesmo, em outras colónias da antiga metrópole, tendo isto ocorrido até meados da década de setenta.⁷⁸⁹

Foi com a Revolução de Abril em 1974 que se começou a “olhar” para África de forma mais aberta. Vieram os “gritos de liberdade” em busca das suas raízes, que se reflectiram em formas de expressão e nas práticas socioculturais quotidianas dos seus habitantes. Uma parte significativa da população passou a identificar-se com trajes especificamente africanos como a “balalaica”, saias, acessórios e penteados, o “gorro”, que se assemelhava àquele que Amílcar Cabral utilizava, aliados à ideia de *reafricanização*, através do projecto de unidade de Guiné e Cabo Verde, que representava uma nova cultura na assunção de valores pan-africanos que durou até ao golpe de Estado na Guiné-Bissau, em 14 de Novembro de 1980.

Mais tarde, com o advento do multipartidarismo, o governo liderado por Carlos Veiga retomou a aproximação estratégica de uma forma mais contundente com a Europa, e de forma particular, com a antiga metrópole, através da reafirmação de um conjunto de laços sociais, culturais e, particularmente, simbólicos. É neste contexto que se substituem os símbolos nacionais, com especial destaque para a bandeira e o hino, símbolos esses que na altura foram considerados, pelo então partido no poder, como associados à ideologia do PAIGC, que, na sua percepção, não representava a identidade nacional. Contudo, apesar de se verificar a aproximação com a Europa, os cabo-verdianos nunca deixaram de se afirmar com as suas especificidades. A experiência do dia-a-dia forneceu elementos no sentido de repensar as suas convicções ideológicas, certezas, questionamentos e posicionamentos, perante o contexto da dualidade – África e/ou Europa.

⁷⁸⁹ DÚNIA PIRES DO CANTO, *Parceria Especial – Cabo Verde e União Europeia: Análise da Situação*, (Tese de Mestrado), Lisboa, Universidade de Técnica de Lisboa- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2009, p. 80.

É preciso ter em consideração que o posicionamento destas personalidades em categorias não poderá ser considerado rígido e que o debate se encontra ainda em curso e sujeito a uma constante “revisitação”, por parte daqueles que questionam e redefinem a identidade cabo-verdiana. Aqueles que não se posicionam em uma das respectivas inclinações preferem considerar Cabo Verde de entre os países africanos, como um país que apresenta um conjunto de particularidades históricas, geográficas, culturais e sociais diferentes daquelas que se verificam no continente. Do ponto de vista do observador, a análise do debate sobre construção da *nação* conduz a conclusões abertas e sempre sujeitas elas mesmas ao debate, que é, ele mesmo, estruturante da própria identidade nacional.

Neste sentido, a tradição do debate entre intelectuais parte, segundo Victor Barros, de uma certa tendência em descrever Cabo Verde “*como algo de especial singular, distante de um enquadramento cultural e civilizacional absolutamente africano e todavia, não totalmente europeu. Puro artifício retórico e construção de uma alegoria cultural romantizada ou melhor ostentação metaforizada de uma civilização a meio-caminho entre a África e a Europa.*”⁷⁹⁰ Acrescenta o autor ainda que, estamos perante ressonâncias claras de reprodução de discursos de matriz eurocêntrica e de imaginários coloniais sobre a ideia de África e sobre a ideia de Europa.⁷⁹¹

Porém, por meio da análise das entrevistas, foi possível identificar alguns autores que não se revêem tão-somente com a perspectiva africanista, nem apenas com a europeísta, mas sim que se enquadram na categoria de *singularistas*.⁷⁹² Trata-se de um conjunto de autores que reconhecem e caracterizam Cabo Verde como sendo único e/ou excepcional no contexto africano, pelo facto de resultar de uma síntese cultural e étnica de diferentes contingentes populacionais oriundos da África e Europa, e que deu origem ao *homem cabo-verdiano* nestas ilhas. Estes autores revêem-se na ideia de que Cabo Verde, apesar de estar geograficamente próximo da África, do ponto de vista cultural e identitário é considerado único, de onde resultam factores específicos entre os quais “*uma cultura, uma língua, uma matriz religiosa,*

⁷⁹⁰ VICTOR BARROS, *Cabo Verde: Os Avatares dos Discursos Identitários e a Imaginação dos Espaços de Pertença*, in CRISTINA SARMENTO & SUZANO COSTA (COORDS.), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*, Coimbra, Almedina, 2013, p. 143.

⁷⁹¹ Idem, p. 143.

⁷⁹² Amaro Alexandre da Luz, Amílcar Spencer Lopes, André Corsino Tolentino, António Correia e Silva, António Germano Lima, Arnaldo França, Artur Monteiro Bento, Bartolomeu Varela, Carlos Veiga, César Monteiro, Corsino Fortes, David Hoppfer Almada, Eduardo Augusto Cardoso, Eutrópio Lima da Cruz, Filomena Delgado, Germano Almeida, Georgina Mello, Hermínia Curado, Hermínio Moniz, Humberto Cardoso, Jacinto Santos, João Lopes Filho, Jailson Lopes, José Eduardo Barbosa, Lourenço Gomes, Manuel Brito Semedo, Maria das Dores, Marina Ramos, Mário Lúcio, Onésimo Silveira, Osvaldo Azevedo, Osvaldo Osório, Pedro Gregório, Rodrigo Correia Fernandes, Severino Almeida e Vera Duarte.

*um sistema educativo, uma elite, um mercado e uma administração que precederam o Estado.*⁷⁹³

Neste debate, alguns dos entrevistados, provavelmente pelo facto de terem sido figuras que assumiram responsabilidades políticas na altura da independência nacional e de possuírem uma certa visão da realidade política, económica e de posicionamento de Cabo Verde no mundo, terão sido influenciados pelas diversas circunstâncias nacionais e internacionais, com destaque para o golpe de Estado em Novembro de 1980 na Guiné-Bissau e a queda do muro de Berlim em Novembro de 1989. Estes acontecimentos poderão ter contribuído para uma mudança de paradigma e, concomitantemente, para a assunção particular de uma identidade, afirmando-se como não sendo somente africanos nem europeus, apesar de reconhecerem as suas raízes.

⁷⁹³ ANDRÉ CORSINO TOLENTINO, *Universidade e transformação social nos pequenos Estados em desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*, op. cit., p. 112.

Conclusão

A colonização e o povoamento do arquipélago de Cabo Verde possibilitaram o surgimento de uma sociedade que é singular de entre os Estados africanos. Como se encontra amplamente documentado, o arquipélago era inabitado aquando da chegada dos portugueses em 1460. O processo de colonização/povoamento iniciou-se, com efeito, numa “terra virgem”, onde o europeu e o africano, ambos com estatutos diferentes, partilhavam o mesmo espaço geográfico. Nasce neste arquipélago uma “cultura” e uma língua num processo de “miscigenação” *sui generis*, que demarca o nascimento do *mestiço* e da sua afirmação no contexto do Estado Colonial. A formação da identidade cabo-verdiana assenta em factores remotos. Podemos, por exemplo, identificar a génese na *Carta de Limitação de Privilégios de 1472*, em que só se poderiam comercializar com África produtos oriundos de Cabo Verde, o que obrigou a que todos os que aí habitassem tivessem de “olhar para dentro”. Começaram a aperceber-se que para comercializar com o exterior, mais propriamente com a costa africana, teriam que promover um sistema produtivo próprio. Passaram a olhar para si mesmo como sendo capazes de fazer algo enquanto criadores e produtores e, desse modo, poderem relacionar-se com o outro, isto é, com todos os que não habitavam no arquipélago. Esse é o primeiro momento que vai conduzir à formação de uma identidade cultural. É a primeira forma de *fincar os pés na terra-mãe* e de se identificar com ela. Foi a génese do núcleo geo-histórico de Cabo Verde.

A autenticidade do processo de formação da identidade e da construção da *nação* em Cabo Verde é um facto que resulta, assim, do encontro secular entre duas civilizações durante o período de colonização. Uma especificidade ligada à história de afirmação de um *sentimento nacional* que moldou uma cultura nacional, permitindo que, no decorrer dos tempos, se afirmasse progressivamente na esfera pública cabo-verdiana, uma *elite cultural* como defensora de uma identidade nacional, ora ambivalente no pensamento e acção discursiva-literária (a autonomia e a adjacência), ora determinada em alcançar a autodeterminação e independência da *nação* cabo-verdiana, o que viria a ocorrer nos anos setenta do século XX. É nas décadas que antecederam este período que se afirmam os precursores da independência, cujo objectivo se centrava na formação dos jovens, sensibilizando-os para a ideologia política independentista, transmitindo-lhes os valores culturais da *nação*, sobretudo através das manifestações culturais próprias, como a música e o crioulo, ou a ideia da condução do destino pelas “próprias mãos”. Logo após a independência, foram introduzidos os símbolos e as armas nacionais, a bandeira e o hino e as

primeiras noções de “amor à pátria”, que estavam presentes em todas as actividades comemorativas nacionais. Deu-se, igualmente, ênfase à alfabetização e instrução incutindo nos jovens o *sentimento de pertença* a uma identidade específica.

A escolarização, perante o contacto com o exterior, permitiu o alargamento de horizontes e novas mentalidades, bem como uma capacidade introspectiva que levou ao seguinte conjunto de questões identitárias: Quem sou eu? O que represento em relação aos outros? O que sinto em relação a Cabo Verde? O que é Cabo Verde para mim? Quem sou eu em relação a Cabo Verde? O que Cabo Verde exige de mim? Os cabo-verdianos ao questionarem-se acerca destes aspectos acabaram por consolidar o tal espírito identitário, a tal “ligação à terra”. Enquanto “partido da independência”, nas décadas de setenta e oitenta, o PAIGC-CV dinamizou-se intensamente com um discurso constante de *reafricanização dos espíritos*.

Neste contexto, a investigação científica e a produção discursivo-literária em Cabo Verde, sobre os processos de formação da identidade e da construção do Estado-Nação, deparam-se basicamente com três perspectivas de análise sociopolítica. Primeiramente, uma ideia europeísta, onde se defende uma cultura, uma estruturação e organização política-administrativa que se aproxima dos padrões europeus, e que se consubstanciou no limiar do século XX com o estabelecimento de uma Parceria Especial com a União Europeia. Segundo, o percurso identitário cabo-verdiano foi marcado pela confrontação de uma ideia africanista, herdada na conjuntura das revoltas sociais contra o regime colonial e na filiação em movimentos *nacionalistas* e pró-independentistas, permitindo a recuperação das manifestações culturais outrora proibidas por esse regime e pelo ideal de promoção da unidade Guiné e Cabo Verde, tendo como pressuposto a procura de afirmação identitária, pela via ideológica da *reafricanização dos espíritos* que esteve presente na integração de Cabo Verde na CEDEAO em 1977. Por último, os *singularistas* que distinguem Cabo Verde como sendo ímpar no contexto africano, considerando que, embora esteja geograficamente próximo da África, possui um conjunto de especificidades culturais e identitárias, uma língua e uma matriz religiosa que antecederam o Estado independente.

Cabo Verde não herdou divisões étnicas, o que se traduz numa sociedade homogénea, do ponto de vista cultural, como foi evidenciado ao longo da presente investigação. O processo de formação da identidade cabo-verdiana deu lugar a um fenómeno local observável a partir de uma perspectiva de alteridade - “o nós e os outros” - com destaque para os estereótipos “badiu”/“sampadjudu” e “africanistas”/“europeístas” configurados pelo processo histórico.

No que diz respeito às ilhas, a divisão verificada entre o Sotavento e o Barlavento, no seu todo, não afecta o reconhecimento de uma base comum, de uma *identidade colectiva* traduzida numa língua e numa cultura, reconhecendo-se num recorte social único, através de um mecanismo de identificação e de comunhão entre os que se reconhecem como cabo-verdianos, e de um *sentimento de pertença* a um espaço arquipelágico. Contudo, é oportuno realçar que tem fundamento formular uma explicação acerca da formação da identidade e da construção do Estado-Nação, embora este fenómeno se encontre num processo permanente de construção, consolidação e revisitação, dado que o país sofre influência nos mais diversos níveis dos fenómenos de emigração e imigração. Existe uma identidade cultural e um espírito de aproximação e cordialidade muito evidente que ligam os cabo-verdianos nas ilhas e na diáspora.

A identidade cabo-verdiana também foi historicamente marcada pela resistência face às vicissitudes que assolavam o arquipélago, traduzidas em expressões como a “dor que os fez crescer” e a “a pobreza que os salvou” como referido em entrevista por Marina Ramos, historiadora cabo-verdiana. Resistir, num contexto onde o clima e a localização geográfica deram origem a frequentes secas e fomes, traçou o destino dos cabo-verdianos, em que “ou se emigrava ou se morria”. A “resistência” deste povo e o “amor à sua terra” esboçaram os primeiros passos daquilo que se pode descrever como uma construção de uma *consciência colectiva*. Cabo Verde foi construído “na dor, na fome, na miséria e na falta de recursos naturais.” Esses factores podem ser classificados como causas da identidade cabo-verdiana como o povoamento, a escravatura e a mobilidade social.

As pesquisas efectuadas ao longo deste trabalho permitiram perceber que, não obstante existir uma heterogeneidade cultural nas ilhas de Cabo Verde, verifica-se uma maior tendência para se considerar a existência de factores comuns que as unificam, permitindo afirmar que existe uma identidade comum enraizada. A identidade, na verdade aceite por todos os cabo-verdianos, encontra-se registada em inúmeras formas de manifestações culturais, como os costumes, as crenças, as tradições orais, a língua, a música e a dança, os padrões de comportamento e religiosidade, bem como no reconhecimento de um conjunto de símbolos nacionais. Os cabo-verdianos apresentam, igualmente, a tendência de se assumirem como *crioulos*, o que configura o “ser-se cabo-verdiano” como um elemento de cultura nacional genuína e singular.

A *nação* precede em séculos a criação do Estado, pelo que, já no período colonial, era possível identificar traços de uma *nação* una, diferente da maioria dos países africanos. O

Estado é uma recriação recente, resultado da independência nacional. Após a ruptura com o poder colonial, empenhou-se na tarefa primordial de “resgatar” a herança africana e as manifestações culturais anteriormente negadas e perseguidas pelo colonizador. Mas o Estado independente caracterizou-se também, de modo especial, pela continuidade de ligações à antiga potência colonizadora. Um exemplo paradigmático foi o das políticas de formação superior que ajudaram um número significativo dos estudantes a prosseguirem os seus estudos em Portugal, tendo maioritariamente regressado e, posteriormente, participado na construção do Estado independente.

O Estado-Nação cabo-verdiano combina singularmente influências europeias e africanas. No decorrer de alguns séculos a seguir à independência, surgiram posições divergentes no que se refere à aproximação de Cabo Verde, ora ao continente africano, ora ao continente europeu, com repercussões, até aos dias de hoje, no que respeita à integração deste país na CEDEAO e da relação da Parceria Especial com a União Europeia.

Com a abertura política e, por conseguinte, com a realização das primeiras eleições legislativas de 1991, os governos têm sido maioritários, o que contribuiu para a estabilidade do país. O MPD conseguiu dois mandatos ininterruptos (1991-1995), e o PAICV três mandatos consecutivos (2001-2011). Estes acontecimentos permitiram a boa governação reconhecida internacionalmente, instituições democráticas sólidas e processos eleitorais transparentes e participativos.

Contudo, novos desafios se impõem, nomeadamente a preocupação por uma economia dinâmica, um crescimento sustentado, o reforço das instituições reguladoras e a inovação para o sector privado competitivo e gerador de empregos. Tudo isto num país onde, de acordo com os entrevistados, muitos não acreditavam ser possível a sua viabilidade enquanto Estado independente, por não dispor de recursos naturais, como foi o caso de instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Ainda de acordo com vários entrevistados, existiram mesmo alguns que defendiam a autonomização em detrimento da independência, nos mesmos moldes definidos para os Açores e Madeira. Contudo, essa ideia foi-se desvanecendo, isto porque Cabo Verde demonstrou ser capaz de conquistar o seu espaço como Estado soberano e independente.

Numa perspectiva histórico-sociológica, a identidade cultural, posteriormente geradora de um sentimento de unidade nacional, foi-se formando, ainda que de forma incipiente, desde os séculos XV a XVII, aprofundando-se nos séculos XIX e XX no ambiente cultural dinamizado por grupos de intelectuais cabo-verdianos da época ditos *nativistas* e *claridosos*.

Apercebendo-se das unidades sociais e culturais distintas que os rodeavam, os cabo-verdianos foram integrando os elementos da sua singularidade. Apesar de Cabo Verde ser um pequeno Estado arquipelágico em relação ao continente, o certo é que apresenta uma determinada e inequívoca singularidade, expressa na sua génese geo-histórica e origem étnico-cultural, numa matriz religiosa de valores cristãos e num sistema de ensino assente na afirmação da educação e da cultura, como meio de se autonomizar e valorizar. Na qualidade de *filhos da terra*, os cabo-verdianos adquiriram, pela sua instrução, um estatuto social a par do branco colonizador. Na formação da sua identidade, anterior em séculos a qualquer povo colonizado, o cabo-verdiano foi precursor. É também relevante a criação de uma língua própria, a língua materna, anterior à aprendizagem da língua oficial. Finalmente, deve salientar-se que o tipo de descolonização em Cabo Verde foi distinto de qualquer outra possessão na África colonizada, pela particularidade do processo histórico sobejamente reconhecido.

As tendências actuais direccionam-se no sentido de uma maior afirmação da identidade cabo-verdiana e da construção do Estado-Nação de maneira mais sólida, traduzida na evidenciação das crescentes especificidades locais, concernentes a cada ilha, o que se tem tornado, nos tempos de hoje, um assunto de actualidade. Entretanto, constata-se que a opinião pública cabo-verdiana, nas distintas ilhas, coloca, por vezes, ênfase na necessidade de um maior protagonismo de sujeitos a nível de cada ilha e na transferência de responsabilidades acrescidas, o que poderá implicar uma maior afirmação das identidades locais. Os contornos desta discussão levantam questões que, à luz da análise sobre a formação da identidade e construção do Estado-Nação, se mostram fundamentais e reforçam a aceção de que existem aspectos heterogéneos próprios de cada ilha, mas que confluem na dinâmica da homogeneidade identitária em Cabo Verde.

Precisamente, perante a experiência de um processo histórico e sociológico peculiar com mais de cinco séculos, os cabo-verdianos procuraram, de forma criativa, a partir das condições e pressupostos geográficos e ambientais, assumir a sua consciência colectiva e a afirmação de uma singularidade histórica, cultural e sociológica distinta de qualquer outra realidade social, africana ou europeia.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, SUZANA & FARIA, LUÍS ANTÓNIO, *Cabo Verde a Terra de Morabeza: Uma Viagem através da sua História e Cultura*, Praia, Edição dos Autores, 2012.
- ALBUQUERQUE, LUÍS DE, ET AL., *História Geral de Cabo Verde*, (Vol. 1), Lisboa/Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991.
- ALMADA, DAVID HOPFFER, *A Construção do Estado e a Democratização do Poder em Cabo Verde*, Praia, Artemedia, 2013.
- ALMADA, DAVID HOPFFER, *Caboverdianidade & Tropicalismo*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1992.
- ALMADA, DAVID HOPFFER, *Pela Cultura e pela Identidade: Em Defesa da Caboverdianidade*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.
- ALMADA, JOSÉ LUÍS HOPFFER, *Homogeneidade e heterogeneidade da caboverdianidade*, in *Fragmentos: Revista de Letras, Artes e Cultura*, N^{os} 11-15, Dezembro 1997, pp. 28-37.
- ALMADA, JOSÉ LUIS HOPFFER (COORD.), *O Ano Mágico de 2006: Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-verdiana*, Praia, Instituto de Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.
- ALMEIDA, ANTÓNIO DE, *Das etnonímias da Guiné Portuguesa, do arquipélago de Cabo Verde e das ilhas de São Tomé e Príncipe*, in *Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe*, Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965-1966, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 109-164.
- AMARAL, ILÍDIO DO, *Ler Cabo Verde: Notas de reflexões*, in *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, (Vol. XXXIX), N^o 78, 2004, pp. 87-98.
- ANDERSON, BENEDICT, *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*, Londres, Verso, 1983.
- ANDERSON, BENEDICT, *Nação e Consciência Nacional*, São Paulo, Ática, 1989.
- ANDRADE, ELISA SILVA, *As Ilhas de Cabo Verde da "Descoberta" à Independência Nacional: 1460-1975*, Paris, L'Harmattan, 1996.
- ANDRADE, ELISA SILVA, *Cabo Verde: Povo, Cultura, Identidade Cultural*, in *Cultura: Revista Semestral*, Ano 1, N^o 1, Praia, Publicom, 1997, pp. 7-17.
- ANDRADE, MÁRIO PINTO DE, *Amílcar Cabral e a Reafricanização dos Espíritos: um depoimento de Mário Pinto de Andrade*, in *Jornal No Pintcha*, Ano II, N^o 225, Bissau, 12 de Setembro 1976, pp. 8-9.
- ANDRADE, MÁRIO PINTO DE, *As Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa 1911-1961*, Lisboa, Dom Quixote, 1997.
- ANDRADE, MÁRIO PINTO DE, *Cultura negro-africana e assimilação*, in *Antologia da poesia negra de expressão portuguesa*, Paris, Pierre Jean Oswald, 1958, pp. VII-XVI.
- ANJOS, JOSÉ CARLOS GOMES DOS, *Cabo Verde e a importação do ideograma brasileiro*, in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 6, N^o 14, Novembro 2000, pp 177-204.
- ANJOS, JOSÉ CARLOS GOMES DOS, *Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde*, in *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, N^o 3, 2003, pp. 579-596.
- ANJOS, JOSÉ CARLOS GOMES DOS, *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional*, Porto Alegre, UFRGS/IFCH e Praia, INIPC, 2002.
- APPIAH, KWAME ANTHONY, *Na Casa de Meu Pai: A África na filosofia da cultura*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

- ARTEAGA, ANTÓNIO DE, *O Batuque*, in *A Esperança: Revista Colonial, Almanach Luso-Africano*, Nº 12, Dezembro 1901, p. 188.
- AZEVEDO, THALES DE, *O Cotidiano e Seus Ritos: Praia, namoro e ciclos de vida*, Recife, Massangana, 2004.
- BALENO, ILÍDIO CABRAL, *Povoamento e formação da sociedade*, in ALBUQUERQUE, LUÍS DE & SANTOS, MARIA EMÍLIA MADEIRA (COORDS.), *História Geral de Cabo Verde*, (Vol. 1), Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 125-177.
- BANTON, MICHEL, *A Ideia de “Raça”*, Lisboa, Edições 70, 1979
- BARTH, FREDRIK, *Grupos étnicos e suas fronteiras*, in POUTIGNAT, PHILIPPE & STREIFF-FENART, JOCELYNE, *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, São Paulo, Fundação da Unesp, 1998, pp. 185-228.
- BAUMGARTNER, MIREILLE, *A Igreja no Ocidente: Das origens às reformas do século XVI*, Lisboa, Edições 70, 2001.
- BARATA, ÓSCAR SOARES, *Elites e Poder na África Ocidental*, in BARATA, ÓSCAR SOARES & PIEPOLI, SÓNIA INFANTE (COORDS.), *África: Género, Educação e Poder*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005, pp. 389-457.
- BARATA, ÓSCAR SOARES, *Introdução às Ciências Sociais*, (Vol. 1), Amadora, Bertrand, 1974 (7ª ed.).
- BARATA, ÓSCAR SOARES, *O povoamento de Cabo Verde, Guiné e São Tomé*, in *Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe*, Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965-1966, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 922-958.
- BARBOSA, JORGE, *Obra Poética*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2002.
- BARBOSA, JORGE, *Poesias I*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1989.
- BARBOSA, LILIAN, *Literatura caboverdiana: um caso a parte*, in *Revista Argumento*, Ano 11, Nº 17, São Paulo, Sociedade Padre Anchieta de Ensino, 2010, pp. 8-19.
- BARROS, SIMÃO DE, *Origem das Colónias de Cabo Verde*, in *Cadernos Coloniais*, Nº 56, Lisboa, Cosmos, 1939, pp. 3-46.
- BARROS, CRISANTO, *Notas sobre o Recrutamento da Elite Político-Administrativa Caboverdiana Pós-Independência*, in CRISTINA SARMENTO & SUZANO COSTA (COORDS.), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 389-411.
- BARROS, VICTOR, *As “Sombras” da Claridade: Entre o discurso de integração regional e a Retórica nacionalista*, in TORGAL, LUIS REIS, ET. ALII. (COORDS.), *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*, Coimbra, Imprensa da Universidade da Coimbra, 2008, pp. 193-217.
- BARROS, VICTOR, *Cabo Verde e o Mito de Vocação Atlântica: entre a Apropriação Política da História e a Ideologia Do Dom Identitário*, in DELGADO, JOSÉ PINA; VARELA, ODAIR BARROS & COSTA, SUZANO (Orgs.) *As Relações Exteriores de Cabo Verde: (Re)Leitura contemporâneas*, Praia, Editora ISCJS, 2014, pp. 133-159.
- BARROS, VICTOR, *Cabo Verde: Os Avatares dos Discursos Identitários e a Imaginação dos Espaços de Pertença*, in CRISTINA SARMENTO & SUZANO COSTA (COORDS.), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*, Coimbra, Almedina, 2013, p. 141-169.
- BATALHA, LUÍS, *A elite portuguesa-cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermediário*, in CARVALHO, CLARA & CABRAL, JOÃO DE PINA (COORDS.), *A*

- Persistência da História: Passado e contemporaneidade em África*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 191-225.
- BATALHA, LUÍS, *Antropologia, uma Perspectiva Holística*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, 2005.
- BATALHA, LUÍS, *The Cape Verdean “Community” in Portugal: Anthropological Constructions from Within and Without*, Oxford, Institute of Social and Cultural Anthropology, 2002 (Tese de Doutoramento na University of Oxford).
- BATALHA, LUÍS, *The Capeverdean Diaspora in Portugal: Colonial subjects in a postcolonial world*, Lanham, Lexington Books, 2004.
- BAUMAN, ZYGMUNT, *Identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- BAUMAN, ZYGMUNT, *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro, Zahar, 1999.
- BAXTER, ALAN, *Línguas pidgin e crioulas*, in FARIA, ISABEL HUB, ET. ALII. (ORGS.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1996, pp. 535-545.
- BEBIANO, JOSÉ BACELLAR, *Considerações sobre alguns problemas fundamentais de Cabo Verde*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, pp. 141-182.
- BENTO, ARTUR MONTEIRO *Memoria Híbrida, Identidade e Diferença: Uma visão múltipla da comunidade caboverdiana no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, UNIRO, 2005.
- BERBÉM, ANTÓNIO NEVES, *O Atlântico (a) Sul como Questão Estratégica Mundializada: A Vertente Sul-Americana Africana*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1991.
- BERGER, PETER & LUCKMANN, THOMAS, *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*, Petrópolis, Vozes, 1985.
- BESSA, ANTÓNIO MARQUES, *O olhar de Leviathan: Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001.
- BESSA, ANTÓNIO MARQUES, *Elites e Movimentos Sociais*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002.
- BESSA, ANTÓNIO MARQUES, *O Problema Africano*, in, *Separata do n.º 7 da Revista Africana*, Porto, Universidade Portucalense, 1990, p. 177-182.
- BOURDIEU, PIERRE, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1999 (5ª ed.).
- BRAGA, TEÓFILO, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, (Vol. 1), Lisboa, Dom Quixote, 1985.
- BRÁSIO, ANTÓNIO, *Descobrimento, Povoamento, Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde*, in *Revista Studia*, Nº 10, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Julho 1962, pp. 49-97.
- BRATHWAITE, EDWARD KAMAU, *The Development of Creole Society in Jamaica, 1770-1820*, Oxford, Larendon, 1971.
- BRITO, MARGARIDA, *Os Instrumentos Musicais em Cabo Verde*, Mindelo, Centro Cultural Português, 1998.
- BRITO-SEMEDO, MANUEL, *A Construção da Identidade Nacional: Análise da imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.
- BRITO-SEMEDO, MANUEL, *Caboverdianamente ensaiando*, (Vol. I), Cabo Verde, Ilhéu, 1995 (1ª ed.).
- BRITO-SEMEDO, MANUEL *Do nativismo ao Nacionalismo: A Construção da Identidade Nacional*, in *Cabral no Cruzamento de Épocas: Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral*. Praia: Alfa Comunicações, 2005, pp. 325-339.
- BRITO, WLADIMIR, *O Processo Constitucional Cabo-verdiano*, in *Cultura: Revista de Estudos Caboverdianos*, Numero Especial, Praia, INIC, Setembro 2001, pp 49-56.

- BURDEAU, GEORGES, *O Estado*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1970.
- BURE, ÉMILE, *Ernest Renan et l'Allemagne. Textes recueillis et commentés*, New York, Brentano's, 1945.
- CABRAL, AMÍLCAR, *Análise de Alguns Tipos de Resistência*, Bolama, Imprensa Nacional, 1979.
- CABRAL, AMÍLCAR, *Em Defesa da Terra II*, in *Boletim de Propaganda e Informação*, Ano I, 1949, pp. 15-17.
- CABRAL, AMÍLCAR, *Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta*, Lisboa, Nova Aurora, 1974.
- CABRAL, AMÍLCAR, *Esclarecimento Sobre as Novas Estruturas da Direcção do Partido e Sobre as Funções dos Diversos Órgãos Dirigentes*, Intervenção do Camarada Amílcar Cabral na reunião de quadros superiores do Partido, de 13 a 15 de Setembro de 1970. Documento interno do PAIGC. Fundo: Documentos Amílcar Cabral - Iva Cabral.
- CABRAL, AMÍLCAR, *Guinea: el poder de las armas*, in *Tricontinental*, Havana, 12 Março-Junho de 1969.
- CABRAL, AMÍLCAR, *Nacionalismo e Cultura*, Santiago de Compostela, Liovento, 1999.
- CABRAL, AMÍLCAR, *Obras Escolhidas*, Porto, Seara Nova, 1978.
- CABRAL, AMÍLCAR, *PAIGC: Unidade e Luta*, Lisboa, Nova Aurora, 1974.
- CABRAL, AMÍLCAR, *Sou um Simples Africano*, Cabo Verde, Fundação Mário Soares, 2000.
- CABRAL, AMÍLCAR, *Unidade e Luta: A Arma da Teoria*, Lisboa, Seara Nova, 1978.
- CABRAL, IVA MARIA, *Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação*, in SANTOS, MARIA EMÍLIA MADEIRA (COORDS.), (Vol. II), *História Geral de Cabo Verde*, Lisboa/Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 1995, pp. 225-274.
- CABRAL, IVA MARIA, *António de Barros Bezerra de Oliveira, o "régulo da ilha" de Santiago: Estudo prosopográfico de uma família oligárquica*, in JOSÉ LUÍS HOPFFER ALMADA (COORD.), *O Ano Mágico de 2006: Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Cabo-verdiana*, Praia, Instituto de Biblioteca Nacional e do Livro, 2008, p. 147-171.
- CABRAL, LUÍS, *Crónica da Libertação*, (1ª ed.), Lisboa, O Jornal, 1984.
- CADAMOSTO, LUÍS DE, *Navegações de Luís de Cadamosto*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944.
- CALDAS, MARIA DE LURDES MARTINS, *A Construção da diferença num Arquipélago Mestiço: Brancos e Não-Brancos na São Filipe da primeira metade de novecentos*, Lisboa, Universidade de Técnica de Lisboa, 2011 (Tese de Doutoramento no ISCSP).
- CAHEN, MICHEL, *Luta de Emancipação Anti-colonial ou Movimento de Libertação Nacional? Processo Histórico e Discurso Ideológico: O caso das Colónias Portuguesas e de Moçambique em particular*, in *Africa Studia*, nº 8, 2005, pp. 39-67.
- CAMPENHOUDT, LUC VAN, *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*, Lisboa, Gradiva, 2003 (1ª ed.).
- CANIATO, BENILDE JUSTO, *Língua Portuguesa e línguas Crioulas nos Países Africanos*, in *Via Atlântica*, Nº 5, São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, 2002, pp. 130-138.
- CANIATO, BENILDE JUSTO, *Percursos Pela África e por Macau*, Cotia, Ateliê, 2005.
- CANTO, DÚNIA PIRES DO, *Parceria Especial – Cabo Verde e União Europeia: Análise da Situação*, Lisboa, Universidade de Técnica de Lisboa, 2009, (Tese de Mestrado ISCSP).
- CARDOSO, PEDRO MONTEIRO, *Algas e Corais*, Vila Nova de Famalicão, Autor e Tipografia Minerva, 1928.

- CARDOSO, PEDRO MONTEIRO, *Folclore Cabo-verdiano*, Porto, Edições Maranus, 1933.
- CARDOSO, PEDRO MONTEIRO, *Pro África*, in *Afro: A Voz de Cabo Verde*, Nº 14, Maio 1911.
- CARDOSO, HUMBERTO, *O Erro de António Carreira*, in *Cultura: Revista semestral*, Ano 2, Nº 2, Cabo Verde, Ministério da Cultura, Julho 1998, pp. 33-43.
- CARDOSO, HUMBERTO, *O Partido Único em Cabo Verde: Um Assalto à Esperança*, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993 (1ª ed.).
- CARDOSO, PEDRO MONTEIRO, *Sonetos e Redondilhas*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1934.
- CARDOSO, OLAVO BILAC BARBOSA MONTEIRO, *Trabalho do Seminário de Linguística Africana*, Praia, 2005.
- CARREIRA, ANTÓNIO, *A Capitania das Ilhas de Cabo Verde (Organização civil, eclesiástica e militar, séculos XVI-XIX – Subsídios)*, in *Revista de História Económica e Social*, (Vol. 19), Nº 19, Janeiro-Abril 1987, pp. 33-76.
- CARREIRA, ANTÓNIO, *Alguns aspectos da administração Pública em Cabo Verde no século XVIII*, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Ano XXVII, Nº 105, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972, pp. 121-203.
- CARREIRA, ANTÓNIO, *Cabo Verde: Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*, Lisboa, Ulmeiro, 1984 (2ª ed.).
- CARREIRA, ANTÓNIO, *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1983 (2ª ed.).
- CARREIRA, ANTÓNIO, *Cabo Verde: Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*, Lisboa, Ulmeiro, 1977.
- CARREIRA, ANTÓNIO, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977.
- CARREIRA, ANTÓNIO, *O Crioulo de Cabo Verde: Surto e expansão*, Lisboa, Edição do autor, 1982.
- CARREIRA, ANTÓNIO & MOTA, TEIXEIRA DA, *O milho zaborro e o milho maçaroca da Guiné e nas ilhas de Cabo Verde*, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 17, 1986, pp. 5-20.
- CARVALHO, EDUARDO, *Metodologia do Trabalho Científico: “Saber-fazer” da Investigação para Dissertações e Teses*, Lisboa, Escolar, 2002.
- CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA, *História da alimentação no Brasil*, São Paulo, Global, 2004 (3ª ed.).
- CASTELLS, MANUEL, *O poder da Identidade*, São Paulo, Paz e Terra, 2000 (2ª ed.).
- CASTELO, CLÁUDIA *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1999.
- CASTRO, GRAÇA MARIA CORREIA DE, *O Percurso Geográfico e Missionário de Baltasar Barreira em Cabo Verde, Guiné, Serra Leoa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2001.
- CASTRO, MARIA TERESA LYON DE, *Cozinha Tradicional de Cabo Verde*, Lisboa, Europa-América, 2003.
- CELLARD, ANDRÈ, *A Análise Documental*, in JEAN, POUPART, ET ALII, *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, Petrópolis, Vozes, 2008, pp. 205-316.
- CERRONE, FREDERICO, *Cabo Verde: Cruzamento do Atlântico Sul*, Mindelo, Rádio Nova, 1996.
- CHALMERS, DAVID JOHN, *The Conscious Mind: In Search of a Fundamental Theory*, New York, Oxford University Press, 1996.

- CHANTRE, MARIA DE LOURDES, *Cozinha de Cabo Verde*, Lisboa, Presença, 1993 (3ª ed.).
- CHARDIN, PIERRE TEILLARD DE, *O Fenómeno Humano*, São Paulo, Cultrix, 2003 (6ª ed.).
- CHELMICKI, JOSÉ CONRADO DE & VARNHAGEN, FRANCISCO ADOLFO DE, *Geografia Cabo-verdiana ou descrição geográfica-histórica da província das ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Typographia de Luiz Correa da Cunha, 1841.
- CIDRA, RUI PEDRO MALHEIRO DA SILVA FERRÃO, *Produzindo a música de Cabo-Verdiana na diáspora: redes transnacionais, world music e múltiplas formações crioulas*, in GÓIS, PEDRO MANUEL (ORG.), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisboa, ACIDI, I.P, 2008, pp. 105-125.
- COHEN, ANTHONY, *The Symbolic Construction of Community*, Londres e Nova York, Routledge, 1985.
- COHEN, ZELINDA, *Os Filhos da Folha: Cabo Verde – séculos XV-XVIII*, Praia, Spleen, 2007.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento Europeu sobre o Futuro das Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde*, Bruxelas, Comissão Europeia, 2007.
- CORDEIRO, ANA, “Nós, Caboverdianos”: a representação da identidade nos textos literários do século XIX, in RIBEIRO, MARGARIDA GALAFATE & JORGE, SÍLVIO RENATO (ORGS.), *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, Porto, Afrontamento, 2011, pp. 33-61.
- CORTESÃO, JAIME, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Edições Arcádia, 1962.
- CORRÊA, ANTÓNIO MENDES, *Ultramar Português II: Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.
- CORREIA E SILVA, ANTÓNIO, *Canárias no Horizonte*. in *Revista Estratégia, Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul*, Nº 20, Cascais, Principia, 2004, pp. 31-37.
- CORREIA E SILVA, ANTÓNIO, *História de um Sahel Insular*, Praia, Spleen, 1995.
- CORREIA E SILVA, ANTÓNIO, *Discurso da ‘descoberta’: os mitos da fundação*, in CABRAL, IVA & FURTADO, CLÁUDIO (ORGS.), *Os Estado-Nações e o Desafio da Integração Regional da África do Oeste: O caso de Cabo Verde*, Praia, Edição dos Autores, 2008, pp. 69-82.
- COSTA, ANTÓNIO PEDRO, *Batuque*, in *O Mundo Português*, (Vol. 3), Nº 26, Fevereiro 1936, pp. 64-65.
- COSTA, CÁTIA MIRIAM, *Mundo Luso-Tropical: Três estudos de caso*, Lisboa, Minerva, 2005.
- COSTA, DANIEL HENRIQUE, *Sistema eleitoral e sistema partidário cabo-verdiano (1991-2001)*, in *Direito e Cidadania*, Ano V. Nº 16/17, Gráfica do Mindelo, Setembro 2002/Abril 2003, pp. 253-261.
- COSTA, DÁLIA, *A recolha de dados: Técnicas Utilizadas*, in SILVESTRE, HUGO CONSCIÊNCIA & ARAÚJO, JOAQUIM FILIPE (COORDS.) *Metodologia para a Investigação Social*, Lisboa, Escolar, 2012, pp. 141-170.
- COSTA, SUZANO, *Cabo Verde e a Integração Europeia: A Construção Ideológica de um Espaço Imaginário*, in *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Dossier Especial, Nº 1, Praia, Uni-CV, Dezembro de 2007, pp. 113-141.
- COSTA, SUZANO & PINTO, JORGE NOBRE, *A política Externa cabo-verdiana num mundo Multipolar: entre a Ambivalência Prática e a Retórica Discursiva?* in DELGADO, JOSÉ PINA; VARELA, ODAIR BARROS & COSTA, SUZANO (Orgs.) *As Relações Exteriores de Cabo Verde: (Re)Leitura contemporâneas*, Praia, Editora ISCJS, 2014, pp. 133-159.
- COUTINHO, CLARA PEREIRA, *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, (2ª ed.), Coimbra, Almedina, 2013, p. 97.

- CRAVINHO, JOÃO GOMES, *Les Relations Post- Coloniales Portugaises*, in *Pôle Sud : Revue de Science Politique de l'Europe Méridionale, Le Portugal du Politique*, Nº 22, Montpellier: OPPE/CNRS, Mai 2005, pp. 89-100.
- CRYSTAL, DAVID, *An Encyclopedic Dictionary of language and languages*, Oxford, Blackwell, 1992.
- CUCHE, DENYS, *O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais*, Bauru, EDUSC, 2002 (2ª ed.).
- DA MATTA, ROBERTO, *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*, Rio de Janeiro, Rocco. 1987.
- D'ANDRADE, ERNESTO & KIHM, ALAIN (ORGS.), *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"*, Lisboa, Colibri, 1992.
- DAVIDSON, BASIL, *As Ilhas Afortunadas: Um estudo sobre a África em transformação*, Porto, Caminho, 1988.
- DELGADO, CARLOS ALBERTO, *Crioulo de Cabo Verde: Situação linguística da zona de barlavento*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.
- DIAS, JORGE, *Introdução ao estudo das Ciências Sociais*, in *Colóquios Sobre Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudo Políticos e Sociais, 1958, pp. 11-29.
- DIAS, JORGE, *O que se entende por antropologia cultural*, in *Ensaios Etnológicos*, Nº 52, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p 197.
- DOMINGUES, ÂNGELA, *Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento*, in SANTOS, MARIA EMÍLIA MADEIRA & ALBUQUERQUE, LUÍS DE (COORDS.), *História Geral de Cabo Verde*, (Vol. I), Lisboa/Praia, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, pp. 41-123.
- DUARTE, DULCE ALMADA, *Bilinguismo ou diglossia?* Praia, Spleen, 2003.
- DUARTE, DULCE ALMADA, *História da Escrita em Cabo Verde*, in *Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano*, Praia, IPC, 2002, pp. 49-97.
- DUARTE, DULCE ALMADA, *Literatura e Identidade: Uma abordagem sociocultural*, in *Revista Cultura*, Ano 2, Nº 2, Praia, Ministério da Cultura de Cabo Verde, Julho de 1998, pp. 7-15.
- DUARTE, JOSÉ ARMANDO, *As Relações Externas de Cabo Verde na África Ocidental e os Quadros Regionais de Cooperação da União Europeia*, in *Estratégia: Revista de Estudos Internacionais*, Nº 20, 1º Semestre 2004, pp. 117-126.
- DUARTE, MANUEL DE JESUS MONTEIRO, *Breves notas sobre a literatura Cabo-verdiana*, in *Raízes*, Nº 21, Praia, Julho 1984, pp. 3-8.
- DUARTE, MANUEL DE JESUS MONTEIRO, *Caboverdianidade e Africanidade, e outros textos*, Praia, Spleen, 1999.
- DURKHEIM, EMILE, *As Regras do Método Sociológico*, São Paulo, Editora Nacional, 1985 (11ª ed.).
- ESPÍRITO SANTO, PAULA DO, *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Gênese, Fundamentos e Problemas*, Lisboa, Sílabo, 2010 (1ª ed.).
- FAIRCLOUGH, NORMAN, *Discurso e Mudança Social*, Brasília, UNB, 2001.
- FARIA, ANA CRISTINA, *Manual Prático para Elaboração de Monografias: Trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses*, São Paulo, Vozes, 2007.
- FARIA, ANTÓNIO, *Linha Estreita da Liberdade: a Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, Colibri, 1997.

- FEIJÓ, JOÃO DA SILVA, *Ensaio Político sobre as Ilhas de Cabo Verde para Servir de Plano à História Filosófica das mesmas*, Lisboa, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1986 (1ª ed. 1813).
- FERNANDES, VALENTIM, *Description de la côte occidentale d'Afrique (Senegal au Cap de Monte, archipels): 1506-1510*, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1951.
- FERNANDES, ARMANDO NAPOLEÃO, *Léxico do Dialecto Crioulo do Arquipélago de Cabo Verde*, Mindelo, Gráfica de Mindelo, 1991.
- FERNANDES, GABRIEL, *A Diluição da África: Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*, Florianópolis, UFSC, 2002.
- FERNANDES, GABRIEL, *Cabo Verde e CEDEAO: uma questão identitária*, in CABRAL, IVA & FURTADO, CLÁUDIO (ORGS.), *Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, Praia, Edição dos Autores, 2008, pp. 53-67.
- FERNANDES, GABRIEL, *Em Busca da Nação: Notas para uma Interpretação do Cabo Verde Crioulo*, Praia/Florianópolis, IBNL/ UFSC, 2006.
- FERNANDES, GABRIEL, *Entre a Europeidade e a Africanidade: Os marcos da colonização/descolonização no processo de funcionalização identitária em Cabo Verde*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000 (Tese de Mestrado na UFSC).
- FERREIRA, MANUEL, *A Aventura Crioula*, Lisboa, Plátano, 1973 (2ª ed.).
- FERREIRA, MANUEL, *Comentário em torno do bilinguismo cabo-verdiano, Colóquios Cabo-verdianos, Nº 22*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, pp. 51-80.
- FERREIRA, MANUEL, *Hora di Bai*, Lisboa, Plátano, 1972.
- FERREIRA, MANUEL, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977 (1ª ed.).
- FERREIRA, MANUEL, *No Reino de Caliban I: Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, Lisboa, Plátano, 1997.
- FERREIRA, MANUEL, *Prefácio: O fulgor e a esperança de uma nova idade*, in *Clareza: Revista de Artes e Letras*, 2ª Edição, Linda-a-Velha, ALAC, 1986, pp. XIX-XLV.
- FILHO, WILSON TRAJANO, *Polymorphic Creoledom: The "Creole" Society of Guinea-Bissau*, Pennsylvania, University of Pennsylvania, 1998.
- FILHO, WILSON TRAJANO, *Uma Experiência Singular de Crioulização*, Brasília, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília 2003.
- FONSECA, JORGE CARLOS, *Erigir o Futuro do País*, in *Revista Nós Genti, Independência Nacional: 37 anos depois*, Edição especial, Nº 4, Cabo Verde, Praia, Palanca Média Produções, Dezembro de 2012, pp. 44-59.
- FONTES, ELSA MARIA LOPES ALMEIDA, *O Bairrismo em Cabo Verde: Santiago e S. Vicente*, Praia, Tipografia Santos, 2007.
- FRANÇA, ARNALDO, *O nascimento e o reconhecimento de uma literatura em prosa*, in VEIGA, MANUEL (COORD.), *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*, Paris, Editions Karthala, 1998, pp. 115-125.
- FRANÇA, LUÍS (COORD.), *A Comunidade Caboverdiana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1992.
- FREIXA, DOLORES & CHAVES, GUTA, *Gastronomia no Brasil e no Mundo*, São Paulo, Senac, 2008.
- FREIRE, PAULO, *Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma experiência em processo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984 (4ª ed.).

- FREYRE, GILBERTO, *Aventura e Rotina: Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e acção*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2001 (3ª ed.).
- FREYRE, GILBERTO, *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, São Paulo, Global, 2003 (48ª ed.).
- FREYRE, GILBERTO, *Nordeste*, Rio de Janeiro, Record, 1989.
- FREYRE, GILBERTO, *O Mundo que o Português Criou*, Lisboa, Livros do Brasil, 1940 (2ª ed.).
- FURTADO, CLÁUDIO, *A participação da Sociedade Civil na Consolidação da Independência*, in *Cultura: Revista de Estudos Caboverdianos*, Numero Especial, Praia, INIC, Setembro 2001, pp. 39-47.
- FURTADO, CLÁUDIO, *Cabo Verde e a Integração na África do Oeste: Dissonâncias Discursivas e Identitárias*, in SARMENTO, CRISTINA & COSTA, SUZANO (COORDS.), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 623-652.
- FURTADO, CLÁUDIO, *Prefácio* in ALMADA, DAVID HOPFFER, *Pela Cultura e pela Identidade: Em defesa da caboverdianidade*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, pp. 11-14.
- FURTADO, CLÁUDIO, *Raça, Classe e Etnia nos Estudos sobre e em Cabo Verde: As Marcas do Silêncio*, in *Afro-Ásia*, Nº 45, 2012, pp. 143-171.
- GALISSON, ROBERTO & COSTE, DANIEL, *Dicionário de Didáctica das Línguas*, Coimbra, Almedina, 1983.
- GALVÃO, EDUARDO, *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976 (2ª ed.).
- GEERTZ, CLIFFORD, *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GELLNER, ERNEST, *Nationalism*, Londres, Phoenix, 1997.
- GELLNER, ERNEST, *Nations and Nationalism*, Oxford, Blackwell Publishers, 1983.
- GENNEP, ARNOLD VAN, *Os Rituais de Passagem*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- GIDDENS, ANTHONY, *Modernidade e Identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.
- GIL, ANTÓNIO CARLOS, *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, São Paulo, Atlas, 1999, (5ª ed.).
- GILROY, PAUL, *Against Race: Imagining political culture beyond the color line*, Massachusetts, Belknap/Harvard, 2000.
- GLISSANT, ÉDOUARD, *Introduction à une Poétique du Divers*, Paris, Gallimard, 1996.
- GÓIS, PEDRO MANUEL, *A Construção Secular de uma Identidade Étnica Transnacional: a cabo-verdianidade*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2011 (Tese de Doutoramento na FEUC).
- GÓIS, PEDRO MANUEL, *Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, Lisboa, ACIME, 2006 (1ª ed.).
- GOMES, JOAQUIM, *A Inserção de Cabo Verde na CEDEAO: O Comércio e as Migrações*, Porto, Faculdade de Letras, 2009.
- GOMES, JOAQUIM, *Integração Regional: Cabo Verde na CEDEAO* in DELGADO, JOSÉ PINA; VARELA, ODAIR BARROS & COSTA, SUZANO (ORGS.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas*, Praia, ISCJS, 2014, pp. 363-384.
- GONÇALVES, CARLOS FILIPE, *Kap Verd band*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 2006.
- GONÇALVES, CARLOS FILIPE E MONTEIRO, WLADIMIR, *Cabo Verde, 30 anos de música: 1975-2005*, in SILVA, FILINTO ELÍSIO CORREIA E (COORD.), *Cabo Verde 30 Anos de Cultura*, Praia, INBL, 2005, pp. 99-115.

- GONÇALVES, JOSÉ JÚLIO, *A Informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe: Acheegas para o seu estudo*, in *Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe*, Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965-1966, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 165-375.
- GONÇALVES, NUNO DA SILVA, *Os Jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, Brotéria, 1996.
- GRAÇA, CAMILO QUERIDO LEITÃO DA, *Cabo Verde: Formação e dinâmicas Sociais*, Praia, Instituto da Investigação e do Património Culturais e Autor, 2007.
- GRAÇA, PEDRO BORGES, *A Construção da Nação em África*, Coimbra, Almedina, 2005.
- GRAÇA, PEDRO BORGES, *A Identidade Nacional Portuguesa*, in *Elvas Caia: Revista Internacional de Cultura e Ciência*, Nº 3, Colibri/Câmara Municipal de Elvas, 2005, pp. 75-85.
- GRAÇA, PEDRO BORGES, *A Incompreensão da Crítica ao Luso-Tropicalismo*, in *ANAIS do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*, 21 a 24 de Março, Recife, Fundação Gilberto Freyre, 2000, pp. 208-212.
- GRAÇA, PEDRO BORGES, *Fundamentos Culturais dos Países Africanos Lusófonos: O Legado Colonial*, in *Africana*, Nº 18, Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, 1997, pp. 59-79.
- GRAÇA, PEDRO BORGES, *Gilberto Freyre na Correspondência de Melville J. Herskovits: O Luso-Tropicalismo frente ao Afro-Americanismo*, in MOREIRA, ADRIANO & VENÂNCIO, JOSÉ CARLOS (ORGS.), *Luso-Tropicalismo: Uma Teoria Social em Questão*, Lisboa, Vega, 2000, pp. 48-65.
- GRAÇA, PEDRO BORGES, *O Africanismo Lusófono*, in AAVV, *Conjuntura Internacional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996, pp. 287-300.
- GRAÇA, PEDRO BORGES, *O Problema do Consenso Histórico na Área Lusófona*, in *Portuguese Literary & Cultural Studies*, Nº 19/20, University of Massachusetts Dartmouth, 2011, pp. 445-461.
- GRAÇA, PEDRO BORGES, *Utopia da Verdade: Quatro elementos fundamentais da Metodologia das Ciências Sociais*, in *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Edição Especial / Atas I EIRI, Dezembro de 2013, pp. 25-32.
- GUIMARÃES, ANTÓNIO SÉRGIO, *Racismo e Anti-racismo no Brasil*, São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999 (34ª ed.).
- GUIMARÃES, ANTÓNIO SÉRGIO, *Como trabalhar com “Raça” em Sociologia*, in *Educação e Pesquisa*, (Vol. 29), Nº 1, Brasil, Universidade de São Paulo, 2003, pp. 93-107.
- HAGUETTE, TERESA MARIA, *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, Petrópolis, Vozes, 1997 (5ª ed.).
- HALL, STUART, *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, Rio de Janeiro, DP&A, 2002 (7ª ed.).
- HALL, STUART, *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte, UFMG, 2003.
- HALL, STUART, *Quem precisa da identidade?*, in SILVA, TOMAZ TADEU (ORG.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais*, Petrópolis-RJ, Vozes, 2000, pp. 103-133.
- HANNERZ, ULF, *Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional*, in *Mana*, (Vol.3), Nº 1, 1997, pp. 7-39.
- HANNERZ, ULF, *The world in creolisation*, in *Africa*, 57 (4), 1987, pp. 546-559.
- HERNANDEZ, LEILA LEITE, *Os filhos da Terra do Sol: A formação do Estado-nação em Cabo Verde*, São Paulo, Sammus, 2002.

- HENRIQUES, ISABEL CASTRO, *A sociedade colonial em África. Ideologias, Hierarquias, Quotidianos*, in BETHENCOURT, FRANCISCO & CHAUDHURI, KIRTI (Eds.), *História da Expansão Portuguesa*, (Vol. 5), Navarra, Círculo de Leitores, 1999, pp. 216-274.
- HOBBSAWM, ERIC, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- HOFBAUER, ANDREAS, *Crioulidade versus Africanidade: percepções da diferença e desigualdade*, in *Afro-Ásia*, 43, Centro de Estudos Afro-orientais, FFCH/UFBA, 2011, pp. 91-127.
- HROSH, MIROSLAV, *Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional da Europa*, in BALAKRISHNAN, GOPAL (Org.), *Um Mapa da Questão Nacional*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, pp. 85-107.
- HULL, GEOFFREY, *Timor Leste: Identidade, Língua e Política Educacional*, Lisboa, Instituto Camões, 2001.
- HURLEY-GLOWA, SUSAN, *Batuko and Funana: Musical Traditions of Santiago, Republic of Cape Verde*, Providence, Brown University, 1997 (Tese de Doutoramento na Brown University).
- JENKINS, RICHARD, *Rethinking ethnicity: identity, categorization and power*, in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 17, nº 2, 1994, pp. 197-223.
- KABENGELE, MUNANGA & GOMES, NILMA, *O Negro no Brasil de Hoje*, São Paulo, Global. 2006.
- KATZENSTEIN, PETER, *The Culture of National Security: Norms And Identity in World Politics*, New York, Columbia University Press, 1996.
- LABAN, MICHEL, *Cabo Verde: Encontro com Escritores*, (Vol. 2), Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1992.
- LANG, JÜRGEN, *Breve esboço da gramática do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde)*, in *Santa Barbara Portuguese Studies*, Nº 5, 2001, pp. 228-254.
- LARA, ANTÓNIO DE SOUSA, *Ciência Política: Estudo de Ordem e de Subversão*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2011 (6ª ed.).
- LARA, ANTÓNIO DE SOUSA, *Ciências Políticas: Metodologia, Doutrina e Ideologia*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1998.
- LARA, ANTÓNIO DE SOUSA, *Colonização Moderna, Descolonização e Dependência*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2014.
- LARA, ANTÓNIO DE SOUSA, *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002.
- LARA, ANTÓNIO DE SOUSA, *O Interesse Nacional, a Política Externa Portuguesa e as Ideologias*, Lisboa, DisLivro, 2009.
- LARANJEIRA, JOSÉ LUÍS PIRES, *A identidade “crioula” e negro-africana e uma nova representação da mulher, com exemplos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, in RIBEIRO, MARGARIDA GALAFATE & JORGE, SÍLVIO RENATO (ORGS.), *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, Porto, Afrontamento, 2011, pp.18-31.
- LARANJEIRA, JOSÉ LUÍS PIRES, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, (Vol. 64), Lisboa, Universidade Aberta, 1995.
- LARAIA, ROQUE DE BARROS, *Cultura um Conceito Antropológico*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001 (14ª ed.).
- LEVI-STRAUSS, CLAUDE, *L'Identité*, Paris, Crasset, 1977.
- LESSA, ALMERINDO, *O homem cabo-verdiano: Suas raízes, sua multiplicação, suas doenças- Linha vertebral de um ensaio demográfico, com uma introdução crítica aos métodos*

- para o estudo do mestiço luso-tropical*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, pp. 111-130.
- LESSA, ALMERINDO & RUFFIÉ, JACQUES, *Seroantropologia das Ilhas de Cabo Verde: Mesa-redonda sobre o homem cabo-verdiano*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960 (2ª ed.).
- LIMA, ANTÓNIO GERMANO, *Boavista, Ilha da Morna e do Landú*, Praia, Instituto Superior de Educação, 2002.
- LIMA, AUGUSTO MESQUITELA, *A Poética de Sérgio Frusoni: Uma Leitura Antropológica*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Português, 1992.
- LIMA, MESQUITELA, *Dinâmica da Cultura Cabo-verdiana*, in *Emigrason*, Nºs 38/39, 1ª Série, 1996. p. 4.
- LIMA, AUGUSTO MESQUITELA, *O bilinguismo e o problema da escrita*, in VEIGA, MANUEL (ED.), *1º Colóquio Linguístico sobre o crioulo de Cabo Verde*, Mindelo, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1979, pp. 109-112.
- LIMA, ARISTIDES RAIMUNDO, *Reforma Política em Cabo Verde: Do Paternalismo à Modernização do Estado*, Praia, Edição do Autor, 1992.
- LIMA, AUGUSTO MESQUITELA, ET. AL., *Introdução à Antropologia Cultural*, Lisboa, Presença, 1991 (9ª ed.).
- LIMA, JOSÉ JOAQUIM LOPES DE, *Ensaio sobre a Statistica das Ilhas de Cabo Verde no Mar Atlantico e suas Dependencias na Guiné Portuguesa ao norte do Equador*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.
- LOBO, PEDRO SOUSA, *A originalidade humana de Cabo Verde*, in *Revista Claridade*, n.º 9, São Vicente, Dezembro 1960, pp. 64-69.
- LOPES, FRANCISCO, *A importância dos calores espirituais no panorama cabo-verdiano*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, pp. 131-140.
- LOPES, JAILSON VALDIQUE SEMEDO, *Distribuição de segmentos do cromossoma X com ancestralidade europeia e africana na população de Cabo Verde: implicações para o estudo da miscigenação em populações humanas e para a história do povoamento do arquipélago*, Porto, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2011 (Tese de Mestrado na FCUP).
- LOPES, JOÃO, *Apontamento*, in *Revista Claridade*, Nº 1, São Vicente, Março 1936, p.9
- LOPES FILHO, JOÃO, *Cabo Verde: Retalhos do quotidiano*, Lisboa, Caminho, 1995.
- LOPES FILHO, JOÃO, *Cabo Verde: Subsídios para um levantamento cultural*, Lisboa, Plátano, 1981.
- LOPES FILHO, JOÃO, *Contribuição para o Estudo da Cultura Cabo-verdiana*, Lisboa, Ulmeiro, 1983 (1ª ed.).
- LOPES FILHO, JOÃO, *Ilha de São Nicolau: Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, (Vol. 2), Cabo Verde, Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1996.
- LOPES FILHO, JOÃO, *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*, Praia, Instituto Superior de Educação de Cabo Verde, 2003.
- LOPES, JOSÉ, *Hesperitanas (poemas)*, Lisboa, Livraria J. Rodrigues & Cia, 1929.
- LOPES, JOSÉ VICENTE, *As origens históricas da reivindicação da Independência*, in *Cultura: Revista de Estudos Caboverdianos*, Numero Especial, Praia, INIC, Setembro 2001, pp 9-25.
- LOPES, JOSÉ VICENTE, *Cabo Verde: As causas da Independência: (e o estado e a transição para a democracia na África Lusófona)*, Praia, Spleen, 2003.

- LOPES, JOSÉ VICENTE, *Cabo Verde: Os Bastidores da independência*, Praia-Mindelo, Instituto Camões-Centro Cultural Português, 1996 (1ª ed.).
- LOPES, MANUEL, *O Programa de claridade era fincar os pés na terra Cabo-verdiana*, in *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, Nº 121, Praia, Outubro 1959, pp. 7-9.
- LOPES, MANUEL, *Os Flagelados do Vento Leste*, São Paulo, Ática, 1979.
- LOPES, MANUEL, *Poemas de Quem Ficou*, Açores, Oficinas Gráficas da Livraria Andrade, 1949.
- LOPES, MANUEL, *Reflexões Sobre a Literatura Cabo-verdiana ou a Literatura nos Meios Pequenos*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, pp. 1-22.
- LOPES, POLICARPO, *A Modernidade Alimentar: In(e)volução simbólica do acto alimentar*, Lisboa, Colibri/CEOS, 2006.
- MAALOUF, AMIN, *In the Name of Identity*, Londres, Penguin Books, 2003.
- MAALOUF, AMIN, *Identidades Assassinas*, Lisboa, Difel.
- MACHADO, CARLOS ALBERTO, *Cuidar dos Mortos*, Sintra, Instituto de Sintra, 1999.
- MACHADO, JOÃO PEDRO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Confluência, 1976 (2ª ed.).
- MAGNOLI, DEMÉTRIO, *Uma gota de Sangue: História do Pensamento Racial*, São Paulo, Contexto, 2009.
- MALTEZ, JOSÉ ADELINO, *Ensaio sobre o Problema do Estado*. Tomo I: A Procura da República Maior, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1991.
- MALTEZ, JOSÉ ADELINO, *Sobre a Estratégia Cultural Portuguesa*, in *Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, Nº 18, 1991, pp. 119-235.
- MARIANO, GABRIEL, *A mestiçagem: seu papel na sociedade caboverdiana*, in *Suplemento Cultural, de Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, Praia, Imprensa Nacional, Outubro de 1958.
- MARIANO GABRIEL, *Cultura Caboverdiana: Ensaios*, Lisboa, Vega e Autor, 1991.
- MARIANO, GABRIEL, *Do funco ao sobrado ou o "mundo" que o mulato criou*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1959, pp. 23-50.
- MARGARIDO, ALFREDO, *Prefácio: A Perspectiva Histórico-cultura de Pedro Monteiro Cardoso*, in CARDOSO, PEDRO MONTEIRO, *Folclore Caboverdiano*, Paris/Lisboa, Solidariedade Caboverdiana/ Fascimilada, 1983, pp. XXXIX-LXII.
- MARQUES, ANTÓNIO HENRIQUE RODRIGO DE OLIVEIRA (DIR.), *O Império Africano: 1890-1930*, (Vol. 3), Lisboa, Estampa, 2001.
- MARTINS, OVÍDIO, *Gritarei Berrarei Matarei Não Vou Para Pasárgada*, Mindelo, Instituto de Promoção Cultural, 1998 (2ª Ed.).
- MENDES, ARLINDO, *Viver a Morte em Santiago: Uma Abordagem Etnográfica*, Praia: Instituto de Investigação e do Património Culturais, 2012.
- MENDES, NUNO CANAS, *A Multidimensionalidade da Construção Identitária em Timor-Leste*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005.
- MENDES, NUNO CANAS, *História e Conjuntura nas Relações Internacionais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2008.
- MENDES, NUNO CANAS, *História e Geopolítica na Formação das Fronteiras de Moçambique*, in *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 116.º, n.º 1-12, Janeiro-Dezembro de 1998, pp. 156-161.

- MENDES, MAFALDA, *Cabo Verde: ir à escola em L2*, in MATEUS, MARIA HELENA, ET. ALII., (ORGS), *O Português em África*, Lisboa, CIDAC, 2005, pp. 113-135.
- MENEZES, JOSÉ NEWTON COELHO, *História & Turismo Cultural*, Belo Horizonte, Autêntica, 2004.
- MILES, ROBERT, *Racism After "race relations"*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 1993.
- MIRANDA, NUNO DE, *Compreensão de Cabo Verde*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1963.
- MIRANDA, NUNO DE, *O cabo-verdiano, um portador de cultura: Sugestões de correcção de educação e ensino em Cabo Verde*, in *Colóquios Cabo-verdianos*, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, pp. 81-95.
- MONTEIRO, CÉSAR AUGUSTO, *Algumas Dimensões da Expressão Musical Cabo-Verdiana na Área Metropolitana de Lisboa*, in GÓIS, PEDRO MANUEL (ORG.), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisboa, ACIDI, I.P, 2008, pp. 127-136.
- MONTEIRO, CÉSAR AUGUSTO, *Manuel d' Novas: Música, Vida, Cabovedianidade*, Mindelo, Edição do Autor, 2003.
- MONTEIRO, CÉSAR AUGUSTO, *Sociedade Cabo-verdiana: Aculturação ou transculturação musical (1)*, in *Voz di Povo*, Ano XII, Nº 710, 1988, p. 5.
- MONTEIRO, CLARICE SILVA, *Literatura e folclore da Ilha do Fogo*, in *Boletim Geral das Colónias*, Ano 25, Nº 292, Outubro 1949, pp. 11-68.
- MONTEIRO, FÁTIMA, *Cabo Verde na Encruzilhada Atlântica*, in *Revista Estratégia, Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul*, Nº 20, Cascais, Principia, 2004, pp. 19-29.
- MONTEIRO, FÉLIX, *Eugénio Tavares: Viagens, tormentas, cartas e postais*, Praia/Mindelo, IPC, 1999.
- MONTEIRO, FÉLIX, *Páginas esquecidas de Guilherme Dantas*, in *Raízes*, Nº 21, Cabo Verde, Junho 1984, pp. 123-192.
- MONTEIRO, JORGE FERNANDES, *Mornas e Contra-Tempos (coladeras) de Cabo Verde*, Mindelo, Gráfica do Mindelo, 1987.
- MOREIRA, ADRIANO, *A Cidadania entre o cosmopolitismo e o multiculturalismo*, in AMANTE, MARIA DE FÁTIMA (COORD.), *Identidade Nacional: Entre o discurso e a prática*, Porto, Fronteira do Caos & CEPESE, 2011 (1ª ed.), pp 31-35.
- MOREIRA, ADRIANO, *A Comunidade Internacional em Mudança*, Coimbra, Almedina, 2007 (3ª ed.).
- MOREIRA, ADRIANO, *Batalha da Esperança*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1964.
- MOREIRA, ADRIANO, *Ciência Política*, Coimbra, Almedina, 2009 (4ª ed.).
- MOREIRA, ADRIANO, *Ligação de Cabo Verde à Europa*, in DELGADO, JOSÉ PINA; VARELA, ODAIR BARROS & COSTA, SUZANO (ORGS.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas*, Praia, ISCJS, 2014, pp. 285-287.
- MOREIRA, ADRIANO, *Memórias do Outono Ocidental: Um Século sem Bússola*, Coimbra, Almedina, 2013.
- MOREIRA, ADRIANO, *O Novíssimo Príncipe: Análise da Revolução*, Coimbra, Almedina, 2009.
- MOREIRA, ADRIANO, *O Ocidente e o Ultramar Português*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1961.
- MOREIRA, ADRIANO, *Partido Português*, Lisboa, Bertrand, 1962.
- MOREIRA, ADRIANO, *Tempo de Véspera*, Coimbra, Almedina, 2009.

- MOREIRA, ADRIANO, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2008, (6ª ed.).
- MOREIRA, CARLOS DIOGO, *Identidade e Pluralismo*, in MARIA DE FÁTIMA AMANTE (COORD.), *Identidade Nacional: Entre o Discurso e a Prática*, Porto, Fronteira do Caos & CEPES, 2011 (1ª ed.), pp 37-45.
- MOREIRA, CARLOS DIOGO, *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994.
- MOREIRA, CARLOS DIOGO, *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007.
- MUNANGA, KABENGELE, *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*, in BRANDÃO, ANDRÉ AUGUSTO (ORG.), *Cadernos PENESB, Nº 5*. Niterói, EDUFF. 2004, pp. 15-34.
- MYERS-SCOTTON, CAROL, *Multiple Voices: An introduction to bilingualism*, Malden, MA, Blackwell Publishing, 2006.
- NANDY, ASHIS, *Estado*, in SACHS, WOLFGANG (ED.) *Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento Como Poder*, Petrópolis, Vozes, 2000, pp. 84-97.
- NASCIMENTO, AUGUSTO, *Em busca da nação: Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, in *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Ano II, Nº 2, Praia, Uni-CV, Dezembro 2008, pp.167-170.
- NETO, SÉRGIO GONÇALO DUARTE, *Colónia Mártir Colónia Modelo: Cabo Verde no Pensamento Ultramarino Português (1925-1965)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- NEVES, BALTAZAR SOARES, *O Seminário-Liceu de S. Nicolau: Contributo para a História do Ensino em Cabo Verde*, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2008 (1ª ed.).
- NÓBREGA, ÁLVARO, *A Democracia em África*, in *JANUS: Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, 2010, pp. 130-131.
- NÓBREGA, ÁLVARO, *A Luta Pelo Poder na Guiné Bissau*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003.
- NOGUEIRA, GLÁUCIA, *25 Anos no palco e no disco*, in *Cultura: Revista de Estudos Caboverdianos*, Numero Especial, Praia, INIC, Setembro 2001, pp.175-184.
- NOGUEIRA, GLÁUCIA, *Batuku: de divertimento de escravos a património imaterial*, in *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Nº 4, Praia, Uni-CV, Maio 2010, pp. 81-97.
- NUNÉZ, BENJAMIN, *Dictionary of Portuguese-African Civilization*, (Vol. 1), London, UK; New Jersey, Hans Zell Publishers, 1995.
- OLIVEIRA, JOSÉ BARROS DE, *Viver a Morte: Abordagem Antropológica e Psicológica*, Coimbra, Almedina, 1998.
- OLIVEIRA, JOÃO NOBRE DE, *A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação Macau, 1998.
- OLIVEIRA, JOSÉ OSÓRIO DE, *Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil*, in *Claridade: Revista de Arte e Letras*, Nº 2, São Vicente, Agosto 1936, pp. 4.
- OSÓRIO, OSWALDO, *Uma literatura nascente: A poesia anterior a Claridade*, In MANUEL VEIGA, (COORD.), *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*, Paris, Karthala, 1998, pp. 109-113.
- PARÉS, LUIS NICOLAU, *O processo de criouliização no recôncavo baiano (1750-1800)*, in *Revista Afro-Asia*, Nº 33, 2005, pp. 87-132.
- PEIXEIRA, LUÍS MANUEL DE SOUSA, *Da Mestiçagem à Caboverdianidade: Registos de uma sociocultura*, Lisboa, Colibri, 2003.

- PEREIRA, ARISTIDES, *O Meu Testemunho: Uma Luta, Um Partido, Dois Países*, Lisboa, Notícias, 2003.
- PEREIRA, CARLOS LOPES, *A Voz de Cabo Verde*, in *África: Literatura, Arte, Cultura*, 2ª Série, Nº 14, FERREIRA, MANUEL (DIR.), Lisboa, África Editora, Agosto-Setembro 1986, pp. 27-44.
- PEREIRA, DANIEL ANTÓNIO, *Das Relações Históricas Cabo Verde – Brasil*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- PEREIRA, DANIEL ANTÓNIO, *Estudos da História de Cabo Verde*, Lisboa, Alfa Comunicações, 2005.
- PEREIRA, DULCE, *Fala Crioulo Papia Português*, in *Revista Kultura*, Praia, Instituto Nacional de Investigação e Cultura, 2001, pp. 153-165.
- PEREIRA, DULCE, *O Crioulo de Cabo Verde*, in FARIA, ISABEL HUB, ET. ALII. (ORGS.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1996, pp. 551-559.
- PEREIRA, EDUARDO CAMILO, *Política e Cultura: as Revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)*, Praia, Imprensa Nacional, 2014 (2ª Ed).
- PINA DELGADO, JOSÉ, *A Vinculação de Cabo Verde ao mecanismo de segurança da CEDEAO*, in *Direito e Cidadania*, Ano IX, Nº 27, 2007/2008, Gráfica do Mindelo, pp. 131-149.
- PINA, LEÃO JESUS DE, *Cabo Verde: expressões ibéricas de cultura política, morabeza e cordialidade*, in *Confluenze: Revista de Studi Iberoamericani*, (Vol. 3), Nº 2, Università di Bologna, Dipartimento di Lingue e Letterature Straniere Moderne, 2011, pp. 237-253.
- PINA, LEÃO JESUS DE, *Morabeza e Cultura Política de Matriz Ibérica: Entre Críticas e Apologias*, in *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Nº 1, Praia, Uni-CV, Dezembro 2007, pp. 41-57.
- PINTO, ANTÓNIO COSTA, *A Guerra Colonial e o fim do Império Português*, in BETHENCOURT, FRANCISCO & CHAUDHURI, KIRTI (ORG.), *História da Expansão Portuguesa*, (Vol. 5), Lisboa, Temas & Debates, 2000, pp. 65-101.
- PINTO, JOSÉ FILIPE, *Adriano Moreira: Uma Intervenção humanista*, Coimbra, Almedina, 2007.
- PINTO, JOSÉ FILIPE, *Cabo Verde e a União Europeia: Da Parceria à Integração*, in CRISTOVÃO, FERNANDO (DIR. e COORD.), *Ensaio Lusófonos*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 193-204.
- POLIAKOV, LÉON, *O Mito Ariano: Ensaio sobre as Fontes do Racismo e dos Nacionalismos*, São Paulo, Perspectiva, 1974.
- PUSICH, ANTÓNIO, *Memória ou Descrição Físico-política das Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Anais do Conselho Ultramarino, 1810.
- QUERIDO, JORGE FERREIRA, *Um Demorado Olhar sobre Cabo Verde: O país, sua génese, seu percurso, suas certezas e ambiguidades*, Lisboa, Chiado Editora, 2011 (1ª ed.).
- QUIJANO, ANÍBAL, *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*, in LANDER, EDGARDO (comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000, pp. 201-246
- QUINT, NICOLAS, *O Cabo-verdiano: Uma língua mundial*, in *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, Nº 3. Praia, Uni-CV, 2009, pp. 129-144.
- QUINTINO, MARIA CELESTE, *Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta*, in *Revista Migrações*, n.º 6, Abril 2010, pp. 81-102
- QUIVY, RAYMOND & CAMPENHOUDT, LUC VAN, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 2008 (5ª ed.).

- RAMOS, LUÍS FILIPE, *A Música de Cabo Verde*, in *Voz de Povo*, 27 de Agosto 1977, p. 9.
- RAMOS, MARIA DA LUZ, *O fenómeno elitista em Cabo Verde: o papel da educação escolar*, in *Progress: 1º Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*, Praia, CEsA, 2011.
- REBELO DE SOUSA, ANTÓNIO, *De um Novo Conceito de Desenvolvimento no Quadro da Economia Internacional*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2008.
- REGO, ANTÓNIO DA SILVA, *Curso de Missionologia*, Lisboa, Agencia Geral do Ultramar, 1956.
- REGO, ANTÓNIO DA SILVA, *Noções de Metodologia e Critica Históricas*, Lisboa, Gabinete de Estudos Ultramarinos – Centro Universitário de Lisboa, 1951.
- REGO, ANTÓNIO DA SILVA, *Reflexões sobre o primeiro século da história cabo-verdiana*, in *Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe*, Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965-1966, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 69-83.
- REIS, JOSÉ ANTÓNIO DOS, *As políticas públicas de Cabo Verde, no âmbito da integração na CEDEAO e da estratégia global de desenvolvimento*, in CABRAL, IVA & FURTADO, CLÁUDIO (ORGS), *Os Estados-Nações e o Desafio da Integração Regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, Praia, Edição dos Autores, 2008, pp. 83-95.
- RIBEIRO, JOSÉ DA SILVA, *Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003.
- RIBEIRO, ORLANDO, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1962.
- RIBEIRO, ORLANDO, *A Ilha do Fogo e as suas Erupções*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- ROCHA, JOSÉ LUÍS, *A Dimensão Económica da Integração Regional: CEDEAO e o caso de Cabo Verde*, in CABRAL, IVA & FURTADO, CLÁUDIO (ORGS), *Os Estados-Nações e o Desafio da Integração Regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, Praia, Edição dos Autores, 2008, pp. 113-126.
- ROCHA, JORGE, ET. ALII, *Genetic Architecture of Skin and Eye Color in an African- European Admixed Population*, in *PLOS Genetics*, (Vol. 9), March 2013, pp.1-15.
- RODRIGUES, MANUEL SARMENTO, *Harmonia racial e expansão económica na África Portuguesa*, in *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, Ano 7, Nº 79, Praia, Abril 1956, pp. 22-24.
- RODRIGUES, MOACYR, *Cabo Verde, Festas de Romaria, Festas Juninas*, Mindelo, Edição do Autor, 1997.
- RODRIGUES, MOACYR, *Mornas e Coladeiras de Frank Cavaquim*, Mindelo, Câmara Municipal de S. Vicente, 1992.
- RODRIGUES, MOACYR & LOBO, ISABEL, *A Morna na Literatura Tradicional: Fonte para o estudo histórico-literário e a sua repercussão na sociedade*, Mindelo, ICLD, 1996.
- RODRIGUES, RAIMUNDO NINA, *Os mestiços brasileiros. Gazeta Medica da Bahia*, 21 (9): 401-407; (11): 497-503, 1980.
- ROMAINE, SUZANE, *Multilingualism, conflict, and the politics of indigenous movements*, in *Estudios de Sociolingüística* 1 (1), 2000, pp. 13-25.
- ROSA, MANUEL AMANTE, *A Problemática da Livre Circulação de Pessoas e Bens e o papel de Cabo Verde na Segurança da Costa Ocidental e da Fronteira Sul da União Europeia*, in CABRAL, IVA & FURTADO, CLÁUDIO (ORGS.), *Os Estados-Nações e o desafio da*

- integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, Praia, Edição do Autores, 2008, pp. 127-144.
- SAID, EDWARD WADIE *Representações do Intelectual: As conferências Reith de 1993*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- SAINT-MAURICE, ANA, *Identidades Reconstruídas: Cabo-Verdianos em Portugal*, Lisboa, Celta, 1997.
- SANDOVAL, ALONSO DE, *Naturaleza Política, Sagrada y Profana, Costumbres y Ritos*, Sevilha, Francisco Lira, 1927 [1627].
- SANTOS, ANTÓNIO PEDRO RIBEIRO DOS, *As Metamorfoses do Estado: Rumo à Mega-Confederação Europeia?* Coimbra, Almedina, 2005.
- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA (ORG.), *Portugal: Um retrato singular*, Porto, Afrontamento, 1993.
- SANTOS, MARIA EMÍLIA MADEIRA (COORD.), *História Geral de Cabo Verde*, (Vol. 2), Praia/Lisboa, IICT/INC, 1995.
- SANTOS, MARIA EMÍLIA MADEIRA (COORD.), *História Concisa de Cabo Verde*, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2007.
- SANSONE, LÍVIO, *As relações raciais em Casa-Grande e Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização*, in MAIO, MARCOS CHOR & SANTOS, RICARDO VENTURA (ORGS.), *Raça, Ciência e Sociedade*, Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, 1996, pp. 207-218.
- SARAIVA, MARIA CLARA, *Rituais Funerários em Cabo Verde: Permanência e inovação*, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Nº 12, Lisboa, Colibri, 1998, pp. 121-156.
- SCHLÜTER, REGINA, *Gastronomia e Turismo*, São Paulo, Aleph, 2003.
- SCHWARCZ, LILIA MORITZ, *O espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SECCO, CARMEM LUCIA TINDÓ RIBEIRO (COORD.), *Antologia do Mar na Poesia Africana de Língua Portuguesa do Século XX: Cabo Verde*, Rio de Janeiro, Faculdade das Letras, 1999.
- SEMEDO, JOSÉ MARIA, *A especificidade de um Estado insular e diaspórizado*, in CABRAL, IVA & FURTADO, CLÁUDIO (ORGS.), *Os Estados-Nações e o Desafio da Integração Regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, Praia, Edição dos Autores, 2008, pp. 37-51.
- SEMEDO, JOSÉ MARIA, *Um arquipélago do Sahel*, in ALMEIDA, JOSÉ MARIA (DIR.), *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1998, pp. 27-54.
- SEMEDO, JOSÉ MARIA & TURANO, MARIA, *Cabo Verde: O ciclo ritual das festividades da Tabanca*, Praia, Spleen, 1997.
- SENN BARCELOS, CHRISTIANO JOSÉ, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Lisboa, Tipografia da Academia Real de Ciências, 1899.
- SEQUEIRA, MARIA DE FÁTIMA, *O bilinguismo como factor de desenvolvimento metacognitivo e metalinguístico*, in *1º Encontro da associação portuguesa de linguística*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985 (1ª ed.), pp.409-424
- SEYFERTH, GIRALDA, *Racismo e o ideário da formação do povo no pensamento brasileiro*, in OLIVEIRA, IOLANDA (ORG.), *Relações raciais e educação: temas contemporâneos*, Cadernos PENESB, Nº 4, Niterói, EdUFF. 2002, pp. 13-32.

- SILVA, ANÍBAL LOPES DA, *O perfil psicossocial do homem cabo-verdiano*, in ALMERINDO, LESSA, & RUFFIÊ JACQUES, *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: Mesa redonda sobre o homem caboverdiano*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1957 (1ª ed.), pp. 89-99.
- SILVA, ALVENO FIGUEIREDO, *Aspectos Político-Sociais na Música de Cabo Verde do Século XX*, Praia, Mindelo, Centro Cultural Português, 2003.
- SILVA, BALTAZAR LOPES DA, *Mesa Redonda sobre o homem cabo-verdiano*, in *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, Ano IX, Nº 99, Dezembro 1957, pp. 7-10.
- SILVA, BALTAZAR LOPES DA, *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1957.
- SILVA, BALTAZAR LOPES DA, *Cabo Verde Visto Por Gilberto Freyre*, Praia, Imprensa Nacional, 1956.
- SILVA, BALTAZAR LOPES DA, *O folclore poético da ilha de Santiago*, in *Claridade: Revista de Arte e Letras*, Mindelo, Nº 7, São Vicente, Dezembro 1949, pp. 43-51.
- SILVA, BALTAZAR LOPES DA, *Uma Experiência Românica nos Trópicos (I)*, in *Claridade: Revista de Arte e Letras*, Nº 4, São Vicente, Janeiro 1947, pp. 15-22.
- SILVA, BALTAZAR LOPES DA, *Infância*, in *Claridade: Revista de Arte e Letras*, Nº 2, São Vicente, Agosto 1936, p. 9.
- SILVA, BALTAZAR LOPES DA, *Regionalismo e Nativismo*, in *Noticias de Cabo Verde*, Nº 1, Mindelo, 22 de Março de 1931, p. 6.
- SILVA, BALTAZAR LOPES DA, *Depoimento*, in *Claridade: Revista de arte e letras*, FERREIRA, MANUEL (DIR.), Lisboa, ALAC, 1986 (2ª ed.), p. XXII.
- SILVA, TOMÉ VARELA DA, *Crenças e religiões*, in ALMEIDA, JOSÉ MARIA (DIR.), *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1998, pp.153-175.
- SILVA, TOMÉ VARELA DA, *Finasons di Nha Násia Gomi*, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1985.
- SILVEIRA, ONÉSIMO, *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Edições Colibri, 2005.
- SILVEIRA, ONÉSIMO, *Cabo Verde: do Partido-Estado ao Partido do Estado*, in *Direito e Cidadania*, Ano I, Nº 3, Mindelo, Gráfica do Mindelo, Março/Junho de 1998, pp. 151-159.
- SILVEIRA, ONÉSIMO, *Consciencialização na Literatura Caboverdiana*, Lisboa, Casa dos Estudantes do Imperio, 1963.
- SKIDMORE, THOMAS, *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976 (1ª ed.).
- SMITH, ANTHONY, *Nationalism and Modernism*, London, Routledge, 2003.
- SMITH, ANTHONY, *Myths and Memories of the Nation*, Oxford, Oxford University Press, 1999.
- SMITH, ANTHONY, *The cultural foundations of nations: Hierarchy, Covenant and Republic*, Oxford, Blackwell Publishing, 2008.
- SMITH, ANTHONY, *National Identity*, Londres, Penguin, 1997.
- SOEIRO DE BRITO, RAQUEL, *Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Alguns aspectos da terra e dos homens*, in *Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe*, Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965-1966, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, pp. 21-33.
- SOUSA, HENRIQUE TEIXEIRA DE, *Crioulo língua oficial*, in *Jornal Terra Nova*, Nº 335, 5 de Dezembro 2004, p. 3.

- SOUSA, HENRIQUE TEIXEIRA DE, *Da Claridade à Clarividência*, in *Cultura, Suplemento de A Semana*, Nº 125, Ano III, 18 de Outubro de 1993, pp. II-III.
- SOUSA, HENRIQUE TEIXEIRA DE, *Uma visita desejada*, in *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, Nº 27, Dezembro 1951, pp 31-32.
- SOUSA, JULIÃO SOARES, *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e Morte de um Revolucionário Africano*, Lisboa, Nova Veja, 2012 (2ª ed.).
- STAVENHAGEN, RODOLFO, *O Legado de Colombo (Visto de Baixo)*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Nº 38, Dezembro 1993, pp. 57-74.
- STEINER, KVALE, *InterViews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing*, Thousand Oaks, London and New Delhi, Sage Publications, 1996.
- TAJFEL, HENRI, *Human groups and social categories*, New York, Cambridge University Press, 1981.
- TAVARES, EUGÉNIO, *Autonomia*, in *A Alvorada*, Nº 2, New Bedford, 16 de Agosto de 1900, p. 2.
- TAVARES, EUGÉNIO, *Mornas: Cantigas crioulas*, Lisboa, Livraria J. Rodrigues & Cª Editores, 1932 (1ª ed.).
- TAVARES, MANUEL DE JESUS, *Aspectos Evolutivos da Música Cabo-verdiana*, Praia, Centro Cultural Português/IC Praia, 2005.
- THIESSE, ANNE-MARIE, *A Criação das Identidades Nacionais: Europa - séculos XVIII-XX*, Lisboa, Temas e Debates, 2000.
- THOMAZ, OMAR RIBEIRO, *Do saber colonial ao luso-tropicalismo: Raça e nação nas primeiras décadas do salazarismo*, in MAIO, MARCOS CHOR, ET. ALII (ORGS.), *Raça, Ciência e Sociedade*, Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB, 1996, pp 85-106.
- TEIXEIRA, ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA & BARBOSA LUÍS AUGUSTO GRANDVAUX, *A Agricultura do Arquipélago de Cabo Verde: Cartas agrícolas, Problemas agrários*, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1958.
- TOLENTINO, ANDRÉ CORSINO, *A difícil Integração Africana*, in CRISTINA SARMENTO & SUZANO COSTA (COORDS.), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*, Coimbra, Almedina, 2013, pp.609-622.
- TOLENTINO, ANDRÉ CORSINO, *Conhecimento, Identidade e Desenvolvimento na Era da Informação*, in *Cabral o Cruzamento de Épocas: Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral*. Praia: Alfa Comunicações, 2005, pp. 209-232.
- TOLENTINO, ANDRÉ CORSINO, *Universidade e transformação social nos pequenos Estados em desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, (2ª ed.).
- TORRÃO, MARIA MANUEL, *A Colonização das Ilhas de Cabo Verde: medidas e objectivos*, in ALBUQUERQUE, LUÍS DE (DIR.), *Portugal no Mundo*, (Vol. II), Lisboa, Alfa, 1989, pp. 150-170.
- TURNER, JOHN, *Social categorization and self-concept: A social cognitive theory of group behavior*, in E. J. LAWLER (Org.), *Advances in group process*, Greenwich, JAI, 1985, pp. 77-122.
- VALA, JORGE, *Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento Quotidiano*, in VALA, JORGE & MONTEIRO, MARIA BENEDICTA (Coord.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007 (7ª Ed.), pp. 457-502.

- VALE DE ALMEIDA, MIGUEL, *From Miscegenation to Creole Identity: Portuguese Colonialism, Brazil, Cape Verde*, in STEWART, CHARLES (Ed.), *Creolization: History, Ethnography, Theory* Walnut Creek, Left Coast Press, 2007, pp. 108-132.
- VARELA, ODAIR, *Crítica da Razão Estatal: Uma análise do Estado Moderno em África*, in JOSÉ PINA DELGADO, ODAIR BARROS VARELA & SUZANO COSTA (Orgs.) *As Relações Exteriores de Cabo Verde: (Re)Leitura contemporâneas*, Praia, Editora ISCJS, 2014, pp. 15-47.
- VASCONCELOS, ÁLVARO DE & MACEDO, JORGE BRAGA DE, *Nota de Abertura*, in *Revista Estratégia, Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul*, Nº 20, Cascais, Principia, 2004, pp. 1-9.
- VASCONCELOS, ERNESTO DE, *As Colónias Portuguesas: Geographia Phisica, Política e Económica*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903 (2ª ed.).
- VASCONCELOS, JOÃO, *Espíritos lusófonos numa ilha crioula: língua, poder e identidade em São Vicente de Cabo Verde*, in CARVALHO, CLARA, & CABRAL, JOÃO DE PINA, (COORDS.), *A Persistência da História: Passado e contemporaneidade em África*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, pp. 149-225.
- VEIGA, EMANUEL ANTERO DA, *Badju Gaita na Ilha de Santiago: Seu historial, origem e desenvolvimento*, in *Voz di Povo* 14/08/1982, pp. 6-9.
- VEIGA, MANUEL, *A Construção do Bilinguismo*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.
- VEIGA, MANUEL, *Cabo Verde: Que Cultura, que direito, que dinamismo*, in *Pré-textos*, Número Especial, Praia, Ministério da Cultura, 1997, pp. 314-318.
- VEIGA, MANUEL, *O Caboverdiano em 45 Lições*, Praia, INIC, 2002.
- VEIGA, MANUEL, *O Crioulo de Cabo Verde: Emergência e afirmação*, in ALMEIDA, JOSÉ MARIA (DIR.), *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*, Praia, Arquivo Histórico Nacional, 1998, pp. 111-129.
- VEIGA, MANUEL, *O Crioulo de Cabo Verde: Introdução à Gramática*, Mindelo, Instituto Caboverdiano do Livro, 1995.
- VEIGA, MANUEL (COORD.), *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*, Paris, Karthala, 1998.
- VENÂNCIO, JOSÉ CARLOS, *A Dominação Colonial: Protagonismos e Heranças*, Lisboa, Estampa, 2005.
- VENÂNCIO, JOSÉ CARLOS, *O Fato Africano: Elementos para uma Sociologia da África*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2009.
- VOEGELIN, ERIC, *Race and State*, Collected Works, (Vol. II), Baton Rouge, Louisiana State University Press. 1997.
- VON HERDER, JOHANN GOTTFRIED, *On cognition and sensation of the human soul*, in FOSTER, MICHAEL (Org.), *Herder: Philosophical Writings*, New York, Cambridge University Press, 2002.
- WEBER, MAX, *The nation*, in GERTH, HEDWIG IDE & MIIIS FREYA (Eds.), *From Max Weber, Essay in sociology*, New York, Oxford University Press, 1946, pp. 171-194.
- WEEKS, JEFFREY, *The value of difference*, in RUTHERFORD, JONATHAN (ED.). *Identity: community, culture, difference*, London, Lawrence & Wishart, 1990, pp. 88-100.
- WENDT, ALEXANDER, *Collective identity formation and the international state*, in *The American Political Science Review*, vol. 88, nº 2, 1994, pp. 384-396.
- WICK, ALEXIS, *A nação no pensamento de Amílcar Cabral*, in LOPES, CARLOS (ORG.), *O Desafios Contemporâneos da África: O Legado de Amílcar Cabral*, São Paulo, Unesp, 2012 (1ª ed.), pp. 69-106.

YOUNG, ROBERT, *Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race*, Londres, Routledge, 1995 (1ª ed.).

SUPORTE LEGISLATIVO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Lei Constitucional n.º 01/V/99, de 23 de Novembro de 1999.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, Decreto-Lei n.º 11, Lei Constitucional n.º 01/IV/92, de 25 de Setembro de 1992.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, publicada no Suplemento do B.O. n.º 41, de 13 de Outubro de 1980.

DECRETO-LEI n.º 67/1998, Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano, publicado no B.O. de Cabo Verde, 5º Suplemento, n.º 48, 31 de Dezembro, 19-23.

DECRETO-LEI n.º 754/74, de 28 de Dezembro de 1974, publicado B.O. de Cabo verde n.º 2, de 13 de Janeiro de 1974 - Nomeia os cinco Ministros do Governo de Transição do Estado de Cabo Verde.

DECRETO-LEI n.º 726/74, de 18 de Dezembro de 1974, publicado no B.O. de Cabo Verde n.º 2, de 13 de Janeiro de 1974 - Nomeia o Alto-Comissário em Cabo Verde.

ESTATUTO ORGÂNICO DO ESTADO DE CABO VERDE, Lei n.º 13/74, publicado no B.O. de Cabo Verde n.º 2, de 13 de Janeiro de 1975.

LEI n.º 5/V/96, publicado no B.O. de Cabo Verde n.º 20, Série I, 2º Suplemento, de 1 Julho de 1996 - Aprova o Hino Nacional de Cabo Verde.

LEI n.º 57/IV/92, publicado no B.O. de Cabo Verde n.º 17, Série I, de 26 de Outubro de 1992 - Mantém transitoriamente em vigor como Hino Nacional, o Hino "Esta é a Nossa Pátria Amada".

LEI n.º 4/76, publicado no B. O. de Cabo Verde n.º 16, de 19 de Abril de 1976 (Suplemento) - Estabelece medidas legislativas tendentes a regular a composição, significado e uso dos Símbolos Nacionais.

LEI SOBRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO, publicado no B. O. de Cabo Verde n.º 1, de 5 de Julho de 1975.

ANEXOS

Anexo 1:
Relação das Entrevistas

N.º	Entrevistados	Funções actuais e anteriores cargos desempenhados	Data / Local
1	Adélcia Maria da Luz Lima Barreto Pires	Presidente e Fundadora da Fundação Infância Feliz. Foi Primeira-dama de Cabo Verde (2001-2011), Dirigente da OPAD – Organização dos <i>Pioneiros Abel Djassi</i> , e Professora de Educação Física.	05 de Agosto de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
2	Amaro Alexandre da Luz	Economista. Licenciado pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras em Lisboa. Foi Deputado nacional (1975 a 1977 e de 1985 a 1990), Ministro da Coordenação Económica do Governo de Transição (1975), Ministro das Finanças (1975-1977), Embaixador de Cabo Verde na ONU (1977-1983) e Governador do Banco de Cabo Verde (1983-1990).	17 de Novembro de 2013 / Praia (Ilha de Santiago)
3	Amílcar Fernandes Spencer Lopes	Mestre em Políticas e Práticas Internacionais. Foi Presidente da Assembleia Nacional (1991-1996), Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (1996-1998), Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Cabo Verde nos Estados Unidos e Canadá (1998-2001), Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau (2004-2008).	26 de Setembro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
4	André Corsino Tolentino	Diplomata. Foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (1975-1977), Embaixador de Cabo Verde em Portugal (1981-1984), Ministro da Educação (1984-1991), Director da Fundação Calouste Gulbenkian (2000-2006) e Consultor do Banco Mundial (1993-2013). Criou o Instituto da África Ocidental (2010) e é Administrador da Fundação Amílcar Cabral (FAC).	04 de Abril de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
5	António Germano Lima	Doutor em História pela Universidade Portucalense. Foi Subinspector Escolar do Concelho da Boavista, Presidente da Comissão da UNESCO, Director-Geral dos Desportos e Director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Informação, Cultura e Desportos. É docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e membro do Conselho Científico e do Conselho da Universidade (CONSU).	04 de Novembro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
6	António Leão Correia e Silva	Doutor em História Económica e Social Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Foi Reitor da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), Presidente da Comissão Nacional para a Instalação da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), Conselheiro Cultural do Presidente da República de Cabo Verde. Ministro do Ensino Superior Ciência e Inovação (MESCI).	14 de Agosto de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
7	Arnaldo Carlos de Vasconcelos França	Licenciado em Ciências Sociais e Políticas. Poeta, ensaísta. Foi docente no Instituto Superior de Educação (ISE), Director-Geral das Alfândegas, Secretário de Estado das Finanças e Ministro das Finanças. Fez parte do Movimento “Claridade”.	06 de Outubro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
8	Artur Monteiro Bento	Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Docente na Universidade Jean Piaget.	20 de Março de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
9	Bartolomeu Lopes Varela	Jurista, Doutor em Ciências de Educação pela Universidade do Minho. Foi Inspector-Geral e Secretário-Geral do Ministério da Educação, Administrador Geral da Uni-CV. Investigador do Centro de Investigação em Educação (CIED) - Universidade do Minho. Membro Fundador da Cátedra Amílcar Cabral (CAC) e da Cátedra Baltazar Lopes da Silva. É Docente na Universidade de Cabo Verde.	31 de Março de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)

10	Carlos Alberto Wahnon de Carvalho Veiga	Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa. Foi Primeiro-Ministro de Cabo Verde (1991-2000), Director-geral da Administração Interna e Procurador-Geral da República e Presidente do MpD. É actualmente Deputado nacional.	09 de Outubro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
11	Carlos Nunes Fernandes dos Réis	Foi Ministro da Educação (1975-1981), Ministro-adjunto do Primeiro-Ministro e Embaixador de Cabo Verde em Lisboa (1986-1989). Presidente da Fundação Amílcar Cabral (FAC).	29 de Julho de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
12	César Augusto Monteiro	Doutor em Sociologia, na especialidade de Sociologia da Música e Migrações no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Foi docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS). É Investigador do CIES-ISCTE e Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Cabo Verde na República do Senegal.	26 de Outubro de 2014 / Dakar (Senegal) Entrevista por correio electrónico
13	Cláudio Alves Furtado	Doutor em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). Professor na Universidade Federal da Baía. Foi Presidente da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. É membro do Comité Executivo do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA).	16 de Abril de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
14	Corsino António Fortes	Jurista. Foi Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Cabo Verde em Portugal (1975-1981) e em Angola (1986-1989), Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro e Secretário de Estado e Ministro da Justiça (1989-1991). Presidente da Academia Cabo-verdiana de Letras.	23 de Agosto de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
15	Crispina Almeida Gomes	Doutora em Sociologia pela Universidade de Havana. Foi Vice-presidente da Mesa da Assembleia e Presidente de Comissões Especializadas. Foi combatente da Liberdade da Pátria e membro fundador da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV).	02 de Dezembro de 2013 / Praia (Ilha de Santiago)
16	Daniel Alberto Rendall Moreira Monteiro	Foi Funcionário dos Serviços de Administração Civil e Fiscal do Trabalho no Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social, Adjunto do administrador de posto (3.º oficial). Autor da letra “Cabral Ka Morri”.	07 de Agosto de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
17	David Hoppfer Almada	Advogado. Foi Ministro da Justiça (1975-1986) e da Informação, Cultura e Desportos (1986-1990), Deputado à Assembleia Nacional (1981-1996 e 2006-2011). Membro fundador da Associação de Escritores Cabo-verdianos, da Sociedade Cabo-Verdiana de Autores, da Academia Cabo-Verdiana de Letras.	02 de Julho de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
18	Eduardo Adilson Camilo Pereira	Doutor pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS).	25 de Março de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
19	Eduardo Augusto Cardoso	Licenciado em Linguística Geral na Faculdade Aix-en-Provence. Fez parte da Comissão do ALUPEC (1995) e da Comissão para análise do acordo ortográfico dos Países de Língua Portuguesa (1990). É especialista do Programa na área de Protecção da Criança (UNICEF).	30 de Outubro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
20	Eduardo Jorge Silva	Diplomata. Ministro Plenipotenciário, Coordenador do Secretário Executivo da Parceria Especial Cabo-Verde – União Europeia.	03 de Abril de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
21	Érico Veríssimo Santos de Oliveira Ramos	Arquitecto, Licenciado na Escola Superior de Belas Artes (Lisboa). Foi Director-Nacional de Informação (1975-1976). Projectista da bandeira, brasão de armas, notas e moedas da Primeira República (1975-1991). Empresário de Construção Civil.	25 de Agosto de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)

22	Eufémia Vicente Rocha	Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Docente na mesma Universidade. Investigadora do Centro de Investigação em Género e Família (CIGEF).	21 de Fevereiro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
23	Eutrópio Lima da Cruz	Músico, ensaísta e ficcionista. Licenciado em Teologia Pastoral pela Pontifícia Universidade <i>Lateralense</i> (Roma). Foi Director-geral da Animação Cultural, Presidente da Câmara Municipal da Boavista, Deputado nacional e Director do Gabinete do Ministro das Finanças e Planeamento. Foi ainda Secretário-Geral da Assembleia Nacional.	21 de Novembro de 2013 / Praia (Ilha de Santiago)
24	Filomena Maria Frederico Delgado Silva	Licenciada em Geografia. Foi Vice-presidente da Comissão Especializada da Educação, Cultura, Juventude e Desporto (1997-2000) e Ministra da Educação (2001). É Presidente da Assembleia Municipal da Câmara Municipal da Praia (CMP).	04 de Agosto de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
25	Gabriel António Monteiro Fernandes	Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Reitor da Universidade de Santiago (US).	27 de Agosto de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
26	Georgina Maria Augusta Benrós de Mello	Economista. Mestre em Património, Turismo e Desenvolvimento pela Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Foi Directora Geral do Comércio, Conselheira do Primeiro-Ministro, Funcionária do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNDCF) e do Escritório das Nações Unidas de Combate à Desertificação e à Seca (UNSO) (1991-1995), da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) (2005-2006), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) (2007-2008). Administradora Comercial da TACV (2008-2012). É actualmente Directora Geral da CPLP.	12 de Janeiro de 2015 / Praia (Ilha de Santiago)
27	Germano da Cruz Almeida	Advogado. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Lisboa. Foi magistrado do Ministério Público e Deputado nacional, co-fundador e co-director da <i>Revista Ponto & Vírgula</i> e co-proprietário do <i>Jornal Agaviva</i> e co-fundador da Ilhéu Editora. É considerado um dos nomes de referência da moderna literatura cabo-verdiana.	20 de Novembro de 2014 / Mindelo (Ilha de S. Vicente)
28	Hermínia Curado Ferreira	Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas-Estudos Portugueses e Cabo-Verdianos, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi membro da Direcção da Associação de Escritores de Cabo Verde, Deputada nacional, Secretária da Mesa da Assembleia Nacional, Presidente da Rede de Mulheres Parlamentares.	26 de Junho de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
29	Hermínio José da Costa Moniz	Diplomata. Conselheiro de Embaixada, Direcção Nacional de Assuntos Políticos e Cooperação, Ministério das Relações Exteriores (MIREX) de Cabo Verde.	27 de Março de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
30	Hirondina de Fátima Bettencourt Santos Lima	Diplomada em Magistério Primário. Foi professora do Ensino Primário em Portugal, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola, e professora do ciclo preparatório em Cabo Verde, Directora do Departamento de Informação e Relações Exteriores da OMCV e o de técnica de Produção radiofónica na Rádio Educativa em Cabo Verde. É contista e cronista.	17 de Outubro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
31	Humberto André Cardoso Duarte	Engenheiro Químico. Deputado pelo MpD desde 1993. Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Media Comunicações.	07 de Agosto de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
32	Iva Maria de Ataíde Vilhena Cabral	Historiadora. Doutora em História pela Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Co-organizadora dos três volumes da História Geral de Cabo Verde. Reitora da Universidade Lusófona.	30 de Janeiro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)

33	João Lopes Filho	Doutor em Antropologia pela Universidade Nova de Lisboa. Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Investigador das Unidades de Investigação: Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (CES-NOVA), Centro de Estudos Africanos da Universidade de Lisboa (CEA-UL) e Centro de Estudo das Migrações e Relações Internacionais da Universidade Aberta. Ganhou o Prémio de Literatura <i>Sonangol</i> 2010 e o Troféu Prestígio “AI-UE” – Etnografia Africana (1992).	05 de Fevereiro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
34	Jacinto Abreu dos Santos	Licenciado em Estudos Avançados em Prática Social na Universidade de Lyon. Foi Técnico de Desenvolvimento de Cooperativas (1975-1989), um dos fundadores e Deputado nacional pelo MpD (1989-2000). Fundou em 1999 o Partido de Renovação Democrática (PRD), concorrendo às eleições presidenciais de 2001, Presidente da Câmara Municipal da Praia (CMP). Actualmente é empresário e Presidente do Centro de Inovação e Tecnologia de Intervenção para o Habitat (Citi-Habitat).	23 de Outubro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
35	Jailson Valdique Semedo Lopes	Mestre em Biodiversidade, Genética e Evolução. Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Investigador do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO-EU).	31 de Março de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
36	Joaquim Augusto Gomes	Técnico Parlamentar, Divisão de Relações Públicas e Internacionais, Direcção de Relações Internacionais da Assembleia Nacional de Cabo Verde.	03 de Abril de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
37	José Carlos Gomes dos Anjos	Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi Coordenador do Curso de Doutoramento em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). É Professor na UFRGS.	17 de Fevereiro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
38	José Eduardo Barbosa	Deputado pelo PAICV (1975-1996). Foi embaixador de Cabo Verde no Brasil, Argentina e Itália. Representante Permanente Adjunto de Cabo Verde no Conselho de Segurança. Foi Secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Director Geral dos Assuntos Económicos e Políticos, Presidente dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos. Primeiro Secretário de Mesa da Assembleia Nacional Popular e Vice-Presidente da União Interparlamentar.	11 de Dezembro de 2013 / Praia (Ilha de Santiago)
39	José Maria Monteiro Semedo	Geógrafo e ambientalista. Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Director do Centro de Investigação em Desenvolvimento e Ordenamento do Território (CIDLOT) e do SIG-Risco - Centro de Estudos Geográficos, Lda.	31 de Março de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
40	Lourenço Conceição Gomes	Doutor em História. Docente e investigador na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Membro do Conselho Científico da Uni-CV e coordenador da licenciatura e mestrado em História. ~	07 de Novembro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
41	Luis de Matos Monteiro da Fonseca	Combatente da Liberdade e Pátria. Foi Deputado pelo PAICV (1975-1987), Embaixador de Cabo Verde na URSS, nos EUA, na Áustria e Holanda e Secretário Executivo da CPLP (2004-2008).	21 de Novembro de 2014 / Mindelo (Ilha de S. Vicente)
42	Manuel Brito Semedo	Doutor em Antropologia, pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Foi Director Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).	09 de Agosto de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
43	Manuel da Paixão Santos Faustino	Médico Psiquiatra. Foi Ministro da Educação (1974-1975), da Saúde e Assuntos Sociais (1975-1979) e da Educação (1991-1994). Desde 2011, é Chefe da Casa Civil da Presidência.	01 de Setembro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)

44	Manuel Monteiro da Veiga	Doutorado em Linguística Geral e Aplicada na Universidade Aix-en-Provence. Linguista cabo-verdiano de referência. Foi responsável pelo Departamento de Linguística do Ministério da Educação, Director-Geral da Cultura; Director-geral do Património Cultural, Presidente do Instituto Nacional da Cultura e Ministro da Cultura. É membro do Comité Internacional dos estudos crioulos. Desde 2012 assume as funções de Director da Cátedra Amílcar Cabral (CAC – Uni-CV). É Docente na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV).	21 de Outubro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
45	Maria das Dores Silveira (Dori)	Licenciada em Serviço Social pela Universidade de Coimbra. Foi fundadora e Secretária-Geral da OMCV (1974-1981), Directora Regional de Assuntos Sociais (1975-1976) e funcionária do Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade (1974-1981). É desde 1965 militante do PAIGC	20 de Novembro de 2014 / Mindelo (Ilha de S. Vicente)
46	Marina Gomes de Sousa Ramos	Doutora em Ciências da Arte pela Universidade de Havana. Foi Directora da Escola Industrial e Comercial do Mindelo, Directora-Geral do Ensino, docente na Escola Superior de Educação (ESE), na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e na Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo), tendo assumido as funções de Presidente do Concelho Científico.	23 de Novembro de 2014 / Mindelo (Ilha de S. Vicente)
47	Mário Lúcio Matias de Sousa Mendes	Jurista. Licenciado em Direito pela Universidade de Havana. Foi Deputado nacional (1996-2001), Conselheiro Cultural junto do Ministro da Cultura (1992). É desde 2011 Ministro da Cultura.	08 de Outubro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
48	Olívio Melício Pires	Antigo Combatente da Liberdade e Pátria. Militante do PAIGC, Vice-Presidente da Assembleia Nacional (1975-1985) e Deputado nacional pelo PAICV (1975-1995).	20 de Novembro de 2014 / Mindelo (Ilha de S. Vicente)
49	Ondina Maria Duarte Fonseca Rodrigues Ferreira	Linguista. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Massachusetts. Foi Ministra da Cultura e da Comunicação (1993-1994), da Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares (1994-1996), da Educação e do Desporto (1995-1996). Foi Directora Executiva do IILP (2001-2004). Deputada nacional pelo MpD.	06 de Outubro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
50	Onésimo Silveira	Doutorado em Ciências Políticas na Universidade de Uppsala. Foi Presidente da Câmara Municipal de São Vicente. É funcionário reformado da ONU.	23 de Novembro de 2014 / Mindelo (Ilha de S. Vicente)
51	Oswaldo Alcântara Medina Custódio (Oswaldo Osório)	Poeta, contista, dramaturgo e ensaísta. Foi encarregado de laboratório na Junta Autónoma dos Portos e chefe de secretaria da Rádio Barlavento em São Vicente. Presidente da Comissão Organizadora dos Sindicatos de Cabo Verde, quadro da Direcção-Geral da Cultura e, posteriormente, do Instituto Cabo-verdiano do Livro. É sócio fundador da Associação da Associação de Escritores Cabo-verdianos, e sócio honorário da Associação Cultural das Ilhas Atlânticas (ACIA). Foi um dos dinamizadores da página literária <i>Seló</i> .	21 de Novembro de 2013/ Praia (Ilha de Santiago)
52	Oswaldo Aranda de Azevedo	Combatente da Liberdade e Pátria. Integrou as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Trabalhou na imprensa do partido, nomeadamente no <i>Jornal Voz do Povo</i> .	21 de Novembro de 2014 / Mindelo (Ilha de S. Vicente)
53	Oswaldo Lopes da Silva	Economista. Foi Ministro da Economia e das Finanças (1977-1986), dos Transportes, Comércio e Turismo (1986-1990), Comandante de artilharia. Foi membro da Direcção do PAIGC em Cabo Verde. Participou nas negociações do processo de independência descolonização de Cabo Verde, tendo chefiado a delegação que negociou o contencioso colonial.	25 de Julho de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)

54	Pedro Gregório Lopes	Arquitecto. Licenciado em arquitectura na Escola Nacional de Belas Artes – Porto. Autor da bandeira nacional de Cabo Verde.	21 de Novembro de 2013 / Praia (Ilha de Santiago)
55	Pedro Verona Rodrigues Pires	Assinante da Declaração de Independência de Cabo Verde. Foi Primeiro-Ministro (1975-1991), Presidente da República de Cabo Verde (2001 a 2011). Presidente do PAICV. É Presidente e fundador do Instituto Pedro Pires para Liderança (IPP).	07 de Agosto de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
56	Rodrigo Correia Fernandes (Lú di Pala)	Designer em Belas Artes na Escola de Artes Plásticas, Colégio Memorial de 1095 de Arte de Moscovo. Autor da pintura de Amílcar Cabral impressa nas notas emitidas pelo Banco Central de Cabo Verde (1975-1991). Responsável pela elaboração do brasão da Polícia de Ordem Pública (POP) em 1981.	12 de Agosto de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
57	Severino Soares de Almeida	Licenciado em Ciência Política pela Libera Università Internazionale degli Studi Sociali Guido Carli (LUISS) – Roma. Foi diplomata e encontra-se actualmente aposentado. Professor do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS).	18 de Janeiro de 2015 / Praia (Ilha de Santiago)
58	Tomé Varela da Silva	Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa. Foi responsável do Departamento de Tradições Oraís da Direcção Geral a Cultura, Deputado nacional, membro da Comissão Nacional para a Língua Cabo-verdiana e da Comissão Nacional sobre o Acordo Ortográfico, Conselheiro do Presidente da República, Chefe da Casa Civil do Presidente da República. É ensaísta, poeta e contista, sócio fundador da Associação de Escritores Cabo-verdianos.	20 de Outubro de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)
59	Vera Valentina Benrós de Melo Duarte Lobo de Pina	Juíza Desembargadora. Foi Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania, Vice-Presidente da Cruz Vermelha de Cabo Verde. Foi Vice-Presidente da Comissão Africana para os Direitos dos Homens e dos Povos. Em 1995 foi galardoada com o Prémio Norte-Sul de Direitos Humanos.	29 de Agosto de 2014 / Praia (Ilha de Santiago)